

VIRUS

26

O DEBATE DECOLONIAL TERRITÓRIOS

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH

REVISTA . JOURNAL

ISSN 2175-974X

CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

NOMADS.USP

WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS

DEZEMBRO 2023

NOMADS
USP

USP

USP

VI 26

O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES

EDITORIAL

- 001 O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS
THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, THAMYRES REIS, ISABELLA CAVALCANTI, CAIO MUNIZ

ENTREVISTA

- 004 UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR INSUFICIÊNCIAS
A DECOLONIAL PERSPECTIVE TO OVERCOME INSUFFICIENCIES
UNA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR LAS INSUFICIENCIAS
FERNANDO LUIZ LARA

ÁGORA

- 012 LA DIMENSIÓN ESPACIAL DE LA COLONIALIDAD: UNA PROPUESTA INTERPRETATIVA Y OTRAS VOCES IGNORADAS
THE SPATIAL DIMENSION OF COLONIALITY: AN INTERPRETATIVE PROPOSAL AND OTHER IGNORED VOICES
YASSER FARRÉS DELGADO
- 029 ÀS VEZES É FEIO, MAS TÁ NA MODA! POTÊNCIAS, ADIÇÕES E LIMITES DECOLONIAIS
SOMETIMES IT'S UGLY, BUT FASHIONABLE! DECOLONIAL POWERS, ADDITIONS, AND LIMITS
LEO NAME, TEREZA SPYER
- 041 HACIA UNA ONTOLOGÍA POLÍTICA DEL BUEN VIVIR URBANO
TOWARD A POLITICAL ONTOLOGY OF URBAN BUEN VIVIR
PILAR MARIN, ALDO ALOR, ISRAEL ORREGO-ECHEVERRÍA
- 050 A POÉTICA DA RELAÇÃO E AS CIDADES: PERSPECTIVA PARA UMA URBANÍSTICA DECOLONIAL
THE POETICS OF RELATION AND CITIES: PERSPECTIVE FOR A DECOLONIAL URBANISM
CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA
- 059 FOSS, CARTOGRAFÍA, COLONIALISMO Y SOBERANÍA EN PARAGUAY Y EL SUR GLOBAL
FOSS, CARTOGRAPHY, COLONIALISM AND SOVEREIGNTY IN PARAGUAY AND THE GLOBAL SOUTH
JUAN CRISTALDO, GUILLERMO BRITZ, SILVIA ARÉVALOS, LISSANDRY RODRIGUEZ
- 087 A PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: O NHANDEREKO NA CAPITAL PAULISTA
THE LANDSCAPE IN THE CONSTRUCTION OF GOOD LIVING: THE NHANDEREKO IN SAO PAULO STATE CAPITAL
LUCAS BUENO, FÁBIO GONÇALVES

- 102 ABORDAGENS DECOLONIAIS PARA PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO
DECOLONIAL APPROACHES TO RESEARCH IN URBAN PLANNING
FABIANA SILVA, CINTIA ALVES, ISABELA SANTOS
- 118 EXPERIÊNCIA NO ALTIPLANO: FLÁVIO DE CARVALHO E A CIVILIZAÇÃO NUA DA AMÉRICA DO SUL
EXPERIENCE ON THE ALTIPLANO: FLÁVIO DE CARVALHO AND THE SOUTH AMERICAN NAKED CIVILIZATION
LEONARDO NOVO, LEONARDO SOUZA
- 127 1984: COLONIALISMO E DISTOPIA
1984: COLONIALISM AND DYSTOPIA
PAULA ALBUQUERQUE
- 136 PROSPECTANDO QUALIDADES RELACIONAIS ANTICOLONIAIS NA EDUCAÇÃO EM DESIGN
PROSPECTING ANTI-COLONIAL QUALITIES IN DESIGN EDUCATION
MARCO MAZZAROTTO, FREDERICK VAN AMSTEL, BIBIANA SERPA, SÂMIA SILVA

PROJETO

- 146 RUMO A UM DESENHO URBANO GENUINAMENTE LATINO
TOWARDS A LATIN-BASED URBAN DESIGN
CARLOS COSTA, CARLOS NOME

O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES

A revista VIRUS é uma publicação semestral integralmente bilíngue português-inglês ou espanhol-inglês Nomads.usp - Núcleo de Estudos de Habitares Interativos, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, IAU-USP, Brasil, com classificação Qualis A3. A VIRUS tem como objetivo constituir um *locus* de reflexão e interlocução em torno de temas que se relacionam com interesses e pesquisas em curso no Nomads.usp.

A revista VIRUS é uma publicação acadêmica, sem caráter lucrativo ou comercial e é divulgada sob a licença CC BY-NC-SA. Tanto o serviço de publicação quanto o acesso ao conteúdo publicado são gratuitos. A revista não é remunerada pelos serviços que fornece, nem remunera seus colaboradores.

VIRUS é acessível no *website* www.nomads.usp.br/virus/

e-mail: ynomads@sc.usp.br

Facebook: <https://www.facebook.com/virus.nomads/>

Instagram: <https://www.instagram.com/revistavirusjournal/>

Endereço postal:

Universidade de São Paulo

Instituto de Arquitetura e Urbanismo

Caixa Postal 31 - 13560 São Carlos SP, BRASIL

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

R454

Revista VIRUS [recurso eletrônico] / Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo. – v. 1, n. 1 (2006) – São Carlos-SP: IAU/USP, 2006-.

Semestral.

Texto em português e inglês.

Iniciada em 2006, com periodicidade semestral a partir de 2009.

Periódico editado e publicado pelo Nomads.usp-Núcleo de Estudos de Habitares Interativos IAU-USP.

e-ISSN 2175-974X

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Estudos da cidade. 4. Transdisciplinar. I.
Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

CDD 720

VIRUS 26 | O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS
26a. EDIÇÃO | 2023 SEMESTRE 02 | DEZEMBRO DE 2023

Editor-chefe da revista VIRUS | Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano, IAU-USP

Editor Adjunto | Prof. Dr. Juliano Pita, IFSP

Comitê Editorial da edição 26 | Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano, Prof. Dr. Juliano Pita, MSc. Isabella Eloy Cavalcanti, MSc. Pedro Plácido Teixeira, Arq. Caio Muniz Nunes, Arq. Thamyres Lobato Reis

Assistentes de edição | Profa. Associada Dra. Anja Pratschke, Prof. Dr. Fábio Ferraz, MSc. Mario Vallejo, MSc. Isabela Pires, Arq. Euler de Moraes, Arq. Lucas Edson de Chico, Arq. Júlia Menin, Arq. Maurício Silva

Revisores externos | Os nomes e instituições dos pesquisadores que gentilmente colaboraram conosco nas duas edições da VIRUS, em 2023, encontram-se [nesta página](#).

Redes e servidor | Juliano Pita, Daniel Picon, Evandro Bueno

Projeto gráfico | Prof. Associado Dr. Marcelo Tramontano, MSc. Mario Vallejo

Indexadores



O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES

MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA,
THAMYRES REIS, ISABELLA CAVALCANTI, CAIO NUNES

Marcelo Tramontano é Arquiteto, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo, com Pós-doutorado em Arquitetura e Mídias Digitais. É Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena o Nomads.usp e é Editor-chefe da revista VIRUS. tramont@sc.usp.br <http://lattes.cnpq.br/1999154589439118>

Juliano Veraldo da Costa Pita é Arquiteto, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor Doutor do Instituto Federal de São Paulo, Pesquisador Associado do Nomads.usp e Editor Adjunto da revista VIRUS. Coordena pesquisas sobre processos digitais de projeto de Arquitetura no âmbito das encomendas públicas, e a inclusão de tecnologias digitais, especialmente BIM, em processos participativos de tomada de decisão. juliano.pita@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/9979407166601746>

Pedro Plácido Teixeira é Arquiteto, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pesquisador do Nomads.usp e doutorando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estuda o uso do filme documentário para a realização de leituras urbanas baseado em processos participativos e colaborativos de produção audiovisual. pedrot@usp.br <http://lattes.cnpq.br/1433595073264998>

Thamyres Lobato Reis é Arquiteta e pesquisadora no Nomads.usp, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Investiga a relação entre o processo de projeto arquitetônico e o espaço urbano de maneira sistêmica, através do *Algorithm-Aided Design*. thamyreslobato@usp.br <http://lattes.cnpq.br/9673134043028011>

Isabella Eloy Cavalcanti é Arquiteta, Mestre em Desenvolvimento Urbano e pesquisadora no Nomads.usp, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estuda relações entre tecnologia, justiça social e de gênero através do design urbano e do uso de dados. isabellaeloy@usp.br <http://lattes.cnpq.br/0165490242445275>

Caio Muniz Nunes é Arquiteto, pesquisador do Nomads.usp e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisa sobre sistemas de equipamentos públicos temporários e design paramétrico. caiomn@usp.br <http://lattes.cnpq.br/7072847821985842>

Não é certamente por acaso que uma visão decolonial de mundo tem ganhado vigor no momento em que um número crescente de países do Sul global levanta-se contra os mecanismos seculares de dominação dos países norte-atlânticos. Propusemos o tema da decolonialidade para as edições 26 e 27 da revista VIRUS entendendo que as atuais controvérsias expressas no meio acadêmico, que questionam a validade desse pensamento em seus aspectos teórico-conceituais ou metodológicos, constituem uma oportunidade de pesquisa e debate para a Arquitetura, o Urbanismo e áreas afins. Mas move-nos, igualmente, a concordância com alguns de seus pressupostos. Como exemplo, toda a argumentação de autores como Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Enrique Dussel, María Lugones, Ramón Grosfoguel e Walter Mignolo sobre o papel fundante e trágico da colonização das Américas na constituição da ideia europeia de Modernidade e sua imposição planetária como perspectiva hegemônica não pode ser ignorada. Parece-nos essencial examinar as origens históricas e sócio políticas de tal processo de dominação, os impactos de sua perpetuação no modo como as sociedades se organizam, e seus desdobramentos nos modos de produção e difusão de conhecimento, nas diferentes áreas.

Os muitos trabalhos que recebemos, assim como os apontamentos e observações das dezenas de revisores externos sobre as ideias e experiências compartilhadas nesses escritos, evidenciam algumas questões importantes. Uma delas é a percepção, nesse conjunto, de um real interesse das áreas pelo tema, inclusive porque muitos pesquisadores já vinham abordando temas afins – como as lutas identitárias, as desigualdades socioespaciais nas cidades do continente, os limites dos programas educacionais direcionados a populações com matrizes culturais não eurocêntricas, entre outros –, nem sempre relacionando-os diretamente com o discurso decolonial. Além disso, os trabalhos recebidos provêm de instituições de todo o Brasil e de diversos países da América Latina, apresentando leituras e aplicações variadas das ideias formuladas inicialmente pelo grupo Modernidade/Colonialidade - M/C: ora fecham o foco e aprofundam reflexões sobre situações muito locais e precisas, ora procuram estabelecer diálogos com autores clássicos dos campos da Arte, Arquitetura, Estudos Urbanos, Design, Educação, Literatura, entre outros, sempre enriquecendo, matizando e problematizando questões inicialmente contempladas pelos pensadores do M/C.

Os trabalhos que publicamos nestas duas edições, selecionados com grande rigor em um processo de estreita colaboração entre autores, revisores e o comitê editorial da revista, compõem dois conjuntos de sub-temas: reflexões relacionadas ao Território, sua conceituação, análise, produção e modos de intervir – reunidas na V!26 –, e trabalhos sobre Expressões, artísticas, literárias, de gênero e interseccionalidades – reunidos na V!27.

A convite do Comitê Editorial, o Arquiteto e pesquisador Fernando Lara, da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos, generosamente concedeu-nos a entrevista [Uma perspectiva decolonial para superar insuficiências](#), na qual reflete sobre as questões decoloniais no espaço construído das Américas, no ensino e prática de Arquitetura e sobre a sua própria trajetória.

Dez textos aproximando o território de distintos pontos de vista foram selecionados para compor a seção *Ágora* desta edição. *Leo Name* e *Tereza Spyer* problematizam a **atualidade das formulações decoloniais** no trabalho [Às vezes é feito, mas tá na moda! Potências, adições e limites decoloniais](#). *Yasser Farrés* explora a **dimensão espacial da colonialidade e a crítica decolonial em Arquitetura** em [La dimensión espacial de la colonialidad: una propuesta interpretativa y otras voces ignoradas](#).

O **bem-viver** em articulação com os **modos de habitar e construir a cidade dos povos do sul** são examinados por *Pilar Marin*, *Aldo Alor* e *Israel Orrego-Echeverría*, no artigo [Hacia una ontología política del buen vivir urbano](#), em que apontam os conflitos entre o direito a uma vida digna na cidade, e por *Lucas Bueno* e *Fábio Gonçalves*, que focalizam a cidade de São Paulo no trabalho [A paisagem na construção do Bem Viver: O Nhandereko na capital paulista](#).

Ainda tratando da dimensão urbana, *Carlos Henrique Magalhães de Lima* observa as ideias e práticas urbanísticas coloniais considerando as questões de **identidade, alteridade e segregação** no artigo [A poética da Relação e as cidades: perspectiva para uma urbanística decolonial](#).

Leonardo Novo e Leonardo Souza, em [Experiência no Altiplano: Flávio de Carvalho e a civilização nua da América do Sul](#), observam como a discussão sobre **alternativas aos modos hegemônicos de organização espacial das cidades** já se fazia antes da constituição contemporânea do pensamento decolonial.

Na escala do **planejamento urbano e regional**, um olhar sobre os **processos de dominação colonial** é oferecido pelo artigo [FOSS, Cartografía, Colonialismo y Soberanía en Paraguay y el Sur Global](#), em que *Juan Cristaldo*, *Guillermo Britez*, *Silvia Arévalos* e *Lissandry Rodriguez* evidenciam as implicações da colonialidade na representação cartográfica de territórios. No âmbito da pesquisa em planejamento urbano, a perspectiva decolonial é explorada por *Fabiana Silva*, *Cintia Alves* e *Isabela Santos*, no texto [Abordagens decoloniais para pesquisa em Planejamento Urbano](#).

Paula Albuquerque propõe, no artigo [1984: colonialismo e distopia](#), uma leitura sobre a **violência da dominação do território e a colonialidade** de corpos e mentes através do romance de George Orwell.

O Design, e particularmente as **possibilidades de uma formação anticolonial** na área, é o campo onde transitam *Marco Mazzarotto*, *Frederick Van Amstel*, *Bibiana Serpa* e *Sâmia Silva* para reafirmar a necessidade de se repensar currículos, no artigo [Prospectando qualidades relacionais anticoloniais na Educação em Design](#).

Contribuindo com o debate sobre processos digitais de projeto, apresentamos, na seção Projeto, o trabalho [Rumo a um desenho urbano genuinamente latino: O papel do CAAD nas práticas decoloniais de projeto no Brasil](#), no qual *Carlos Costa* e *Carlos Nome* discutem a pertinência do emprego de **algoritmos computacionais para planejamento urbano** desenvolvidos no Norte Global às realidades dos países do Sul.

Esperamos que estas duas edições da VIRUS auxiliem o debate decolonial, acrescentando-lhe referências que emergem no pensamento de pesquisadores do Sul e estimulando o fortalecimento de diálogos Sul-Sul.

UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR INSUFICIÊNCIAS
A DECOLONIAL PERSPECTIVE TO OVERCOME INSUFFICIENCIES
UNA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR LAS INSUFICIENCIAS
FERNANDO LARA

Fernando Luiz Lara é Arquiteto, Mestre em Estudos Literários e Doutor em Arquitetura. É professor da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos, e tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação. Atua nos seguintes temas: Arquitetura Moderna Brasileira, Projeto Arquitetônico, Ensino de Arquitetura, Modernismo Popular e Estudos Decoloniais. fernandoluizlara@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0377551611501503>

ENTREVISTA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2023

Como citar esse texto: Lara, F. L. (2023). Uma perspectiva decolonial para superar insuficiências. *VIRUS*, 26, 4-11. <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/892>

Marcelo Tramontano: O debate decolonial tem ganhado força em vários âmbitos e não apenas na academia, em um momento histórico em que a ideia de um mundo multipolar também parece ser mais possível. No meio acadêmico, trata-se ainda de um tema controverso, sobre o qual as opiniões variam em um amplo espectro. Como você vê esse interesse pelo debate decolonial no momento atual?

Fernando Lara: Vou falar um pouco da minha trajetória, de como eu cheguei a esse debate. Há dezoito anos atrás, em 2005, eu voltei para os Estados Unidos como professor na University of Michigan. Na época, eu estava preparando um livro derivado da minha tese de doutorado e me incomodava a concentração geográfica no Atlântico Norte dos exemplos canônicos de história da arquitetura moderna do século XX. Desenhei um mapa (Fig. 1) baseado nos livros mais importantes de ensino da arquitetura moderna, em inglês: o livro do Kenneth Frampton, o livro do Jean-Louis Cohen, que havia sido publicado naquele ano, o livro do William Curtis e o livro do Spiro Kostof, que é muito utilizado nos Estados Unidos. Spiro Kostof abarca cinco mil anos de urbanização no mundo, mas eu usei apenas os capítulos sobre o século XX.

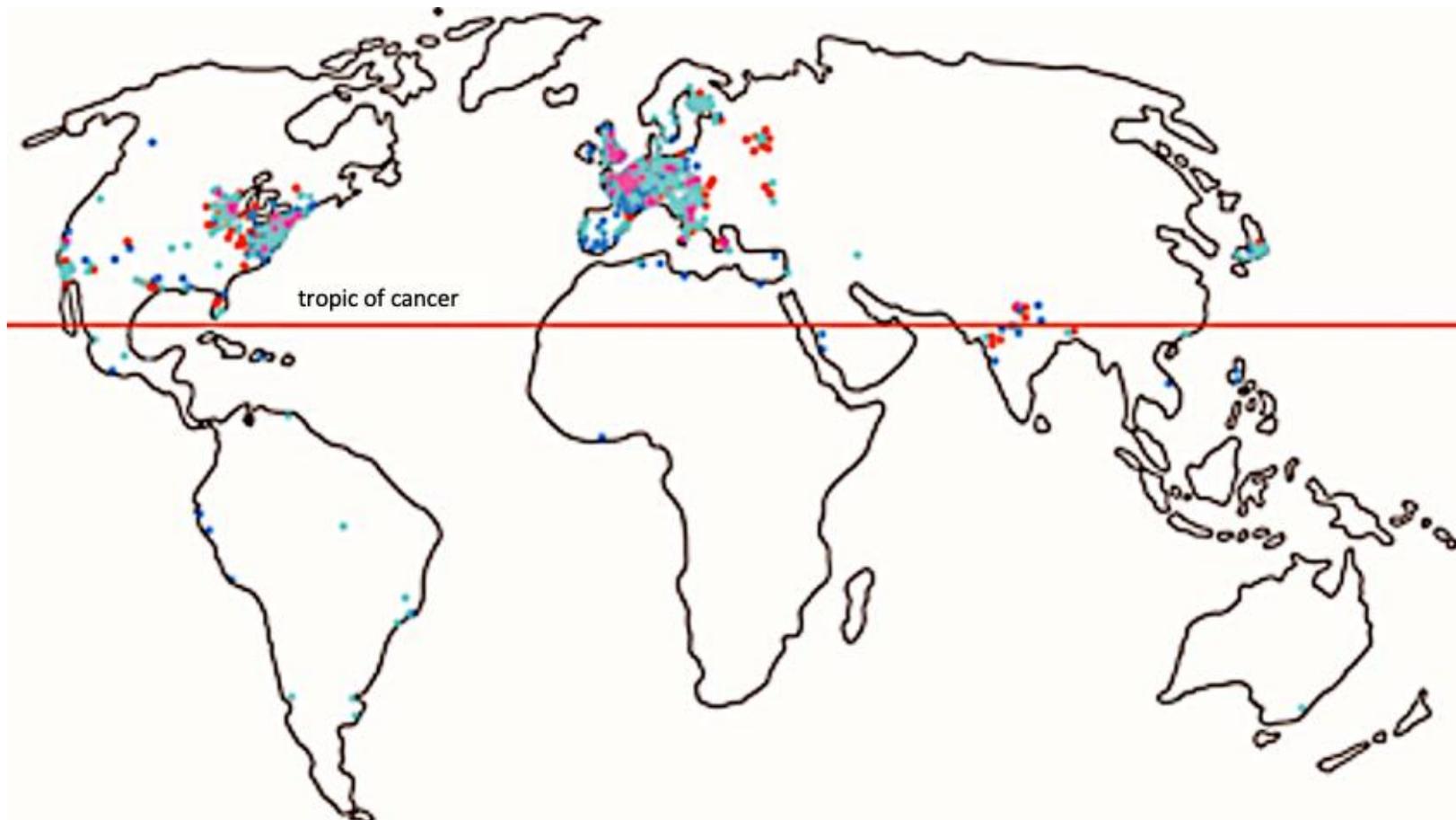


Fig. 1: Mapa mencionado por Fernando Lara. Fonte: F. Lara, 2005.

Com um pontinho no mapa, eu marquei cada edifício mencionado nesses livros. Vi que a concentração deles no Atlântico Norte era gigantesca. Por exemplo, em relação à Cortina de Ferro, podia-se ver claramente uma concentração, na Áustria e na Alemanha, próxima à fronteira com a Tchecoslováquia, mas os livros ignoravam as manifestações da Tchecoslováquia, da Hungria e da Rússia porque estavam do outro lado dessa fronteira geopolítica, criada após a Segunda Guerra. Cinco anos depois, comecei a escrever o livro "Arquitetura Moderna na América Latina" [*Modern Architecture in Latin America*], publicado em 2015 mas escrito desde 2010, já tendo, como pano de fundo das minhas reflexões, aquelas constatações do mapa. Eu me perguntava como seria possível construir um discurso para entender a arquitetura da América Latina e como deveria ser esse discurso.

Ao tentar escrever a introdução e a conclusão do livro, onde trabalhávamos conceitos um pouco externos à arquitetura, eu comecei a ler autores que pensavam a América Latina. Foi nesse momento que descobri o grupo Modernidade/Colonialidade,

que se consolidou nos Estados Unidos, na Duke University e na University of North Carolina, com Walter Mignolo, Arturo Escobar e Enrique Dussel. Esse grupo foi muito produtivo nos últimos anos do século XX e nos primeiros anos do século XXI. Nessa literatura, eu encontrei uma série de chaves importantes, em especial lendo Aníbal Quijano, um economista peruano que trabalhou na CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina e Caribe]. Ele escreveu um texto fundamental, em 1992, o ano da celebração dos 500 anos da chegada de Colombo às Américas, contrapondo-se à ideia de que as Américas participaram do desenvolvimento do capitalismo moderno. Na opinião de Quijano, não existiria capitalismo moderno se não fosse pela ocupação europeia das Américas. Isto é muito forte.

A leitura de trabalhos de Arturo Escobar foi outra revelação. Escobar escreveu sua tese de doutorado e a publicou por volta de 1995, a qual eu li quase vinte anos depois, entre 2013 e 2014. Ele amarra muito bem a questão de que modernização e colonização são duas faces da mesma moeda, inseparáveis, são uma coisa só: toda modernidade implica uma colonialidade. Com estes dois principais axiomas, eu fui forçado a rever a nossa própria historiografia, o modo como entendemos a arquitetura latino-americana. Fiz um mergulho nessa literatura, que inclui Ramón Grosfoguel, Gloria Anzaldúa, Denise Ferreira da Silva, entre outros, para entender a relação entre modernidade e colonialidade.

Isso foi um divisor de águas para mim porque eu fui formado no DOCOMOMO [Comitê Internacional para a Documentação e Conservação de edifícios, sítios e unidades de vizinhanças do Movimento Moderno], na exaltação do Moderno, esse projeto nacional que, no Brasil, se articula com Lúcio Costa, no governo Vargas, atravessa os anos do governo Kubitschek e chega até os anos do governo Dilma. De repente, eu percebia vários graus de colonialidade imersos em todo esse processo. Há muita literatura sobre isso, como o livro da Lorraine Leu sobre o que significou o desmonte do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, no início do século XX. O edifício mais importante da arquitetura moderna brasileira, o Ministério da Educação e Saúde, está ali, construído sobre os restos de um morro desmanchado, no qual vivia uma comunidade afro-brasileira que foi expulsa. O próprio projeto da minha cidade natal, Belo Horizonte, é um projeto colonial expansionista que, em inglês, chamam de *settler colonialism*. Eu cresci com a ideia de que a história de Minas Gerais começava em 1697, no início da exploração do ouro, mas já havia gente morando lá há quatro mil anos. Onde está essa história? Ela desapareceu. Foi, portanto, através dessas indagações e descobertas que cheguei ao debate decolonial.

O que mais me agrada nesse debate e mantém meu interesse em ler mais, escrever mais e continuar debatendo é que a grande maioria de suas ideias e conceitos nascem na América do Sul. Há alguns intelectuais mexicanos e porto-riquenhos, mas se trata de um pensamento sul-americano. Tenho encontrado em colegas de uma geração mais velha, que se formaram dentro das ideias marxistas, uma enorme resistência a esse discurso. Eles argumentam que a questão da raça é um exagero, uma moda norte-americana, ou, como me disse Jorge Liernur no ano passado, em um seminário no México, que o debate decolonial é uma imposição da academia norte-americana e, portanto, mais uma colonização intelectual. Minha resposta é que esta compreensão pode até estar correta, porque a academia norte-americana lidera esse debate, mas não só ela. Há um pensamento africano se articulando, um pensamento asiático, que conhecemos pouco. Já encontrei pessoas da Singapura e da China que estão discutindo modos de explicar o mundo do ponto de vista da Ásia que, seguramente, não é o ponto de vista europeu. E há também o importante fato de que grande parte dos pensadores desse tema são sul-americanos, como Enrique Dussel, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Gloria Anzaldúa e Ramón Grosfoguel, que é porto-riquenho. Vejo nisso algo que vem de uma experiência espacial da América do Sul.

Nesse processo, também decidi não mais falar de especificidades e excepcionalidades latino-americanas, porque eu não reconheço o Rio Grande e o Rio Bravo como uma divisão entre duas Américas. A história espacial das Américas, da ocupação europeia dos espaços e do holocausto ameríndio, é a mesma em todo o continente. Nós sobrevivemos a uma pandemia cuja letalidade variava entre 1 e 2 por cento. Imagine o que foi o genocídio dos povos originários, no século XVI, com uma letalidade que chegou a 90 por cento em alguns grupos das Américas, e o trauma que ele gerou. A ideia colonial de aprisionar pessoas na África e trazê-las à força para cá, para substituir a mão de obra que morreu nas pandemias do século XVI, também é similar. Toda essa história é muito parecida. A ocupação e a exploração territorial são muito parecidas, do Chile ao Canadá. Então, meu interesse é pensar as Américas, e esta é outra atitude que enfrenta resistências. Sim, existem muitas especificidades

latino-americanas e regionais: os países andinos, onde a presença das populações originárias ainda é forte, os países da Bacia do Prata, como o Paraguai, com a língua Guarani, o Caribe, com sua história também peculiar. De fato, as histórias são localizadas, mas guardam muitas semelhanças que ainda não foram devidamente trabalhadas.

No momento atual, interesse-me em pensar conceitos americanos para discutir essas arquiteturas. Os conceitos europeus são fundamentais, mas insuficientes. E eu quero trabalhar sobre essas insuficiências e sobre os conceitos que precisamos desenvolver para entender a nossa própria arquitetura. No geral, eu vejo o debate decolonial na arquitetura como uma oportunidade de embaralhar as cartas e distribuí-las de novo. As cartas estão dadas há trezentos anos, mas temos agora a oportunidade de embaralhá-las. Acabamos de editar um número da revista DeArq, da Colômbia, que chamamos de *Barajar el canon*, um conceito do meu colega Fernando Martínez Nespral, de Buenos Aires, que designa a ideia de embaralhar as cartas e distribuí-las de novo, reagindo ao jogo de cartas marcadas que estamos jogando há tanto tempo.

Marcelo Tramontano: Na verdade, a atualidade desse debate, como você mencionou há pouco, se coloca de modo transversal no mundo, especialmente em função da ascensão da China, um país do Sul, na atual disputa por várias hegemonias com as grandes potências do Norte: hegemonia tecnológica, científica, cultural, política, etc.. O debate chega, portanto, a todas as áreas do conhecimento e, no nosso caso, à área de Arquitetura e Urbanismo. Podemos ter resistências e reticências, mas questões como as que você menciona precisam, sim, ser discutidas e encaradas.

Você também mencionou o modelo moderno de arquitetura, formulado como um meio de dominação que ilustra com clareza a espacialização da noção de colonialidade do poder, através de modos específicos de se pensar o espaço, sistemas construtivos hegemônicos, formas preferenciais e escolhas programáticas. Estes elementos se apresentam, desde Adolf Loos, como uma espécie de oposição culta e civilizada às arquiteturas consideradas bárbaras do resto do mundo e dos povos do Sul. No entanto, ao ser universalizado e imposto em escala planetária, este modelo também foi apreendido, retrabalhado e assumido, por diferentes povos, como expressões de sua própria cultura. Como você vê esse fenômeno?

Fernando Lara: Eu vejo isso de duas maneiras. Uma delas é muito positiva. O lado lindo da obra de Oscar Niemeyer é o que ele conseguiu colocar de Brasil, ou do Rio de Janeiro, em sua arquitetura. Paulo Mendes da Rocha e Vilanova Artigas fizeram a mesma coisa em São Paulo. Todos fizeram uma leitura do lugar onde estavam e produziram uma arquitetura absolutamente exuberante, maravilhosa e inovadora, em alguns casos genial. A sede do Partido Comunista Francês, que Niemeyer projetou em Paris, é genial. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, do Artigas, e os edifícios do Paulo Mendes da Rocha, principalmente o Clube Paulistano, têm uma arquitetura absolutamente genial. Mas junto com essa brasilidade que eles leram, tem uma outra brasilidade que também se encontra no âmago dessa arquitetura. Trata-se do fato de ela ter sido produzida com fôrmas para o concreto feitas em madeira de desmatamento, o fato de que a armação metálica e o cimento foram carregados nos ombros de homens mulatos que nunca tiveram chance de desfrutar dessa modernidade, ou muito pouco. Uma outra grande invenção brasileira, que é o Sistema Unificado de Saúde, que proporciona acesso universal e gratuito a todos aqueles que vivem no Brasil, só foi criado algumas décadas depois desse período entre os anos 1940 e os anos 1970, quando foram produzidas essas grandes construções. Imagine a quantidade de operários inválidos, mortos ou sofrendo o resto da vida porque não tinham acesso a um sistema de saúde, a tratamento médico e hospitais. Não havia um cuidado com essa parcela importante que integrava e integra o processo de construção. Muitos operários morreram ou perderam membros do corpo, em um processo que está ligado à questão ecológica, relacionada ao desmatamento e, de modo geral, à exploração dos recursos naturais e humanos.

Na Bienal de Arquitetura de São Paulo de 2019, apresentei um projeto no Centro Cultural São Paulo que desenvolvi com os meus alunos (Fig. 2). Eu estava muito impactado pelo desastre de Mariana e, no mês da Bienal, aconteceu o desastre de Brumadinho, que matou muito mais gente. O que apresentamos era parte do trabalho de atelier que havíamos desenvolvido na Universidade do Texas em Austin, onde eu era professor, na época. Pedi aos alunos que construíssem o modelo digital 3D de vários edifícios paradigmáticos da Arquitetura brasileira e quantificassem os elementos químicos e minerais contidos em cada um. Eles calcularam a quantidade de ferro, de alumínio, de cálcio e outros elementos. Depois, fizemos o trabalho reverso,

calculando o tamanho do rombo provocado no meio natural por aquelas obras. Cada um dos edifícios gerou um rombo: na mina de ferro, na mina de alumínio, no desmatamento, na mina de calcário. Por fim, sobrepusemos o tamanho dos rombos à dimensão do desastre de Mariana e um impacto socioeconômico. Gera mais valia, gera valorização ou desvalorização de áreas. Enfrentar esse problema faz parte da responsabilidade da arquitetura.



Fig. 2: Painel apresentado na XII Bial de Arquitetura de São Paulo. Fonte: F. Lara, 2019.

Aqui nos Estados Unidos, há um movimento muito forte para se trabalhar a questão laboral dos arquitetos. Ele parte do entendimento de que o arquiteto não é um artista criador que tem a sua genialidade reconhecida pelos mecenas. Arquiteto é um funcionário que precisa de ter sindicato, limitação de horas semanais de trabalho, salário mínimo, o que não é a norma nos Estados Unidos. As escolas vendem muito bem aos alunos a ilusão de que todos serão grandes arquitetos famosos e, um dia, terão um escritório enorme, alicerçado na exploração de outros jovens que virão depois. Este debate está sendo muito central aqui. Acho que, no Brasil, entende-se um pouco melhor a estrutura socioeconômica em que a arquitetura se insere. Os arquitetos, principalmente aqueles formados nas boas escolas públicas, entendem como é a inserção econômica da arquitetura e o que ela significa para a profissão.

Estas são questões contemporâneas que nos levam a reavaliar as arquiteturas modernas. O racismo de Lúcio Costa e Le Corbusier, como demonstrou o livro de Fabiola López-Durán, as inúmeras histórias de assédio atribuídas a Oscar Niemeyer, por exemplo. Como pôr isso na balança? É preciso separá-las da obra deles? Ou não? É possível continuar vendo da mesma maneira a obra de Woody Allen, cineasta norte-americano, depois que você sabe da relação dele com a filha adotada? Eu acho que não. Meu colega Christopher Long escreveu um livro sobre o processo por estupro que sofreu Adolf Loos, baseando-se em testemunhos do próprio arquiteto e da moça que o acusou. Não é possível ver a obra dele do mesmo jeito depois de ler o livro. Não se pode separar a obra do seu criador. Até porque o campo da Arquitetura faz questão de não separar. Ao olhar um edifício, dizemos que "este é um Niemeyer" e não que "este é um edifício desenhado por Niemeyer, detalhado pela sua equipe, orçado pela equipe de uma construtora, construído por trezentas pessoas e pago por alguém". Não temos os créditos completos no final do filme, apenas juntamos a obra com o seu criador. E quando se derruba o criador, o que fazemos com a obra? Acho que esta é uma pergunta central a ser discutida, como consequência do movimento decolonial e das lutas identitárias. Temos que buscar outros modos de avaliar e discutir arquitetura, porque esses modos do século XX, de novo, são insuficientes.

Marcelo Tramontano: Essa arquitetura, que você tão bem problematiza, corresponde ao modelo apresentado aos alunos que ingressam no primeiro ano dos cursos de arquitetura no Brasil, da América Latina e talvez de todo o mundo como o modelo ideal, como a arquitetura que se deve ter como parâmetro de qualidade e, de certa forma, procurar atingir. No Brasil, muitos alunos entram na universidade por cotas raciais, sociais e destinadas a povos originários,

como você sabe. Eles pertencem, muitas vezes, a comunidades periféricas onde predominam descendentes dos grupos e povos que mais foram subalternizados no processo de colonização, e que sofreram e ainda sofrem os efeitos da perpetuação da colonialidade. Isto significa que o caráter hegemônico desse modelo de arquitetura e sua apresentação aos alunos como paradigma induziria a um apagamento das referências que cada um traz consigo. Como poderíamos promover novas leituras do processo de ensino e aprendizagem de arquitetura de uma perspectiva decolonial?

Fernando Lara: Nos meus textos dos últimos três anos, eu tenho me debruçado sobre um processo que chamo de abstração espacial. Por que eu tenho me dedicado a estudar este processo? Porque ele foi sistematizado no século XVI, ao mesmo tempo em que os europeus consolidavam seu domínio sobre as Américas. Mais uma vez, seguindo a estrela guia – para usar uma metáfora cristã – de Arturo Escobar, Aníbal Quijano e Enrique Dussel, não existe separação entre o processo de colonização dos territórios americanos e o processo de sistematização das ferramentas de arquitetura, que é um processo de abstração e distanciamento. Na época de Leon Battista Alberti ou de Filippo Brunelleschi, estavam-se pensando ferramentas de desenho com base em todo o conhecimento da época – conhecimento islâmico, da antiguidade italiana – e criaram-se ferramentas de aceleração ou aprimoração do pensamento arquitetônico. Os arquitetos da época estavam permanentemente no canteiro de obras. O distanciamento entre os arquitetos e o canteiro inicia-se na Florença do século XV, mas é sistematizado no século XVI pelos grandes tratados que começam com Sebastiano Serlio, passam por Andrea Palladio e vão até Giacomo Vignola. Trata-se de um processo de tomar distância, que separa o arquiteto do que está sendo construído, e corresponde ao que René Descartes sistematizou em 1605: a separação entre mente e espaço, entre a mente e o resto. Nós impomos esse processo de abstração aos estudantes de arquitetura desde então. Desde o século XVII, a imposição desse processo gera justamente o que você acabou de colocar. Isto aconteceu comigo. Na minha família não havia arquitetos. Eu não venho de uma família que tivesse esse capital social da elite, tanto que, depois de formado, não tive clientes que me permitissem realizar as obras que, quando estudante, eu imaginava que deveria fazer.

Tal processo de distanciamento é imposto aos alunos já no primeiro ano do curso. É dito a eles mais ou menos o seguinte: "esqueçam a sua experiência espacial pregressa, esqueçam de onde vocês viveram os seus primeiros 18 anos de vida e toda a sua experiência de espaço. Nós vamos ensinar a vocês, a partir do zero, o que é uma parede, o que é uma janela, o que é um lugar de dormir, o que é um lugar de comer". Este é um processo clássico de modernização, um processo de colonização das mentes dos alunos com a premissa de trazê-los à modernidade. Como romper com isso é o xis da questão. Como resgatar conhecimentos que eu chamo de relacionais, não abstratos? Afetos, histórias... Como trazer de volta para a prancheta ou o computador a história dos lugares, de quem morou e viveu neles? Como entender esses espaços? Porque o treinamento moderno é um processo de distanciamento desses afetos, histórias e relações para poder manipulá-los, trabalhando ao bel prazer de quem nos paga. Isto está bem claro para mim, mas não sei como resgatar esses conhecimentos. Fico tentando descobrir maneiras em pensadores que habitam cidades que sobreviveram à modernização, sejam de matriz africana, matriz indígena, matriz árabe ou matriz asiática. Existem, nessas referências, conhecimentos que não estamos sabendo trazer para o projeto de arquitetura, e acho que esses conhecimentos são chaves para superarmos a crise que estamos vivendo, na qual o desenho já não funciona. Não funciona para a crise social e nem para a crise climática. Temos que buscar outras ferramentas e outras molduras teóricas para conseguir avançar nessa questão.

Eu penso que a obra dos arquitetos modernos sensíveis a esses outros conhecimentos é muito mais interessante. Estou pensando na Lina Bo Bardi, que tinha uma sensibilidade enorme para questões do canteiro e que, deliberadamente, negava o distanciamento. Lina não desenhava, ou desenhava muito pouco, mas permanecia no canteiro. Penso também no Lelé – o arquiteto João Filgueiras Lima –, que entendeu que a arquitetura é feita pelas centenas de operários que estão no canteiro e passou a desenhar pensando no processo, no que dois homens conseguem carregar em termos de componentes pré-fabricados, por exemplo. Eu acho que os arquitetos que entenderam essas coisas foram mais bem-sucedidos e sua obra me parece mais interessante.

Marcelo Tramontano: Ouvindo você falar, lembrei-me de que Lina teve também uma contribuição importante na esfera cultural, e não apenas no pensamento arquitetônico e construtivo. Lembrei-me da exposição Nordeste, que ela

organizou no Solar do Unhão, em Salvador, inaugurando o Museu de Arte Popular, onde denunciava os séculos de subalternização e apagamento sofrido pela população afrodescendente na região, e resgatava a sua produção artística. Lina, Lelé, Eládio Dieste, Severiano Porto são modernos radicais cuja obra e pensamento precisam ser permanentemente discutidos com os estudantes de arquitetura.

Na sua interlocução com diferentes escolas e pares na América Latina, que lugar lhe parece estar sendo dado ao pensamento decolonial no ensino de arquitetura e urbanismo? De que modo e em que medida este debate tem – ou não tem – se realizado nas escolas da região? Você tem conhecimento de experiências exitosas, de lugares onde essas ideias têm florescido?

Fernando Lara: A Argentina ocupa uma centralidade importante nesse debate desde Marina Waisman, em Córdoba, nos anos 1980 e 1990, e agora com Fernando Martínez Nespral. A Argentina abriga um polo de discussão. Estou pensando na exposição que Andrea Giunta e Agustín Pérez Rubio realizaram no Malba, o Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires, que é o museu de arte moderna mais importante da América Latina. Os dois curadores reorganizaram a coleção do Malba a partir de critérios latino-americanos, em uma exposição que se chamava Verboamérica e que durou um ano e meio. O Malba já voltou a expor as obras de acordo com critérios europeus, mas durante um ano e meio elas estavam expostas segundo critérios latino-americanos. Artistas que nunca estiveram lado a lado, estavam na mesma sala. Obras de León Ferrari e de Di Cavalcanti, por exemplo, dispostas lado a lado para se discutir religiosidade. No México, são poucas as pessoas que estão trabalhando estas questões. O Chile tem um histórico de um pensamento arquitetônico muito forte e muito diverso também. A Universidade Católica do Chile, com um ensino mais voltado à forma e à tectônica, a Universidade do Chile, com um pensamento mais socialista, que se parece mais com o ensino nas universidades públicas brasileiras, e a Universidade Católica de Valparaíso, uma escola bastante fechada em si mesma, com várias experiências fantásticas, mas muito isolada.

Do Chile, sai uma experiência da qual eu sou absolutamente fã, e sigo acompanhando e vendo resultados surpreendentes: a Escola de Talca. Juan Román, que é o diretor da escola, fundou-a há uns quinze anos. É uma escola pública pequena, em uma cidade agrícola igualmente pequena e pobre, com vinhedos e uma tradição de extração de madeira para a indústria moveleira. Juan veio da escola de Valparaíso, trazendo para Talca a metodologia de Valparaíso e suas várias inovações interessantes, para criar a Escola de Talca. Os primeiros dois anos do curso são bem tradicionais, com cursos básicos de desenho, construção, história da arquitetura, sistemas, urbanismo e afins. A partir do terceiro ano, o aluno vai fazendo as matérias paralelas mas, no ateliê, ele passa a fazer parte de uma equipe. Essa equipe é liderada por um aluno do quinto ano, que está se formando, e reúne alunos de terceiro, quarto e quinto anos. A grande novidade da Escola de Talca é que o aluno de quinto ano tem que construir o seu projeto de graduação e, se não construir, não recebe o diploma. Consequentemente, claro, eles não projetam centros culturais, nem outros grandes edifícios, mas uma cobertura na frente do hospital da cidade para proteger as pessoas que estão na fila, um mirante no alto de um morro onde as pessoas costumam caminhar, uma plataforma acessível para cadeiras de rodas no mercado de frutas, etc. Os projetos são pequenos, mas são lindos e muito bem executados. Além disso, priorizam o trabalho em equipe desde o terceiro ano do curso. O aluno que entra no terceiro ano é o estagiário que vai fazer os desenhos base, procurar descobrir o preço de alguma coisa, ajudar a fazer o orçamento e a carregar os materiais no canteiro. Com o passar do tempo, ele vai subindo de posto na equipe – que é continuamente recomposta – e, quando chega ao quinto ano, ele estará em condições de liderar uma equipe de cinco alunos que vai ajudá-lo a construir o seu projeto. Eu acho essa metodologia sensacional e os projetos são lindos.

Algo que às vezes me incomoda no Sul Global é que os projetos de extensão universitária desenvolvidos para áreas pobres são, eles mesmos, pobres. Usam-se pneus para fazer muros de arrimo ou para requalificar uma pracinha. Os materiais são, em geral, muito básicos, a própria ideia de composição e colocação dos materiais é muito primária, e os projetos são os mais baratos possíveis. A Escola de Talca consegue perverter isso. Os projetos estão profundamente inseridos na comunidade, e vem daí uma parcela do sucesso da escola. A prefeitura doa materiais, o dono da serraria cede um pouco de madeira, o dono da loja de materiais de construção doa as pedras, e assim eles vão fazendo projetos que constituem pequenas *follies*, para usar uma ideia do Bernard Tschumi. A cidade está pontuada com essas pequenas *follies*, pequenas arquiteturas.

Uma diferença importante em relação à escola de Valparaíso é que os trabalhos permanecem na cidade, porque em Valparaíso abandonam-se os trabalhos. Valparaíso não acredita no objeto arquitetônico, vamos colocar assim, mas acredita no ato de construir. Lá, eles canibalizam os próprios projetos. De um ano para o outro, os alunos vão a Ritoque – a área da escola destinada à experimentação construtiva – e retiram materiais. Ritoque é cheia de ruínas. E Ritoque não é habitada, parecendo-se a um parque de diversão de arquitetos. Talca tem a vantagem de ser uma cidade de baixíssima densidade, uma cidade rural e pequena, onde os trabalhos estão inseridos na vida quotidiana das pessoas. Entretanto, este projeto é muito recente e eu não sei como a escola estará daqui a dez anos ou quando o Juan Román se aposentar, visto que a liderança dele é muito importante. Várias são as interrogações em relação ao futuro, mas, hoje, me parece ser a escola mais interessante das Américas.

Marcelo Tramontano: Fernando, para finalizar a nossa conversa, queremos fazer a você uma pergunta que fazemos a todos os entrevistados da VIRUS. A partir de tudo o que discutimos aqui, o futuro lhe parece promissor?

Fernando Lara: Eu acho que pode-se ver o copo meio vazio e o copo meio cheio, em uma proporção de 50/50. É esta a minha resposta à sua pergunta. Pelo copo meio vazio, é fácil explicar. Estamos vivendo um momento de ressurgimento da extrema direita, de censura e esvaziamento das questões da universidade. Aqui nos Estados Unidos, a questão da censura é muito forte, o Brasil passou por quatro anos de Bolsonaro, a Argentina vai ter anos de Milei, os Estados Unidos passaram por quatro anos de Trump e a chance dele voltar é enorme. Acho que nos tocou viver em um tempo reacionário. Neste sentido, o copo está meio vazio. Eu não vejo a arquitetura preparada para ser propositiva, para liderar os debates necessários. Eu vejo a arquitetura muito a reboque de todas essas questões. Pelo lado do copo meio cheio, vejo a expansão da ideia de arquitetura para além da elite. Uma profissão e um campo disciplinar que sempre foram muito elitistas estão finalmente discutindo o seu próprio elitismo. Algumas nações e sociedades estão trabalhando contra este elitismo, trazendo uma comunidade mais diversa para dentro da arquitetura, mesmo que, em outros lugares, isso ainda seja difícil. No caso europeu ou no caso das universidades de elite norte-americanas, temos, pelo menos, discutido a questão e denunciado esse elitismo. Por esse lado, eu vejo o copo meio cheio.

Também percebo que vem aí mais uma revolução digital que vai chacoalhar as bases da arquitetura, que é a questão da Inteligência Artificial produzindo imagens. Através de Inteligência Artificial, já estão sendo produzidas imagens super poderosas. Daí para se produzirem projetos inteiros é um passo muito pequeno. Acho que estes desenvolvimentos vão forçar a disciplina da arquitetura a se repensar. Qual será a nossa contribuição neste novo cenário? Desenhar projetos que obedecem os códigos edilícios será, daqui a dez anos, uma tarefa realizada pelo Chat GPT e não por quem tem um diploma de arquiteto. Para estes, qual contribuição vamos propor? Há uma pequena esperança de que a arquitetura volte a ser propositiva, porque temos este poder e esta responsabilidade. Conseguimos, melhor do que várias outras disciplinas, desenhar o futuro. O cinema consegue colocar uma ideia de futuro, mas nós traduzimos a ideia de futuro em projetos implementáveis. Ancoramos imagens de futuro a questões reais. Tenho esperança de que a disciplina da Arquitetura comece realmente a desenhar cidades sem automóveis, cidades inclusivas que consigam diminuir a emissão de carbono, que consigam abarcar diversas maneiras de habitar, distintas do projeto moderno, o qual demole as áreas autoconstruídas para implantar conjuntos habitacionais que visam ensinar as pessoas a como viver.

Espero que as ferramentas digitais sirvam para empoderar as pessoas em geral e que elas possam alcançar melhores espaços de vida. Mas também há uma grande chance de que o uso dessas ferramentas sirva para promover mais elitismo e mais gentrificação. Eu não consigo ver vantagem em nenhum dos lados e me encontro bastante pessimista. Como todas as eleições no mundo, nos últimos anos, se resolvem com 51% para um lado e 49% para o outro, eu acho que, neste caso, o capital e as grandes empresas de tecnologia estão com 51% e os movimentos sociais empoderadores estão com 49%. Como virar este jogo constitui uma questão fundamental que precisamos enfrentar.

**LA DIMENSIÓN ESPACIAL DE LA COLONIALIDAD:
UNA PROPUESTA INTERPRETATIVA Y OTRAS VOCES IGNORADAS**

**THE SPATIAL DIMENSION OF COLONIALITY:
AN INTERPRETATIVE PROPOSAL AND OTHER IGNORED VOICES**

YASSER FARRÉS

Yasser Farrés Delgado es Arquitecto y Doctor en Urbanismo, Ordenación del Territorio y Medio Ambiente. Es Profesor de Tiempo Completo en la Universidad Santo Tomás, Colombia, e investiga en las áreas de Arquitectura, Urbanismo, Teoría Crítica, Modernidad y Colonialidad.

yasserfarres@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1758-6517>

Resumen

Este ensayo aborda la preocupación reciente por la dimensión espacial de la colonialidad. Se argumenta que dicha preocupación experimenta un auge desfasado respecto a otras áreas de las ciencias sociales debido a la colonialidad del saber que opera en las disciplinas responsables del diseño de los ambientes humanos — Arquitectura, Urbanismo y Ordenamiento Territorial —, pero también por la ausencia de una voz que representara a estas áreas dentro de la primera generación de pensadores y pensadoras decoloniales. En ese sentido, se vindican jóvenes voces que durante el último decenio han estudiado distintas manifestaciones de la colonialidad en relación con el ambiente construido contemporáneo, a partir del concepto de “colonialidad territorial”. Para ello, se recurre a un análisis autorreflexivo sobre la experiencia personal ligada a la crítica decolonial en Arquitectura y a una revisión de otras fuentes invisibilizadas. Adicionalmente se propone el concepto de “colonialidad arquitectural” como categoría que describe el carácter sistémico de la dimensión espacial de la colonialidad.

Palabras-clave: Praxis arquitectural, Diseño, Colonialidad, Modernidad, Academia

1 Introducción

La perspectiva de la modernidad-colonialidad finalmente ha salido a la palestra como un debate necesario dentro lo que, sin pretensiones de precisión absoluta, suelo definir como “disciplinas responsables del diseño de los ambientes humanos”. Esto es, la Arquitectura, el Urbanismo y el Ordenamiento Territorial. Evidencia de este relucir son los recientes números dedicados al tema por la revista chilena INVI (vol.38, núm.107, 2023) y la colombiana DeArq (núm. 36, 2023), así como la aparición del tema de la descolonización en la Bienal de Arquitectura de Venecia del 2023, comisariada por Lesley Lokko. También, es evidencia, con significativa anterioridad, la revista brasilera Redobra (núm. 15, 2020); la revista chilena ARQ (núm. 110, 2022), y la revista brasilera VIRUS.

Hablamos de un acontecimiento intelectual lógico, pues, a fin de cuenta, los modelos arquitectónicos, urbanos y territoriales generalizados continúan aspirando a materializar un proyecto civilizatorio — el de la modernidad europea — cuya crisis terminal es cada día más evidente. Sin embargo, es contradictorio que el *boom* de esta preocupación ocurra con un notable desfase respecto a otras áreas de las ciencias sociales. En ello reside el motivo para escribir este ensayo, en el que pretendo, por una parte, argumentar que dicho desfase se debe a la colonialidad del saber que opera en las disciplinas responsables del diseño de los ambientes humanos (Arquitectura, Urbanismo y Ordenamiento Territorial), pero también por la ausencia de una voz que representara a estas áreas dentro de la primera generación de pensadores y pensadoras decoloniales. También, por otra parte, aportar algunos conceptos que podrían asumirse como derroteros para una mirada decolonial de la praxis arquitectural.

Para desarrollar estas ideas, presentaré previamente una conceptualización del quehacer profesional del diseño y una aproximación a la perspectiva de la modernidad-colonialidad. Luego, recurriré a un análisis autorreflexivo de mi experiencia intelectual ligada a la crítica decolonial en Arquitectura, asumiendo la escritura narrativa como método de indagación (cf. Vargas, 2010), para lo cual contrastaré la revisión cronológica de acontecimientos personales con el comentario de textos publicados sobre la dimensión espacial de la colonialidad durante la década pasada, tanto propios como de otros jóvenes autores y autoras.

2 Una revisión conceptual e historiográfica necesaria

Para cumplir los objetivos indicados, resultan oportunas dos precisiones conceptuales sobre al quehacer profesional en Arquitectura. La primera, tiene que ver con las disciplinas responsables del diseño de los ambientes humanos, una delimitación disciplinar que propongo siguiendo las enseñanzas de Roberto Segre y Eliana Cárdenas en la Facultad de Arquitectura del Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría (actual Universidad Tecnológica de La Habana), quienes, a su vez, se vieron marcados por la crítica marxista a la ciudad, el influjo estructuralista en la teoría arquitectónica e, incluso, los estudios culturales latinoamericanos.

Esta definición asume que el diseño es una actividad creativa multiescala, históricamente condicionada por factores que, grosso modo, suelo resumir como físico-ambientales, socio-culturales y técnico-económicos¹.

2.1 Precisiones conceptuales en torno a la praxis arquitectural

Enfocado así, se comprende que todo producto de la actividad diseñadora, todo objeto de diseño, independiente de la escala en que se enmarque, debe valorarse con una vocación transdisciplinar. Esto es, apuntando más allá de los aspectos compositivos, funcionales o económicos a los que suele limitarse el saber disciplinar del diseño, incluyendo las implicaciones sociales, ambientales y culturales ligadas a los contextos y usuarios específicos. Este posicionamiento podría parecer una verdad de Perogrullo, pero ha sido ignorado con frecuencia en la práctica del diseño bajo el pretexto de la universalidad del usuario, la objetividad del proceso, la racionalidad, la innovación y una larga lista de razones fáciles de asociar con el discurso hegemónico del desarrollo, mencionado por Quijano-Valencia, (2002), que da sentido a la producción mercantil en el sistema mundo contemporáneo.

La segunda precisión está relacionada con la noción de praxis arquitectural, y es útil, al menos, para la teoría crítica hispanohablante. Consecuente con la anterior, propongo el adjetivo arquitectural, para hacer generalizaciones en torno a lo arquitectónico, lo urbano y lo territorial. De esto modo, se reserva el adjetivo arquitectónico(a) para aludir a una de las tres escalas mayores de la actividad diseñadora (arquitectónica, urbana y territorial), mientras que arquitectural las engloba en su conjunto. Pero, aún más importante, se hace énfasis en la necesidad de reparar la incisión que la academia moderna — entiéndase, los circuitos institucionales del saber occidental — hizo en la comprensión de carácter sistémico del ambiente humano (ver Figura 1). Incisión que, relacionada con el desencantamiento del mundo, se tradujo en un manejo objetual del territorio y una parcelación de conocimientos sobre los que cada nueva disciplina reclama autoridad (Farrés, 2013a). Incisión que puede explicarse a partir de los presupuestos epistémicos de la ciencia moderna (dualismo, racionalismo, empirismo, positivismo, reduccionismo, etc.) pero que, además, responde a cuestiones administrativas ligadas a la mercantilización del conocimiento, lo que ha puesto en crisis la representatividad de la universidad como institución (Lander, 2008).

¹ Ver al respecto Segre y Cárdenas (1982); Segre (1985), Cárdenas (1998), Farrés & Segre (2013) y Farrés (2021).

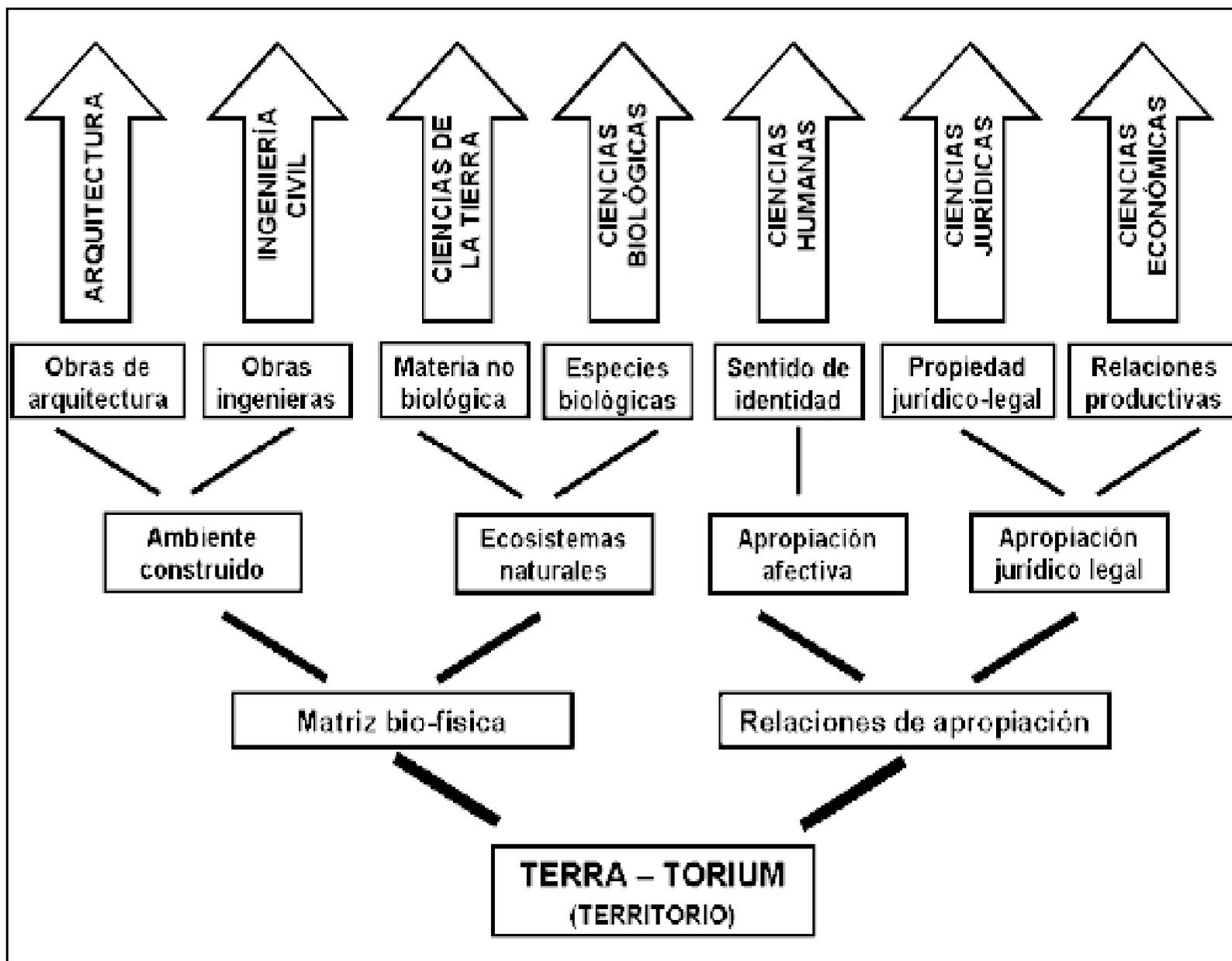


Fig.1: Aproximación a una clasificación general de los componentes del territorio, y su relación con el abordaje desde las disciplinas. Fuente: Farrés, 2013a. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10481/29967> Acceso en: 07/07/2023.

Una vez comprendidos estos conceptos (disciplinas responsables del diseño de los ambientes humanos y praxis arquitectural), adquiere sentido la pregunta que abordaré en las consideraciones finales: ¿por qué, para las escalas menores del quehacer diseñador (diseño gráfico y diseño industrial), la emergencia del enfoque decolonial tuvo lugar hace algunos años, mientras que para las escalas mayores (diseño arquitectónico, diseño urbano y diseño territorial) el *boom* está ocurriendo ahora?

2.2 Precisiones historiográficas y conceptuales sobre la colonialidad y la perspectiva de la modernidad/colonialidad

Otra precisión necesaria está relacionada con la historia y significado del término colonialidad, y con aquello que indistintamente suele denominarse perspectiva de la colonialidad de poder, teoría de la modernidad/colonialidad, teoría de la colonialidad del poder, giro decolonial, crítica decolonial, inflexión decolonial o perspectiva decolonial. Estos términos que, en mi opinión, no han sido totalmente comprendidos, aluden a un enfoque sobre la conformación del sistema-mundo moderno que engloba a diversas críticas basadas en la categoría colonialidad. Evidencia de esta incompreensión es que varios textos recientes usan 'decolonialismo' para aludir a este enfoque, a pesar de que los autores y autoras, pioneros de este abordaje, nunca emplearon ese término que, además,

resulta confuso. Parece sugerir una corriente unificada de pensamiento, a la manera de los ismos europeos del siglo XX, cosa que nunca ocurrió. De hecho, el sociólogo puertorriqueño Ramón Grosfoguel, uno de los pioneros, ha mencionado en varias ocasiones que nunca hubo un ‘grupo de la modernidad/colonialidad’ sino una red de pensadores y pensadoras con diferentes nodos, geográficamente localizados, que se ha extendido más allá del propio contexto de las Américas que le dio origen. Una red donde coinciden intereses y puntos de vista, pero también aparecen interpretaciones confrontadas².

Se podría afirmar que esta percepción de grupo quizás se ha expandido a raíz del artículo *Mundos y conocimientos de otro modo* (2003), escrito por el antropólogo colombiano Arturo Escobar, que registra más de 1400 citaciones en Google Académico, a día de hoy. Allí, el autor alude a un “grupo de investigadores en Latinoamérica y en los Estados Unidos que están elaborando una novedosa interpretación de modernidad, globalidad y diferencia” (Escobar, 2003, p. 51), a quienes propone denominar Programa de Investigación de Modernidad/Colonialidad, siguiendo una interpretación libre de la noción de Lakatos (1978). El autor menciona la existencia de un grupo de investigadores con una perspectiva emergente, directamente conectada con los escritos del sociólogo y teórico político peruano Aníbal Quijano, pero también insiste que es un programa de investigación vinculado con diversas genealogías de pensamiento, latinoamericanas o no, entre las que recoge a la teología de la Liberación, la filosofía de la liberación, la ciencia social autónoma, la teoría de la dependencia, los debates latinoamericanos sobre la modernidad y la posmodernidad, las discusiones sobre la hibridez, el poscolonialismo, los estudios subalternos, los estudios culturales y otros.

En un texto posterior — la introducción al libro *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (2007) —, escrito por el filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, junto a Ramón Grosfoguel, se emplea el término Grupo Modernidad/Colonialidad con el mismo significado con que Escobar (2003) lo usó. Ellos relatan una historia de encuentros, de laboratorios de investigación, donde “se están formando las nuevas generaciones críticas de la modernidad/colonialidad” (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007, p. 13). Es decir, donde se generó la red modernidad/colonialidad que, para entonces, contaba “con una buena cantidad de jóvenes investigadores e investigadoras que han incorporado ya la perspectiva decolonial en sus estudios” (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007, p. 12). Eso mismo expone después otro colombiano de la primera generación, el antropólogo Eduardo Restrepo, en *Inflexión decolonial: fuentes conceptos y cuestionamientos*, escrito junto a Axel Rojas, que resulta muy didáctico para comprender la modernidad/colonialidad (Restrepo & Rojas, 2010).

Como suele ocurrir en las ciencias históricas, la lejanía en el tiempo puede aportar precisiones sobre los hechos históricos. Así las cosas, a dos décadas del mencionado texto de Arturo Escobar, debería desecharse definitivamente cualquier visión de grupo monolítico de la Red Modernidad/Colonialidad. Esta postura que, dicho sea de paso, suelen asumir quienes pretenden desacreditar la perspectiva decolonial tachándola de moda intelectual, bien para vindicar un justo reconocimiento — como puede ser el caso de la socióloga y activista boliviana Silvia Rivera Cusicanqui —, o para insistir en defender el eurocéntrico y aparentemente inacabado proyecto de la modernidad.

Para evitar interpretaciones erróneas, conviene insistir en la diferencia entre colonialismo y colonialidad como fenómenos mundiales. Aníbal Quijano, autor del segundo término, esbozó sus diferencias en *Colonialidad y modernidad/racionalidad* (1992)³, donde definió al colonialismo como una “relación de dominación directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes” (Quijano, 1992, p. 11). Su aspecto político, en su expresión formal y explícita, fue derrotado en la mayor parte de los países, aunque no así demás dimensiones. En ese ensayo, el autor argumenta que la colonialidad es “el modo más general de dominación en el mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido” (Quijano, 1992, p. 14), y deja entrever que esta inicia con el colonialismo europeo en las Américas pero lo trasciende al convertirse en “piedra angular del poder global y marco principal de las formas de explotación y dominación en los últimos 500 años” (Quijano, 1992, p. 11). También afirma que la estructura de poder instaurada durante el período colonial impuso ciertas construcciones intersubjetivas discriminatorias que continúan luego de las independencias nacionales, en forma de categorías con pretensión científica y objetiva de significación

² Como su discípulo doctoral, le escuché defender este argumento por lo menos en el año 2010, en la Universidad de Granada.

³ El texto tuvo dos reproducciones: véase Quijano (1992a) y Quijano (1992b) en las referencias. En el presente artículo usaré citas que corresponden al primero.

ahistórica, como si se tratara de fenómenos naturales y no de la historia del poder; categorías codificadas como raciales, étnicas, antropológicas o nacionales, según los momentos, agentes y poblaciones implicadas (Quijano, 1992).

En efecto, si se observan las líneas principales de la explotación y de la dominación social a escala global, las líneas matrices del poder mundial actual, su distribución de recursos y de trabajo entre la población del mundo, es imposible no ver que la vasta mayoría de los explotados, de los dominados, de los discriminados, son exactamente los miembros de las ‘razas’, de las ‘etnias’, o de las ‘naciones’ en que fueron categorizadas las poblaciones colonizadas, en el proceso de formación de ese poder mundial, desde la conquista de América en adelante (Quijano, 1992, p.12).

Quijano, cuyo pensamiento se alineaba, hasta entonces, con la perspectiva marxista, asume así una inflexión teórica sobre la explicación del sistema-mundo donde la noción de raza desplaza a la categoría clase de la centralidad otorgada por Immanuel Wallerstein (1974, 1979). El propio Wallerstein valida esta perspectiva cuando publica junto a Quijano, en ese mismo año, *Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system* (cf. Quijano y Wallerstein, 1992). Este argumento sobre el rol organizador del racismo y el etnicismo en la estructura social y epistémica del sistema-mundo moderno quedará más explícito en *Raza, etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas*, cuando expresa:

El racismo y el etnicismo fueron inicialmente producidos en América y reproducidos después en el resto del mundo colonizado, como fundamentos de la especificidad de las relaciones de poder entre Europa y las poblaciones del resto del mundo (...) Toda las otras determinaciones y criterios de clasificación social de la población del mundo, y su ubicación en las relaciones de poder, desde entonces actúan en interrelación con el racismo y el etnicismo, especialmente, aunque no sólo, entre europeos y no-europeos (Quijano, 1995, p.4).

Ahora bien, como comenté en un texto anterior (Farrés, 2019), habría que reconocer que Quijano (1992) no hizo entonces una definición muy explícita del concepto colonialidad. Por tanto, su ensayo genera interrogantes sobre el concepto, en especial cuando lo adjetiva. Así, al mencionar “colonialidad cultural” (Quijano, 1992, p. 19), deja abierta la puerta a pensar que existen otros tipos de colonialidades, idea que se acentúa al leer “colonialidad del poder” (Quijano, 1992, p. 19). Lo mismo ocurre cuando usa “colonialismo político” (Quijano, 1992, p. 19), pues atendiendo a las otras dos dimensiones del colonialismo que resaltó (la social y la cultural) tendría sentido hablar también de un colonialismo social y de colonialismo cultural. Otra indeterminación reside en no explicitar qué entiende por ‘poder’, aunque sin dudas su discurso tiene implícito el reconocimiento de que se ejerce en las más disímiles áreas de la existencia humana. Del mismo modo, es confuso el manejo indistinto de los términos colonialidad y colonialidad del poder, porque no ofrece una definición explícita de lo segundo. Por tanto, si el uso indistinto de todos estos vocablos es posible, ¿qué sentido aporta emplear el término colonialidad? ¿No bastaría acaso desbordar un poco el reconocido significado económico del concepto neocolonialismo, y hablar entonces de neocolonialismo cultural, neocolonialismo político? ¿Para qué una nueva palabra?

Tales interrogantes han sido aclaradas con el tiempo tanto por Quijano como por otros autores y autoras, pero algo estaba muy claro en su texto de 1992: el concepto refiere a relaciones de poder racializadas; es decir, “marcadas por una jerarquía etno/racial donde el colonizador europeo se autodefine como superior al resto de las poblaciones del mundo, y de este modo, presenta su racionalidad como superior al resto de racionalidades” (Farrés, 2019, p.33). Por ello, hablar sobre la colonialidad, implica reconocer el inédito carácter mundial tanto de los procesos que la fundamentan como de sus consecuencias.

En relación con lo anterior, son oportunas otras dos aclaraciones, ya expuestas por Ramón Grosfoguel. La primera es que la idea contenida en la palabra colonialidad —“la raza es un principio organizador de la lógica de acumulación de capital, de la economía política y de la división del trabajo internacional del sistema capitalista mundial desde el siglo XVI” (Grosfoguel, como se cita en Martínez, 2013, p. 43) — ya estaba presente en el pensamiento de las feministas chicanas antes de que Quijano acuñara el término, y mucho antes, en el pensamiento africano y el pensamiento negro de las Américas. La novedad de Quijano reside en que, al usar el concepto colonialidad del poder, ofrece una forma inédita de designar los vínculos entre la noción de raza y otras relaciones de poder, lo que ayuda a distinguir colonialismo y colonialidad (Martínez, 2013, pp. 43-44). La segunda anotación reafirma a la primera: la idea del racismo como elemento fundante de la modernidad/colonialidad se ha visto reforzada hoy por diversas fuentes, destacando la noción de racismo/sexismo epistémico ya construida (cf. Grosfoguel, 2011; Grosfoguel, 2013).

Más allá de sus imprecisiones, el texto de Quijano (1992) será un elemento fundacional para muchas interpretaciones de la realidad histórica dentro del Programa de Investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano, a partir de las cuales ha emergido una red mundial de pensamiento. La originalidad y pertinencia del término colonialidad han sido reafirmadas con el tiempo, con posteriores contribuciones del propio Quijano y de otros autores y autoras. En esa línea, tendrán un papel fundante las nociones de colonialidad del saber y colonialidad del ser, teorizadas, respectivamente, por el venezolano Edgardo Lander (2000a) y el argentino Walter Mignolo (2000), forjadas en el contexto de fructíferos diálogos entre pensadores y pensadoras de procedencias geográficas, disciplinares y cosmovisivas muy diversas.

El concepto de colonialidad del saber, de Edgardo Lander, emerge como resultado de la incapacidad de los debates políticos y académicos, en múltiples campos de las ciencias sociales, para plantear opciones teóricas y prácticas como alternativas al actual sistema neoliberal, la preponderancia total del mercado y el modo de vida globalizado. Así surge su tesis sobre el neoliberalismo como discurso hegemónico del modelo civilizatorio impuesto por Occidente, síntesis de “los supuestos y valores básicos de la sociedad liberal moderna en torno al ser humano, la riqueza, la naturaleza, la historia, el progreso, el conocimiento y la buena vida” (Lander, 2000a, p. 11). Así surge su argumento sobre la necesidad de buscar alternativas en modelos o teorías fuera de la cosmovisión liberal que marca a la economía como disciplina. Así, su propuesta busca relacionar la herencia colonial de los paradigmas moderno/coloniales con el rol de la universidad como promotora de dicho modelo civilizatorio.

(...) la formación profesional (que ofrece la universidad), la investigación, los textos que circulan, las revistas que se reciben, los lugares donde se realizan los posgrados, los regímenes de evaluación y reconocimiento de su personal académico, todo apunta hacia la sistemática reproducción de una mirada del mundo desde las perspectivas hegemónicas del Norte. (Lander, 2000b, p. 65, como se cita en Castro-Gómez, 2007).

Lander expone que la organización colonial del mundo inicia de la mano con la constitución colonial “de los saberes, de los lenguajes, de la memoria y de imaginario” (Landes, 2000, p. 16) — por eso alude a los saberes coloniales y a la colonialidad del saber —, y que, para el siglo XIX, ya estará conformada la gran narrativa universal que somete a “la totalidad del espacio y del tiempo -todas las culturas, pueblos y territorios del planeta, presentes y pasados” (Lander, 2000a, p. 16). En cuanto al concepto colonialidad del ser, el filósofo puertorriqueño Nelson Maldonado-Torres (2007a) reconoce su autoría a Walter Mignolo, y expone que es una consecuencia de su libro *The darker side of the Renaissance* (1995). Al respecto, explica:

(...) La idea era que si en adición a la colonialidad del poder también existía la colonialidad del saber, entonces, muy bien podría haber una colonialidad específica del ser. Y, si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje (Maldonado-Torres, 2007a, pp.129-130).

No obstante, en dicho libro, no hay una referencia directa al concepto colonialidad, aunque su demarcación de las diferencias entre el locus de enunciación de la posmodernidad y el locus de enunciación de la poscolonialidad tiene total afinidad con lo escrito por Quijano (1992). Los conceptos diferencia colonial, matriz colonial del poder o colonialidad del ser fueron expuestos por Mignolo un tiempo después, en *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledge and Border Thinking* (2000). De hecho, Mignolo (2009) reconoce que no conocía sobre Quijano (1992) cuando escribió *The darker side*, pero leerlo fue como una epifanía y motivación para escribir *Local Histories/Global Designs*.

Textos posteriores de Quijano son más esclarecedores en muchos de los puntos indicados. Por ejemplo, Quijano (2001) deja explícita la diferencia entre colonialismo y colonialidad: mientras que lo primero se refiere a una relación política y económica donde la soberanía de una nación o pueblo descansa en el poder de otra nación, lo que convierte a esta última en imperio, lo segundo, en cambio, alude a patrones de poder que surgieron con el colonialismo pero se extienden más allá de este, pues definen las relaciones culturales, intersubjetivas, de distribución del trabajo y de producción de conocimientos en el contexto de los ahora Estados nacionales. Del mismo modo, hace más explícita su definición de la colonialidad del poder:

La colonialidad del poder es uno de los elementos constitutivos del patrón global de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas de la existencia cotidiana y a escala social. (Quijano, 2007, p.93).

Otros autores han insistido, también, en la diferencia. Grosfoguel, por ejemplo, precisa que el colonialismo no es nuevo en la historia de las civilizaciones — como fenómeno regional (no mundial), puede encontrarse en distintos momentos y latitudes geográficas antes de la conquista del Nuevo Mundo — pero sí lo es la colonialidad y su discurso racial:

El colonialismo es más antiguo que la colonialidad (...) Lo nuevo en el mundo moderno-colonial es que la justificación de dicha dominación y explotación colonial pasa por la articulación de un discurso racial acerca de la inferioridad del pueblo conquistado y la superioridad del conquistador (Grosfoguel, como se cita en Montes & Busso, 2007).

En esa misma línea, Restrepo y Rojas (2010) enfatizan que el colonialismo implica un dominio político y miliar desplegado sobre el territorio colonizado para “garantizar la explotación del trabajo y las riquezas de las colonias en beneficio del colonizador” (Restrepo & Rojas, 2010, p.15); y que sus alcances son más puntuales y reducidos que los de la colonialidad, pues esta es un fenómeno histórico más complejo que llega hasta nuestros días:

(...) un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, posibilitando la reproducción de relaciones de dominación; (y que) no sólo garantiza la explotación por el capital de unos seres humanos por otros a escala mundial, sino también la subalternización y obliteración de los conocimientos, experiencias y formas de vida de quienes son así dominados y explotados (Restrepo & Rojas, 2010, p. 15).

Como explica Maldonado-Torres, la colonialidad “se mantiene tan viva en los libros, en los criterios para el desempeño académico, en los patrones culturales, el sentido común, la auto-representación de las personas, las aspiraciones del ‘yo’ y tantos otros aspectos de la experiencia moderna”, que, como sujetos modernos, “respiramos colonialidad todo el tiempo y cada día” (Maldonado-Torres, 2007b, p. 243; traducción nuestra). Es una visión que confirman Restrepo y Rojas cuando expresan que el sistema mundo moderno está estructurado por un patrón o matriz de poder donde “el trabajo, las subjetividades, los conocimientos, los lugares y los seres humanos del planeta son jerarquizados y gobernados a partir de su racialización, en el marco de operación de cierto modo de producción y distribución de la riqueza” (Restrepo & Rojas, 2010, p. 16).

Todas estas definiciones son integradas por Santiago Castro-Gómez en un análisis sobre el rol de las universidades en la persistencia de la colonialidad, donde propone entender la colonialidad como una estructura triangular entre la colonialidad del ser, la colonialidad del poder y la colonialidad del saber; una estructura eternizada por la mirada colonial del mundo que profesa la ciencia moderna, que obedece “a un modelo epistémico desplegado por la modernidad occidental” (Castro-Gómez, 2007, p. 79) y se caracteriza por la hybris del punto cero: “hacerse un punto de vista sobre todos los demás puntos de vista, pero sin que de ese punto de vista pueda tenerse un punto de vista” (Castro-Gómez, 2007, p. 83). De este modo, el autor ofrece una explicación muy pedagógica sobre la colonialidad en la relación ser-poder-saber.

3 Hacia una comprensión de la dimensión espacial de la colonialidad

3.1 Contextualización de una experiencia

En el año 2008, uno después de la publicación de *El giro decolonial*, comencé estudios en el programa de Doctorado en Urbanismo, Ordenación del Territorio y Medio ambiente de la Universidad de Granada (España), gracias a una beca de la Agencia Española de Cooperación al Desarrollo (AECID), a la que había postulado con un proyecto que llevó por título *Hacia una arquitectura de la liberación*. La propuesta investigativa pretendía argumentar la necesidad de liberar, en Cuba, la práctica profesional de la arquitectura de ciertos dogmas homogeneizadores e insostenibles que — pensaba en aquel momento — eran resultado de la forma burócrata de cómo se gestionaba la producción del hábitat y de la implantación acrítica de los principios de la modernidad. Ello explicaría el porqué de la reproducción en Cuba de ciertos modelos urbanos y arquitectónicos internacionales.

El concepto dogma, como categoría de análisis, entraba en juego a partir de un texto reciente que llegó a mis manos como docente y discípulo de Eliana Cárdenas: *Arquitectura dogmas y desaprendizaje: reflexionando la práctica y practicando la reflexión*, escrito por el mexicano Enrique Urzaiz (2005), donde el autor debate los dogmas de la pedagogía de la arquitectura en la modernidad, entre otras cuestiones. A partir de esa referencia, el cuestionamiento a la modernidad quedaba implícito. No obstante, en línea con lo aprendido de Segre y Cárdenas, creía fielmente en la posibilidad de que una modernidad apropiada, planteada desde un regionalismo crítico de fuerte raíz ambiental y cultural, pudiera ser la alternativa a la producción anónima de estética global que se instalaba en el país desde la década de 1990, a raíz de la desaparición de la URSS y la forzada apertura al turismo internacional. Por su parte, los conceptos dogma y desaprendizaje condujeron, de manera fortuita, a que emergiera la idea de liberación, sin que mediara en mí alguna influencia del pensamiento de Enrique Dussel, de quien no había escuchado nada en el momento de formular el proyecto. Fue poco antes de partir de Cuba que leí algo de su trabajo y, por supuesto, se convirtió en uno de los primeros intereses al insertarme en la Universidad de Granada (UGR).

En Granada, teniendo por tutor al ambientólogo y urbanista Alberto Matarán — ya vinculado entonces a la Escuela Territorialista Italiana y a Albergo Magnaghi, al punto de llegar a ser el traductor al castellano de su libro más relevante, *Il progetto locale* (cf. Magnaghi, 2011) — la categoría homogeneización dio paso a la categoría desterritorialización de la metrópoli. Además, el amplio acceso a Internet facilitó que comenzara a leer a Enrique Dussel; y por serendipia, la mención a este filósofo latinoamericano en la bibliografía de un curso promovido por el Instituto de Migraciones de la UGR durante los primeros meses del 2009, me hizo conocer sobre Ramón Grosfoguel y, mediante él, la perspectiva de la modernidad-colonialidad.

Es así como di un giro decolonial a la explicación de mi problema: comprendí que la desterritorialización de la metrópoli que se presenta tanto en países capitalista como en Cuba, un país socialista, podría explicarse como un resultado de la hegemonía epistémica occidental en el sistema mundo moderno-colonial. En torno a esta idea elaboré el trabajo *Descolonizar el territorio: consideraciones epistémicas para el caso de la Habana*, presentado para optar por el Diploma de Estudios Avanzados (DEA), en septiembre de 2010, al que Alberto Matarán hará referencia en su introducción al libro de Magnaghi, cuando menciona la posibilidad que representa la perspectiva territorialista para dialogar con el Sur Global. Con ligeras modificaciones, este trabajo fue presentado posteriormente como tesis doctoral (cf. Farrés, 2013a). En este, proceso aparecieron ponencias, capítulos de libros y artículos (cf. Farrés & Matarán, 2012a; 2012b); y como secuela, otros textos adicionales (cf. Farrés, 2013b, 2015, 2016, 2019; Farrés & Toro, 2014; Farrés, Matarán & Avello, 2015). Algunos han sido traducidos al portugués (cf. Farrés, 2020; Farrés & Matarán, 2021).

3.2 Comprendiendo la dimensión espacial de la colonialidad: de la colonialidad territorial a la colonialidad arquitectural

El hilo conductor de esos trabajos ha sido la noción de colonialidad territorial, recogida en Farrés y Matarán (2012) como el “conjunto de patrones de poder que sirven en la praxis territorial para establecer, hegemónicamente, una concepción del territorio sobre otras, que resultan inferiorizadas” (Farrés & Matarán, 2012, p. 152). Actuando de forma análoga a Castro-Gómez (2007), argumentamos la particularidad de la estructura triangular entre la colonialidad del ser territorial, la colonialidad del poder territorial y la colonialidad del saber territorial. De este modo, se territorializaba el debate decolonial, desvelando una dimensión espacial de la colonialidad que no había sido tratada así con anterioridad, quizás por la ausencia de profesionales de la arquitectura, el urbanismo o el ordenamiento territorial entre quienes hacen parte de la primera generación de pensadores y pensadoras decoloniales.

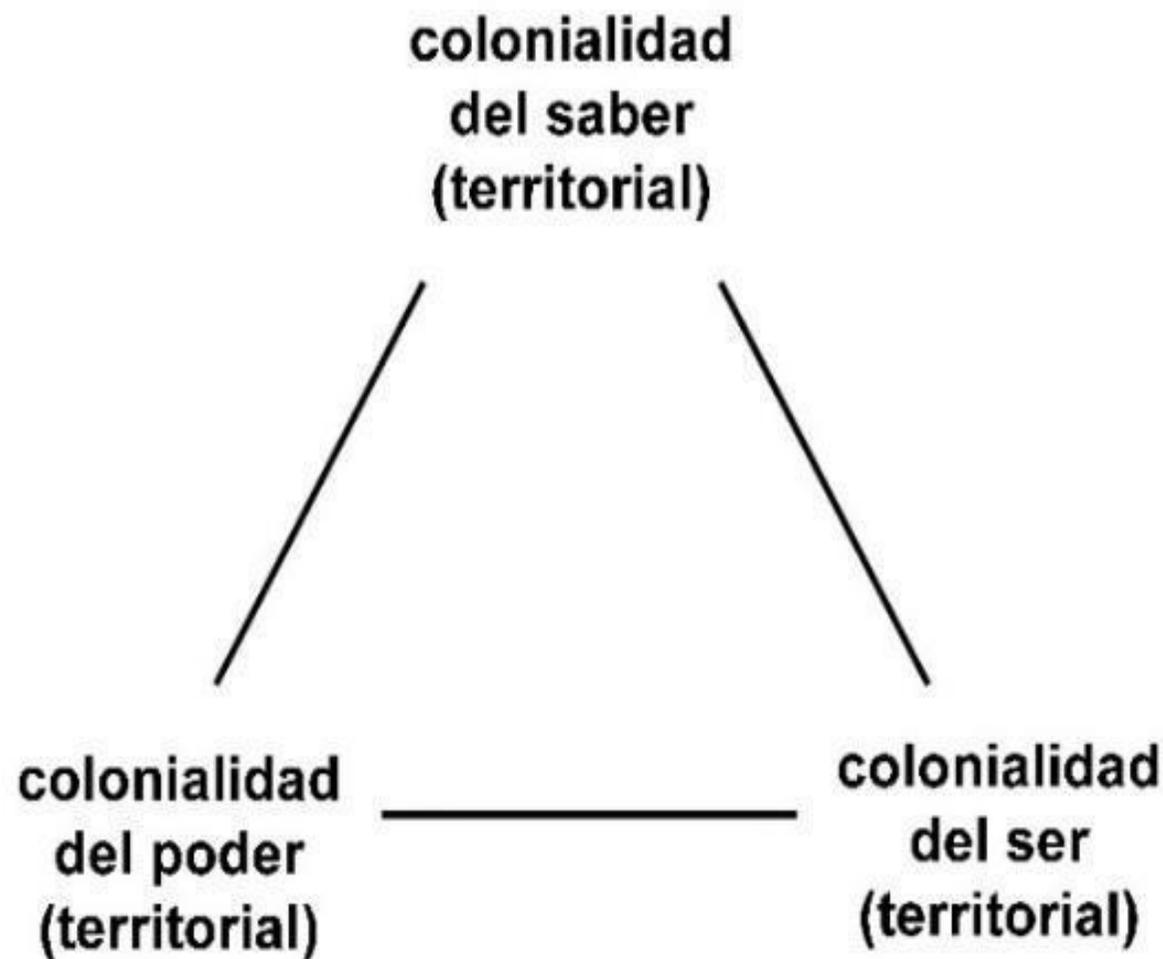


Fig.2: El triángulo de la colonialidad territorial. Fuente: Farrés & Matarán, 2012b. Disponible en: <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1371>. Acceso en 07/07/2023.

Si se consideran las precisiones conceptuales que mostré en la primera parte de este ensayo, es fácil comprender que en todo momento era consciente de que podría hablar de manera homóloga sobre la colonialidad urbana y la colonialidad arquitectónica, cuestión que se menciona en varios de los textos mencionados. Ahora bien, elegí reducir la explicación solo a una de las escalas por una simple razón operativa: debía sostener una tesis doctoral en un programa de urbanismo donde mi discurso era cuestionado por ciertas autoridades académicas que, negando su pertinencia como trabajo disciplinar en el área del Urbanismo y la Ordenación del territorio, lo clasificaban de Sociología, Ciencias Políticas o Filosofía. Afortunadamente no fue esa la opinión del tribunal doctoral.

Aquella postura anclada en un concepto académico reduccionista que privilegia la parcelación del conocimiento, la encontré también en las vicisitudes para publicar el artículo indexado que la UGR pedía como requisito para defender la tesis doctoral: cuando enviaba el texto a una revista de urbanismo, las personas evaluadoras decían que tocaba lejanamente a la teoría urbana o era de arquitectura; y cuando lo enviaba a revistas de arquitectura, no lo consideraban en el área de conocimiento. Ciertamente, no obstante, que en general fueron revistas europeas o estadounidenses escritas en inglés. Representativa en esa línea fue la respuesta de rechazo que recibió el texto *Decolonizing Architecture and Urban Planning. A Theoretical Approach starting in Havana*, que envié al *Journal of Arch'I & Planning Research*, a inicios del 2013. La sugerencia de un par evaluador fue dirigirlo "a una revista que acepte trabajos que incorporen afirmaciones retóricas amplias y arbitrarias como las que se presentan aquí", y propuso *Antipode o Space and Society*. A esta última no puede enviar el artículo por falta de tiempo, pero el editor de *Antipode* consideró que "que no encajaba bien con lo que ellos publican". Ciertamente es que en cada revista hubo división de opiniones entre quienes lo evaluaban, pues unos rechazaban el texto y otros lo favorecían, pero los editores tomaban la decisión final de no aceptarlo.

Afortunadamente, una revista de Humanidades recibió mi texto — la revista colombiana *Tabula Rasa* — y fue aceptado por la Escuela de Doctorados de la UGR para permitir mi defensa de tesis. Así, obtenido el grado de doctor y con la capacidad para escribir y publicar sin compromisos institucionales, centré mis trabajos posteriores en hacer explícita la idea de la colonialidad arquitectural. Dos textos que hacen parte de investigación de corte más filosófico, que actualmente está por presentarse (cf. Farrés, 2016a; Farrés, 2016b), dan fé de ello. En ese sentido, considerando la arquitectura, la ciudad y el territorio como manifestaciones a distintas escalas de una categoría de mayor generalidad (el ambiente construido), y en línea con la conceptualización de la praxis arquitectural que antes presenté, propongo pensar la *colonialidad arquitectural* como una estructura tetraédrica entre la colonialidad del ser, el poder y el saber en las distintas escalas del trabajo de la Arquitectura, tal como se presenta en el esquema de la Figura 3.

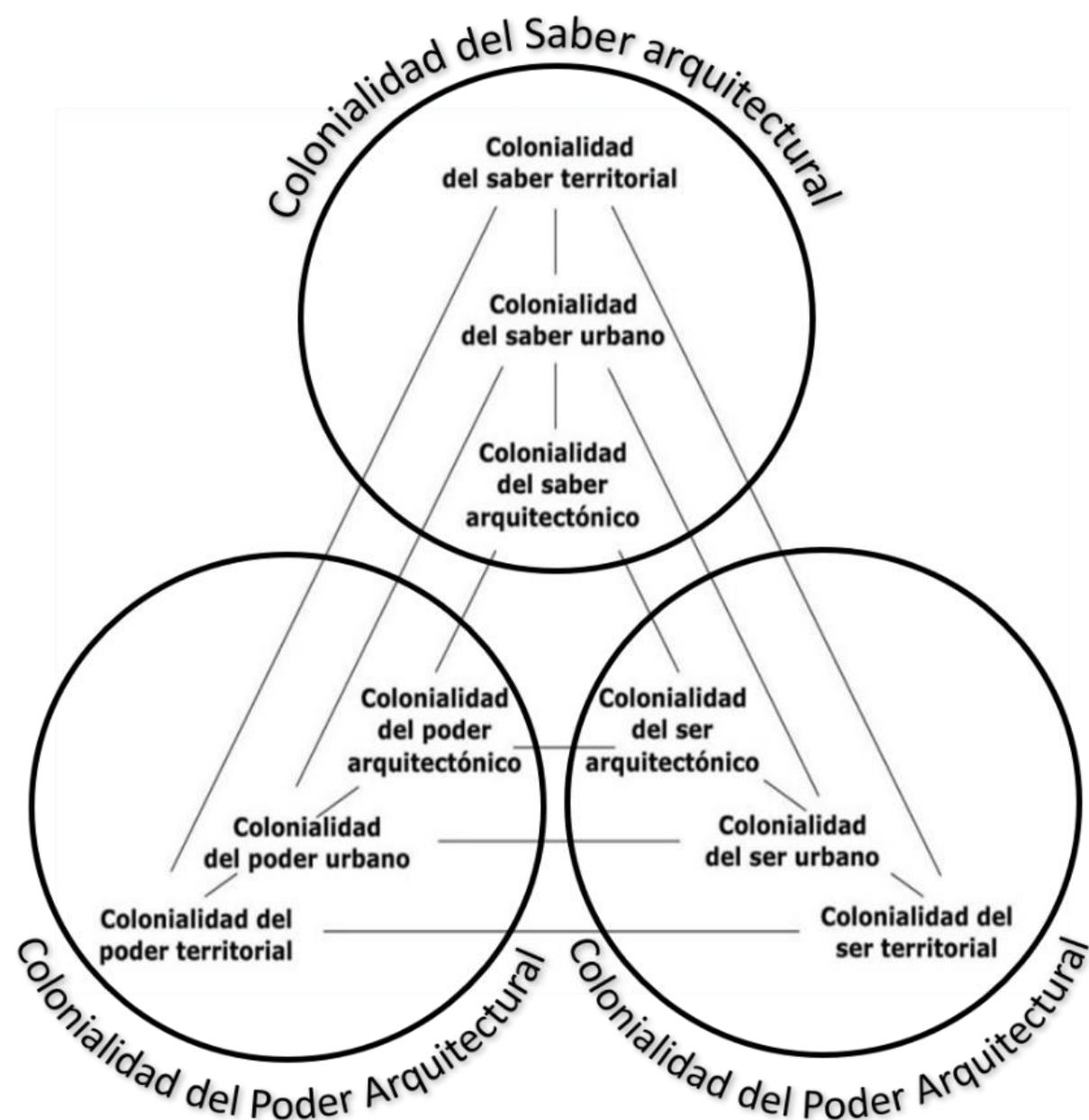


Fig. 3: La estructura tetraédrica de la colonialidad arquitectural. Fuente: Autor, 2023.

Se podría, entonces, hablar de la colonialidad urbana y la colonialidad arquitectónica por analogía a la colonialidad territorial. Hablaríamos de la hegemonía de una concepción arquitectónica/urbana sobre otras, articulada a partir de la colonialidad del saber arquitectónico/urbano, la colonialidad del poder arquitectónico/urbano, y la colonialidad del ser arquitectónico/urbano. O, simplemente, podríamos definir la colonialidad arquitectural en el sentido multiescalar otorgado al inicio de esta presentación, de modo que cada escala constituye una manifestación particular. Consecuentemente, se puede afirmar la colonialidad del saber

arquitectural como un hecho empíricamente verificable, en dos tipos de jerarquías epistémicas, diferenciables entre sí pero muy relacionadas. 1) La jerarquía hacia el exterior de la Arquitectura como disciplina, dada por la hegemonía del saber arquitectural occidental sobre los saberes arquitecturales no occidentales, y 2) la jerarquía hacia el interior de la Arquitectura como disciplina, dada por la hegemonía de ciertas sub-disciplinas sobre otras (Figura 4). Dichas jerarquías se manifiestan de múltiples formas, tanto dentro de los muros de la academia como fuera. Por ejemplo, en el sostenido despliegue mundial de las nociones occidentales del territorio, la ciudad y la arquitectura; o en las pugnas entre los arquetipos de arquitectos que mencionamos al inicio; o también, en el menosprecio con que la enseñanza de la arquitectura ha asumido lo ancestral, lo tradicional, lo vernáculo y lo popular, relegándolos a la condición de patrimonio o tratándolos como fuente para la innovación. En el mejor de los casos, sin asumir que, por sí mismos representan una alternativa a las demandas de espacios habitables para las personas.

JERARQUÍAS EPISTÉMICAS QUE VERIFICAN LA COLONIALIDAD DEL SABER ARQUITECTURAL

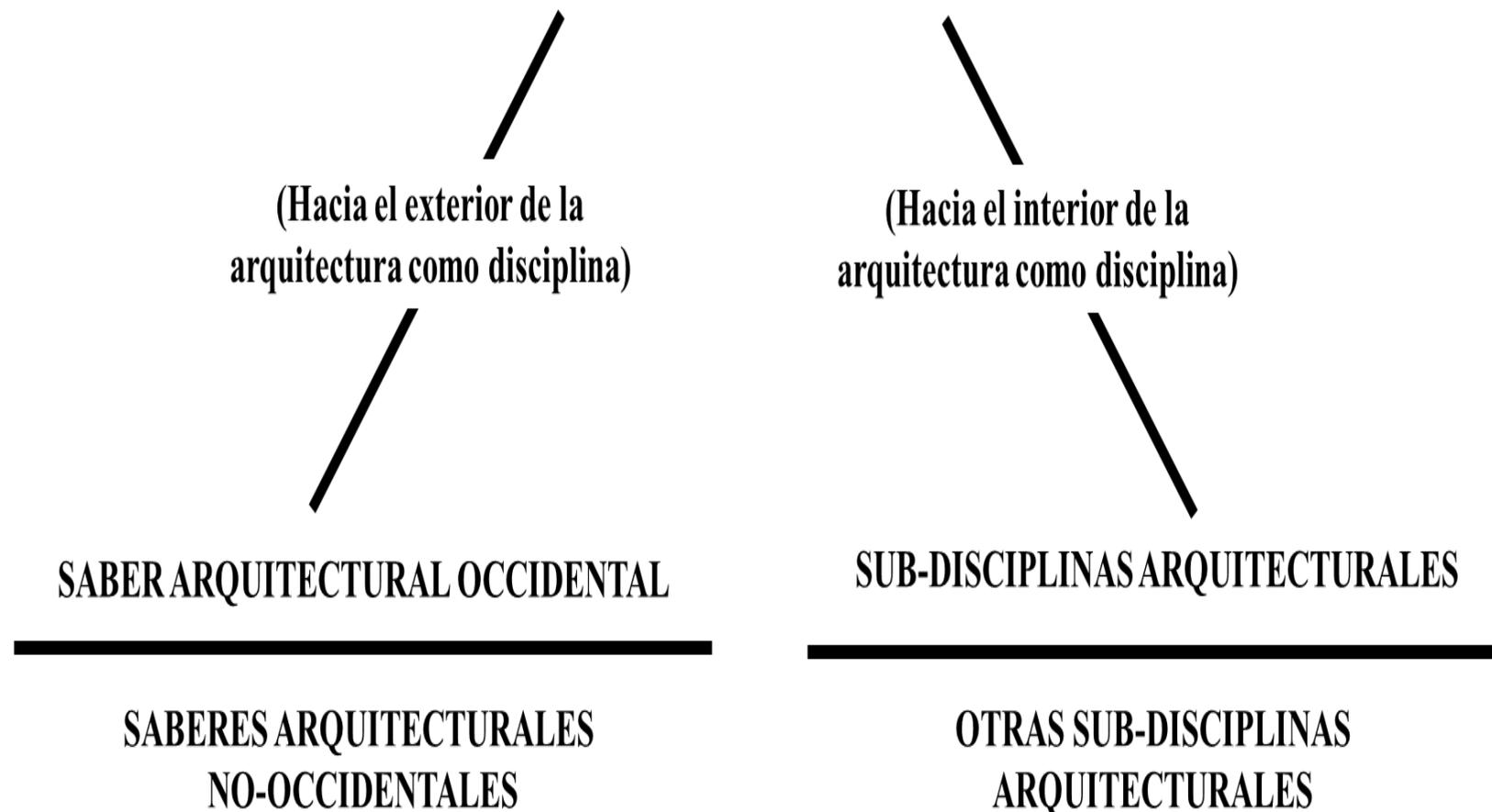


Fig. 4: Jerarquías epistémicas que evidencian la colonialidad del saber territorial. Fuente: Farrés, 2023 (inédito).

3.3 Voces tempranas en la aprensión de la dimensión espacial de la colonialidad

Desta forma, a ocupação destas terras foi marcada tanto pela precariedade das condições ali existentes quanto por conflitos com os A partir de los trabajos mencionados, en América Latina aparecen durante la década pasada jóvenes investigadores que formularon interpretaciones novedosas en diálogo con la noción de colonialidad territorial. Son autores y autoras que abordan problemáticas relacionadas con alguna de las escalas del diseño antes mencionadas. En el contexto hispanohablante, destaca Contreras (2016), que reconoce su valor epistémico y aportes para la formación académica, y a partir de lo cual dirige la formulación de una línea de

investigación en la Universidad Católica de Cuenca (cf. Sánchez, 2018). Del mismo modo, García-Chueca (2017), cuya tesis doctoral hace una crítica decolonial al concepto de derecho a la ciudad, propone desjuridificarlo y descolonizarlo, y pone en valor las expresiones no normativas de este que emanan del campo artístico-cultural decolonial. También Isasi (2018), cuyo trabajo de maestría asume la pertinencia del concepto ‘colonialidad del saber territorial’ y expone la recuperación de las tecnologías de construcción tradicionales (tierra) como una posibilidad para desarrollar actitudes decoloniales. Por su parte Mattioli (2018), cuya tesis doctoral, dirigida por Ana María Falú, ve como ejemplo descolonizador las prácticas comunitarias y cooperativas de producción social del hábitat en grupos sociales en la serranía de Córdoba, Argentina. Del contexto brasilero, insistiría en los escritos de Freire-Medeiros y Name (2019), cuya noción de *Epistemologia da laje* ofrece inflexión en la manera de entender la informalidad urbana que va más allá de cierta idealización contenida en los enfoques poscoloniales. Y Cunha (2019), que discute la colonialidad del saber en los procesos de asistencia técnica para la construcción de las viviendas urbanas de bajos recursos.

4 Consideraciones finales

Si de algo sirve la mirada autorreflexiva y las menciones que acabo de presentar, es para evidenciar que las áreas de conocimiento relacionadas con el diseño de los ambientes humanos no están en lo absoluto exentas del cómo opera la colonialidad del saber. En ese sentido, de la bibliografía citada, es fácil reconocer que ninguna de las publicaciones previas al 2020 corresponden con revistas específicas de arquitectura y urbanismo que pudieran considerarse con alta calificación y/o factor de impacto a los efectos de la cuantificación. Ello no es casual: se trata de textos escritos por estudiantes de maestría o doctorado, o por jóvenes docentes, subalternos en sus contextos académicos; sin trayectoria ni mayor relevancia para el capitalismo cognitivo de las revistas de impacto. Personas tan invisibles como yo, en 2013, cuando tuve que emigrar nuevamente, esta vez de España a Colombia, en busca de alguna oportunidad que me facilitara continuar una carrera como docente. Personas sin capacidad real para desempeñar roles de importancia en las redes académicas de impacto ya establecidas y, por tanto, lejanas a poder homologar a las grandes figuras de la primera generación de decoloniales en sus respectivas áreas.

Dicho de otro modo, para retomar a la pregunta sobre por qué el *boom* está ocurriendo ahora: en Arquitectura, Urbanismo y Ordenamiento Territorial no existió, en el último decenio, una figura visible que jugara un rol equivalente al de la primera generación de decoloniales. Ello constituye una oportunidad para que voces con mayor relacionamiento académico emerjan como paladines de la decolonialidad territorial, mostrando un cuestionable desconocimiento de los trabajos precedentes. Hoy, actitud injustificable, pues la mayoría de los textos mencionados fueron publicados en revistas de acceso abierto, o se alojan en repositorios institucionales libremente accesibles desde Google Académico. Tal actitud recuerda al extractivismo epistémico otras veces denunciado, que es condición inherente de la falocracia intelectual institucionalizada en la universidad neoliberal. Es así como se explica el tardío boom en la indagación sobre la dimensión espacial de la colonialidad o, lo que es lo mismo, los aspectos moderno-coloniales del diseño en sus escalas mayores (arquitectónica, urbana y territorial). Asistimos a un acontecimiento intelectual que tarde o temprano tendría que ocurrir en relación con el estudio de la dimensión espacial de la colonialidad. Sin embargo, corremos el riesgo de que la Academia pueda convertirlo en una moda más.

Por último, vale la pena insistir en que descolonizar la praxis arquitectural exige romper la jerarquía epistémica occidental instalada por la modernidad, que toma formas específicas en la imposición de patrones de habitar las distintas escalas de los ambientes humanos. Tal ruptura requerirá replantear las relaciones teórico-conceptuales, metodológicas y administrativas de la actual concepción de las disciplinas responsables del diseño de los ambientes humanos — es decir, remover las estructuras de la academia —, pero también las relaciones entre estas disciplinas y los saberes no institucionalizados, como pueden ser los saberes ancestrales, campesinos y otros emergentes vinculados a las formas de concebir el habitar, el ser-en-el-mundo. Dicho de otro modo, se requiere un cuestionamiento sistémico sobre cómo se han concebido el vínculo multiescalar entre arquitectura, ciudad y territorio. Esto, a la vez que una apuesta por construir modelos de habitar acordes con los límites ecológicos, teniendo como horizonte de sentido la justicia espacial/ambiental, social y epistémica. Modelos que sean capaces de revertir el impacto de la implantación del modelo civilizatorio desplegado por occidente en el sistema mundo moderno/colonial.

Agradecimientos

Aprovecho esta ocasión para agradecer públicamente a quienes han replicado mis ideas en Brasil, traduciendo al portugués dos textos míos: los arquitectos Leo Name y Gabriel Rodrigues da Cunha, desde la Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA/PR (cf. Farrés, 2020), y los geógrafos Marcos Aurelio Saquet y Lorraine Gomes da Silva, desde la Universidade Estadual de Goiás – UEG. (cf. Farrés & Matarán, 2021).

Referencias

- Cárdenas, E. (1998). *Problemas de teoría de la arquitectura*. Guanajuato: Universidad de Guanajuato.
- Castro-Gómez, S. (2007). Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Eds.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 79-91). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 9–23). Bogotá: Siglo del Hombre Editores
- Contreras, C. (2016). Hacia una nueva epistemología de la teoría urbana y arquitectónica. *ESTOA. Revista de la Facultad de arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Cuenca*, 5(9), 92-100. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6117303.pdf>
- Cunha, G. R. (2019). Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação sociotécnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 142-153. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2451/2110>
- Escobar, A. (2003). «Mundos y conocimientos de otro modo». El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, 1, 51-86. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600104>
- Farrés, Y. (2013a). *Críticas decoloniales a la arquitectura, el urbanismo y la ordenación del territorio: hacia una territorialización de ambientes humanos en Cuba*. (Tesis doctoral). Universidad de Granada. Granada, España. <http://hdl.handle.net/10481/29967>
- Farrés, Y. (2013b). El proyecto socio-territorial cubano actual. *Cuadernos Geográficos*, 53 (2), 120-130. <https://revistaseug.ugr.es/index.php/cuadgeo/article/view/1537/1724>
- Farrés, Y. (2015). Colonialidad territorial y evolución urbana en La Habana. *Apuntes*, 28(1), 8-23. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.apc28-1.cteu>
- Farrés, Y. (2016a). La arquitectura (y ciudad) de las transferencias: extractivismo, colonialismo y desterritorialización urbano / Architecture (and city) of transfers: extractivism, coloniality and urban-architectonic deterritorialisation. In Merino, I. (coord.) *Arquitectura de las transferencias. Arte, política y tecnología* (pp. 293-333). Madrid: Abada Editores.
- Farrés, Y. (2016b). Arquitectura y decolonialidad: algunas ideas sobre la Escuela de Artes Plásticas de Ricardo Porro. *Aisthesis*, 60, 167-190. <https://www.scielo.cl/pdf/aisthesis/n60/art09.pdf>
- Farrés, Y. (2019). Dialogar con Quijano: la colonialidad como categoría para comprender el ambiente construido en el sistema-mundo moderno/colonial. *Revista de Sociología*, 28, 49-63. <https://doi.org/10.15381/rsoc.v0i28.16895>
- Farrés, Y. (2020). Arquitetura e decolonialidade: algumas ideias sobre a Escola de Artes Plásticas de Ricardo Porro. *Redobra*, 6(15), 87-107. http://www.redobra.ufba.br/?page_id=303
- Farrés, Y. (2021). Precisiones conceptuales, teóricas e históricas para una noción indisciplinada de la arquitectura y su investigación. *Revista M*, 18, 6-29. DOI: <https://doi.org/10.15332/rev.m.v18i0.2636>
- Farrés, Y. (2023). *Un mundo desencantado* (documento inédito).

Farrés, Y., & Matarán, A. (2012a). Descolonizar los estudios territoriales. Consideraciones epistémicas desde el caso de la Habana. In Onghena, Y. y Vianello, A. (coord.). *Políticas de conocimiento y dinámicas interculturales. Acciones, innovaciones, transformaciones* (pp. 43-56). Barcelona: Universidad de Naciones Unidas y CIDOB. https://www.cidob.org/es/content/download/59119/1542058/version/1/file/43-56_YASSER%20FARRE%C2%A6%C3%BCS_CAST.pdf

Farrés, Y., & Matarán, A. (2012b). Colonialidad territorial: para analizar a Foucault en el marco de la desterritorialización de la metrópoli. Notas desde La Habana. *Tabula Rasa*, 16, 139-159. <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1371/1924>

Farrés, Y., & Matarán, A. (2021). Rumo a uma teoria urbana transmoderna e decolonial: uma introdução. *Revista Territorial*, 10 (1). <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/12223>

Farrés, Y., & Segre, R. (2013). Cinco decenios de teoría de la arquitectura en Cuba (1963-2013) y un diálogo intergeneracional: entrevista a Roberto Segre. *ACE*, 8 (23), 77-94. <https://doi.org/10.5821/ace.8.23.2599>

Farrés, Y., & Toro, F. J. (2014). La Prospectiva Estratégica como Herramienta para la Descolonización del Saber Territorial: Una Experiencia en Cuba. *REVISTARQUIS*, 3(1). <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/revistarquis/article/view/14658>

Farrés, Y., Matarán, A., & Avello, Y. (2015). Deterritorialization in Havana: is there an alternative based on Santería? In Brunn, S. (Org.). *The changing world religion map* (pp. 1775-1811). New York: Springer.

Freire-Medeiros, B., & Name, L. (2019). Epistemologia da laje. *Tempo Social*, 31(1), 153-172. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>

García-Chueca, E. (2017). *¿Puede el derecho a la ciudad ser emancipatorio? Presencias, ausencias y emergencias en la construcción del derecho a la ciudad en Brasil*. (Tesis doctoral). Universidad de Coímbra. Coímbra, Portugal. <http://hdl.handle.net/10316/42169>

Grosfoguel, R. (2011). Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. *Tabula Rasa*, 14, 341-355.

Grosfoguel, R. (2013). Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tabula Rasa*, 19, 31-58. <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n19/n19a02.pdf>

Isasi, C. (2018). *Towards decolonial earthen architecture* (Master's Thesis). Aalto University. Helsinki, Finlandia. <https://aaltodoc.aalto.fi/handle/123456789/35421>

Lakatos, I. (1978). *Metodología de los Programas de Investigación*. Madrid: Alianza Editorial.

Lander, E. (2000a). Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In Lander, E. (coomp). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 11-41). Buenos Aires: CLACSO.

Lander, E. (2000b). ¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. In Castro-Gómez, S. (Ed.). *La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina*. Bogotá: Centro Editorial Javeriano, Instituto Pensar, Pontificia Universidad Javeriana.

Lander, E. (2008). La ciencia neoliberal. *Tabula Rasa*, 9, 247-283. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.347>

Magnaghi, A. (2011). *El proyecto local*. Hacia una conciencia del lugar. Barcelona: Edicions UPC.

Maldonado-Torres, N. (2007a). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto (pp. 127-168). In Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (ed.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Maldonado-Torres, N. (2007b). On the coloniality of being. *Cultural Studies*, 21(2), 240-270. <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601162548>

Martínez, L. (2013). Hay que tomarse en serio el pensamiento crítico de los colonizados en toda su complejidad. (Entrevista a Ramón Grosfoguel). *Metapolítica*, 83, 38-47.

Mattioli, D. (2018). *Territorialidades emergentes. Agenciamientos colaborativos para el diseño de transiciones en el campo del hábitat* (Tesis doctoral). Universidad de Córdoba. Córdoba, Argentina. <http://hdl.handle.net/11336/92279>

Mignolo, W. (2000). *Local histories/Global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton: Princeton University Press

Mignolo, W. (2009). La colonialidad: la cara oculta de la modernidad. In Breitwieser, S., Klinger, C. y Mignolo, W. (coord.) (2009). *Modernologías: artistas contemporáneos investigan la modernidad y el modernismo* (pp. 39-49). Barcelona: Museo de Arte Contemporáneo de Barcelona.

Montes, A., & Busso, H. (2007). Entrevista a Ramón Grosfoguel. *Polis*, 18. <http://polis.revues.org/4040>

Quijano Valencia, O. (2002). *De sueño a pesadilla colectiva. Elementos para una crítica político-cultural del desarrollo*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca

Quijano, A. (1992a). Colonialidad y modernidad-racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-10.

Quijano, A. (1992b). Colonialidad y modernidad-racionalidad. In Heraclio Bonilla (ed.). *Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas* (pp. 437-447). Bogotá: Tercer Mundo Editores.

Quijano, A. (1995). Raza, etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas. *Estudios latinoamericanos*, 2(3), 3-19. DOI: <https://doi.org/10.22201/cela.24484946e.1995.3.49720>

Quijano, A. (2001). Globalización, colonialidad del poder y democracia. In AAVV. *Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia*. Caracas: Instituto Diplomático Pedro Gual.

Quijano, A. (2007). Colonialidad el poder y clasificación social. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Eds.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 93-126). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre Editores.

Quijano, A., & Wallerstein, I. (1992). Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. *International Journal of Social Sciences*, 134, 583-591.

Restrepo, E., & Rojas, A. (2010). *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Universidad del Cauca/Universidad Javeriana, Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar. Impreso.

Sánchez, E. (2018). *Marco teórico-conceptual para la línea de investigación 'Territorio, Ciudad y Medio Ambiente' de la carrera de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Católica de Cuenca*. (Trabajo de titulación en Arquitectura dirigido por Chistian Hernán Contreras). Cuenca, Ecuador: Universidad Católica de Cuenca. <https://dspace.ucacue.edu.ec/handle/ucacue/1600>

Segre, R. (1985). *Historia de la arquitectura y del urbanismo: países desarrollados, siglos XIX y XX*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.

Segre, R., & Cárdenas, E. (1982). *Crítica Arquitectónica*. Quito: Editorial Trama, Colegio de Arquitectos de Pichincha, Facultad de Arquitectura y Urbanismo.

Urzaiz, E. (2005). *Arquitectura dogmas y desaprendizaje: reflexionando la práctica y practicando la reflexión*. Universidad Autónoma de Yucatán

Vargas, E. (2010). La escritura narrativa como estrategia de indagación en investigación educativa. *InterSedes*, 11(22), 5-18.
<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/intersedes/article/view/985/1046>

Wallerstein, I. (1974). *The Modern World-System*. Nueva York: Academic Press.

Wallerstein, I. (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press / Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

**ÀS VEZES É FEIO, MAS TÁ NA MODA!
POTÊNCIAS, ADIÇÕES E LIMITES DECOLONIAIS**
SOMETIMES IT'S UGLY, BUT FASHIONABLE!
DECOLONIAL POWERS, ADDITIONS, AND LIMITS
LEO NAME, TEREZA SPYER

Leo Name é Arquiteto e Doutor em Geografia. É Professor Adjunto na Universidade Federal da Bahia e líder do grupo de pesquisa ¡DALE! Decolonizar América Latina e seus espaços. Pesquisa a decolonização na América e no Caribe. lpname@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9019613387560091>

Tereza Maria Spyer Dulci tem graduação e licenciatura plena em História e doutorado em História Social. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal de Ouro Preto e vice-líder do grupo de pesquisa ¡DALE! Decolonizar América Latina e seus espaços. Desenvolve pesquisas na linha de colonialidade/decolonialidade e movimentos sociais. terezaspyer@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3991418591681661>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Name, L., Spyer, T. (2023). Às vezes é feio, mas tá na moda! Potências, adições e limites decoloniais. *VIRUS*, 26, 29-40.
<http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/882>.

Resumo

Partindo de uma problematização dos interesses em jogo em usos recentes do repertório decolonial, procuramos expor as potências das primeiras formulações decoloniais, descrever as contribuições que lhes foram agregadas posteriormente e apresentar suas fragilidades. Para isso, apresentamos suas duas principais bases: a crítica ao eurocentrismo, particularmente direcionada à difusão do conhecimento, e o debate sobre a “raça” como estruturante de dimensões político-econômico-culturais, teorizada no conceito de colonialidade do poder. Depois, destacamos algumas das perspectivas que adicionam novos entendimentos ao conceito de colonialidade e apontamos contradições do giro decolonial. Finalizamos pleiteando o resgate da potência dessa abordagem a partir da exposição de seus limites, com vistas à sua tradução ao Brasil e para além dos modismos.

Palavras-chave: Giro decolonial, Eurocentrismo, Raça, Colonialidade, Epistemologia

1 Introdução

Cena 1. Um aluno afro-venezuelano assiste a uma apresentação sobre o giro decolonial de um dos autores deste texto. Diante da tela com imagens dos rostos das duas autoras e dos onze autores normalmente apontados como precursores de tal perspectiva,¹ ele comenta: “entendi porque você se identifica tanto com os decoloniais, já que são um bando de homens brancos falando de pessoas indígenas e negras!”.

Cena 2. As duas pessoas brancas que escrevem este artigo matriculam-se em um curso on-line sobre *o pensamento decolonial e as artes* de um importante museu do Brasil, conduzido por uma reconhecidamente competente pesquisadora. Na primeira aula, ela mostra o único de mais de cinquenta slides em que cita o sociólogo peruano Aníbal Quijano e a colonialidade, avisando não se guiar por esse autor ou o conceito, mas por uma ideia ampliada de descolonização. Logo percebemos que o curso é sobre artistas negras e negros do Brasil, de diferentes épocas — quase a totalidade, aliás, influenciada por “cânones” europeus e estadunidenses que há muito nos colonizam.

Cena 3. Um de nós assiste à entrevista de um ator brasileiro contando que a peça de um autor canadense, com a qual ele vem obtendo êxito de público e crítica, agora faz sucesso na França. “Encenamos em nossa língua e os cartazes nas ruas também têm o título do espetáculo em português”, diz. E arremata: “isso é *decolonialismo!*”.

Cena 4. A outra de nós recebe a propaganda de um curso de *yoga dekolonial* (com “k” mesmo), que entre outras maravilhas promete combinar movimentos, pausas e exercícios respiratórios para a *rekuperação* (com “k”) de corpos e a dissolução de ocidentalidades, brasilidades, binariedades e outras fronteiras. Uau...

No Brasil, o giro decolonial recebeu atenção muito recentemente, mas seus primeiros escritos são da década de 1990, quando Quijano conceituou a colonialidade. No entanto, as quatro cenas indicam que o léxico decolonial rapidamente se estabelece por aqui, no mundo acadêmico e fora dele, havendo disputas sobre seus sentidos. Na melhor das hipóteses, discursos positivam, tensionam ou criticam a abordagem. Na pior, interesses privados de validação acadêmica, valorização identitária ou ganhos econômicos a cooptam. Às vezes o giro decolonial, parafraseando o funk, “é feio, mas tá na moda!”²

Não por acaso, já circulam obras antidecoloniais produzidas por *haters*, grupos vinculados a universidades latino-americanas e caribenhas, que reclamam estar diante de um “surto decolonial” (Makaran & Gaussens, 2020). Lideramos um grupo de pesquisa

¹ Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Boaventura de Sousa Santos, Catherine Walsh, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Walter Mignolo e Zulma Palermo. Cf. Ballestrin (2013, p. 98).

² *Sou feia, mas tô na moda* é uma canção da funkeira carioca Tati Quebra Barraco, em que ela afirma que não é bonita, mas tem fama e dinheiro.

dedicado ao giro decolonial e a sua divulgação científica³, mas nos consideramos de uma *fanbase* mais moderada. Por isso, nossos objetivos são outros: queremos ao mesmo tempo expor as potências das primeiras formulações decoloniais, descrever as contribuições que depois lhes foram agregadas e, também, apresentar suas fragilidades.

No que diz respeito às potências, nas próximas duas seções fixamo-nos a duas das pedras fundamentais que sustentam o edifício da decolonialidade. A primeira delas é a crítica ao eurocentrismo, de que participam intelectuais decoloniais ancorados na discussão da relação entre o sistema-mundo moderno centrado na Europa e a difusão do conhecimento. A outra é a ideia de “raça”, que geo-historicamente influi sobre dimensões político-econômico-culturais do mundo social, teorizada no conceito-chave de colonialidade do poder. Depois, destacamos, de modo sucinto e sem quaisquer pretensões de aprofundamento, algumas das análises sobre os modos de subjetivação permeados por tropos racistas e patriarcais, que resultam em uma adição de perspectivas — e adjetivações — à colonialidade. Finalmente, antes de nossos comentários finais, relacionamos as cenas iniciais deste texto com contradições que percebemos na abordagem decolonial, destacando seus limites.

2 A potência da crítica ao eurocentrismo

Inúmeras críticas ao giro decolonial questionam sua denúncia ao eurocentrismo, por supostamente negar ou reduzir as contribuições epistemológicas da Europa, ou mais amplamente do Ocidente. Como fazem Jeff Browitt (2014) e Daniel Inclán (2020), literaturista australiano e historiador mexicano, diz-se que a crítica é exagerada e a argumentação é binária, reducionista e autorreferente. No entanto, o que procuram demonstrar alguns dos debates, que depois se alinham à decolonialidade — como os do filósofo argentino Enrique Dussel, radicado no México, e do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein —, é a operacionalidade de um etnocentrismo específico: o que desavergonhadamente atesta que o domínio imperialista europeu simplesmente decorreu de superioridades e boas realizações europeias ao longo da História.

Dussel (1994, 2000, 2005) sugere, por isso, quatro estratégias de reimaginação histórica. Primeira: contestar parâmetros ocidentais como os que naturalizam o progresso etapista das idades antiga, medieval, moderna e contemporânea. Segunda: transpor a falaciosa ideia de um europeu originado de uma linearidade helenístico-romano-cristã que não tem correspondência em fatos. Terceira: consequentemente, superar a concepção da modernidade como evento de origem exclusivamente europeia, resultante de uma civilização grega sem influências egípcias ou semitas, sucedida por uma civilização cristã sem influência islâmica, seguida por um Renascimento puramente europeu que culmina na civilização do mais alto grau em ciências, artes e humanidades. Quarta: reposicionar o início da modernidade na invasão da América, em 1492, que confere à Europa um papel central na história mundial. A última tem respaldo na formulação de sistema-mundo de Wallerstein.

Valendo-se da lógica braudeliana de longa duração, Wallerstein (2002, 2011) argumenta que o sistema-mundo moderno emerge da Conquista, devido tanto à expansão geográfica e ao aumento dos circuitos comerciais quanto a métodos de controle do trabalho e aparatos de estado crescentemente sólidos. A América estabeleceu-se, ao longo do século XVI, como uma entidade geossocial, o que resultou na “desprovincialização” da Europa, deslocada de sua condição periférica para o centro na divisão global de fluxos de pessoas, insumos, mercadorias e toda sorte de riquezas. Conforme o autor, o mundo moderno-capitalista se moldou por uma geometria de poder literalmente eurocêntrica que se reflete no domínio do conhecimento, especialmente nas ciências sociais: a Europa também assume o centro na historiografia linear, no universalismo, no orientalismo e nas concepções de civilização e progresso.

Dussel e Wallerstein desenham formulações de fato anti eurocêntricas, mas a crítica ao eurocentrismo não está restrita às suas contribuições e tampouco é uma invenção decolonial. Encontramo-la em escritos contemporâneos a estes dois autores. Um primeiro exemplo é a argumentação do geógrafo estadunidense James Blaut (1993), que compara o eurocentrismo a um “túnel do tempo”, cujas paredes encerram apenas os feitos da Europa, ficando de fora seus próprios fracassos e os feitos de outros povos e

³ O ¡DALE! — Decolonizar a América Latina e seus Espaços, cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq desde 2016, tem se dedicado à produção de dossiês em periódicos, eventos e cursos sobre a decolonialidade e temas correlatos. Este artigo baseia-se, inclusive, no material didático elaborado para um minicurso ofertado, em 2019, em três universidades: UFBA, UFMG e UNILA. Para detalhes sobre nosso modo de fazer geopolítica do conhecimento, ver: Name, Spyer e Cunha (2019); Name e Spyer (2022).

culturas. Um segundo exemplo está no trabalho do historiador Alfred Crosby (1999), também estadunidense, que enfatiza o papel das tecnologias de medição, quantificação e representação na consolidação do eurocentrismo como visão hegemônica. Um terceiro exemplo é a discussão do historiador turco Arif Dirlik (1999) sobre a superação do eurocentrismo, a partir tanto da reafirmação da História e da historicidade quanto do confronto autoconsciente com as estruturas da modernidade. Ressalta-se, no entanto, que essa literatura se atém à macroescala das relações geo-históricas entre regiões do globo. Nem sempre atina que “eurocentrismo” não é um termo relacionado apenas à localização geográfica, mas também a uma identidade étnica, com base na brancura e na branquitude, incidente na concepção e na condução da modernidade. Em outras palavras, tais textos tendem a encobrir a “raça”.

3 A potência do debate sobre “raça” e colonialidade do poder

Seguindo a trilha aberta com o debate sobre o Eu Ocidental e o Outro Oriental, promovido em fins dos anos setenta pelo crítico literário palestino Edward Said (2007), os estudos *pós-coloniais* são fundamentais para a oposição à naturalização da história europeia como universal, e à ideia de que a ciência moderna branco-burguesa pode responder por toda a humanidade. O filósofo indiano Homi Bhabha (2013), anos depois, defende noções não essencialistas de identidade, pelas quais as pessoas colonizadas reivindicam agência e desestabilizam narrativas dominantes. Na mesma época, outro conjunto indiano de intelectuais — dentre muitos, Ranajit Guha (1983), Gayatri Spivak (2010) e Dipesh Chakrabarty (1992) — enfatiza as promessas não cumpridas da modernidade europeia, aplica a noção gramsciana de “subalterno” a grupos oprimidos por etnia, classe, gênero, lugar ou religião e destaca a relação entre colonialismo, imperialismo e ciências humanas.

Na década de noventa, parte da intelectualidade que viria a aderir à decolonialidade empenha-se na tradução das contribuições pós-coloniais à América Latina e ao Caribe. Estavam no Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, por exemplo, o semiólogo argentino Walter D. Mignolo e o antropólogo venezuelano Fernando Coronil, ambos radicados nos Estados Unidos; e o sociólogo colombiano Santiago Castro-Gómez (cf. Verdesio, 2005). São conhecidos, contudo, os posteriores ataques à abordagem subalterna feitos pelo próprio Mignolo (2000, pp. 183-186; 2000, pp. 213-214) e Ramón Grosfoguel (2008, pp. 116-117), sociólogo porto-riquenho residindo nos Estados Unidos: traíam seus objetivos de desvincular-se dos pressupostos causais de modelos dominantes ao manterem-se caucionados por intelectuais europeus (o marxista italiano Antonio Gramsci e os pós-estruturalistas franceses Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida, sobretudo), tendo a Europa como ponto de partida da teorização.

A queixa resulta em buscas por outras referências. Importantes achados são os escritos, produzidos entre as décadas de 1950 e 1960, do ensaísta Aimé Césaire (2020) e do psiquiatra e filósofo político Frantz Fanon (2005, 2008), ambos martinicanos e *anticoloniais*. Césaire contesta a colonização como projeto civilizatório ou de evangelização, definindo-a como barbárie através da qual o racismo habilita o colonizador branco à crueldade. Fanon descreve a “zona do não ser”, psíquica, em que as pessoas não brancas internalizam atributos desumanizadores, e anseiam assimilar o código cultural branco. Ele também defende que a descolonização só pode emergir da massa de “condenados da Terra”, envolvida por uma atmosfera violenta e capaz de responder com outra violência, necessária e mais intensa que a do colonizador.

Outro achado é a *colonialidade do poder*, conceituada por Quijano (1992, 1999, 2005): ordem diferencial hierárquica baseada na ideia de “raça” e forjada nas relações assimétricas após a invasão da América. Desde então, diz ele, a “raça” estabelece uma lógica ao mesmo tempo binária e evolucionista, que atribui superioridades ao Eu colonizador branco e inferioridades ao Outro colonizado não branco, consideradas naturais por serem “biológicas”. Se a colonialidade não desaparece com o fim do colonialismo, e tais construtos raciais ainda permeiam objetiva, subjetiva e intersubjetivamente a política, a economia e a cultura, a sociedade liberal é considerada tanto a mais avançada quanto o horizonte para o que em cada tempo ou lugar é distinto da brancura e da branquitude — e, logo, dito inferior. Conduzem tal dominação, segundo o autor, epistemologias eurocêntricas de justificação.

Quijano une os debates do sistema-mundo e do eurocentrismo ao da “raça” — implícita nos escritos pós-coloniais e exposta por Césaire e Fanon — e assim inaugura o enfoque *decolonial*. Sua crítica radical, em diálogo com Wallerstein, ressalta que construções da matriz colonial de poder são adotadas como categorias de significação (Quijano & Wallerstein, 1992). Dada a

pregnância da episteme eurocêntrica, fenômenos resultados de específicas histórias e geografias do poder falseiam-se cientificamente, como se fossem dados étnicos, antropológicos ou nacionais. No entanto, é crucial destacar que a colonialidade do poder revela que o racismo, persistente como mecanismo de opressão, baseia-se em uma *invenção* ativada contextual e socialmente: a “raça” — a qual, Quijano alerta, mesmo intelectuais de perspectivas antirracistas inadvertidamente podem reificar. É por isso que o autor quase sempre usa aspas para se referir à “raça”, uma estratégia que também adotamos neste texto.

4 Adições à colonialidade

A partir da década de 2000, o giro decolonial crescentemente ganha adesão de um conjunto mais vasto de intelectuais, que amplia os horizontes temáticos das teorizações de Dussel, Wallerstein e Quijano. Nesta seção, a título de mera exemplificação dos desdobramentos da abordagem, elencamos algumas das muitas camadas que vão se adicionando à ideia de colonialidade.

O sociólogo venezuelano Edgardo Lander (2005) e a semióloga argentina Zulma Palermo (2010), por exemplo, definem a *colonialidade do saber*. O conceito evidencia que são marginalizados, expropriados, subjugados ou silenciados os saberes localizados fora dos centros de poder, ou de racionalidades não modernas e de matrizes não europeias. Assim, alça-se o pensamento ocidental a único, mas de parâmetros limitados e limitantes. Tais reflexões são complementadas por outras, de Mignolo (2020), Castro-Gómez (2005) e Grosfoguel (2015). O primeiro tem na noção de *geopolítica do conhecimento* a tradução da geometria de poder do sistema-mundo ao âmbito da troca de saberes, inclusive no mundo acadêmico. O segundo e o terceiro introduzem os termos *violência epistêmica* e *extrativismo epistêmico*, respectivamente, para descrever algumas das assimetrias dessa interação.

Colonialidade do ser é a noção a que recorrem Nelson Maldonado-Torres (2007), filósofo porto-riquenho fixado em território estadunidense, e também Mignolo (2003), para analisar dimensões subjetivas e intersubjetivas. Como a colonialidade do poder busca dominar via racialização, e a colonialidade do saber tem a pretensão de universalizar um modo de produzir conhecimento, ambas com algum sucesso, as percepções de si e do Outro se alteram, reforçando os binarismos. Desse modo, afeta-se a maneira como indivíduos e grupos interagem e como se veem, descrevem e avaliam. Particularmente através da linguagem, a colonialidade do ser estabelece e amplifica marcadores de subalternidade sustentados por compreensões situadas de “raça”.

María Lugones (2014, 2020) oferece outra contribuição ao debate. Socióloga argentina com base nos Estados Unidos, ela problematiza a indicação, por Quijano (2005), de “feminino” e “masculino” como categorias sexuais subordinadas à “raça”. Além disso, inspirada no trabalho da socióloga nigeriana Oyèrónkè Oyěwùmí (2021), diz que não há as categorias e as hierarquias de gênero, de origem moderno-europeia, na América pré-Conquista: na verdade, teriam sido inseridas a partir da colonização. Contesta-a a antropóloga Rita Segato (2012), também argentina e residente no Brasil, por identificar nas sociedades tribais um *patriarcado de baixa intensidade* de que participam assimetrias de gênero menos contundentes, radicalizadas com a intrusão da temporalidade colonial-moderno-eurocêntrica. Ambas concordam, porém, que a *colonialidade de gênero*, manifestada na interseccionalidade com sexo, classe e “raça”, situa as mulheres colonizadas, não brancas, mais além da alteridade: na zona do não ser.

A partir da década de 2010, a perspectiva decolonial é levada aos estudos visuais e audiovisuais e, em seguida, ao campo da arquitetura. Joaquín Barriendos (2019), por exemplo, vincula a produção imagética ao racismo epistêmico, introduzindo a *colonialidade do ver*. Ao analisar a cartografia colonial retratando o canibalismo nas Américas, o historiador mexicano destaca a predileção por imagens reducionistas, estereotipadas e degradantes. Tal representação do “selvagem” persiste até hoje em outras imagens, largamente reproduzidas, reforçando binariedades entre civilização e barbárie através do que meramente se pode apreender visualmente.

Alex Schlenker (2019), pesquisador alemão de artes visuais radicado no Equador, e Christian León (2019), sociólogo equatoriano, enriquecem a discussão. O primeiro questiona o *olhar colonial* que enquadra imagens, imaginários e memória com um tipo de representação que necessariamente classifica e hierarquiza. O segundo argumenta que a colonialidade do ver se atualiza como

telecolonialidade nos dispositivos audiovisuais contemporâneos que desempenham um papel fundamental na circulação global de imagens: perpetuam a imagética dicotômica do Outro racializado para o controle geopolítico da alteridade.

Em direção próxima, a pesquisadora Mayra Estévez Trujillo (2015), também equatoriana, define a *colonialidade* sonora partindo da relação da concepção ocidental de arte com classificações e hierarquias sobre o “étnico” e o “racial” provenientes da matriz colonial de poder. Assim, ela percebe que um conjunto local de sonoridades de matriz europeia e branco-burguesa é considerado o “erudito” e o “universal”, enquanto formas-outras de expressão sonora são “exóticas” ou “folclóricas”. Também observa que a colonização introduziu violências manifestadas em sons que evocam morte, tortura, estupro, guerra e extermínio, narrados em canções ou tradições orais nas regiões colonizadas e atualizados pelas violências raciais do presente.

Yasser Farrés Delgado (2015), um arquiteto cubano vivendo na Colômbia, adota outro enfoque da colonialidade, explorando as conexões das formas de poder, saber e ser. Sua conceituação de *colonialidade territorial* expõe os padrões de poder que estabelecem visões hegemônicas do território, privilegiando cidades e arquiteturas moderno-branco-burguesas e menosprezando outros modos de existência, arranjos territoriais, modos de construir e estéticas. Investiga mais especificamente o papel da arquitetura na produção de colonialidades a brasileira Andréia Moassab (2016, 2019, 2020). Ela debate a inclusão de matrizes indígenas, africanas e afro-latinas no ensino do campo, o branqueamento do patrimônio arquitetônico e a segregação racial entre canteiro e projeto. Dois outros arquitetos do Brasil com pesquisas em chave decolonial são Leo Name (2016, 2021, 2023) e Gabriel Rodrigues da Cunha (2019). O primeiro reflete sobre as arquiteturas sem arquiteto e os paisagismos comestíveis, medicinais e ritualísticos de matrizes africanas e indígenas. O segundo insere o termo *colonialidade tecnocientífica* para analisar a padronização de materiais modernos que invisibiliza e inviabiliza as tectônicas de outras matrizes etnoraciais.

5 Problemas a resolver e limites a considerar

Não se pode recriminar o ator da *Cena 3* pelo uso pouco preciso de “decolonialismo”. Intelectuais decoloniais também têm dificuldades para dar nome aos bois. Outros enunciados concorrem com “giro decolonial”, de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007): por exemplo, “investigação modernidade/colonialidade” de Arturo Escobar (2003) e “inflexão decolonial” de Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010) — todos antropólogos colombianos —, além de “opção decolonial”, de Mignolo (2011). Além disso, há um debate sobre se a abordagem deveria ser chamada de decolonial ou descolonial. Reconhecemos que por costume seguimos a não tão convincente argumentação de Catherine Walsh (2009, pp. 14-15), linguista estadunidense no Equador, sobre a supressão do “s” não ser um anglicismo, mas a demarcação da impossibilidade de desfazer o colonial e a colonialidade. No entanto, persistem problemas de tradução entre inglês, espanhol e português, ao passo que Grosfoguel (2020) tem voltado a usar “descolonial” para marcar seus desentendimentos com o grupo e associar-se à enormidade de escritos sobre descolonização.

Mas talvez este seja o menor dos problemas a resolver. Dois outros são escancarados pela fala do estudante da *Cena 1*. A presença masculina é dominante no giro decolonial e se consideradas as ideias de “raça”, na América Latina e no Caribe, sua intelectualidade é formada por uma maioria de pessoas brancas (como nós, aliás) — tema espinhoso honestamente debatido por Escobar (2003), mas nem tanto por seus pares. Optarmos por autoras decoloniais sempre que possível e, no entanto, haver muito mais homens nas referências bibliográficas deste presente artigo, indica o quão grande é a assimetria de gênero.

A outra questão é mais intrincada. No grupo fundante da decolonialidade, há uma variedade de intelectuais em universidades dos Estados Unidos. Por um lado, há os diferentes entendimentos de “raça” neste país e na América Latina, informados por Segato (2007, p. 76). Assim, por lá, Mignolo, Grosfoguel, Escobar e Maldonado-Torres, por exemplo, *jamaís* são incluídos na categoria “branco” — porque *necessariamente* são “latinos”. Como “raça” é invenção sempre situada e flutuante, há sobreposições e vias de mão dupla entre *blanquitud desde Latinoamérica* e *latinness from USA*, sendo que trajetórias intelectuais podem mover-se por entre muitas de suas combinações. Por outro lado, Palermo lembra, em uma entrevista, que sua adesão ao debate decolonial sobre “raça” em muito se deve à sua origem na província argentina de Misiones (Palermo et al., 2019): para alguém de Buenos Aires, por exemplo, talvez ela não seja exatamente branca. É nesse sentido que Mignolo (2015) tem razão ao vincular localizações epistemológicas a espaços geográficos.

No entanto, na medida em que privilégios de enunciação tendem a prevalecer, há mais limites a considerar. Por exemplo: é louvável que intelectuais decoloniais reconheçam a influência de Césaire e Fanon. Maldonado-Torres (2006) e Grosfoguel (2006) consideram o pensamento de Césaire o ponto de partida crítico e afro-caribenho à crise da modernidade europeia e ao marxismo eurocêntrico e, por isso, uma influência nas noções decoloniais. Maldonado-Torres (2008, 2019), Grosfoguel (2012), Mignolo (2011, pp. 109-110, 126-127), Palermo (2019, p. 92) e Walsh (2017, pp. 37-56) enfatizam a relevância da sociogenia de Fanon em suas formulações. Contudo, se é questionável que na Cena 2 denomine-se decolonial a arte de diferentes pessoas somente por serem negras, também o é tratar estes intelectuais como decoloniais *avant la lettre*, inclusive lhes atribuindo a antecipação do conceito de colonialidade. Maldonado-Torres (2009) e Mignolo (2009) fazem isso com relação a Fanon, ao passo que Grosfoguel (2009, 2020) faz o mesmo com relação a Fanon e Césaire, entre outras tristes situações.

Não há nada mais colonial — e racista! — do que dar a pessoas negras nomes que não escolheram. Que feio!

Estes autores *não* são decoloniais e não podemos dizer que o sejam, inclusive, para não desconsiderar — vejam só! — as localizações epistemológicas indicadas por Mignolo. Afinal, *pós-colonial*, *anticolonial* e *decolonial* não são palavras neutras e intercambiáveis. Pós-colonialismo, pós-colonial e pós-colonialidade referem-se, antes de tudo, a um período histórico após a colonização: Estados Unidos, Canadá, América Latina, Caribe, Ásia, África e Oceania ingressaram na pós-colonialidade em momentos distintos e por variados processos de descolonização. No entanto, Said, Bhabha e o grupo indiano dos subalternos — que *não* são decoloniais — representam o pós-colonial enquanto abordagem teórica, anglófona, centrada nos conflitos do imperialismo britânico, desde o século XIX, na África e sobretudo na Ásia. A perspectiva anticolonial, por sua vez, é francófona e em conflito com os legados do imperialismo francês, situando-se em meados do século XX, no início do ainda inconcluso processo de descolonização de seus territórios, como o Caribe de Césaire e Fanon.

Decolonial e decolonialidade, por fim, fazem parte do vocabulário de uma abordagem latino-americana e caribenha, especialmente hispanófono — de Mignolo & cia. —, que emergiu nos anos noventa tendo como o primeiro marco teórico o deslocamento do início da modernidade para 1492, quando o planeta se submete à história e à geografia particulares da expansão europeia; e, como o segundo, o delineamento da subordinação da população mundial a uma classificação racial. Decorre disso, em primeiro lugar, um reposicionamento epistêmico, que dá centralidade à América na instituição do mundo contemporâneo. Em segundo lugar, o questionamento de concepções intraeuropeias e difusionistas de modernidade. E, em terceiro lugar, a identificação tanto de coetaneidades e sobreposições de processos transatlânticos e intercontinentais quanto da transversalidade da ideia de “raça”, da escala do globo à escala do corpo.

É preciso ter cuidado, então, com trocas terminológicas ou classificações enganosas de intelectuais, que desviam os operadores analíticos e, portanto, o que observar e como avaliar. Não à toa, há acusações de problemas metodológicos no enfoque decolonial (Puentes, 2014; Malheiros & Spyer, 2021): abordam-se teorias, mas se negligenciam metodologias, ignorando-se que o campo e o trabalho de campo, por exemplo, também são ligados à localização epistemológica.

6 Considerações finais

A sequência de poder, saber/ser, gênero, visualidade/sonoridade e território/arquitetura, descrita na seção sobre as diferentes conceituações da colonialidade, tem como ponto positivo a adesão a temas em diferentes fases do debate decolonial. Cada uma delas, em certa medida, foi guiada por uma geração de intelectuais empenhada em expor a permanência e a multidimensionalidade de estruturas e hierarquias raciais. Além disso, e tentamos neste texto demonstrá-lo, certamente a geo-histórica transversalidade da ideia de “raça” e o entendimento do eurocentrismo como projeto difusionista de imposição de conhecimentos e subjetivações são as maiores contribuições do giro decolonial.

No entanto, se cruzarmos os muros da universidade e nos afastarmos apenas um pouco de escritos e intelectuais que aqui citamos, e que tanto estimamos, podemos nos esbarrar com a *yoga dekolonial*, da Cena 4 no início deste artigo. A proposição é de fato esdrúxula, mas por ela se infere que há em curso uma exageração de enunciados e repertórios supostamente decoloniais, de certo modo aditivos de uma moda iniciada e estimulada pela própria Academia — e, em alguns casos, por intelectuais do “giro”. É

deste cenário que emerge o perigo da conversão da colonialidade a conceito-coringa, que ao explicar toda e qualquer coisa, nada mais explica. Para minimizar tais riscos de esgotamento e resgatar a potência do giro decolonial, há tanto que celebrar suas qualidades quanto principalmente apontar seus limites, o que também tentamos fazer aqui.

Estamos de acordo com o teórico brasileiro do direito David Gomes (2021), quando assertivamente declara que nem tudo é um problema colonial e nem toda crítica ao colonial é decolonial. Nessa direção, por um lado, ao final da última seção, depreendemos que quanto mais distintas as histórias e geografias locais, mais variadas as localizações epistemológicas. Assim, por outro lado, é preciso levar bastante a sério que os conhecimentos se potencializam quando são situados e, portanto, mais apropriadamente traduzir ao Brasil a teorização decolonial (Pires, 2017; Baldi, 2019; Name, 2022; Name & Spyer, 2022). Por mais que este conjunto de escritos inegavelmente redefina e reorienta o debate sobre o racismo e a circulação de saberes, muitos deles generalizam processos do colonialismo espanhol como ocorrências de todo o continente americano, voltam-se a conflitos de grupos indígenas andinos e, desaproveitando Césaire e Fanon, pouco se dedicam a legados afrodiaspóricos e problemas de coletividades afro-latino-americanas minoritizadas.

Se toda moda passa quando se consomem excessivamente os itens da estação, talvez o giro decolonial possa ser repaginado, por um bom “pretuguês”, com as roupas da amefricanidade, do quilombismo e do futuro ancestral (Gonzalez, 2020; Nascimento, 2019; Krenak, 2022). E se é feio conceitos perderem potência antes de serem verdadeiramente compreendidos, um ameaça iminente à abordagem, mais feio é desperdiçar a experiência de desfilas por passarelas do conhecimento a respeito do que nos constitui.

Referências

- Baldi, C. (2019) Da “gourmetização” da teoria decolonial: o que a raça tem a ver com isso? *Empório do Direito*. <https://emporiiodireito.com.br/leitura/da-gourmetizacao-da-teoria-decolonial-o-que-a-raca-tem-a-ver-com-isso-#:~:text=O%20processo%20de%20dissemina%C3%A7%C3%A3o%20da,falar%20de%20g%C3%AAnero%20sem%20sexualidade>
- Ballestrin, L. (2013) América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 89-117. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>.
- Barriendos, J. (2019) A colonialidade do ver: rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 38-56. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2434>.
- Bhabha, H. (2013) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Blaut, J. M. (1993) *The colonizer's model of the world*. New York: Guilford Press.
- Browitt, J. (2014) La teoría decolonial: buscando la identidad en el mercado académico. *Cuadernos de Literatura*, 18(36), 25-46. <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cualit/article/view/10924>.
- Castro-Gómez, S. (2005) Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do Outro. In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber* (pp. 169-186). Buenos Aires: CLACSO.
- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: *El giro decolonial* (pp. 9-23). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Césaire, A. (2020) *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta.
- Chakrabarty, D. (1992). Provincializing Europe: postcoloniality and the critique of history. *Cultural Studies*, 6(3), 337-357. <https://doi.org/10.1080/09502389200490221>.
- Crosby, A. (1999) *A mensuração da realidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Cunha, G. R. (2019) Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação sociotécnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 142-153. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2451>.

Dirlik, A. (1999). Is there history after Eurocentrism? Globalism, postcolonialism, and the disavowal of history. *Cultural Critique*, 42, 1-34. <https://doi.org/10.2307/1354590>.

Dussel, E. (1994) *1492: el encubrimiento del otro*. La Paz: Plural.

Dussel, E. (2000) *Ética da libertação*. Petrópolis: Vozes.

Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber* (pp. 55-70). Buenos Aires: CLACSO.

Escobar, A. (2003) “Mundos y conocimientos de otro modo”. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, 1, 51-86. <https://doi.org/10.25058/20112742.188>.

Estévez, T. M. (2015). Mis “manos sonoras” devoran la histórica garganta del mundo: sonoridades y colonialidad del poder. *Calle 14*, 10(15), 54-73. <https://doi.org/10.14483/udistrital.jour.c14.2015.1.a05>.

Fanon, F. (2005) *Os condenados da terra*. Juiz de fora: Editora UFJF.

Fanon, F. (2008) *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba.

Farrés Delgado, Y. (2015) Colonialidad territorial y evolución urbana en La Habana. *Apuntes*, 28(1), 8-23. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.apc28-1.cteu>.

Gomes, D. F. L. (2021) Prefácio: nem tudo é um problema colonial, nem toda crítica ao colonial é pensamento decolonial. In: Carvalho, R. K. M. *Colonialidade, decolonialidade e transmodernidade* (pp. 11-14). São Paulo: Dialética.

Gonzalez, L. (2020) A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Rios, F., & Lima, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 127-138). Rio de Janeiro: Zahar.

Grosfoguel, R. (2006) Actualidad del pensamiento de Césaire: redefinición del sistema-mundo y producción de utopía desde la diferencia colonial. In: Césaire, A. *Discurso sobre el colonialismo* (pp. 147-172). Madrid: Akal.

Grosfoguel, R. (2008) Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147. <https://doi.org/10.4000/rccs.697>.

Grosfoguel, R. (2009) Apuntes hacia una metodología fanoniana para la decolonización de las ciencias sociales. In: Fanon, F. *Piel negra, máscaras blancas* (pp. 261-284). Madrid: Akal.

Grosfoguel, R. (2012) El concepto de “racismo” en Michel Foucault y Frantz Fanon: teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser. *Tabula Rasa*, 16, 79-102. <https://doi.org/10.25058/20112742.112>.

Grosfoguel, R. (2015) Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y ontológico. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*, 1(4), 33-45. <https://doi.org/10.15304/ricd.1.4.3295>.

Grosfoguel, R. (2020) Pensamiento descolonial afro-caribeño: una breve introducción. *Tabula Rasa*, 35, 11-33. <https://doi.org/10.25058/20112742.n35.01>.

Guha, R. (1983) The prose of counter-insurgency. In: *Subaltern Studies II* (pp. 1-42). Delhi: Oxford University Press.

Inclán, D. (2020) La historia en disputa: el problema de la inteligibilidad del pasado. In: Makaran, G., & Gaussens, P. (org.). *Piel blanca, máscaras negras* (pp. 45-66). México: Bajo Tierra/CIALC/UNAM.

Krenak, A. (2022) *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lander, E. (2005) Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: *A colonialidade do saber* (pp. 21-54). Buenos Aires: CLACSO.

León, C. (2019) Imagem, mídias e telecolonialidade: rumo a uma crítica decolonial dos estudos visuais. *Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 1, p. 58-73. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2437>.

Lugones, M. (2020) Colonialidade e gênero. In: Hollanda, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 52-83). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lugones, M. (2014) Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

Makaran, G., & Gaussens, P. (org.). (2020) *Piel blanca, máscaras negras*. México: Bajo Tierra/CIALC/UNAM.

Maldonado-Torres, N. (2006) Aimé Césaire y la crisis del hombre europeo. In: Césaire, A. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Akal, 173-196.

Maldonado-Torres, N. (2007) Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gomez, S., & Grosfoguel, R. (org.). *El giro decolonial* (pp. 127-167). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

Maldonado-Torres, N. (2009) Desigualdad y ciencias humanas en Rousseau y Fanon. In: Fanon, F. *Piel negra, máscaras blancas* (pp. 285-308). Madrid: Aka.

Maldonado-Torres, N. (2019). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.

Malheiros, M., & Spyer, T. (2021) Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. *Espirales*, 1, 174-193. <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>.

Mignolo, W. D. (2000) *Local histories/global designs*. Princeton University Press.

Mignolo, W. D. (2003) Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: Santos, B. S. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente* (pp. 631-671). Lisboa: Afrontamento.

Mignolo, W. D. (2009) Frantz Fanon y la opción decolonial: el conocimiento y lo político. In: Fanon, F. *Piel negra, máscaras blancas* (pp. 309-326). Madrid: Akal.

Mignolo, W. D. (2011) *The darker side of western modernity*. Durham/London: Duke University Press.

Mignolo, W. D. (2015) Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. In: Caballo, F., & Herrera R., L. A. (org.). *Habitar la frontera* (pp. 117-139). Barcelona: Cidob/UACJ.

Mignolo, W. D. (2020) A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 187-224. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>.

Moassab, A. (2016) O patrimônio arquitetônico no século 21. Para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. *Arquitextos*, 17(198.07). <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6307>.

Moassab, A. (2019) Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. *Epistemologias do Sul*, 3(2), 134-153. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2478>.

Moassab, A. (2020) De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais. *Projetar*, 5(1), 8-19. <https://doi.org/10.21680/2448-296X.2020v5n1ID19142>.

Name, L. (2016) Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado à justiça alimentar. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 13. *Anais...* Salvador: ENEPEA.

Name, L. (2021) Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas em arquitetura. *PosFAUUSP*, 28(52), e176627. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.psrevprogramapsgradarquiterurbanfauusp.2021.176627>.

Name, L. (2022) Paisagens do Sul, amefricanas e ch'ixis. *Epistemologias do Sul*, 6(2), 346-373. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/4041>.

Name, L. (2023) Desobediência projetiva? Esboço para o ensino de arquitetura. *Arcos Design*, 16(2), 217-236. <https://doi.org/10.12957/arcosdesign.2023.73190>.

Name, L., & Spyer, T. (2022) Apresentação da revista Laje: ou quando um grupo de pesquisa decide tomar as rédeas de sua própria produção de conhecimento. *Laje*, 1(1), 8-23. <https://doi.org/10.9771/lj.v1i0.54519>.

Name, L., Spyer, T., & Cunha, G. R. (2019). Editorial. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 11-19. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2431>.

Nascimento, A. (2019) O quilombismo. In: *O quilombismo* (pp. 271-312). São Paulo: Editora Perspectiva.

Oyèwùmí, O. (2021) *A invenção das mulheres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Palermo, Z. (2010) Una violencia invisible: la "colonialidad del saber". *Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales*, 38, 79-88. <http://www.scielo.org.ar/pdf/cfhyics/n38/n38a05.pdf>.

Palermo, Z. (2019) Alternativas locais ao globocentrismo. *Epistemologias do Sul*, 3(2): 88-99. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2472>.

Palermo, Z., Spyer, T., Leroy, H., & Name, L. (2019) Zulma Palermo: A opção decolonial como um lugar-outra de pensamento. *Epistemologias do Sul*, 3(2): 44-56. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2466>.

Pires, T. R. O. (2017) Direitos humanos traduzidos em pretuguês. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 22. *Anais...* Florianópolis.

Puentes, J. P. (2014) La investigación decolonial y sus límites. *Analética*, 34: 1-11. <http://hdl.handle.net/11336/45208>.

Quijano, A. (1992) Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.

Quijano, A. (1999) ¡Qué tal raza! *Ecuador Debate*, 48, 141-151. <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/5724>.

Quijano, A. (2009) Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, B. S., & Menezes, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). Coimbra: CES.

Quijano, A., & Wallerstein, I. (1992) La Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 44(4), 549-557. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000092840_spa.

Restrepo; E.; & Rojas, A. (2010) *Inflexión decolonial*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.

Said, E. W. (2007) *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schlenker, A. (2019) Rumo a uma memória decolonial: breves apontamentos para indagar sobre o acontecimento por trás do acontecimento fotográfico. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 74-91. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2439>.

Segato, R. (2007) Racismo, discriminación y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. In: Ansion, J., & Tubino, F. (org.). *Educación en ciudadanía intercultural* (pp. 63-89). Lima: PUCP.

Segato, R. (2012) Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, 18, 106-131. <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

Spivak, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.

Verdesio, G. (2005) Introduction: Latin American Subaltern Studies revisited: is there life after the demise of the group? *Dispositio*, 25(52), 5-42. <https://www.jstor.org/stable/41491785>.

Wallerstein, I. (2002) Eurocentrismo e seus avatares. Os dilemas da ciência social. In: *O fim do mundo como o concebemos* (pp. 205-222). Rio de Janeiro: Revan.

Wallerstein, I. (2011) *El moderno sistema mundial* (Vol. 3). México: Siglo 21.

Walsh, C. (2009) A manera de introducción. In: *Interculturalidad, estado, sociedade* (pp. 13-20). Quito: Ediciones Abya-Yala.

Walsh, C. Introducción — Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: *Pedagogías decoloniales* (Tomo 1, pp. 23 -68). Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

HACIA UNA ONTOLOGÍA POLÍTICA DEL BUEN VIVIR URBANO TOWARD A POLITICAL ONTOLOGY OF URBAN BUEN VIVIR PILAR MARIN, ALDO ALOR, ISRAEL ORREGO-ECHEVERRÍA

Pilar Cuevas Marin es Licenciada en Filosofía e Historia y Doctora en Estudios Culturales Latinoamericanos. Es Profesora en la Facultad de Ciencias de la Comunicación UNIMINUTO, Colombia, e investiga temas de las pedagogías y memorias colectivas decoloniales en Abya Yala. constanzadelpilar@yahoo.com <https://orcid.org/0000-0003-1068-6934>

Aldo Miguel Olano Alor es Bachiller en Ciencias Sociales y Doctor en Estudios Latinoamericanos. Es Profesor en la Universidad Externado de Colombia y sus investigaciones son acerca de los estudios latinoamericanos, pensamiento crítico y estudios internacionales. aldo.olano@uexternado.edu.co. <https://orcid.org/0000-0002-9787-3961>

Israel Arturo Orrego Echeverría es Filósofo, Licenciado en Ciencias Tecnológicas y PhD. en Filosofía. Es Docente-Investigador y Director de Investigación en la Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas de la Universidad Libre de Colombia. Estudia Filosofía Latinoamericana, Ontología, Fenomenología, Subjetividades, Problemas Contemporáneos y Ontología política latinoamericana. arturo.orrego@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-9286-138X>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Marin, P. C., Alor, A. O., Orrego-Echeverría, I. A., (2023). Hacia una ontología política del buen vivir urbano. *V!RUS*, 26, 41-49. <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/824>.

Resumen

Desde el horizonte del buen vivir como filosofía del sur, en el artículo se exploran las posibilidades que esta tendría en la comprensión de la ciudad contemporánea en Abya Yala. Aquí, se posicionan a las ontologías políticas de carácter relacional como posibilidades de darle contenido a un nuevo tipo de habitar la ciudad, desde el sentido que otorga lo comunal. Para ello, son considerados los elementos tensionales de los nuevos movimientos sociales surgidos en las últimas décadas, los mismos que demandan el derecho a una vida digna en ciudades marcadas por la conflictiva coexistencia entre la gentrificación y el extractivismo urbano. En tal sentido, en el artículo nos hemos propuesto entablar un diálogo teórico con el buen vivir, en tanto filosofía del sur y componente fundamental del pensamiento decolonial, y lo hacemos desde el lugar en que situamos nuestro pensar, la ciudad, teniendo en cuenta los profundos cambios que ha tenido en las últimas décadas. Para ello, hemos revisado los principios fundamentales de la filosofía del buen vivir, al tiempo que nos acercamos a una primera revisión de los nuevos movimientos sociales que enarbolan estos principios y su alcance en los Estados plurinacionales que han surgido en la región.

Palavras-chave: Buen vivir urbano, Abya Yala, Ontología política, Extractivismo urbano, Comunalidad

1 Introducción

El buen vivir, como modelo alternativo de vida plena, está siendo asumido como horizonte ético-político en distintos lugares de América Latina/Abya Yala, sobre todo rurales, pero también en una multiplicidad de núcleos sociales coexistentes en las ciudades. El buen vivir, en tanto que filosofía del sur, se ha venido constituyendo como elemento importante en la formación del pensamiento decolonial en Abya Yala, como potencia creativa y (re)creativa de horizontes otros de lo político y como aglutinador de las diversidades en (re)existencia que se manifiesta en las múltiples alianzas construidas entre los integrantes de los distintos colectivos sociales urbanos, organizaciones campesinas, movimientos de los pueblos originarios, indígenas y afrodescendientes. Entre todos, ellos han dado forma a un conjunto de relaciones cimentadas en la solidaridad, la reciprocidad y la confianza, tanto en las zonas rurales como en las ciudades.

Por ello, así como alimenta nuevas formas de coexistencia en las ciudades y contribuye a deconstruir los modelos dominantes presentes en Abya Yala desde la época colonial, el buen vivir confronta los mecanismos de exclusión allí predominantes. El esquema muy jerarquizado de ciudad colonial, con sus centros históricos, los “extramuros” o periferias, así como su continuidad en el diseño y organización durante la modernidad capitalista, en su fase de ciudad liberal y globalizada, es ahora confrontado por expresiones alternativas de carácter comunitario y comunal. Tales alternativas, desde sus lugares de enunciación y en el horizonte de las ontologías políticas relacionales, vienen construyendo otras maneras de ser y habitar la ciudad. En medio de una nueva disputa por el territorio, los dirigentes de la ciudad moderna proponen una política de renovación urbana basada en el extractivismo, la gentrificación y el desplazamiento de los pobladores urbano-populares (García, 2019). Es frente a ello que los sectores populares organizados transgreden las formas hegemónicas, a partir de lo territorial y las economías para la vida, de las ontologías relacionales, de las espiritualidades liberadoras, y de las políticas expresadas en nuevas corporalidades.

En este horizonte, se inscribe el presente artículo, escrito a varias manos y en donde entablamos un diálogo con el buen vivir, desde el lugar en el que nos ubicamos: lo urbano de Abya Yala. En virtud de lo anterior, en primera instancia, nos acercamos a la categoría del buen vivir como filosofía del sur en los términos establecidos por el sociólogo portugués Boaventura de Sousa Santos (2009), haciendo parte, a su vez, del pensamiento decolonial. Posteriormente, nos acercamos a las continuidades entre la ciudad colonial y la ciudad contemporánea, constatando los conflictos que han surgido alrededor de un proceso donde confluye la jerarquización, la gentrificación y el extractivismo urbano, en tanto que elementos constitutivos de la dinámica urbana colonial. Finalmente, y desde la perspectiva de las ontologías políticas relacionales y teniendo en cuenta el nuevo sentido de lo comunitario y comunal, recogemos las potencialidades epistemológicas del buen vivir urbano, haciendo alusión a trayectorias de los movimientos y organizaciones sociales enraizadas en otras maneras de ser y habitar la ciudad (Rodríguez & Orrego, 2021, p. 124). En este caso, aludimos a las

ontologías políticas como el entramado de discursos, prácticas y ausencias que se originan y suceden en los territorios, llegando a ser situadas por “la relacionalidad del todo que se concretiza en formas de estar-siendo, formas, por lo demás, de expresar la integralidad que configura el pensamiento propio del continente” (Idrobo & Orrego, 2021, p. 17). En suma, y a manera de conclusiones, planteamos algunas ideas susceptibles de ser trabajadas con mayor amplitud en futuras investigaciones.

2 El buen vivir como filosofía del sur y el pensamiento decolonial

Entendemos el buen vivir como una filosofía decolonial y del sur con la cual se busca darle forma a posibles nuevas formas de vida en armonía entre los seres humanos y no humanos, con sus correspondientes culturas, saberes, y cuidados de la naturaleza. En consecuencia, lo vemos como un proyecto histórico que pone en cuestión al capitalismo contemporáneo, en su noción de progreso como fundamento de la modernidad (Prada, 2011), y su lado oscuro, la colonialidad, con todos aquellos componentes que le han dado forma: la razón ecocida, el racismo y el genocidio.

Tal como lo explica Juan Giusiano (2011, p. 3), son tres los principios del buen vivir que se originan en la cosmovisión y ontologías de los pueblos que habitan Abya Yala. Los principios que considera relevantes, para su constitución como filosofía del sur, serían, primero, el de la relacionalidad, entendido como la interconexión e interdependencia de todos “los elementos que componen el universo”. En correspondencia a este mismo argumento, tenemos la postura de Ramiro Ávila, quien considera que el fundamento existencial de la relacionalidad se sostiene en el hecho mismo de que los seres que la habitan la naturaleza no podrían vivir sin esta (Ávila, 2011, p. 211). En nuestro caso, sería la ciudad como el lugar donde habitamos, donde se gestan aquellas visiones que le dan sentido a la vida en comunidad.

En segundo lugar, está el principio de la complementariedad, el cual es el nexo que explica que “lo contrario de una cosa no es su negación sino su complemento y su correspondiente necesario” (Giusiano, 2011, p. 3). La complementariedad funciona con la lógica de los opuestos complementarios, uno contiene al otro y por lo tanto evita la confrontación. Habitando Abya Yala, leemos las uni-multi-pluri-versas formas de vida conocidas y por conocer. Por eso, la importancia de la complementariedad de los opuestos que, actuando de manera conjunta, se potencian, pues están unidos de manera dinámica en la circularidad de sus movimientos (Ávila, 2011, p. 212). En tercer lugar, tenemos el principio de la reciprocidad, entendido como el doble vínculo que se establece “con el entorno natural y la comunidad en su conjunto, y el doble atributo de divinidad y de madre creadora con el cual los pueblos consagran a la tierra” (Giusiano, 2011, p. 3). Por último, en la filosofía del buen vivir, se tiene el principio de la correspondencia, el cual involucra a los anteriores manifestándose en todos los aspectos de la vida, involucrando, sobre todo, el respeto a la naturaleza (Ávila, 2011, p. 213).

Tomando en cuenta lo que hemos señalado, se reconoce que la emergencia del buen vivir podría situarse en una trayectoria histórica e intelectual que parte de la irrupción de los movimientos indígenas y campesinos, sus saberes, praxis y principios de vida. De la misma manera, es producto de las luchas y resistencias llevadas a cabo en las ciudades por organizaciones y movimientos sociales de diversos tipos, nutridos por la reflexión decolonial en la región. Así las cosas, el buen vivir se constituye en un proyecto político con sustento ontológico local y, por los principios que le sostienen, siempre es contingente a la diversidad de los espacio-tiempos, a los contextos histórico-culturales y ecológicos de las formas de habitar, de ser y estar en el territorio. Es decir, la importancia de considerar al entramado relacional ontológico en el que se sitúa. En esto mismo se juega la potencialidad del buen vivir y su carácter decolonial. A diferencia de los proyectos desarrollistas, los cuales impusieron un único modelo de administración de la vida, las comprensiones y énfasis del buen vivir (los territorios, sus relaciones y sentidos, la pluralidad de origen) no permiten hacerlo un modelo único y aplicable a todos los contextos (Gudynas & Acosta, 2011, p. 81).

Por ello, es importante situar al buen vivir como propuesta que engloba elementos de orden epistémico, ontológico, político y económico. Esto, una vez que el buen vivir cuestiona las narrativas unilineales y estéticas hegemónicas de lo político, posicionando una comprensión de mundo en el que las interacciones y las relaciones entre humanos y no humanos, entre el campo y la ciudad, entre ética y economía son constitutivas y constituyentes de la realidad (Estermann, 2006; Orrego, 2018). Así, el buen vivir no solo describe y cualifica unas determinadas prácticas y pensamientos — si se quiere, actuales y actuantes —, sino que, además, constituye un espacio abierto en y desde los territorios que tienen como finalidad rearticular diversas formas y estéticas para el

cuidado de la vida. Por ello, si algo aporta la filosofía del buen vivir y las ontologías relacionales, de manera particular, los buenos vivires urbanos, es la posibilidad de articular registros ontológicos diversos (De la Cadena, 2020, p. 293), demandas sociales y totalidades ausentes, en tanto necesidades sentidas de lo social.

Si tomamos en cuenta su emergencia en un contexto global/internacional y regional/local, esto último parece constitutivo del buen vivir tal como lo señalan Adrian Beling y Julien Vanhulst en su propuesta de una genealogía glocal del buen vivir:

Estos elementos contextuales proporcionan, por sí mismos, una base sólida para sustentar la tesis de que el buen vivir resulta de una suma vectorial de fuerzas convergentes a nivel global y local, siendo las luchas indígenas condición necesaria pero no suficiente. (Beling & Vanhulst, 2016, p. 13)

En esta perspectiva, el buen vivir urbano tiene retos y conflictos que le son propios, en los que podría radicar su fuerza ontológica para crear y recrear formas de pensar la ciudad y que vendrían acompasadas por la reivindicación de las luchas territoriales. En últimas, se trata de una comprensión otra del territorio que precisaría nuevas acciones sobre el espacio urbano y sus interrelaciones.

3 La ciudad contemporánea: realidades y conflictos

La propuesta y organización de ciudad moderna nos hace ver un sistemático proceso de fragmentación tanto del espacio urbano como de las personas que lo habitan, marcado por la lógica consumista y de acumulación impuesta por el capitalismo. En tal sentido, el acumulacionismo sería el fundamento de una filosofía en que se asienta un sistema segregacionista de importantes sectores de ciudadanos, pues les imposibilita acceder a derechos que simplemente son producto del vivir en la ciudad (García, 2019).

Podríamos decir que la lógica segregacionista y el acumulacionismo son parte de una historia urbana que se inicia con la configuración de la ciudad colonial hasta el surgimiento y consolidación del tipo de ciudad como la que conocemos y en la que vivimos, la ciudad globalizada. En este proceso, se ha tenido la primacía de lógicas de ocupación basadas tanto en la búsqueda de una renta, que en muchos casos ha resultado vitalicia y que se transmite de generación en generación, como aquella más orientada por la acumulación y reproducción del capital, en formas basadas en la ocupación del territorio urbano para fines industriales o financieros. Al mismo tiempo, también hemos tenido los grandes y muy estratificados proyectos de vivienda, donde su realización ha estado fuertemente condicionada por su carácter formal-legal que, a partir de ir desconociendo y segregando lo urbano popular y la autoconstrucción, por considerarles ilegales, contribuye en la formación y sostenimiento de un tipo de ciudad basada en la desigualdad.

En la actualidad, es posible constatar la continuidad de dichos procesos de segregación y desigualdad. Esto ha tendido a incrementarse por el desplazamiento de familias campesinas, en un contexto marcado por la desprotección del sector agropecuario de la economía, donde la apertura económica, junto al considerado irremplazable extractivismo, actúan de manera conjunta. Los megaproyectos de extracción de materias primas se han incrementado en las últimas tres décadas, justo en los momentos que más se habla de los objetivos del milenio y el desarrollo sostenible, teniendo a la gobernanza ambiental y la de los recursos naturales como soportes ideológicos e institucionales en esta nueva fase de la globalidad liberal (Olano, 2021).

La consecuencia de este desenfrenado accionar en contra de la naturaleza ha traído consigo un innegable deterioro ambiental. El cambio climático se manifiesta en la pérdida de las fuentes de agua, por medio del retroceso de los glaciares o secamiento de los ríos y lagunas, junto a la degradación de los entornos rurales por la minería y tala ilegal. También, debemos considerar los irresueltos conflictos sociales y políticos asociados con la tenencia y uso de la tierra. Todos estos eventos no deben ser vistos como distantes de las problemáticas urbanas, pues desde una perspectiva holística y relacional, están articulados. Por estas razones, es que se abre lugar a los imaginarios jerarquizados de ciudad con su particular forma del crecimiento urbano en detrimento de los espacios marcados por el predominio de bienes terrenales, es decir, de la naturaleza.

Al mismo tiempo, teniendo de por medio la misma visión con que se estratifica lo urbano desde la época colonial, esta dinámica ha llevado a que ciertos sectores puedan gozar de los beneficios que ofrecen las ciudades en su sentido moderno, mientras enormes grupos poblacionales, las mayorías, al ser entendidos como habitantes sin derechos, ocupan las mal llamadas barriadas, callampas,

ranchos, pueblos jóvenes, barrios subnormales, de invasión o favelas. Aquí se realizan unos espacios donde, en contraste con las prácticas de urbanización anteriormente mencionadas, se continúa en esa permanente disputa por un lugar de vida digno al interior de las ciudades. En medio de esta disputa por el sentido que se le ha dado al uso de los territorios dentro de las ciudades, emerge la gentrificación como una nueva amenaza a lo urbano popular, al tejido social construido por décadas al interior de los barrios. Tal como se ha venido dando, la gentrificación es un proceso asociado con una renovada forma de acumulación de capital en las ciudades, el que ha llegado también a conocerse como extractivismo urbano. Por tales razones, se le puede considerar a la gentrificación o extractivismo urbano como aspectos relevantes de ese proceso de renovación del capitalismo, iniciado a mediados de la década de los setenta, y que David Harvey denominó acumulación por desposesión (2005).

En efecto, en América Latina, es posible encontrar las luchas por el derecho a una vivienda digna en la ciudad desde la década del cincuenta del siglo pasado. Tales luchas nos muestran, de manera bastante temprana, una apropiación y vinculación con los territorios urbanos de maneras algo distintas, comparado a lo que por esa misma época venía haciendo el Estado con sus grandes obras de infraestructura. Era también el momento en que el sector privado se dedicó a construir viviendas para los sectores de medianos y altos ingresos, a la vez que destinaba grandes cantidades de suelo urbano para la construcción de fábricas e infraestructura con la finalidad de adecuar la ciudad a la producción industrial, en la era del apogeo modernizador-desarrollista.

A diferencia de la propuesta enarbolada por los planificadores y diseñadores de la ciudad capitalista, observamos un proceso de apropiación popular de los territorios urbanos. La urbanización popular es fruto de procesos migratorios y de desplazamiento, más las prácticas organizativas basadas en demandas que no solo incluían la vivienda, sino también los servicios públicos como agua potable, alcantarillado, educación, salud y los espacios públicos para la cultura y recreación. Por ello la importancia que han adquirido quienes hacían parte de los procesos organizativos al interior de los barrios populares y, junto con ellos, las dinámicas asambleístas y la tradición minguera de ayuda mutua y reciprocidad que acompañan a los pobladores provenientes de las zonas rurales, ahora instalados en la ciudad (Torres, 2007). Bajo los principios del buen vivir urbano, esta lectura, al estar basada en la larga duración, nos permite comprender las formas radicalmente distintas en el proceso de habitar la ciudad, pues aquí se busca restituir la relación entre sujetos, culturas y los territorios, todos ellos basados en los sentidos de lugar de quienes habitan la ciudad popular.

4 La ciudad desde los buenos vivires

En virtud de lo anterior, luego de haber establecido los principios con los que hemos definido al buen vivir como una filosofía decolonial del Sur y aproximado a las características y conflictos predominantes en la urbe actual, consideramos importante avanzar hacia otras interpretaciones de la ciudad, teniendo de por medio el concepto de ontologías políticas relacionales. Cabe advertir que varias de estas interpretaciones toman forma a partir de las luchas y reivindicaciones de los pobladores urbanos por una vida digna, las cuales han quedado agrupadas en horizontes y agendas que van desde el reconocimiento de subjetividades y corporeidades diversas, hasta las demandas ambientalistas. De igual manera que lo han hecho la reivindicación por el logro de la soberanía alimentaria, la organización de economías solidarias y para la vida, aunadas a prácticas organizativas basadas en el cuidado y co-cuidado (Cuevas & Bautista, 2020), como también las experiencias más recientes de espiritualidades liberadoras.

Lo que está en cuestión, desde la perspectiva del buen vivir urbano, no es la integración de las mayorías a los espacios-urbanos privilegiados, o la participación en esa lógica fragmentaria del territorio, sino la restauración y decolonización en el uso del espacio territorial y sus interrelaciones (Delgado, 2015, p. 53). Estas interrelaciones, que se traducen en sentidos de inmanencia, unicidad entre el territorio y seres vivos que lo habitan, han dado forma a las ontologías políticas relacionales, las cuales buscan ser incorporadas en todas las esferas de la vida. Es una constelación que fisura lo hegemónico y se sitúa en un horizonte decolonial, poniendo en relación otros discursos, teorías y prácticas con que se organiza el buen vivir urbano. Al respecto, debemos hacer notar las apropiaciones de los espacios institucionales que se han dado en el marco de las movilizaciones sociales en los últimos meses en Colombia: monumentos coloniales derribados, estaciones de policía transformadas en bibliotecas comunitarias, espacios de formación política y académica barrial y popular —como la experiencia de la Universidad al Barrio, en la ciudad de Cali. De igual manera, lugares de creación para la memoria crítica, por medio de murales, en calles de diversas ciudades. Todo esto anuncia la emergencia, no solo de la indignación y la lucha por condiciones ciudadanas dignas, sino que, de alguna manera, anticipan nuevas

representaciones e imaginarios decoloniales de los espacios urbanos populares, de la memoria colectiva y su importancia para la construcción comunitaria autónoma y la vida en los espacios territoriales urbanos.

El nuevo arte popular urbano, aquel que tiene mucho de callejero, entre otras cosas, ha llevado a una variante localizada de la cultura global del hip hop y, por medio del nuevo muralismo, el rap, el *graffiti*, grupos de baile, junto a los guardianes de las semillas¹, integrantes de las batukadas², colectivos de feministas populares, primeras líneas³, asistentes a las asambleas barriales o respaldando las intervenciones de los títeres rebeldes⁴, nos muestran pueblos y cuerpos en resistencia. Esto es el buen vivir urbano. Por ello, alrededor de símbolos menos materiales y en un proceso de desmercantilización, se organizan nuevas comunidades en asocio con una ancestralidad presente desde la fundación y primera organización de los territorios urbanos, hace ya setenta años. Es un proceso donde podemos observar una coalición de saberes en un proceder heterárquico, pues ya sabemos que, con el buen vivir, se reconocen las distintas lógicas que plantean y razonan desde su lugar en la ciudad (Olano, 2023). Algunas de ellas viven en un tiempo no lineal como fundamento de un relacionamiento distinto con el espacio (Orrego, 2018), dejan de lado la aspiración acumulacionista y gestionan su territorio con los principios del ser-estando y el hacer-siendo. Una relación que nos invita a retomar la noción de ciclos y ritmos de la vida, distintos a los que ha establecido el pensamiento occidental, sobre todo en los momentos en que se construyó la modernidad en Europa, teniendo al colonialismo y la colonialidad como sus aspectos más relevantes. Como ha sido muy bien explicado por el pensamiento decolonial en Abya Yala, con el colonialismo y la colonialidad, terminó por constituirse el sistema mundo de la economía y mercados mundiales, hoy viviendo en la fase conocida como globalidad neoliberal.

El buen vivir urbano reconsidera el uso del tiempo y del espacio, pues el vivir a plenitud significa dejar de lado, o por lo menos agrietar, el incesante productivismo como ideología que ha movido las formas de ser y estar en la ciudad, para, así, abrirle paso a una serie de nuevas y ancestrales prácticas que no tienen un horizonte depredador de la naturaleza, ni el insaciable consumo como forma de vivir bien. Relacionado a esto último, la búsqueda de la mesura en el modo de vida y las relaciones sociales basadas en el cuidado y co-cuidado, pasan a ser principios y acciones que son similares a los que se originan en la solidaridad y la reciprocidad de una filosofía que se localiza en el sur. A esto mismo han de sumarse una multiplicidad de iniciativas colectivizadas en organizaciones comunitarias y barriales, desde hace décadas, las cuales se organizan en diálogo heterárquico con académicos e intelectuales críticos. Aquí se relaciona toda una riqueza epistémica originada en la producción de sentido, organización de prácticas de vida alternativas-alterativas y puesta en práctica de ejercicios comunitarios que alimentan la memoria crítica. En gran medida, todos ellos son el antecedente urbano de la búsqueda de alternativas sistémicas en tanto paradigmas anticapitalistas que no solo buscan replantear las relaciones sociales de producción económica, simbólica y del espacio, sino también las relaciones entre el ser humano y la naturaleza.

En este sentido, vale la pena precisar el potencial ontológico transformador que se articula en algunas de las prácticas de los colectivos mencionados, las cuales se deben sumar a las diversas luchas sistémicas anticapitalistas que se vienen dando a nivel global. Ello, en tanto que el buen vivir urbano no busca simplemente hacer más vivible la ciudad, pues propone un completo replanteo de la función de ésta, a partir de las interacciones con otros espacios de vida, como los rurales y subalternizados. Se le suman las dimensiones de la vida en clave comunitaria, espiritual e intercultural que, de alguna manera, dilatan la comprensión de la vida impuesta por las estéticas y políticas del desarrollo capitalista. Un elemento para evidenciarlo es la articulación de muchas prácticas y sentidos de la acción comunitaria en una dimensión de espiritualidad liberadora, la cual no queda circunscrita a una determinada institución religiosa o estructura teológica, cosa por demás funcional al modelo de ciudad moderna y liberal. Esto último lo mencionamos debido a que no es suficiente hablar de la tolerancia religiosa como principio incuestionable, sin referirnos a las

¹ El guardián de las semillas es “quien recupera, produce, conserva, investiga, selecciona y mejora la semilla en un contexto agroecológico y comparte las semillas de manera solidaria, responsable y ayuda a dinamizar el proceso de flujo de las semillas” (Corporación Grupo Semillas, 2016).

² Las batukadas son parte de múltiples intervenciones artísticas generalmente desarrolladas por colectivos feministas en medio de movilizaciones sociales.

³ Han sido conformadas “por las personas jóvenes de los sectores populares más vulnerados y cuyas existencias son invisibilizadas y expulsadas de este sistema capitalista, racista, colonial y heteropatriarcal” (Villarreal & Hernández, 2021).

⁴ Se acude a la expresión de títeres rebeldes para dar cuenta de uno de los colectivos artísticos y culturales que, mediante la expresión escénica, hicieron parte de las movilizaciones realizadas en Bogotá en el año 2021.

instituciones legitimadoras del orden uninacional y monocultural con que se ha organizado el Estado liberal en nuestros países. Por ello, proponemos una comprensión profunda y militante de la vida en estrecha religación con el territorio y las corporalidades.

Esta dimensión de la espiritualidad no debe confundirse con la espiritualización de la realidad, sino con una comprensión profunda y, si se quiere, mística de las relaciones comunitarias que trascienden el orden de lo meramente estratégico-político y del consenso social como aglutinador de las individualidades. Animadas por toda una suerte de prácticas que van desde experiencias interbarriales comunitarias en torno al cultivo en casa o huertas urbanas, donde se intervienen los espacios privados de las casas para animar la asociación desinteresada en torno al trueque, el intercambio entre memorias y la búsqueda de la sanación colectiva. Al mismo tiempo, la construcción de nuevas narrativas de la memoria dan origen a lo nuevo popular urbano, por medio de la relación de los saberes con los sabores, los cuerpos con las emociones, más las múltiples formas de ritualidad que libremente mezclan expresiones y cosmovisiones de las experiencias afros e indígenas. Es, por tal motivo, que estos espacios son solo ejemplos de expresiones que están emergiendo para, así, darle forma a otra racionalidad de lo común en la ciudad.

En este contexto, la espiritualidad puede cumplir una función re-ligadora y relacional para la imaginación colectiva e igualitaria del buen vivir urbano, sobre todo si se entiende que la racionalidad contenida en la noción de ciudadanía moderna, soportada en una ontología dualista, se caracteriza por su fomento de la desigualdad, la fragmentación y el individualismo. Es la misma en la que no es posible conciliar los polos dados en la dualidad naturaleza-cultura, rural-urbano, ética-economía, planificación-autogestión. La religación y lo relacional se evidencian en la comprensión del territorio y la territorialidad, lo cual viene emergiendo en América Latina desde la década del ochenta. Es la misma que, enriquecida por una multiplicidad de luchas, hace del territorio una categoría teórico-política de especial importancia, donde “lo relevante de la emergencia del territorio es que surge al interior de las luchas afrodescendientes, indígenas, feministas, y de los movimientos sociales, y no precisamente, exclusivamente, de los espacios académicos” (Machuca & Orrego, 2020, p. 25).

En relación con lo anterior, y en claro contraste con las perspectivas de ciudadanía occidental que parecen darse a espaldas de la comunidad, muchos de los sentidos de las prácticas del buen vivir urbano se soportan en una profunda comprensión de la comunalidad y de la comunidad. Por una parte, la idea de comunalidad, o sistema comunal, disputa el espacio interpretativo de la ciudadanía y propende por el desplazamiento de la economía capitalista y la democracia liberal como únicas formas de organización social y política (Rodríguez & Orrego, 2021). En este sentido, se inclina por formas comunales de economía y autogestión, promoviendo las condiciones para que la pluralidad cultural traiga consigo verdaderos espacios y escenarios interculturales. De allí que la comunidad sea vista por el antropólogo colombiano Arturo Escobar como “una entidad profundamente histórica, heterogénea y atravesada por el poder” (Escobar, 2017, p. 51).

En este horizonte y como bien nos lo recuerda Raquel Gutiérrez (2012), existe un antagonismo entre el “entramado comunitario” y las “coaliciones de las corporaciones transnacionales”. Es interesante notar cómo la comprensión del entramado comunitario contiene muchos de los elementos de orden ontológico relacional, de la espiritualidad emancipadora y de las comprensiones de la territorialidad que animan las prácticas y pensamientos del buen vivir urbano. En últimas, lo comunal, la espiritualidad y el territorio se convierten en ejes articuladores de la ontología política del buen vivir urbano. También, ponen en escena diversos tipos de lucha que no aspiran a la toma del poder, sino a la reconfiguración y búsqueda de otras lógicas y formas del poder, ahora, en clave decolonial. De hecho, constituyen nuevas formas de poder no estatales, pues propugnan la reorganización del territorio urbano y de la sociedad en base a las autonomías locales, regionales y globales.

6 Conclusiones

Reflexionar la ciudad desde el horizonte decolonial de las ontologías políticas del buen vivir urbano supuso un previo diagnóstico de la lógica acumulacionista y segregacionista. La misma lógica que, por vía de sendos procesos de gentrificación y extractivismo, viene impulsándose como modelo único de organización de la vida en los centros urbanos. En este horizonte, la ontología política dualista y fragmentaria sostiene el modelo colonial, extractivista y gentrificado de la ciudad. Este modelo busca perdurar en la actualidad, a través de una diversidad de dispositivos e imaginarios del desarrollo urbano hegemónico, que pretende organizar la vida, los

espacios-tiempos y las formas de ser-estar de los habitantes de lo urbano. Esto significa confinar a una inmensa mayoría de la población a la segregación cultural, espacio-territorial y, en general, a vivir sin derecho al disfrute de la ciudad.

En tensión con estas lógicas fragmentarias y jerarquizadas de la ciudad, hemos postulado una comprensión ontológica que, inspirada en la filosofía decolonial del buen vivir y manifestada en las múltiples prácticas de resistencia y re-existencia de los movimientos indígenas, barriales y populares, así como en las recientes movilizaciones sociales, interviene las narrativas, las estéticas y configura nuevas formas de habitar los espacios-tiempos urbanos. En este horizonte, hemos querido resaltar el potencial creador y re-creador, es decir, ontológico-relacional de la filosofía del buen vivir urbano como aglutinador de prácticas, sentires, pensares y corporalidades distintas para posibilitar nuevas formas de habitar la ciudad. En definitiva, son expresiones decoloniales de ser y estar, tanto en como desde los espacios urbanos de Abya Yala.

En nuestro caso, hemos querido centrar la atención de nuestra investigación en lo que hemos denominado tres potencias creativas desde las cuales observamos el buen vivir urbano: en primer lugar, la espiritualidad, como dimensión re-ligadora y relacional que dota de mística y profundidad las relaciones comunitarias; en segundo, el entramado comunal y comunitario mismo, que teje relaciones más allá del interés de coaliciones corporativas y de los diseños urbanísticos segregadores; y en tercer lugar, en el territorio como espacio mundo-vital que articula las anteriores. Con estas potencias creativas, se afirman nuevos vínculos que permiten recrear las formas de habitar los espacios-tiempos en la ciudad. También, anticipan una ontología política del buen vivir urbano y sus aportes al fortalecimiento del pensamiento decolonial. Esta delimitación, o mirada en tres potencias creativas del buen vivir urbano, no ha sido fortuita, en cambio, obedece a la mirada crítica y retrospectiva de las recientes movilizaciones en Colombia, así como a las manifestaciones y prácticas históricas de los movimientos social, indígenas, populares y barriales con quienes participamos en diversos espacios como investigadores, tratando de imaginar y recrear las posibilidades del buen vivir urbano.

Esto último no es cosa menor, pues la gran mayoría de las investigaciones en torno al buen vivir suelen centrarse en las dinámicas indígenas, campesinas y, en general, en los espacios rurales como centros ejemplares de esta filosofía. Es por esto que los espacios-tiempo urbanos de la ciudad son olvidados o, simplemente, puestos en contraste, generalmente negativo con dichas dinámicas. Por lo anterior, hemos querido aventurarnos a pensar la ciudad desde las ontologías del buen vivir urbano. Esto supuso la valoración y reconocimiento de ritmos y prácticas de vida que transgreden a las impuestas lógicas hegemónicas del capitalismo contemporáneo. Es decir, nos hemos propuesto reconsiderar el uso del tiempo y el espacio, lo que no pretende la inclusión de las mayorías a la ciudad del consumo y la acumulación, para hacerla más vivible, mas sí, el replanteo de su función desde otros vínculos y prácticas mundo-vitales. En últimas, lo que pretende ser un aporte al pensamiento decolonial en América Latina.

Referencias

- Ávila, R. (2011). El derecho de la naturaleza: fundamentos. En Acosta, A. y Martínez, E. (Compiladores). *La naturaleza con derechos. De la filosofía a la política*. Quito: Abya Yala.
- Beling, A., & Vanhulst, J. (2016). Aportes para una genealogía glocal del buen vivir. *Economías sin fronteras*, (23), 12-17.
- Corporación Grupo Semillas. (2016). Red de Guardianes de Semillas de Vida Colombia Sembrando para el futuro. En *Revista Semillas*. <https://semillas.org.co/es/revista/red-de-guardianes-de-semillas-de-vida-colombia-sembrando-para-el-futuro>
- Cuevas, P., & Bautista, J. (2020). *Memoria colectiva, corporalidad y autocuidado: rutas para una pedagogía decolonial*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional.
- Delgado, G. (2015). Ciudad y Buen Vivir: ecología política urbana y alternativas para el bien común, *Theomai*, No. 32, p. 36-56.
- De la Cadena, M. (2020). Cosmopolítica indígena en los Andes: reflexiones conceptuales más allá de la “política”. *Tabula Rasa*, (33), 273-311.
- Escobar, A. (2017). *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre el desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: UNAULA.
- Estermann, J. (2006). *Filosofía Andina*. Buenos Aires: ISEDET.

- García, F. (2019). El extractivismo urbano y su giro ecoterritorial. Una mirada desde América Latina. *Bitácora urbano-territorial*. 29 (2), 21-28.
- Giusiano, J. (2011). Revolución de los Pueblos Originarios en Bolivia: El nacimiento de una nueva Política Exterior. *Boletín informativo del Centro de Estudios Sudamericanos*, (29).
- Gudynas, E., & Acosta, A. (2011). El *Buen vivir* más allá del desarrollo. *Qué Hacer*, (181), 70–81.
- Gutiérrez, R. (2012). Pistas reflexivas para orientarnos en una turbulenta época en peligro. En Gutiérrez, R. (Editora). *Palabras para tejernos, resistir y transformar en la época que estamos viviendo* (pp. 9-34). México: Pez en el Árbol Ediciones.
- Harvey, D. (2005). El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión. *Socialist Register 2004*, edición en español, 99-129.
- Idrobo, J., & Orrego, I. (2021). Introducción. En Idrobo, J., & Orrego, I. (Eds.). *Ontología política desde América Latina*. Bogotá: USTA.
- Machuca, V., & Orrego-Echeverría, I. (2020). Territorios, resistencias y re-existencias: una mirada desde la ontología política. En Idrobo-Velasco, A. y Orrego-Echeverría, I. (Eds.). *Territorios, conflictos y resistencias*. Bogotá: USTA.
- Olano, A. (2021). *Política comunitaria, gobernanza global y desarrollo internacional: una propuesta desde los pueblos originarios andinos*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia.
- Olano, A. (2023). Poner el mundo al revés. Nuevas teorías y movimientos sociales en Abya Yala, ms.
- Orrego-Echeverría, I. (2018). *Ontología relacional del tiempo-espacio andino: diálogo con Martín Heidegger*. Bogotá: USTA.
- Prada, R. (2011). Más allá del capitalismo y la modernidad. En Dulon, J., & Gosálvez, G. (Coordinadores). *Descolonización en Bolivia. Cuatro ejes para comprender el cambio*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. En Lander, E. (Ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Rodríguez, A., & Orrego-Echeverría, I. (2021). *Ciudadanía al debate: concepciones críticas de la ciudadanía como categoría de análisis*. Bogotá: UNIMINUTO.
- Santos, B. (2009). *Una epistemología del Sur. La reinención del conocimiento y la emancipación social*. México: Siglo XXI editores.
- Torres, A. (2007). *Identidad y política de la acción colectiva. Organizaciones populares y luchas urbanas en Bogotá 1980-2000*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional.
- Villarreal, A., & Hernández, N. (2021). Las primeras líneas colombianas. En *Pikara Magazine*. <https://www.pikaramagazine.com/2021/05/primeras-lineas-colombianas/>.

**A POÉTICA DA RELAÇÃO E AS CIDADES:
PERSPECTIVA PARA UMA URBANÍSTICA DECOLONIAL**

**THE POETICS OF RELATION AND CITIES:
PERSPECTIVE FOR A DECOLONIAL URBANISM**

CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA

Carlos Henrique Magalhães de Lima é Arquiteto e Urbanista e Doutor em Urbanismo. É professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e integrante do grupo de pesquisa Arquivos, Fontes e Narrativas: Entre Cidade, Arquitetura e Design. Pesquisa fenômenos da urbanização contemporânea, relações étnico-raciais em espaços públicos e ativismos urbanos. carloshenrique@unb.br
<http://lattes.cnpq.br/7899321988947015>

Resumo

Este ensaio é uma construção teórico-conceitual que problematiza as noções de modernidade e colonialidade no âmbito urbanístico. Trata-se de uma confrontação entre elaborações a respeito das ideias e práticas urbanísticas coloniais e hegemônicas e as reflexões do pensador martinicano Édouard Glissant acerca da negritude e da cultura afrodiáspórica, figurada sobretudo em noções como a Relação, criouliização e nomadismo. O objetivo é relacionar ao campo urbanístico conceitos e referências que levem à problematização das noções de modernidade, colonialidade e decolonialidade, e o papel das subjetividades diante de fenômenos de subalternização. Como resultado, percebemos que as ideias de Glissant, dedicadas a refletir sobre os efeitos da colonização e as possibilidades transformadoras que emergem das relações de uma identidade permanentemente deslocada em direção ao Outro, oferecem pistas para tensionar o campo do urbanismo em uma perspectiva histórica e em seus efeitos nas dinâmicas do presente nas cidades colonizadas.

Palavras-chave: Édouard Glissant, Poética da Relação, Urbanismo Colonialista, Decolonização

1 Introdução

O campo do urbanismo se adensa no Brasil com caráter marcadamente segregador. O que fundamenta suas ideias e práticas desde meados do século XIX é a proposição instrumental de padrões que refletem poder territorial e hierarquias, resultando em distanciamento entre grupos sociais e espoliação de populações subalternizadas (Velloso, 2020, p. 157). As ações do urbanismo de aspecto colonizador encontram no Rio de Janeiro uma condição particular porque a cidade foi sede além-mar da metrópole portuguesa. Isso levou a uma associação entre poderes hegemônicos com o propósito de promover separação entre a coroa e a população não nobre, majoritariamente negra e escravizada. A urbanização brasileira é predominante marcada por uma “tradição de opressão, em nome, sim, de uma lógica de raça, além de mediante operações discursivas, teóricas e práticas” (Velloso, 2020, p. 156).

Quijano (2005) afirma que as Américas formam o primeiro espaço/tempo em que a raça emerge como “categoria mental da modernidade”, quer dizer, onde estruturas produziram relações sociais legitimadoras de supostas superioridade e inferioridade, forjando povos dominantes e dominados, estabelecendo, assim, um padrão de controle do trabalho e de seus recursos. O porto do Rio de Janeiro é um exemplo de território síntese no qual essa estrutura, ainda hoje, pode ser vista em funcionamento. Um lugar onde as adversidades impostas à população não-branca são resultado de violências simbólicas e materiais. No século XIX, escravizados, trabalhadores libertos, africanos, brasileiros e seus descendentes viviam em uma cidade repleta de restrições e onde o aspecto conflituoso era predominante. Alguns fenômenos assinalam essa dinâmica de forma clara: dificuldades de acesso à propriedade e moradia (Fridman, 1999), a instabilidade relacionada ao emprego e renda, as dívidas de trabalho impostas após a manumissão (Mamigomian, 2017). Ainda: as restrições associadas à circulação em espaços públicos, as quais culminaram em leis que tornavam a cidade um território bastante controlado. Por tudo isso, pode-se dizer que houve práticas urbanísticas de caráter colonialista (King, 2015), fundamentado na segregação.

No entanto, se as espacialidades negras nas cidades, por um lado, são marcadas por restrições que impedem seu acesso aos bens de diferentes naturezas e às políticas públicas básicas, “[...] por outro lado, projetam formas de vida recriadas, experiências e vivências singulares percebidas como dissonantes de outros contextos” (Barone & Rios, 2018, p. 30). O urbanismo colonialista no Rio de Janeiro e em outros territórios afrodiáspóricos foi continuamente desafiado por meio de movimentos associativos negros. Estes, por sua vez, são ações de caráter identitário com forte potencial transformador que garantiram ao coletivo afro-pindorâmico (Bispo dos Santos, 2015) subverter o lugar que lhes foi designado no espaço social. Diante dessa estrutura colonial, emerge um espaço físico e existencial no qual se articulam visões, significados e práticas sociais que politizam o cotidiano; onde lutas por emancipação e liberdade emergem a partir de situações corriqueiras (Chalhoub, 1990). As maltas de capoeiras, forma coletiva e transitória de ocupação das ruas, e as casas de zungú, locais de encontro da população negra, tiveram papel considerável na construção dos associativismos que surgiram nas últimas décadas do sistema escravista (Soares, 1998). Sendo assim, um projeto

crítico do binômio modernidade-colonialidade deve, por um lado, observar a construção histórica da desigualdade sob o ponto de vista racial e, por outro, considerar as lutas históricas negras como elemento fundamental.

Essas lutas encontram nos estudos da decolonialidade um campo político e epistemológico de grande relevância, dedicado ao enfrentamento das estruturas de dominação e modelos de conhecimento forjados por meio de políticas e projetos originados nas matrizes conceituais euro-estadunidense de conhecimento e suas muitas derivações. Este trabalho é uma leitura, a partir de uma perspectiva urbanística, sobre conceitos centrais na obra do pensador Édouard Glissant (1928-2011), nome indispensável para o debate decolonial. Em seus ensaios relacionados ao termo *Relação*, Glissant trata dos efeitos da desterritorialização para produzir uma hipótese sobre a condição errante das populações negras no território físico e existencial das Américas, o novo mundo em formação. Diante do abismo do trauma da colonialidade, emerge um campo cosmológico de associações culturais híbridas imprevisíveis, um complexo de relações espaciais dinâmico em suas práticas e estratégias fundamental para a confrontação das práticas urbanísticas do campo hegemônico, portanto, para a sobrevivência das populações negras.

Metodologicamente, propomos que as combinações deste ensaio se fundamentam na concepção da cidade como um “objeto de fronteira”, quer dizer, que não pertence a um campo disciplinar específico, demandando cooperação entre áreas do conhecimento variadas e afinadas com as contingências locais (Star & Griesemer, 1989). De forma análoga, pensar a decolonização das práticas urbanísticas requer levar adiante o que Mignolo (2003) denomina “pensamento fronteiro”, isto é, concepções que não podem ignorar “o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que tal pensamento moderno seja de esquerda ou progressista.” (Mignolo, 2003, p. 52). O pensamento fronteiro tem caráter emancipador; é um produtor de novas genealogias epistemológicas que não refutam a modernidade elaborada no pensamento europeu, mas induz sucessiva produção de diferenças em seu interior. “Essa é a opção que alimenta o pensamento descolonial ao imaginar um mundo no qual muitos mundos podem coexistir” (Mignolo, 2008, p. 296). Partindo dessas premissas, propomos que a *Relação* pode ser um elo crítico potencialmente transformador da leitura urbanística, tanto no que diz respeito ao seu histórico de formação quanto às suas dinâmicas no presente.

O texto está organizado em três partes. Primeiramente, tratamos do urbanismo colonialista em suas variadas abordagens, mas sobretudo como ciência que emerge na Europa, um modelo moderno norte-atlântico utilizado como instrumento de dominação. Essa reflexão virá acompanhada de fenômenos destacados que assinalaram a urbanização moderna no país. Em seguida, abordamos o conceito de *Relação* e os termos correlatos da obra de Glissant, frisando questões relacionadas à decolonização. Por fim, sugerimos que as características relacionais presentes na obra de Glissant repercutem no complexo de significações que configura a práxis afro-brasileira nas cidades (Nascimento, A., 2019), particularmente na forma de ocupações e espaços culturais denominados quilombos urbanos (Batista, 2019). Com isso, esperamos contribuir reflexivamente sobre a possibilidade de uma urbanística de caráter decolonial. É uma tentativa de tensionar o debate a partir de estratégias e modos de fazer que repercutem em um campo teórico, buscando leituras alternativas para a formação da urbanização brasileira.

2 Urbanização e colonialidade: a construção das desigualdades intraurbanas

É amplamente elaborado no campo historiográfico que o urbanismo se adensa como disciplina entre a segunda metade do século XIX e início do século XX com o propósito de promover uma transformação funcional da cidade a partir de novos programas e edificações. Suas características programáticas surgem associadas à expansão de cidades por meio de instalações técnicas em rede de circulação de energia, mercadorias e pessoas (Calabi, 2012). No entanto, vale destacar que objetivos, discursos e instrumentos do urbanismo foram adaptados para intervir em cidades colonizadas, resultando em um verdadeiro campo aberto de experimentações onde proliferava o zoneamento étnico, desapropriações e a divisão do território com vistas ao incremento da exploração de commodities.

A modernidade associada ao funcionalismo tornou o controle termo recorrente no vocabulário urbanístico. Não só as disposições espaciais foram levadas a cabo com o propósito de extração de lucros e classificações da população, mas também os hábitos foram importados das metrópoles, resultando em programas e edificações cuja tendência era se sobrepor aos modos de vida nos núcleos colonizados (Avermaete, 2010). O termo “urbanismo colonialista” é empregado por King (2015) para se referir às formas variadas pelas quais países europeus moldaram as cidades em suas colônias, envolvendo políticas públicas e ações diretas no território. O

autor enfatiza a importância da transformação de paisagens físicas como uma forma de definir hierarquias sociais no espaço construído.

Gwedolyn Wright (1991) argumenta que arquitetos e planejadores se apropriaram dos pressupostos do funcionalismo e da padronização para justificar um tipo de intervenção no espaço que se pretende universal e objetiva, mas que reiteradamente reforça desigualdades. Ainda que os resultados sejam variados e contrastantes, a urbanização colonizadora amalgama ações que transformam a cidade em um “terreno experimental”. Para a autora, o urbanismo colonizador envolve a criação de divisões espaciais nas cidades: guetos e zonas de exclusão onde a violência pode ser perpetrada. Por meio do estabelecimento de bairros segregados, áreas restritas e políticas de exclusão, as autoridades coloniais mantiveram o controle social e exploraram os recursos em benefício dos colonizadores. Essas divisões foram baseadas em fatores raciais, étnicos e socioeconômicos, reforçando as desigualdades e os desequilíbrios de poder (Wright, 1991).

A infraestrutura desempenha papel fundamental na urbanística colonizadora. Marvin e Graham (2001) afirmam que, em antigas colônias de países europeus, a concepção de infraestrutura esquadrinhou o território e ainda hoje exerce forte influência no agenciamento urbano. A fragmentação e dispersão que caracteriza muitos núcleos urbanos decorre de uma lógica que criava zonas diferenciadas nas cidades, separando grupos sociais, mas que não fosse excessiva, já que era necessário garantir acesso da mão de obra explorada aos locais de emprego e consumo. Nesse contexto, a desigualdade de caráter racial é intencional, cria “zonas inacessíveis” (Marvin & Graham, 2001), relativamente apartadas das atividades produtivas e outros benefícios da vida pública, muitas vezes caracterizadas como perigosas, mas próximas o suficiente para que as pessoas possam se deslocar até os locais de emprego.

O caso brasileiro oferece um universo de fenômenos que podem ser associados ao urbanismo de expropriação e controle. O Estado teve papel preponderante nessa conformação, associando-se a agentes privados para viabilizar a produção maciça e continuamente renovada de mão de obra escravizada. O acesso aos recursos e a dotação de equipamentos públicos e de infraestrutura foi francamente influenciado pela economia negreira e resultou em um espaço com assimetrias significativas, com prejuízos para a população negra. As práticas urbanísticas foram fortemente influenciadas nesse arranjo, sendo determinantes para intervenções que se adensam em meados do século XIX e que até hoje mantém inalteradas algumas de suas características. A região portuária do Rio de Janeiro gradualmente sofreu intervenções que caracterizavam o sentido da vida pública pretendida ali: a construção do Lazareto da Gamboa e do Cemitérios dos Pretos Novos, bem como a conversão dos trapiches alfandegados para beneficiar traficantes de escravizados são exemplos notórios de uma urbanização amplamente alicerçada no colonialismo (Gonçalves & Costa, 2020).

No Brasil, as práticas urbanísticas não surgem diante de um ideal de emancipação coletiva e melhoria de vida para a classe trabalhadora que identificados na Europa; trata-se, antes, de um conjunto de ações desenvolvidas a partir do que Malcon Ferdinand (2022) denomina “fratura colonial”. Para Ferdinand, a pretensão de universalidade construída por meio de uma historicidade do “sujeito global” é uma falácia, por isso é preciso considerar a diferença gritante entre os níveis de perturbação e transformação do espaço provocado pelo sistema de *plantation* e os modos de vida de povos originários no Caribe, por exemplo. As cidades brasileiras foram lugares de experimentações de conceitos originados em espaços alheios às dinâmicas próprias de seu território. Nos termos da fratura conceituada por Ferdinand, o Brasil foi “um laboratório em que, contrariamente ao centro metropolitano imperial, tudo é permitido e admitido moralmente” (Ferdinand, 2022, pos.1958). Portanto, as práticas urbanísticas resultaram em sucessivas separações e fraturas que cristalizaram circuitos de desigualdades intraurbanas.

Além da dimensão espacial concreta, diversas normas de conduta moldaram o universo de relações na cidade colonial. Um exemplo disso pode ser identificado nas posturas municipais do Rio de Janeiro publicadas entre 1830 e 1834. De modo geral, essas leis tinham o propósito de conseguir o aumento do controle sobre os escravos citadinos e cercar o trânsito dos cativos no Rio de Janeiro. Mesmo com a proibição do comércio negreiro, o tráfico de escravizados não cessou, pelo contrário, o número de africanos que desembarcavam nas cercanias da cidade cresceu de forma evidente. Paralelamente, houve ampliação dos limites do núcleo colonial. “As fazendas em Botafogo, Flamengo, Glória, Catete, Laranjeiras e Cosme Velho sofreram parcelamentos e foram ocupadas por casas e chácaras” [...] e a Cidade Nova se adensou após a ida do príncipe para São Cristóvão e isenções fiscais” (Fridman, 1999, pp. 109-110). A orla da Gamboa e Alferes cresceu para a instalação de novos cais, e os terrenos foram loteados e se expandiram

com armazéns para exportação do café. O resultado foi um espaço culturalmente rico e diverso, no qual se desenvolveram complexas associações entre grupos populares.

Nesse contexto, surgiram expressões culturais diversas resultantes da associação entre negros, judeus, ciganos e outros grupos migrantes (Carvalho, 2019). Os hábitos dessas pessoas não estão presentes em monumentos ou inscrições; seus vestígios são toponímicos, apagados por sucessivos projetos de modernização, mas os quais perduram na memória e ressoam em práticas do presente. Assim, “[...] da dança à música, da literatura à história, das reformas urbanas à vida cotidiana, ‘escrituras’ e ‘apagamentos’ abundam nas cidades, interferindo uns nos outros, produzindo traços que podem ser tão ubíquos quanto opacos” (Carvalho, 2019, p. 36). O conjunto das opressões e adversidades vividas nesse espaço diaspórico movimentou e produziu entendimentos subterrâneos que se manifestam em modos de organização comunitária responsável por um tipo de fazer-cidade. São formas de associação híbrida indutoras de uma cultura urbana subversiva e transformadora. Um tipo de “tecnologia social” que amplia “saberes, culturas e histórias ancestrais” (Nascimento, A., 2019, p. 282).

Portanto, o urbanismo colonialista não se exerceu de forma unidirecional, mas foi sempre enfraquecido por práticas espaciais de grupos minoritários. As cidades que serviram como laboratórios experimentais da urbanística colonizadora se configuram como territórios síntese onde se cruzam, por um lado, os regimes de despossessão e as ações de controle elaboradas por vertentes dominantes e, por outro, as experiências e manifestações negras, em seu caráter instável e cambiante. Propomos que o conceito de Relação elaborado pelo pensador da decolonialidade Édouard Glissant é referencial para pensar esse arranjo e oferecer rotas consistentes para a imaginação urbanística com base numa perspectiva decolonial.

3 Édouard Glissant: pensamento do Outro

A obra de Édouard Glissant é tão prolífica quanto complexa. Seus romances, ensaios e poemas resultam do entrelaçamento entre sua vida política e seu fazer literário. As ideias de Glissant tiveram impacto significativo nos estudos sobre a decolonialidade, na esteira de autores proeminentes como Franz Fanon e Aimé Césaire, os quais elaboraram sobre a falsa construção da superioridade europeia, centrada não apenas em violência material, mas nas narrativas que retratam as culturas não-brancas como inferiores. Em 1990, Glissant publica seu livro *Poética da Relação* (*Poética III*), quando aprofunda as reflexões sobre os dilemas dos escravizados e o exílio atribulado provocado pela escravização. Leupin (2016) observa que, nesse trabalho, Glissant não se mantém atado à denúncia da violência colonial, mas permanece sempre aberto a um horizonte prospectivo formado pela associação inventiva e imprevisível da negritude nas Américas. As metáforas e conceitos de Glissant não foram forjados para rememorar o trauma, mas para projetar um futuro em Relação (Theophilo, 2018). A característica poética de seu texto o afasta de qualquer fixação de fronteiras identitárias, tratando o corpo social como deslocamento permanente em direção ao Outro, um tipo de (re)imaginação do mundo cujo guia é a alteridade.

A ideia de Relação emerge como noção relacionada às identidades irreduzíveis dos povos colonizados. A Relação é “contanto que os particulares, os quais a constituem em interdependência, tenham antes se emancipado de toda aproximação de dependência” (Glissant, 2021, p. 172). A noção de Relação está vinculada à constatação da Totalidade-Terra, a qual se contrapõe a uma visão de mundo unitário. Glissant opõe a concretude da diversidade dos povos presentes hoje na cena mundo como aquilo que desfaz os pressupostos metafísicos que fundamentam a concepção de identidade abstrata e generalizável a todos os humanos (Albergaria Rocha, 2020). Com isso, propõe desfazer as ideias de “ser” e “essência” que definiriam indivíduos e culturas. Em vez disso, a Relação interfere nos particulares e coloca em movimento permanente diferentes formas de concepção da existência. Glissant enfatiza a importância da interconectividade entre povos e o meio ambiente capaz de produzir uma cosmologia que se constrói de maneira dinâmica e fluida.

A Relação se aproxima de outro termo caro ao repertório teórico de Glissant: a “crioulização”. Para o autor, o Caribe é um lugar onde “a Relação se dá mais visivelmente, uma das zonas de resplendor em que ela parece se fortalecer” (Glissant, 2021, p. 58). O que ocorreu nessa porção do mundo não foi apenas um encontro, um choque, “[...] uma mestiçagem, mas uma dimensão inédita que permite a cada um estar ali e alhures, enraizado e aberto, perdido na montanha e livre sob o mar, em acordo e em errância” (Glissant, 2021, p. 59). Com efeito, esse processo resulta em uma “mestiçagem sem limites, cujos elementos são múltiplos, e as resultantes,

imprevisíveis.”. Trata-se de uma aventura marcada pelo “estilhaçamento sem precedentes das culturas”, o que não significa sua dispersão, tampouco sua diluição, mas uma partilha que é sobretudo produzida continuamente, e não imposta.

Para o autor, ao contrário das culturas que se apresentam a partir do suposto refinamento civilizacional que impõe como realidade objetos ideais com valor apriorístico e com vetor rumo a um ideal (Glissant, 2021, p. 163), “a outra direção, que não é uma, distancia-se inteiramente do pensamento da conquista; trata-se de uma mediação experimental (um acompanhamento) dos processos de relação, operando no real, entre os elementos (primeiros ou não) que lhe tramam as combinações” (Glissant, 2021, p. 167). É uma dinâmica que leva à mediação de distâncias, das tendências, daquilo que é relacional, “daquilo que, por ser fluido e variante, também é incerto (ou seja, inapreensível), mas a todo instante fundamental e, quiçá, cheio de invariâncias” (Glissant, 2021, p. 167). A Relação oferece a possibilidade de pensar a cultura e identidade dos povos diaspóricos como fonte constante e persistente de imaginação. O enredo da ação colonizadora, por isso, não fica reduzido a um esquema de dominação-reação. Trata-se antes de pensar nos espaços de intersecção, nas trocas convergentes e divergentes, em todas as potências e virtualidades bloqueadas pelas hegemonias.

A ideia da Relação, da crioulização, da cultura em suas múltiplas variações, mostra como a permeabilidade das trocas é tema fundamental para pensar multivalência do espaço urbano brasileiro sob a urbanização colonizadora, onde ações negras e populares ofereceram saídas capazes de enfrentar as violências sucessivas contra seus corpos. As Casas de Zungú e batuques se apresentam como um caso destacado nessa trajetória de lutas. Originadas de quilombos que proliferaram durante o século XIX, essas casas possivelmente serviram como local de encontro para escravos fugidos. Reuniam comunidades de africanos e brasileiros e tinham “sentidos e usos múltiplos” (Santos, 2015, p. 33), pois, além da hospedagem, possibilitaram a permeabilidade de línguas, saberes filosóficos, ciências e culturas. É um entrelugares nas normativas sufocantes das leis urbanísticas e da impossibilidade de acesso à habitação que resulta da imensa concentração fundiária na cidade. Portanto, sugerimos haver uma correspondência com o que a Relação apresenta de identidade produzida na errância e nas condições adversas enfrentadas no exílio. Para Glissant (2021, p. 34), “[...] toda identidade se desdobra numa relação com o Outro.”

Ao contrário do nomadismo invasor que, segundo Glissant, é impositor e estabiliza as conquistas por meio dos apagamentos e imposições, podemos dizer que as casas de Zungú eram ocupadas por “nômades circulares”, descritos por Glissant como sujeitos que foram capazes de garantir sua sobrevivência por um tipo de movimento desprovido de qualquer intenção de invasão, conquista ou extermínio, mas sim por composição cultural misturada e diversa. Por isso, a condição desterrada e de desenraizamento que sofreram devido à colonização foi capaz de produzir uma identidade que não está amparada na expansão do território, mas na busca pela alteridade de forma radical. “Esta é mesmo a imagem do rizoma, que leva a entender que a identidade não está mais somente na raiz, mas também na Relação” (Glissant, 2021, p. 42). Diante de sucessivas adversidades, a errância proporcionada pela Relação se apresenta como a recusa de qualquer pretensão universal e generalizante. É o reconhecimento das muitas memórias e trajetórias que foram suprimidas em nome dos relatos históricos de caráter dominante. Referente aos zungús, embora criminalizados,

A proibição de casas que eram, ao mesmo tempo, refúgio para escravos foragidos e locais de dança e batuque, revelava muito bem a dupla atuação da polícia frente ao segmento escravo: ela deveria evitar que os cativos fugissem, mas também garantir que a população cativa se comportasse de forma adequada (Santos, 2015, p. 33).

Mesmo cerceados, esses espaços minaram as pretensões centralizadoras de controle, funcionaram como um modo distinto de fazer cidade, que não está restrito às ruas, já que “a origem dessas casas também estava no angu, comida típica do escravo e facilmente encontrada nas ruas cariocas, o que leva a crer que tal organização nem sempre aconteceu em locais determinados, mas também nas ruas, em volta das negras com seus tabuleiros de angu” (Santos, 2015, p. 33). Esse modo de estar nas ruas, de ocupar espaços e transformá-los, sugere que o deslocamento de negras e negros impôs limites à projeção escravagista que se desenhava na conturbada década de 1830 no Brasil, marcada por movimentos insurrectos que eclodiram em diferentes partes do Império.

As perseguições legais e normativas impostas aos negros atravessaram décadas, ressoaram em um padrão de ação urbanística motivada pela busca de uma cidade supostamente civilizada. As práticas de cidade e os modos de estar na rua da população negra ressoam nas ideias de Glissant sobre a decolonização, entendida a partir das ideias do autor como arranjos libertadores entre culturas

para fazer experiências políticas comunitárias. Ao pronunciar a Relação como “recusa a qualquer generalização do absoluto” (Glissant, 2021, p. 162) e do reconhecimento de cada uma das partes que formam o arquipélago da vida urbana, Glissant nos leva a ver estratégias e modos de fazer da vida cotidiana que exigem renunciar as totalidades centralizadoras. Se consideramos a prática urbanística como resultado de uma gama muito variada e heterogênea de atores e procedimentos — e não somente aqueles elaborados pelo Estado e as instituições — podemos dizer que os contornos dessas formas de ação, dessa maneira de fazer cidade da população negra, concretizada, entre outros, nos zungús, inspira modelos de organização dinâmicos, amparados em laços ancestrais e em formas de uma relação sempre aberta com o outro. Atualmente, identificamos no espaço urbano formas espaciais populares que nos remetem à poética da relação, abrindo espaço para a imaginação urbanística. É o caso dos quilombos urbanos.

3.1 A poética da Relação e a imaginação urbanística

Uma nova agenda de pesquisa está em plano desenvolvimento nos estudos sobre a cidade e questões das populações negras. Para Sean Anderson e Mabel Wilson (2021, p. 20) “a negritude materializa narrativas espaciais na medida em que catalisa uma afirmação de identidades”. Para os autores, o problema da modernidade pode ser abordado pela arquitetura e urbanismo, de modo que os limites de suas práticas são expandidos para que se possa reconstituir histórias que falam da colonialidade e “da desventura imperial, ao mesmo tempo que asseguram — com promessas ilimitadas — a perspectiva de pensar, conceber e construir espaços de resistência e recusa, imaginação e libertação” (Anderson & Wilson, 2021, p. 21). Atualmente, espaços sociais e de caráter comunitário negros contribuem para a recomposição de identidades divididas. Se a agência colonizadora opera pela fratura e supressão, organizações espaciais para a visibilização social da existência negra e de sua demanda por reconhecimento emergem como possibilidade tática e estratégica (Nascimento, A., 2019).

Quilombos urbanos também podem ser compreendidos como lugares formados por um conjunto articulado de experiências que resultam em sistemas sociais alternativos nos quais se valoriza a mutualidade sob o ponto de vista das aspirações e necessidades negras. Assim, o quilombo pode ser entendido como uma atitude dos negros “para se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal, e que se apresenta como assentamento social e organização que criam uma nova ordem interna e estrutural” (Nascimento, B., 2021, p. 124). Ao perturbar as ideias emanadas pelo campo hegemônico, pessoas negras criaram um tipo de espaço marcado pela incessante elaboração das formas de habitar o espaço. Quilombos urbanos como o Pedra do Sal, no Rio de Janeiro, Aparelha Luiza, em São Paulo, Xica Manicongo, em Niterói, e a Casa Akotirene, em Brasília, oferecem à imaginação urbanística elementos capazes de desestabilizar continuamente o curso da vida, por meio de práticas centradas sobretudo nas condições de ligação entre os seres mais do que enunciados e pressupostos gerais do planejamento a longo prazo.

Ao renunciar o “édito universal” que configura o pensamento da modernidade, as ideias de Glissant (2021) revelam correspondências com esses espaços negros, concebidos a partir de uma urbanística amparada na alteridade radical. Descolonizar o saber urbano exige repensar as formas de produção urbanística elaboradas no polo hegemônico, rompendo percepções assentadas nas construções raciais predominantes no século XX. A “Relação” contribui para uma percepção ampliada das práticas urbanísticas pois remete a laços constantemente recombinações na diáspora negra. Essa combinação variada e errante, ainda hoje, produz os espaços das cidades brasileiras em forte contraste com as expressões coloniais.

4 Considerações Finais

As ideias de Glissant inspiram uma ampla reimaginação das sociedades, culturas e do mundo e nos levam além dos limites das histórias coloniais. Ao abraçar a diversidade e reconhecer a complexidade da experiência humana, seu pensamento decolonial oferece uma perspectiva convincente para entender e moldar nosso futuro urbano. A questão aqui é: de onde podem surgir políticas radicais no âmbito da ciência urbanística potencialmente capazes de elaborar relações alternativas com o mundo e seus seres? Glissant concebe o conhecimento como algo do qual não apenas se tira proveito, mas como algo produzido por populações na busca por transformar modos de vida e seguir sempre em direção ao Outro. Os lugares de negros e negras e os espaços de resistência e imaginação que criaram e praticaram contribuem para pensar narrativas compostas por fragmentos, sobreposições, repetições e deslocamentos. Sem diminuir o trauma da escravização no território físico e existencial das cidades, propomos que a leitura de Glissant nos lembra sobre modos inventivos de lidar com o espaço urbano, os quais também desafiaram e estimularam as práticas

do urbanismo. Conhecê-las é imprescindível para que possamos refletir sobre o passado e especular sobre a formação do urbanismo e suas trajetórias.

Referências

- Albergaria Rocha, E. (2020). *A noção de Relação em Édouard Glissant*. Ipotesis, revista de estudos literários. 6 (2), 31-39.
- Anderson, S., & Wilson, M. O. (2021). *Reconstructions: architecture and blackness in America*. Nova Iorque: MoMA.
- Avermaete, T. (2010). "Nomadic Experts and Travelling Perspectives: Colonial Modernity and the Epistemological Shift in Modern Architecture Culture." In: Avermaete, T.; Karakayali, Serhat; von Osten, Marion. *Colonial Modern: Aesthetics of the Past, Rebellions for the Future* (pp. 131-148). Londres/Inglaterra: Black Dog Publishing.
- Barone, A., & Rios, F. (2018). *Negros e negras nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Intermeios/FAUUSP.
- Batista, P. C. (2019). *O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após abolição*. *Extraprensa*, 12, 397-416. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>
- Bispo dos Santos, A. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: UnB/INCT.
- Calabi, D. (2012). *História do Urbanismo europeu*. São Paulo: Perspectiva.
- Carvalho, B. (2019). *Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chalhoub, S. (1990). *Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu.
- Fridman, F. (1999). *Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Glissant, É. (2021). *Poética da Relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Gonçalves, G. L., & Costa, S. (2020). *Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro*. São Paulo: Boitempo.
- King, A. (2015). *Urbanism, Colonialism, and the World-Economy*. Londres: Routledge.
- Leupin, A. (2016). *Édouard Glissant, philosophe. Héraclite et Hegel dans le Tout-Monde*. Paris: Hermann.
- Mamigomian, B. G. (2017). *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Marvin, S., & Graham, S. (2001). *Splintering Urbanism: networked infrastructures, technological mobilities, and the urban condition*. Londres: Routledge.
- Mignolo, W. (2003). *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- Mignolo, W. (2008). *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF. Dossiê Literatura, língua e identidade, 34, 287-324.
- Nascimento, A. (2019). *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro.

Nascimento, B. (2021). *Quilombos: mudança social ou conservantismo?* In: Ratts, A (org., 120-137). Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro/Brasil: Zahar.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). Buenos Aires/Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Santos, Y. L. (2015). Que lancem todos os dias os nomes, empregos e mais sinais: circulação escrava e tentativas de controle estatal nas leis municipais do Rio de Janeiro e de Havana na década de 1830. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 9, 31-47

Soares, C. E. L. (1998). *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Star, S. L., & Griesemer, J. R. (1989). Institutional Ecology, "Translations" and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, 19(3), 387-420. <http://www.jstor.org/stable/285080>.

Theophilo, G. M. (2018). Uma poética da relação: A conversa infinita entre Édouard Glissant e Michel Leiris. *História da Historiografia*, 27 (11), 118-141.

Velloso, R. (2020). *De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa*. REDOBRA, 15, 153-176. http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/10-REDOBRA_15-Ensaio_Rita_Velloso.pdf

Wright, G. (1991). *The Politics of Design in French Colonial Urbanism*. Chicago: University of Chicago Press.

FOSS, CARTOGRAFÍA, COLONIALISMO Y SOBERANÍA EN PARAGUAY Y EL SUR GLOBAL

FOSS, CARTOGRAPHY, COLONIALISM AND SOVEREIGNTY IN PARAGUAY AND THE GLOBAL

JUAN CARLOS CRISTALDO, GUILLERMO BRITEZ, SILVIA ARÉVALOS, LISSANDRY RODRIGUEZ

Juan Carlos Cristaldo es Arquitecto y Magíster en Desarrollo Sustentable, Arquitectura y Diseño Urbano. Es Docente Investigador en la Facultad de Arquitectura, Diseño y Artes de la Universidad Nacional de Asunción, Paraguay, y Director del Centro de Investigación Desarrollo e Innovación de la universidad. Actúa en las áreas de Diseño Arquitectónico, Estudios Urbanos, Urbanismo y Estudios Territoriales. juan.cristaldo@cidi.fada.una.py <https://orcid.org/0000-0001-6966-8787>

Guillermo Britez es Arquitecto e investigador. Trabaja sobre los temas urbano-ambientales y arquitectura en el Centro de Investigación, Desarrollo e Innovación de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Artes de la Universidad Nacional de Asunción, Paraguay. guillermo.britez@cidi.fada.una.py <https://orcid.org/0000-0003-2134-2619>

Silvia Arévalos es Arquitecta y Auxiliar de Docente en el Centro de Investigación, Desarrollo e Innovación de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Artes de la Universidad Nacional de Asunción, Paraguay. Estudia la aplicación de Sistemas de Información Geográfica en investigaciones urbanas y territoriales. silvia.arevalos@cidi.fada.una.py <https://orcid.org/0000-0002-2757-7876>

Lissandry Ailén Rodríguez Ortiz es Ingeniera Ambiental e investigadora junior en el Centro de Investigación, Desarrollo e Innovación de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Artes de la Universidad Nacional de Asunción, Paraguay. lissandry.rodriguez@cidi.fada.una.py <https://orcid.org/0000-0003-0634-9206>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Cristaldo, J. C., Britez, G., Arévalos, S., Rodríguez, L. (2023). FOSS, Cartografía, Colonialismo y Soberanía en Paraguay y el Sur Global. *VIRUS*, 26, 59-86. <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/780>

Resumo

Este artículo contribuye al debate descolonial mediante un análisis crítico de la evolución histórica de Paraguay a través de sus representaciones cartográficas, discutiendo los vínculos entre mapas, colonialismo, derechos y ciudadanía. El artículo, de alcance exploratorio, utiliza una metodología cualitativa, apoyada en una triangulación de fuentes métodos de datos. Se plantea que en Paraguay y Latinoamérica, la cartografía se vinculó a procesos coloniales de dominación territorial, control militar y explotación de recursos naturales, influyendo en las dinámicas de conformación territorial. A partir de entrevistas con actores clave y del análisis de piezas cartográficas contemporáneas, se evidencia que Paraguay tiene, aún hoy, una baja capacidad de representar su territorio, derivando en una soberanía limitada. Finalmente, se propone que la cartografía desarrollada a partir de *Software Libre* y Código Abierto (*FOSS*) permite realizar mapeos colectivos, colaborativos y acumulativos. Dichos procesos brindan datos cartográficos de uso multifinalitario civil, de alta precisión y bajo costo, ampliando las condiciones de soberanía. Al carecer de barreras de costo, las herramientas *FOSS* pueden empoderar a comunidades. En consecuencia, tienen un potencial mayor de subvertir asimetrías históricas: cuanto más personas puedan producir mapas “desde adentro”, menos obligado estará Paraguay a asumir narrativas y representaciones hechas “desde fuera”.

Palavras-chave: Cartografía, Colonialismo, Soberanía, FOSS

1 Introducción

El presente artículo propone una contribución al debate descolonial por medio de una reflexión crítica sobre la relación entre datos, cartografía, la formación de los estados nacionales, la gestión del territorio, las dinámicas de exclusión socio-económica y los procesos de concentración de la riqueza. El texto se focaliza, primeramente, en el análisis de cartografías históricas de Paraguay para reflexionar sobre cómo han descrito y condicionado el desarrollo territorial del país. Luego, el trabajo avanza a una serie de entrevistas a actores clave para profundizar en las condiciones y capacidades relacionadas con la cartografía, en el presente. Por último, el artículo reflexiona sobre los procesos cartográficos basados en el software libre como formas de ampliar y potenciar la soberanía efectiva.

Sobre la cuestión histórica, Cristaldo (2013) ha descrito a Paraguay como un territorio de articulación tardía cuyas fronteras fueron definidas luego de siglos de incertidumbre y fricciones, que resultaron en dos guerras internacionales en los años 1864-1870 y 1932-1935. Finalizados dichos conflictos, detalles relevantes de la definición de fronteras seguían en disputa, siendo definidos recién en la segunda mitad del siglo XX en el marco de los tratados relacionados con la construcción de las represas binacionales de Itaipú y Yacyretá (Costantini, 2007).

La imprecisión en los límites de la Provincia del Paraguay y sus provincias vecinas, se relacionaba con las tensiones políticas entre Portugal y España y, además, con las complejas estructuras administrativas coloniales cuyas jurisdicciones religiosas y civiles frecuentemente no se armonizaban (Caballero Campos, 2017). Avatares históricos como la Unión Ibérica entre 1580 y 1640 añadieron aún mayor complejidad a estas controversias (Costa, 2009).

Las cartografías que se produjeron en este periodo no consiguieron aclarar estas imprecisiones y contradicciones. Las “cartografías desde fuera” producidas por los países europeos, adolecían de carencias de información de base, limitaciones técnicas y también, de una mirada conceptual estrecha (Pensa, 2021). En general, estaban orientadas a reivindicar el control político y militar de los territorios, o a localizar recursos naturales explotables. Se destaca que estas representaciones ignoraban cualquier derecho territorial de los pueblos originarios (CELADE y CEPAL, 2014). Esta invisibilización cartográfica es parte del primer proceso de exclusión y deshumanización de los pueblos originarios, con consecuencias que se extienden hasta el presente.

En lo que refiere a recursos naturales, Paraguay es un país que ha carecido históricamente de riquezas minerales. En consecuencia fueron cartografiados territorios que contenían productos pasibles de explotación económica extractivista, como la yerba mate. Los pueblos originarios fueron también cartografiados debido a los intereses de las potencias coloniales, tales como la conversión

religiosa al catolicismo en el marco de las Reducciones Jesuítas, o la brutal explotación de su fuerza de trabajo en regímenes de esclavitud o cuasi-esclavitud (Whigham, 1991; Pensa, 2021).

El periodo independiente en América Latina comienza a principios del Siglo XVIII luego de la debacle de las potencias imperiales bajo los ejércitos de Napoleón. En el periodo, Brasil se consolidó como nueva sede del Imperio Portugués y como un estado único, mientras que las colonias españolas se disgregaron en estados nacionales cuyos límites estaban vagamente relacionados con los virreinos y las provincias del periodo colonial. Al respecto Craib (2017) afirma "(...) aunque las fronteras de muchas de las incipientes repúblicas de América Latina nacidas de los movimientos independentistas de principios del siglo XIX cambiarían a lo largo de ese siglo, los líderes de esos movimientos aplicaron inicialmente el principio jurídico del *uti possidetis juris* (en latín, como posees según la ley)" (p. 17, nuestra traducción). Paraguay, como nación independiente a partir de 1811, tuvo permanentes tensiones en cuanto a sus límites y a la navegabilidad de los ríos que constituían su principal vínculo logístico con el mundo (Mendible-Zurita, 2010; Echeverría, 2013).

Este periodo de formación de Paraguay como nación independiente, significa el reemplazo de élites internacionales por élites locales criollas y el establecimiento de procesos de acumulación de riqueza, concentrada en el Estado, durante la Dictadura del Dr. Francia y el Gobierno de Carlos Antonio López. Un momento clave de este proceso fue el decreto de 1848, que brindaba ciudadanía a los pueblos indígenas, al tiempo de declarar "(...) propiedades del Estado los bienes, derechos y acciones de los (...) pueblos de naturales de la República" (Melià, 2011). De este modo, el naciente estado paraguayo asume, sin compensación, la titularidad de todos los territorios de pueblos originarios, en un segundo momento estructural de invisibilización y exclusión.

Cuando, luego de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870), Paraguay queda reducido a un estado amortiguador entre Brasil y Argentina, la vastedad de propiedades del Estado Paraguayo, previamente usurpadas, es vendida a partir de las nuevas leyes de comercialización de tierras públicas establecidas en los años 1883, 1885 y 1886 (Flecha, 2011).

A partir de estas leyes, se formaron los latifundios de las regiones Occidental y Oriental. Los latifundios de la región occidental estaban vinculados a la explotación del tanino y el quebracho, mientras que los de la región oriental a la extracción de la yerba mate. La brutalidad de las condiciones de trabajo en ambos tipos de enclaves ha sido registrada en las ciencias sociales y en la cultura paraguaya, siendo reflejada, por ejemplo, en la literatura de Roa Bastos (Roa Bastos, 1974).

Se destaca entonces, que las cartografías del periodo independiente seguían siendo instrumentos de explotación extractivista y de la privatización de los territorios a expensas de pueblos originarios y de poblaciones de campesinos y criollos. Este legado histórico produjo consecuencias en la gestión del territorio y en la propia estructura de la sociedad, mediante la exclusión sistemática de grupos étnico culturales y la invisibilización de sus derechos. Paraguay sigue siendo hoy día, uno de los países con mayores niveles de concentración de la posesión de tierra en el mundo. Estudios indican que el Índice de Gini de distribución de las tierras en Paraguay apunta a una casi perfecta inequidad. Guereña y Rojas Villagra (2016), indican en un informe de la ONG Oxfam, que el índice de Gini de concentración de la tierra era del 0,93 basado en datos del año 2008.

Este legado de las "cartografías desde afuera" se materializa también en una debilidad sistémica del estado y de la sociedad paraguaya actual para retratarse "desde dentro". El análisis de piezas cartográficas contemporáneas, y entrevistas con actores clave de instituciones paraguayas que actúan en el área de la cartografía, revelan una crónica carencia de competencias de representación cartográfica en todos los niveles del Estado.

Esta carencia de capacidades orientadas a producir "cartografía desde dentro" afecta a todos los aspectos de la vida nacional como la tributación urbana, la defensa nacional, la transparencia y seguridad en la tenencia del suelo, la capacidad de implementar proyectos de infraestructura, o el reconocimiento de los derechos de pueblos originarios y poblaciones campesinas sin acceso a tierra.

Al momento de escribir estas líneas, la Dirección del Servicio Nacional de Catastro (SNC) solo tiene, en Paraguay, información espacial con cobertura de alcance nacional para el sistema de parcelas del país, e incluso esta información es incompleta e inexacta. No existe cartografía detallada de las edificaciones construidas sobre las parcelas, ni tampoco una caracterización de las alturas o

los usos de las mismas. Esta brecha en información cartográfica impide realizar procesos transparentes y justos de tributación municipal, y se constituye en un obstáculo para realizar planificación urbana basada en evidencia en la gran mayoría de las ciudades del país.

Adicionalmente, la falta de datos geospaciales y metodologías que permitan producir “cartografías desde dentro” afectan a las poblaciones locales que viven en asentamientos precarios, y su posibilidad de consolidación o mejora urbanística. Tan solo recientemente, a través de estudios pioneros, (DAPSAN, TECHO Paraguay y CIDI FADA-UNA, 2023) se ha podido tener una cuantificación y localización más precisa de los asentamientos precarios en el Área Metropolitana de Asunción (AMA).

En contraste, se destaca que en el Paraguay contemporáneo, existen procesos socio-económicos de transformación y gestión de los territorios que si son sistemática y precisamente mapeados. Por ejemplo, los ciclos de siembra y cosecha de la producción agroindustrial, relacionada mayoritariamente con oleaginosas, son monitoreados con alta precisión (INBIO, 2019, 2023b). Esto indica pues, que la cuestión no está determinada por la ausencia de tecnología o recursos económicos, sino por una priorización de intereses y políticas. La evidencia sugiere que en el Paraguay contemporáneo, como en el colonial, aquello que tiene interés económico es conocido, descrito, mapeado y registrado, mientras que aquello que no, continua en general, como una realidad invisibilizada.

Ante este cuadro histórico, el artículo concluye explorando cómo es posible contribuir a la cuestión del mapeo desde las instituciones académicas utilizando herramientas FOSS. Para esto, se presentan experiencias de cartografía “desde dentro” desarrolladas desde la academia, discutiendo sus características, productos y métodos, al tiempo de avanzar en una reflexión sobre las implicaciones sociales y políticas de este tipo de herramientas.

2 Métodos

Se presenta en este trabajo una metodología de enfoque exploratorio, no experimental y cualitativo, cuya principal aspiración es avanzar en nuevas interpretaciones que permitan rediscutir las relaciones entre cartografía, colonialismo y soberanía en Paraguay, vinculando estas nociones a reflexiones sobre procesos de exclusión e invisibilización y su correlato en procesos de acumulación de riqueza.

Metodológicamente, este trabajo se apoya en una triangulación (Denzin, 1970) caracterizada por los siguientes aspectos:

(i) Triangulación de fuentes de datos: En la primera sección, el trabajo se apoya en datos secundarios, tales como cartografías históricas (Rivarola, 2021; Rumsey & Cartography Associates, 2022) y contemporáneas (DISERGEMIL y USDOD, 1970; INBIO, 2019, 2023b), además de textos académicos que discuten la evolución histórica del Paraguay contemporáneo en el contexto de Latinoamérica. En la segunda sección, sobre las capacidades cartográficas del Paraguay contemporáneo, el texto se apoya en datos primarios obtenidos mediante cuatro entrevistas semiestructuradas a cinco actores clave, pertenecientes a ámbitos académicos y gubernamentales, realizadas en los años 2020 y 2021. En la tercera sección se recogen prácticas cartográficas y documentos producidos por el Centro de Investigación, Desarrollo e Innovación (CIDi) de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Arte de la Universidad Nacional de Asunción (FADA UNA).

(ii) Triangulación metodológica: En la primera sección, los materiales estudiados se analizan a partir de una revisión crítica de la bibliografía, en combinación con el análisis iconográfico e iconológico de las piezas cartográficas (Harley, 2005, como se cita en Pensa, 2020). En la segunda sección, se procede a realizar una sistematización de los resultados de las entrevistas, extrayendo conceptos clave que brindan indicios sobre los desafíos de la cartografía contemporánea en Paraguay. La tercera sección, se apoya en un análisis descriptivo y cualitativo sobre las experiencias con Sistemas de Información Geográfica (SIG) FOSS en el CIDi FADA, junto con una reflexión sobre sus implicaciones sociales y políticas.

3 Resultados

En esta sección se presentarán los resultados obtenidos en el desarrollo de este trabajo. Los mismos se presentarán en tres partes, siendo la primera referida al análisis iconográfico e iconológico de piezas cartográficas, desde una perspectiva de análisis crítico del colonialismo; en tanto que la segunda parte se focaliza en los resultados de entrevistas con actores clave, y sirve para brindar indicios de las capacidades cartográficas y de gobernanza en el Paraguay contemporáneo. La tercera parte analizará el uso de herramientas SIG FOSS en Paraguay y discutirá sus implicancias políticas y sociales.

3.1 Primera Parte: Análisis iconográfico e iconológico de piezas cartográficas

Las piezas cartográficas¹ se presentan organizadas según cuatro periodos históricos: (i) el Periodo Colonial (1524-1811), (ii) el Periodo Independiente hasta la Guerra de la Triple Alianza (1811-1870), (iii) el Periodo independiente posterior a la Guerra de la Triple Alianza (1870-1954) y (iv) el Periodo Contemporáneo (1954-2023) (ver tabla 1). Se presentan en total 7 mapas, que ilustran los cuatro periodos históricos definidos.

| Nº | Período | Título | Autor principal | Año | Publicación |
|----|--|---|-----------------------------|--------------------------------|--|
| 1 | Colonial (1524 - 1811) | <i>Carte générale du Paraguay et de la province de Buenos-Ayres.</i> | Félix de Azara | 1809 | <i>Voyages dans l'Amerique meridionale, par Don Felix de Azara. Paris, Dentu, Imprimeur-Libraire, Rue du Pont-de-Lodi, No. 3.</i> |
| 2 | Periodo Independiente Previo a la Guerra de la Triple Alianza (1870-1954) | <i>Carte de la République du Paraguay (Cours du Parana et du Paraguay) (Amérique Méridionale)</i> | Ernest Mouchez | 1862 | <i>Dépôt des Cartes et Plans de la Marine</i> |
| 3 | Periodo Independiente Posterior a la Guerra de la Triple Alianza (1870-1954) | Sitio de Humaitá | 1er. Teniente E. C. Jourdan | 1871. 1893 (publicación) | <i>História das Campanhas do Uruguay, Matto Grosso e Paraguai. Rio de Janeiro, Imp. Nacional</i> |
| 4 | Periodo Independiente Posterior a la Guerra de la Triple Alianza (1870-1954) | Croquis del Chaco Paraguayo. Reproducido del Mapa de Fontana, levantado por orden del Superior Gobierno de Paraguay | Luis Jorge Fontana | 1885. 1910 (publicación) | Paraguay, Gobierno: La propiedad en el Chaco Paraguayo. Asunción. Taller Gráfico H. Krafuss |
| 5 | Periodo Independiente Posterior a la Guerra de la Triple Alianza (1870-1954) | Yerbales de Domingo Barthe | Arsenio López Decoud | 1868. 1911 (publicación) | Publicado en Buenos Aires, Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos. Incluido en el Álbum gráfico de la República del Paraguay |

¹ Gran parte de las piezas cartográficas aquí analizadas se relacionan con el trabajo pionero de la historiadora Milda Rivarola, quien junto con Carlo Spatuzza organizan una exposición de gran relevancia denominada "Memoria Cartográfica del Paraguay", en el contexto de los festejos del bicentenario de la independencia de Paraguay, en el año 2011. Estas y otras piezas se han consolidado luego en un libro del mismo nombre (Rivarola y Spatuzza, 2011) y en un repositorio de enorme valor para investigadores denominado "Imagoteca Paraguay" <https://imagoteca.com.py/>. Mapas históricos también fueron obtenidos en la David Rumsey Historical Map Collection <https://www.davidrumsey.com/>. Mapas oficiales contemporáneos de Paraguay fueron obtenidos de la Dirección del Servicio Geográfico Militar (DISERGEMIL).

| | | | | | |
|---|---|---|--|------------|--|
| 6 | Periodo contemporáneo.- Dictadura de Stroessner y Período Democrático (1954- 2023) | Mapa de Asunción | United States Department of Defense (US DOD) | 1970 | Publicado por el Mando Topográfico del Ejército de los EE.UU., Washington D.C. |
| 7 | Periodo contemporáneo. Dictadura de Stroessner y Período Democrático (1954- 2023) | Mapas de Distribución Geoespacial de la Producción de Soja en los años 2018 al 2019 y 2022 al 2023 | Instituto de Biotecnología Agrícola | 2019, 2023 | Instituto de Biotecnología Agrícola |

Tabla 1: Piezas cartográficas analizadas. Source: Elaboración propia, 2023.

3.1.1 Periodo Colonial (1537-1811)

“*Carte Générale du Paraguay et de la Province de Buenos-Ayres*” por Félix de Azara (1809)

Felix de Azara, el primer autor de cartografías de Paraguay y de gran parte del continente sudamericano, fue una figura intelectual de importancia, citado luego por trabajos de Darwin (Beddall, 1975). Registró territorios actuando como enviado de la Corona Española para definir las fronteras entre los imperios Español y Portugués. Las primeras cartografías del territorio paraguayo — incluyendo el primer mapa de la Capital, Asunción — son parte de un intento de zanjar disputas territoriales que tienen cerca de 300 años al momento del inicio de los trabajos de Azara en 1784 (Beddall, 1975). Azara realizó un mapeo extenso de geografía física, incluyendo el curso de varios ríos y la localización de ciudades y poblados, tomando mediciones de latitud en Montevideo, Buenos Aires, Corrientes y Asunción. El mapa de la Fig. 1 se caracteriza porque, en general, los elementos básicos del territorio están definidos, pero con importantes distorsiones especialmente en el territorio chaqueño.

Los largos años de trabajo en América — 20 en total — pesaron en el ánimo de Azara, quien declaró: “He escrito abrumado por la soledad y la melancolía, en desesperación de no ser nunca capaz de arrancarme de estas sombrías soledades y de la sociedad de los animales” (Beddall, 1975, p. 20). Que esta soledad era más real que percibida ha sido debatido por Glick y Quinlan (1975), quienes afirman que: “Azara se comunicaba de modo intermitente pero consistente con un grupo de dos docenas de naturalistas e intelectuales” (p. 70). Las líneas de Azara pueden interpretarse como las expresiones de un intelectual aislado y deprimido, pero pueden también leerse como un sesgo en la mirada. Se postula que en las manifestaciones de Azara subyace el concepto de que la ausencia de contacto con culturas occidentales es igual a la ausencia de contacto con humanos, brindando indicios del sesgo existente en las valoraciones hechas desde Europa hacia los pueblos originarios. En términos puramente cartográficos, el eurocentrismo de la pieza es además patente en el sentido de que tanto las motivaciones (definir fronteras) como las referencias geográficas mismas (el meridiano de París) obedecen a razones y motivos europeos.



Fig. 1: Carte Générale du Paraguay et de la Province de Buenos-Ayres, por Félix de Azara (1809). Fuente: Rivarola, 2021. Disponible en: <https://imago-teca.com.py/>. Acceso en: 04/08/2023.

3.1.2 Periodo Independiente Previo a la Guerra de la Triple Alianza (1811-1870)

“Carte de la République du Paraguay: cours du Parana et du Paraguay”, por Mouchez (1862)

Mouchez fue un oficial de la marina francesa que, en 1878 sería nombrado Director del Observatorio de París (Ashworth, 2022). Exploró los Ríos Uruguay, Paraguay y Paraná, entre los años 1857 y 1859. Su viaje permitió una descripción mucho más precisa del territorio que la del mapa de Azara: los elementos principales de geografía física del país son perfectamente reconocibles y definidos con gran claridad (ver Fig. 2). Un reconocimiento implícito al rigor de su trabajo es el hecho de que su mapa es citado en el tratado de “Límites entre Argentina y Paraguay” de 1876 (Bobrik, 2007). El mapa de la Fig. 2 registra diversas líneas posibles de frontera con el Brasil, a partir de interpretaciones del tratado de San Ildefonso de 1777. La pieza cartográfica brinda también datos estadísticos del país. Resulta relevante apreciar que los recursos naturales —destacando los inmensos yerbales al este de la Región Oriental— y los pueblos originarios del territorio son registrados minuciosamente. La cartografía permite situar recursos que serán intensamente explotados al finalizar la guerra de la Triple Alianza. Destaca, por último, el vacío y falta de detalles que caracterizan a la representación del Chaco en contraste con la Región Oriental. Esta situación de desconocimiento y vacío en las representaciones en relación al Chaco no cambiará hasta el siglo XX.



Fig. 2: *Carte de la République du Paraguay: cours du Parana et du Paraguay, por Mouchez (1862)*. Fuente: Rivarola, 2021. Disponible en: <https://imagoteca.com.py/>. Acceso en: 04/08/2023.

3.1.3 Período Independiente Posterior a la Guerra de la Triple Alianza (1870-1954)

“Atlas Histórico de la Guerra del Paraguay - Sitio de Humaitá”, por Jourdan (1871)

Las piezas gráficas del “Atlas histórico de la Guerra del Paraguay” destacan por el detalle de las informaciones. La geografía física y las fortificaciones son descritas minuciosamente y con alta calidad estética. Al mismo tiempo, el mapa de la Fig. 3, “Sitio de Humaitá” y otras que componen el Atlas (Rumsey, 2022), reafirman que las motivaciones fundamentales que orientan la producción de cartografía en el Paraguay se relacionan —históricamente— con el control militar y territorial, así como con el extractivismo económico. Salvo raras excepciones, como los trabajos de Cleto Romero, Moises Bertoni, De Gásperi y Bordón, no existen mapas civiles de calidad comparable, en la historia de la cartografía paraguaya (Rivarola, 2021).



Fig. 3: Sitio de Humaitá - Atlas Histórico de la Guerra del Paraguay, por Jourdan (1871). Fuente: Rumsey & Cartography Associates, 2021. Disponible en: <https://www.davidrumsey.com/>. Acceso en: 04/08/2023.

“Croquis del Chaco Paraguayo” (Fontana, 1885)

El mapa de la Fig. 4 ilustra los procesos masivos de venta y subsecuente concentración de la propiedad de tierra en el Chaco Paraguayo, luego de la conclusión de la guerra de la Triple Alianza.

Los precios de las parcelas cambian en relación con su potencial de explotación económica, que es medido en relación a la distancia al Río Paraguay y Asunción. Cuanto más lejos de Asunción o del Río, menores los precios. Las propiedades de las empresas tanineras, como la compañía Carlos Casado, se forman a partir de estos instrumentos. Siguen una matriz cartográfica y una estructura de parcelamiento y propiedad que se define desde Asunción, Buenos Aires y otros centros de decisión económica.

Las parcelas de los grupos I, II y III, tienen 1 legua de frente por 10 de fondo. Considerando la Legua Argentina de 1878, esto equivale a 5 kilómetros de frente al río por 50 kilómetros de fondo. Por tanto, cada parcela tiene una superficie de 25.000 hectáreas. Los lotes del grupo IV miden 10 leguas por 10 leguas, es decir 2.500 km² o 250.000 ha. Como referencia de escala, se puede considerar que apenas dos parcelas constituyen todo el territorio reservado para la ciudad de Villa Hayes.

Tan llamativo como lo que el mapa muestra es aquello que no indica. Excepto por algunos ríos tributarios del Paraguay en la margen derecha, el mapa es una abstracción casi perfecta. Las únicas referencias a la soberanía del Estado Nacional son “las reservas de lotes fiscales para vías de comunicación, colonización, etc”. No presenta rasgos de geografía física, ni se reconoce la distinción ecológica entre el bajo chaco y el chaco boreal. Tampoco señala los territorios ni los nombres de pueblos originarios. Es un mapa completamente abstracto que refuerza la noción occidental de que es posible ejercer posesión y establecer legitimidad sobre un territorio que no se habita, ni se conoce.

De hecho, los pueblos originarios nunca tuvieron asiento en la mesa política de decisiones donde esta tierra fue parcelada y vendida. Como acto jurídico mágico de la cultura occidental, la combinación de la cartografía y los derechos de propiedad, junto con la fuerza de coerción para-policial de las compañías tanineras, transformó súbitamente a los pueblos originarios, en ocupantes ilegales de sus tierras ancestrales, o, en el mejor de los casos, en una reserva de fuerza de trabajo en régimen de esclavitud por deuda, conocido como sistema de los Mensúes.

Las implicancias de esta noción distan mucho de ser puramente materia de especulación intelectual. Infelizmente, no son tampoco, una cuestión del pasado. Pueblos originarios y poblaciones criollas han sido “vendidos con sus tierras”, en más de una ocasión. Estos ciclos de venta, siguiendo estándares y procesos de la sociedad occidental han llevado a que los latifundios tanineros de Carlos Casado fueran vendidos, a principios del siglo XXI, a la Iglesia de la Unificación, también conocida como la “Secta Moon” (Dalla-Corte, 2012).

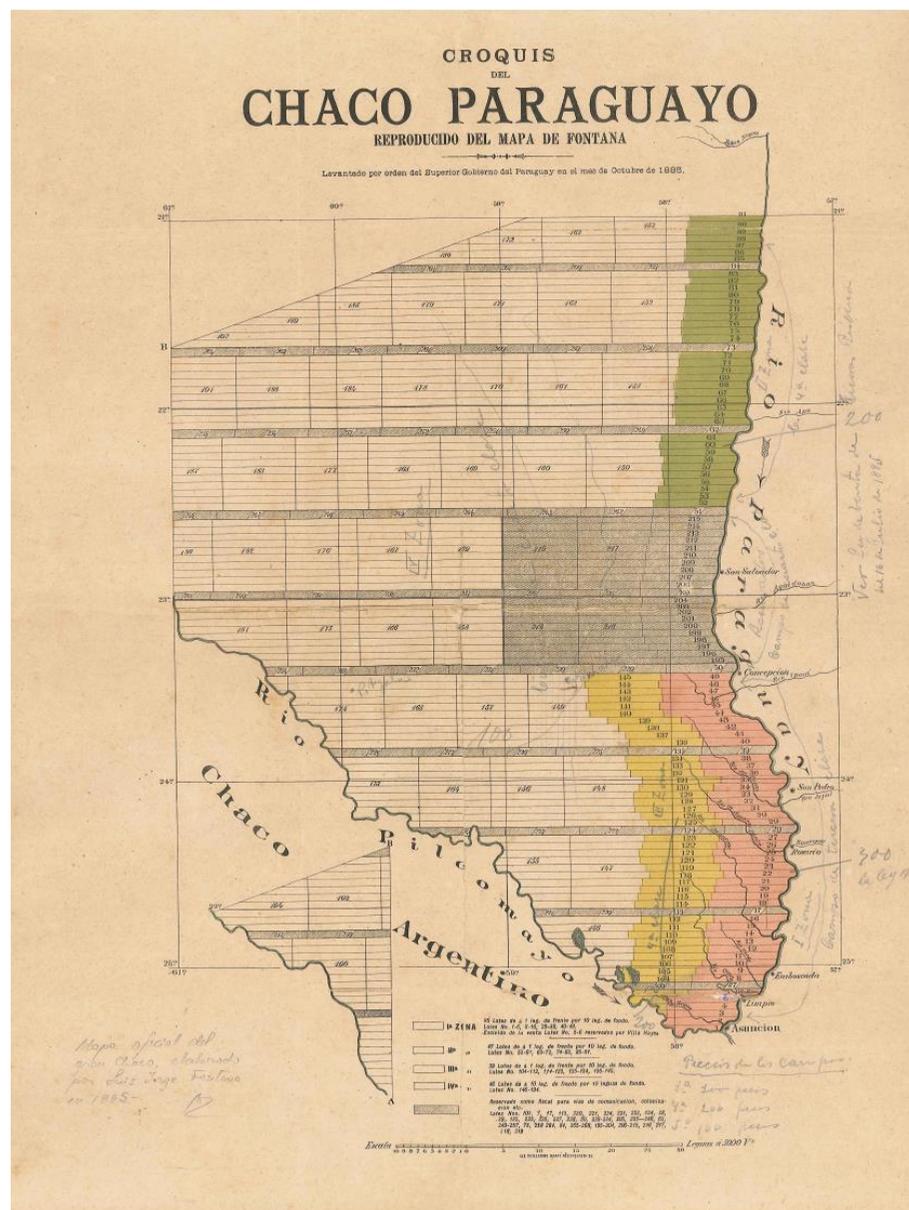


Fig. 4: Croquis del Chaco Paraguayo, por Fontana (1885). Fuente: Rivarola, 2021. Disponible en: <https://imago-teca.com.py/>. Acceso en: 04/08/2023.

“Yerbales de Domingo Barthe”, por López Decoud (1911)

El mapa de la Fig. 5 describe las propiedades de Domingo Barthe en Paraguay. Es posible apreciar que se trata de explotaciones madereras y de yerba mate en territorios de Itapúa, Paraguay. El texto que acompaña al mapa es parte del “Álbum Gráfico” editado por Decoud para celebrar el centenario de la República en 1911 (López Decoud, 1911). Destaca que Barthe posee 412 leguas cuadradas “en la zona de Encarnación”, lo que equivale a 1.030.000 ha, considerando la legua argentina de 1878. Como referencia, con esa superficie, las tierras de Barthe eran cuatro veces más grandes que el Departamento Central de Paraguay, cuya extensión alcanza a 246.500 ha (INE, 2012). De esta forma, Barthe se consolida como uno de los grandes latifundistas de la región, junto con La Industrial Paraguaya y la Compañía Matte Larangeira (Alcaráz, 2019). El texto que acompaña la cartografía es hiperbólicamente lisonjeador, siguiendo las líneas narrativas de la romantización del migrante europeo que moderniza el vacío:

El Sr. Barthe dedica también su poderosa e inteligente actividad a la explotación de maderas y yerbas paraguayas y al comercio de tabaco del país (...) El Sr. Domingo Barthe, tan alta y ventajosamente es conocido en el alto comercio paraguayo y argentino, es oriundo de Mauléon, Francia. (López Decoud, 1911, p. 50);

La imagen y el texto se refuerzan estableciendo su legitimidad social (al visibilizar la ascendencia europea de Barthe), su poder económico (al destacar la extensión y diversidad de las actividades económicas) y su rol como actor del progreso occidental (al visibilizar “la fuerza e inteligencia de sus trabajos”). Los pueblos originarios y comunidades campesinas, en contraste se han visto despojados, de estos tres atributos: el valor por su origen, el valor como actores económicos y el valor como agentes de la historia.

DOMINGO BARTHE

ASUNCIÓN

La línea de Posadas al extremo del Alto Paraná hasta Iguazú y Puerto Adela, con los siguientes vapores: «Adela», «Brasil», «Tembey», «Edelina» y «Elisa Esperanza».

Los remolcadores «Elena» y «Aníbal B.» con varias embarcaciones completan la flotilla.

El señor Barthe dedica también su poderosa e inteligente actividad a la explotación de maderas y yerba paraguayas y al comercio de tabaco del país.

La casa matriz se halla en Posadas, con sucursales en Buenos Aires, calle Reconquista N. 446, en Encarnación, Rosario, Apóstoles, (Misiones Argentina) e Iguazú (Brasil).

El molino de la empresa se halla en Buenos Aires, Calle Salta 1720.

El señor Barthe es propietario de 412 leguas cuadradas en la zona de Encarnación, y de extensas zonas en las Misiones Argentina y el Brasil. Se dedica así mismo a la ganadería con establecimientos montados a la moderna, en el Paraguay y en las citadas Misiones.

El Sr. Domingo Barthe, tan alta y ventajosamente es conocido en el alto comercio paraguayo y argentino, es oriundo de Mauléon, Francia. Llegó al Paraguay en 1871 estableciéndose en Concepción, donde dedicó su actividad al comercio.

A los seis años se trasladó a Encarnación con su familia, y desde entonces la casa comercial adquirió la considerable importancia que hoy tiene.

Fig. 5: Yerbales de las Marcas “La Florida”, “Pirapitay” y “Guavirami” del propietario e importador Domingo Barthe. Fuente: López Decoud, 1911. Disponible en: <https://archive.org/details/albumgraficodela00lope/page/n445/mode/2up>. Acceso en: 04/08/2023.

3.1.4 Período Contemporáneo. Dictadura de Stroessner y Período Democrático (1954-2023)

“Mapa de Asunción”, elaborado por la Dirección del Servicio Geográfico Militar del Paraguay (DISERGEMIL) y el Departamento de Defensa de los Estados Unidos (USDOD), 1970.

El mapa de Asunción, disponible en la Fig. 6, es una pieza cartográfica de alta calidad y precisión, si bien está desactualizada. El mismo es aún hoy comercializado en papel por la Dirección del Servicio Geográfico Militar (DISERGEMIL), la institución legalmente responsable de la producción cartográfica en Paraguay. La entrevista con Acuña (Arévalos *et al.*, 2020) reveló que, más allá de la responsabilidad legal de DISERGEMIL, otras instituciones como el Instituto Nacional de Estadísticas (INE), producen datos geospaciales mejores y más actualizados en el sector público paraguayo.

Es importante destacar que DISERGEMIL surge en el contexto de la Guerra del Chaco entre Paraguay y Bolivia (1932-1935) (DISERGEMIL, s.f.), reforzando el vínculo histórico entre cartografía, extractivismo y militarismo en el contexto paraguayo.

Quizá la parte más reveladora del mapa sea el rótulo técnico donde se indica que la cartografía oficial de Paraguay se produce en Estados Unidos.

Queda implícito que DISERGEMIL, una institución creada en el contexto de la Guerra del Chaco con el fin de ayudar al ejército en combate a garantizar la soberanía, carece, en el momento histórico presente, de las competencias técnicas suficientes para describir la totalidad del territorio nacional, de un modo que sirva a las tareas de defensa nacional, y que también resulten en insumos útiles a múltiples procesos civiles de planificación urbana, territorial y ambiental.

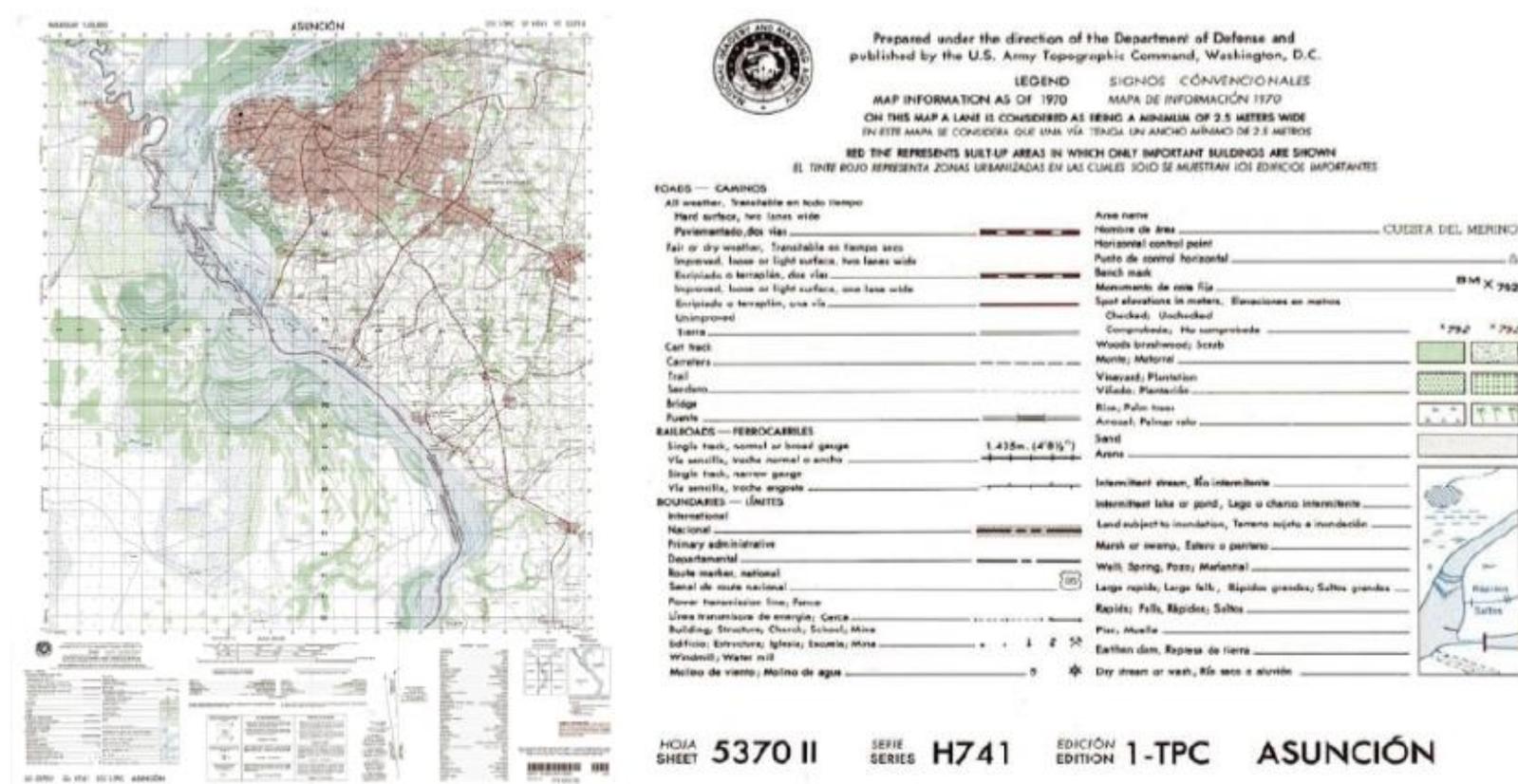


Fig. 6: Mapa de Asunción preparado bajo la Dirección del Departamento de Defensa de los Estados Unidos y Publicado por el Mando Topográfico del Ejército de los EE.UU., Washington D.C. Fuente: DISERGEMIL y USDOD, 1970. Disponible en: <https://www.disergemil.mil.py/index.php/productos>. Acceso en: 04/08/2023.

“Mapas de Distribución Geoespacial de la Producción de Soja en los años 2018 al 2019 y 2022 al 2023” por el Instituto de Biotecnología Agrícola (2019 y 2023).

El Instituto de Biotecnología Agrícola (INBIO) es una asociación civil sin fines de lucro formada por varios gremios relacionados con la producción agrícola (INBIO, 2023a) . Desde hace varios años, realiza un mapeo sistemático de variables claves para la agroindustria, de entre las cuales se destaca el mapeo de superficies sembradas según los principales rubros de la agroindustria.

La Fig. 7 ofrece una comparación entre dos piezas cartográficas correspondientes al área sembrada de soja en los años 2018-2019 (INBIO, 2019) y 2022-2023 (INBIO, 2023b).

Se constata la gran superposición espacial que existe entre los yerbales del pasado y los sojales del presente. Los mapas de siembra retratan uno de los motores de la productividad paraguaya contemporánea y al mismo tiempo, indican un dramático cambio en los usos de suelo que ha resultado en la deforestación de vastas porciones del Bosque Atlántico del Alto Paraná.

Además, la calidad técnica de los mapeos demuestran dominio y competencia en el uso de técnicas contemporáneas de *software* SIG. En el contexto de Paraguay, es frecuente argumentar que las lagunas de información se deben a falta de recursos humanos o financieros. Se argumenta que, en consecuencia, Paraguay adolece de carencias crónicas en sus sistemas catastrales y en el mapeo de variables urbanas fundamentales, tales como las redes de servicios, sitios de riesgo o asentamientos precarios.

Los mapeos y productos cartográficos de INBIO, hechos con rigor y calidad técnica demuestran, sin embargo, que en realidad no se trata de que el país carezca de recursos o de capacidades técnicas, se trata de una definición de prioridades.

En este artículo, se ha documentado que una de las vertientes de la cartografía paraguaya se ha vinculado siempre a la explotación económica del territorio. Los mapas de INBIO reafirman que lo que se considera económicamente valioso es mapeado y minuciosamente registrado.

Los méritos técnicos de la cartografía de INBIO ilustran indirectamente la ausencia sistemática de un Estado que actúe para representar los intereses de todos los ciudadanos. Solo ante esta ausencia o debilidad sistemática del Estado, puede explicarse que la cartografía de Paraguay siga aún hoy, describiendo solo ciertas variables económicas, e ignorando muchos otros aspectos de relevancia social o ambiental, que no son analizadas porque no producen beneficios económicos en el corto plazo.

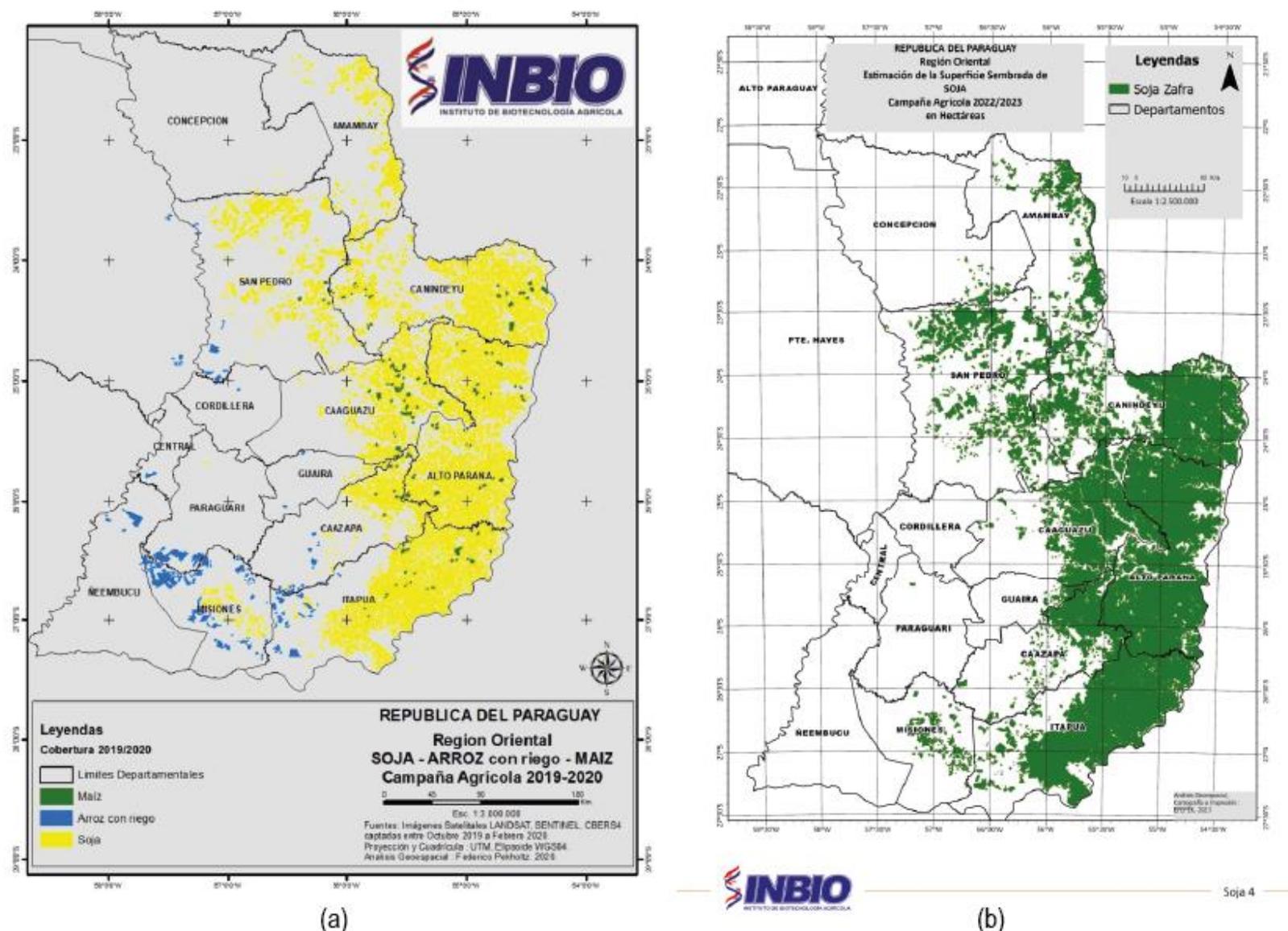


Fig. 7: Mapas de Distribución Geoespacial de la Producción de Soja en los años 2018 al 2019 (a) y 2022 al 2023 (b). Fuente: INBIO, 2019 y 2023. Disponible en: <https://www.inbio.org.py>. Acceso en: 04/08/2023.

3.2 Segunda Parte: Discusión de la situación contemporánea de la cartografía paraguaya a partir de entrevistas con actores clave

| Nº | Fecha | Entrevistado | Institución |
|----|--------------------------|---------------------------------------|---|
| 1 | 10/24/2020 10/31/2020 | Jorge Acuña | Coordinador del Centro de Innovación en Información Geográfica en el Parque Tecnológico de Itaipú Binacional |
| 2 | 10/24/2020 | Lucía Fariña | Especialista en Sistemas de Información Geográfica, Docente en UNIGIS y la Universidad del Pacífico |
| 3 | 07/02/2021 | Lorenzo Alfonso* and Fátima Giménez** | *Técnico funcionario del Servicio Nacional de Catastro del Paraguay **Abogada funcionaria del Servicio Nacional de Catastro del Paraguay |
| 4 | 10/07/2021 | Andrés Ramírez Insfrán | Director de Geoinformación Estadística e Infraestructura de Datos del Instituto Nacional de Estadísticas del Paraguay |

Table 2: Lista de los actores clave entrevistados. Fuente: Elaboración propia, 2023.

En el presente trabajo se analizan cuatro entrevistas a actores clave, pertenecientes al ámbito académico y gubernamental (ver tabla 2). Las mismas fueron originalmente realizadas en el contexto de trabajos finales de grado y de proyectos de investigación impulsados en el CIDI. A continuación se sintetizan algunos de los aspectos fundamentales destacados en las entrevistas:

3.2.1 Carencias en la infraestructura nacional de datos geospaciales

Los entrevistados coinciden en que la infraestructura de datos geospaciales enfrenta hoy grandes debilidades que incluyen: (i) la inexistencia de una red geodésica activa, (ii) la ausencia de una infraestructura de datos espaciales y (iii) de una norma nacional de metadatos.

(i) Paraguay posee solo una red geodésica pasiva, compuesta de mojones físicos en el territorio. Una red geodésica activa es un conjunto de puntos de referencia que permiten triangular el territorio y que además están vinculados a satélites GNSS (*Global Navigation Satellite System*) (INEGI, 2017). De este modo, una red geodésica activa permite brindar datos de alta precisión, incluso cuando hay movimientos de suelo, manteniendo una descripción efectiva del territorio en todo momento. La carencia de una red geodésica activa que abarque todo el territorio nacional impide tener criterios técnicos sólidos para fortalecer al SNC y dirimir conflictos sobre dimensiones o ubicación de títulos de propiedad en disputa. Acuña (Arévalos *et al.*, 2020) mencionó que obras infraestructurales de gran porte, que requieren ser replanteadas con gran precisión, sufren por la falta de un marco primario de referencias de coordenadas en el territorio nacional. El entrevistado mencionó además que se han desarrollado proyectos para una Red Geodésica Activa en Paraguay pero que no fueron implementados.

(ii) La ausencia de una infraestructura de datos espaciales (IDE) en Paraguay, se relaciona con el desafío de acumular y refinar sistemáticamente información acerca del territorio y de hacerla accesible para propósitos múltiples. Una IDE se define como “(...) el conjunto básico de tecnologías, políticas y acuerdos institucionales destinados a facilitar la disponibilidad y el acceso a la información espacial” (Capdevila Subirana, 2004). Acumular información es un aspecto clave del proceso de construir “cartografías desde dentro”, una vez que contar con un ecosistema rico en datos geospaciales sólo puede ser el fruto de procesos de trabajo articulado que sean sostenidos en el tiempo.

Igualmente importante es difundir la información para que los ciudadanos, académicos, y organizaciones de la sociedad civil puedan analizar la realidad presente, planificar escenarios y discutir alternativas a futuro. Este proceso de socialización de la información también es vitalmente necesario para la actuación coordinada de las instituciones públicas.

(iii) La ausencia de una norma nacional de metadatos se vincula a la cuestión anterior. Paraguay enfrenta el desafío de no contar con un estándar nacional aprobado de metadatos. Según Fariña, esto impide la estandarización de los metadatos asignados a datos geospaciales y se constituye en un obstáculo para la interoperabilidad de las informaciones (Arévalos *et al.*, 2020).

3.2.2 Carencias de recursos humanos suficientemente capacitados en las instituciones públicas

Los entrevistados Acuña, Fariña y Ramírez (Arévalos *et al.*, 2020; Oporto, 2023) indican que instituciones como el DISERGEMIL siguen sin implementar tecnologías SIG en sus procesos cartográficos a pesar de haber recibido capacitaciones en numerosas ocasiones. En otras entrevistas, Alfonso y Giménez (Cristaldo *et al.*, 2021) también mencionaron que instituciones como el SNC necesitan más recursos humanos debidamente entrenados.

3.2.3 Desarticulaciones interinstitucionales

Las Instituciones del Gobierno paraguayo que actúan en las áreas de catastro y cartografía incluyen a la DISERGEMIL, el SNC — dependiente del Ministerio de Hacienda—, la Dirección Nacional de los Registros Públicos —dependiente del Poder Judicial; y el INE—. Es necesario promover el trabajo articulado entre estas instituciones, y adicionalmente vincularlas a los municipios considerando que, en el marco de la Ley Orgánica Municipal, los mismos tienen el mandato de establecer sus procesos de planificación urbanística, siendo los datos geospaciales y los catastros, un insumo clave para esto. En este contexto, los entrevistados coinciden en que la articulación interinstitucional constituye un enorme desafío que impide avanzar en proyectos nuevos

o incluso desarticula los esfuerzos implementados en el área de datos geospaciales (Arévalos *et al.*, 2020; Cristaldo *et al.*, 2021 y Oporto, 2023).

3.3 Tercera Parte: Experiencias aplicando herramientas SIG - FOSS en Paraguay y sus implicaciones

3.3.1 Experiencias con SIG FOSS en el CIDI FADA

El CIDI FADA UNA es el espacio académico desde donde los autores desarrollan su trabajo cotidiano. Uno de los objetivos académicos más importantes de la institución es explorar cómo las herramientas de SIG FOSS pueden ser aplicadas para superar las brechas cartográficas del Sur Global. Esta es una respuesta a las limitaciones históricas y actuales de la cartografía paraguaya, descritas en el presente artículo.

En este contexto, el CIDI desarrolla —en conjunto con aliados nacionales e internacionales— un repertorio de metodologías, investigaciones académicas y capacitaciones (ver fig. 8) vinculadas al uso de herramientas SIG FOSS, para el estudio de ciudades y territorios de Paraguay y el sur global. Desde el 2017, estos esfuerzos se desarrollan dentro de una línea de investigación denominada “Mapeo con Software Libre”.



Fig. 8: Curso “Técnicas de Mapeo Territorial con Software Libre”. Fuente: Elaboración propia, 2023.

Como resultado, se han desarrollado proyectos como Mapeo de Paraguay con *OpenStreetMap* (Map Py OSM) y Atlas Urbano del Paraguay (AUPy) (Cristaldo, 2022). El primero produce información geoespacial de base referente a edificaciones, vegetación y

cuerpos artificiales de agua para todo el Paraguay (ver fig. 9). El segundo, ha desarrollado cartografía analítica de 15 ciudades del país, en el corredor de la Ruta 2, y en ciudades de frontera entre Paraguay y Brasil (ver fig. 10 y 11).



Fig. 9: Mapeo de edificaciones en la región de la Triple Frontera, Proyecto Map Py OSM. (a) 2018, (b) 2019. Fuente: elaboración propia, 2019.

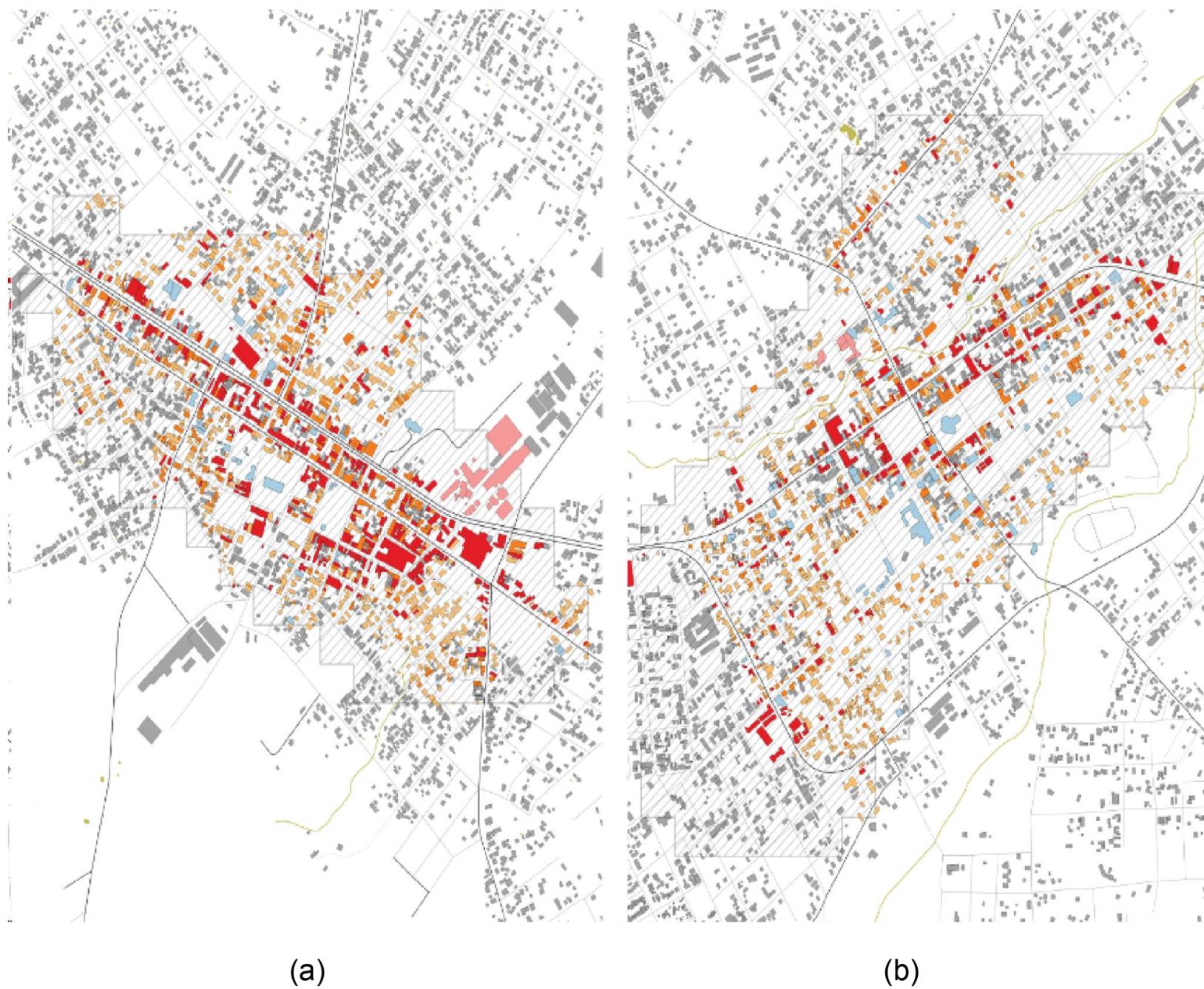


Fig. 10: Mapeo de usos de edificaciones en Itauguá (a) y Caacupé (b). Proyecto Atlas Urbano Py. Fuente: Elaboración propia, 2020.

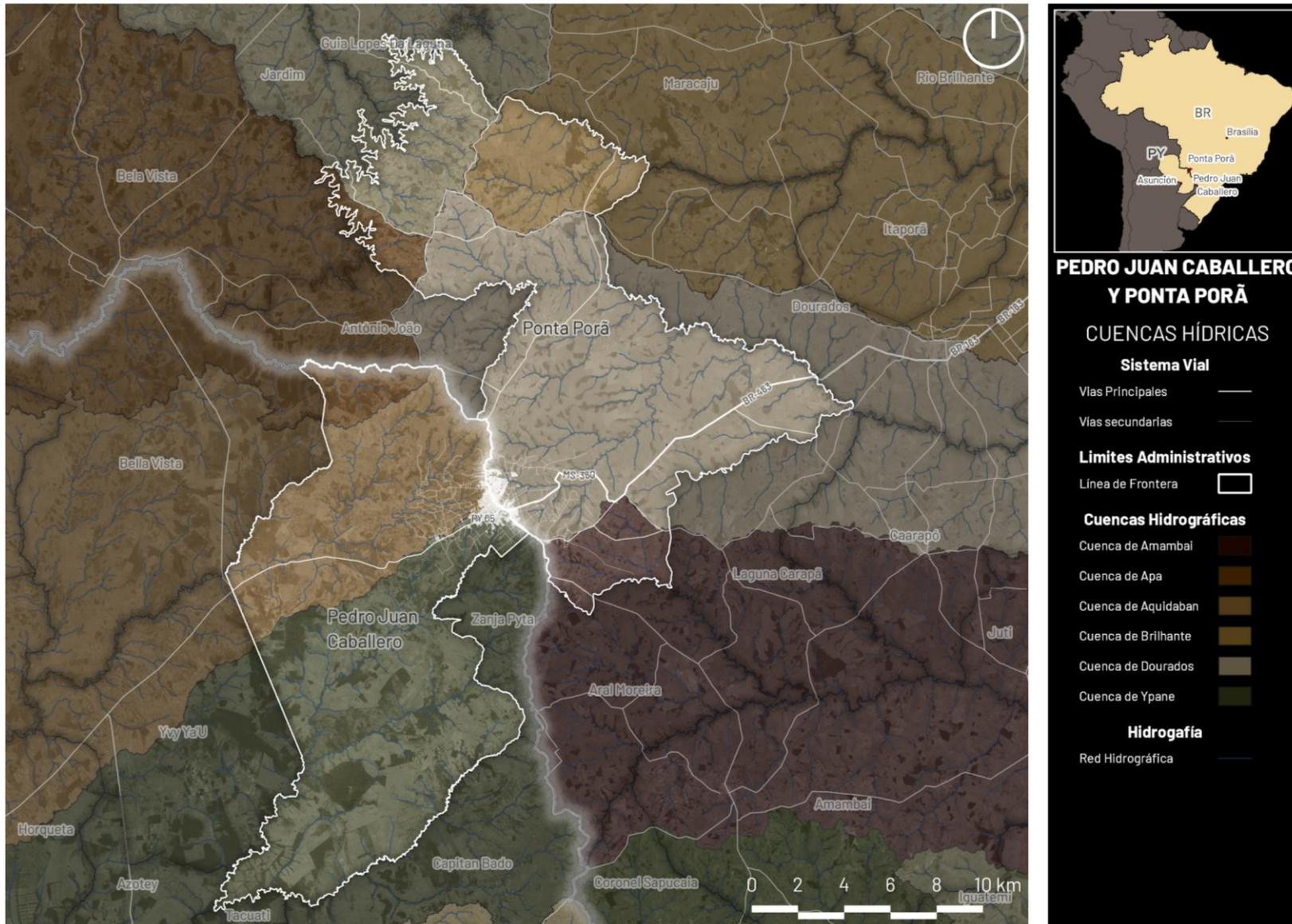


Fig. 11: Proyecto Atlas Urbano Py - Ciudades de frontera. Mapa de cuencas hidrográficas en Pedro Juan Caballero (Py) y Ponta Porã (Br). Fuente: elaboración propia, 2022.

Estas iniciativas se agrupan conceptualmente en dos categorías. Por un lado, en estudios de ciencia básica: son análisis urbano-espaciales descriptivos, que implican en la elaboración de un contingente importante de datos nuevos, por medio de trabajos remotos y en campo. Los mismos brindan insumos a comunidades, actores académicos y gobiernos locales, ayudando a decodificar el “genoma urbano” de las ciudades paraguayas. Por otro lado, se encuentran los estudios de ciencia aplicada: normalmente encargados por instituciones aliadas, se focalizan en aspectos clave como la descripción detallada de comunidades de escasos recursos, el estudio de territorios metropolitanos o de riesgos urbanos, entre otros (ver fig. 12).

En términos de herramientas, estos trabajos se basan en la contribución a proyectos abiertos como OpenStreetMap, OpenAerialMap y Mapillary; el uso de *software* libre como QGIS y de herramientas de bajo costo como cámaras fotográficas 360° y drones para la captura de datos en campo (ver fig. 13). Actuando en un contexto en el cual los recursos son crónicamente limitados, estas metodologías se apoyan en la idea de impulsar trabajos colectivos, colaborativos y acumulativos. Todos los datos producidos por el CIDi están disponibles públicamente. Adicionalmente, los métodos y fuentes empleados para producir datos y análisis son también de acceso público, permitiendo el empoderamiento de comunidades y procesos transparentes de mejora continua.

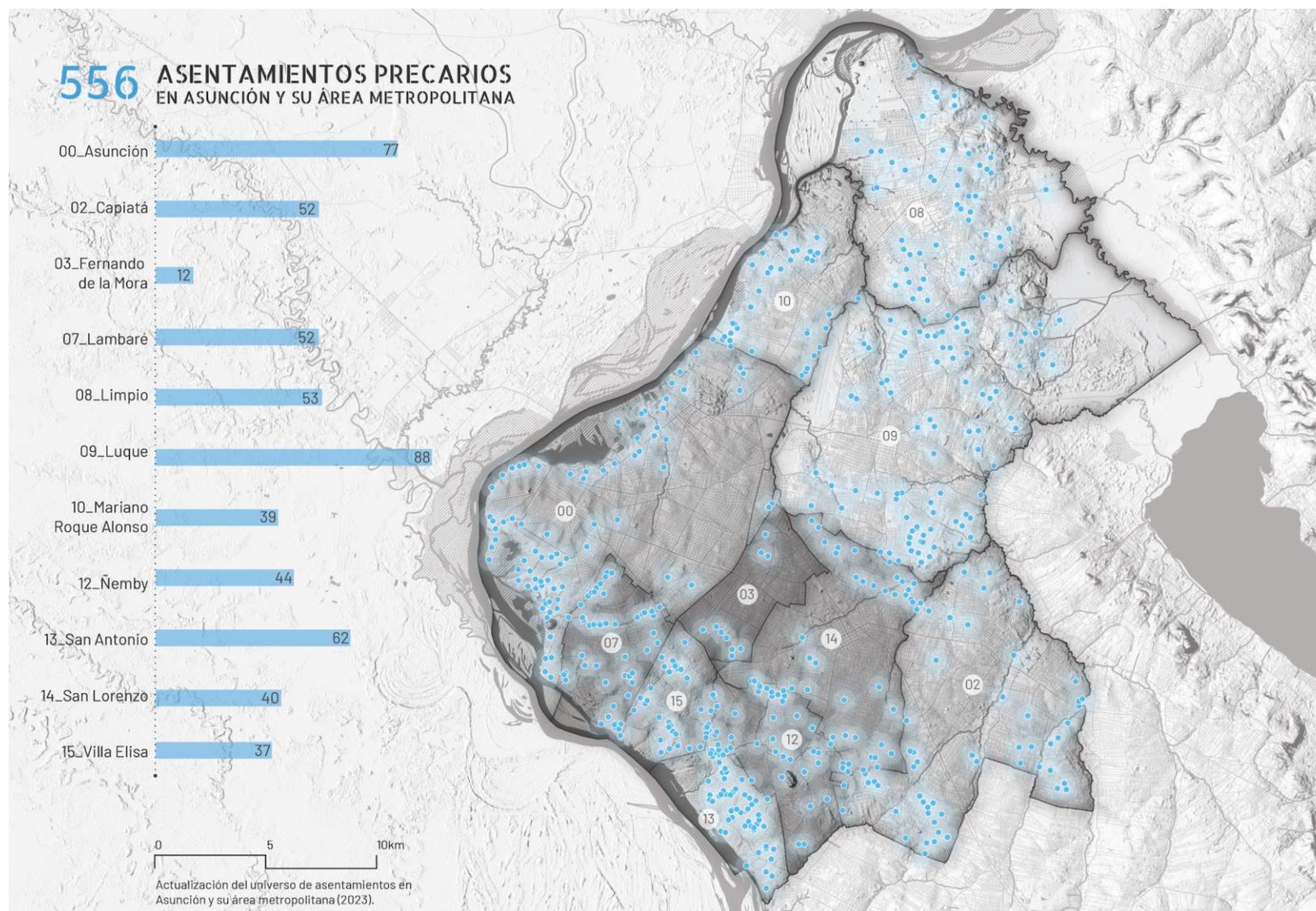


Fig. 12: Consultoría para el diagnóstico de la situación de agua, saneamiento e higiene en asentamientos informales del área metropolitana de Asunción (2022). Fuente: DAPSAN, TECHO Paraguay y CIDI FADA-UNA, 2023.

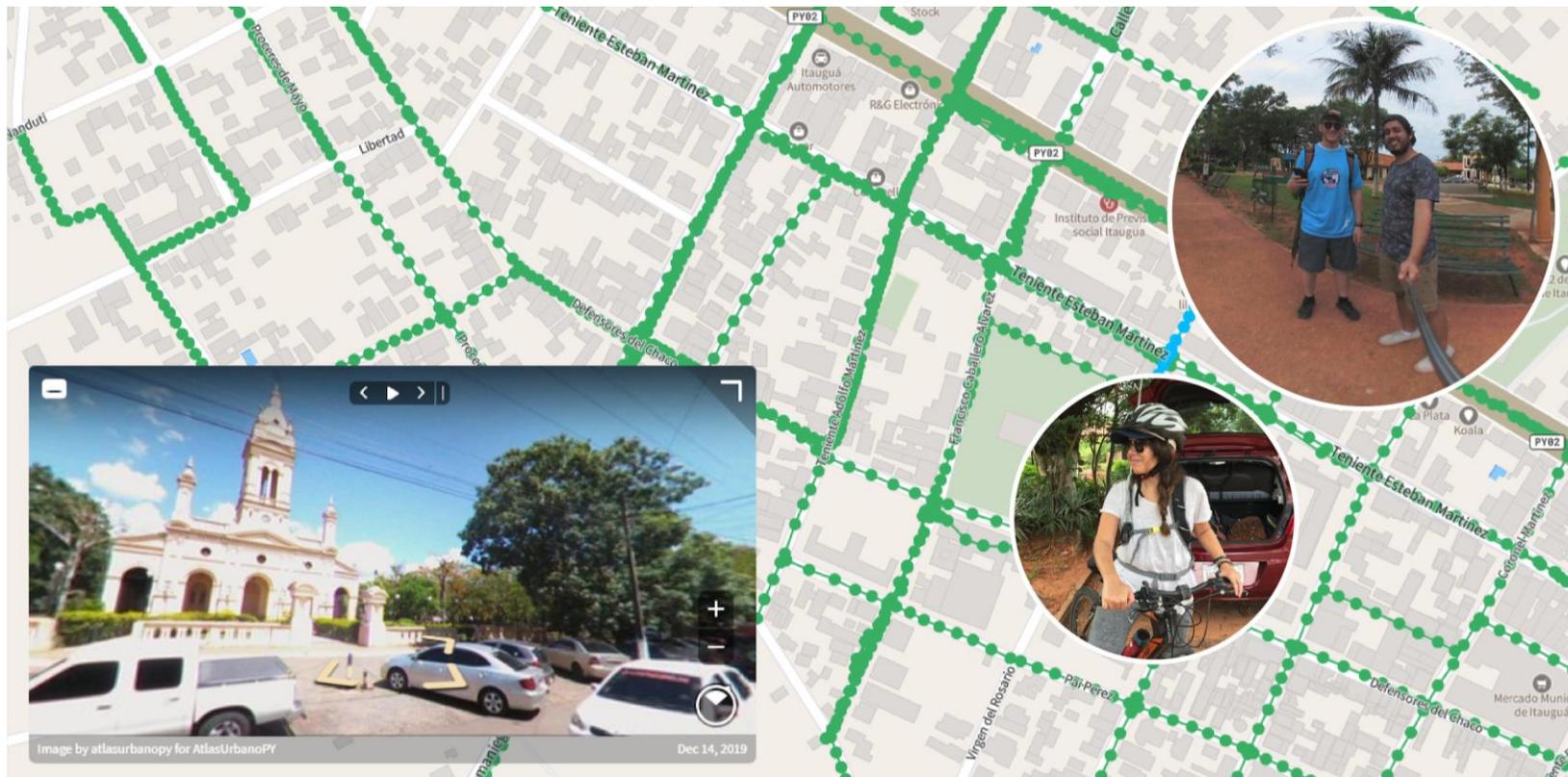


Fig. 13: Campañas de fotomapeo para el relevamiento de áreas urbanas. Fuente: Elaboración propia, 2023.

3.3.2 Implicaciones

Las implicaciones sociales y políticas de producir masivamente datos geospaciales por medio de trabajo colaborativo y utilizando herramientas FOSS son múltiples:

- (i) Se pasa de una sociedad radicalmente opaca a una sociedad que tiene un ecosistema de información relativamente más rico, posibilitando mayor transparencia. Esto a su vez brinda la oportunidad de reducir la corrupción y tomar decisiones racionales basadas en evidencia. La acumulación de datos, permite además pasar de procesos de registro y descripción, a procesos de análisis, reflexión crítica y estudios prospectivo-proyectuales.
- (ii) El trabajo colaborativo y con herramientas FOSS implica que las prioridades de mapeo no son definidas desde ningún panóptico político-institucional único, sino que comunidades, académicos y gobiernos locales tienen la capacidad de impulsar sus propias agendas de mapeo y compartir sus datos y métodos.
- (iii) El uso de herramientas FOSS, permite reducir la brecha digital y tecnológica entre los países del Norte Global y los del Sur Global. Adicionalmente, al diseñar metodologías que se basan exclusivamente en herramientas de *software* libre y código abierto, la barrera de costo prácticamente desaparece, y es sustituida por una barrera de capacidad técnica que puede ser salvada con procesos de capacitación.
- (iv) Finalmente, se presenta la cuestión de construir una sociedad que, progresivamente, tiene más personas con capacidad de producir y usar datos para sus propios fines. En definitiva, este es el aspecto que tiene un potencial mayor de subvertir asimetrías históricas: cuanto más personas puedan producir mapas “desde adentro”, menos obligado estará Paraguay a asumir las narrativas y descripciones que se han hecho “desde fuera”. Una sociedad que tiene capacidad de representarse, está ejercitando su capacidad de imaginar y entenderse en el espacio, sin depender de otros actores.

4 Conclusiones

Este trabajo ha brindado una contribución al debate descolonial por medio de (i) un análisis de la evolución territorial histórica de Paraguay a través de sus cartografías, (ii) de la discusión de las capacidades cartográficas contemporáneas del país y (iii) de la reflexión sobre prácticas cartográficas desarrolladas por los autores en Paraguay, prácticas basadas en el uso de herramientas SIG FOSS, discutiendo sus implicaciones políticas y sociales.

En este sentido, el texto pretende establecer un diálogo con el trabajo de autores como Maluly, Gil y Grava (2023) que afirman: “ (...) aspiramos rescatar la relación existente entre geografía e historia, no en la forma de una regresión, sino de un enriquecimiento en el uso de técnicas” (p. 62). En este sentido, el presente trabajo brinda una contribución a la literatura científica que discute los vínculos entre cartografía, colonialismo y descolonización (Craib, 2017; Dym, 2017; Moraes *et al.*, 2021; Maluly, Gil y Grava, 2023) al enfatizar el rol de las herramientas SIG FOSS, como medio potencial de contribuir positivamente a la inclusión de sectores sociales excluidos y a la gestión democrática del territorio.

En la primera sección del trabajo se ha profundizado en la reflexión sobre la evolución histórica del territorio paraguayo mediante el análisis iconográfico e iconológico de siete piezas producidas entre 1809 y 2023. Este análisis ha dilucidado que la producción de una parte relevante de la cartografía sobre Paraguay se relaciona con el control geopolítico-militar de los territorios y el extractivismo económico, al tiempo de favorecer la exclusión de pueblos nativos y comunidades campesinas.

Se ha documentado que en el caso paraguayo, predominan históricamente las “cartografías desde afuera”, concebidas y ejecutadas por potencias imperiales, fuerzas militares o técnicos actuando al servicio de intereses económicos externos. Se ha determinado además que las “cartografías desde afuera” no caracterizan únicamente al periodo colonial, sino que se siguieron produciendo en el periodo independiente. En efecto, los mapas que sirvieron para la privatización masiva de los territorios chaqueños y de los yerbales del Alto Paraná, luego del fin de la Guerra de la Triple Alianza, fueron producidos en el periodo independiente de Paraguay como República (a saber: luego de 1811). A pesar de esto, se los confeccionó como instrumentos que posibilitaron la acción de intereses internacionales, guiando modos de ocupar el territorio y explotar recursos naturales. Las implicancias sociales y económicas de estas cartografías siguen siendo sentidas por comunidades campesinas e indígenas en el Paraguay contemporáneo.

Se postula que las “cartografías desde fuera” comparten algunas características: (i) distorsionan lo retratado por la distancia (geográfica y cultural) entre el productor del mapa y el territorio mapeado y sus habitantes; y (ii) producen abstracciones del territorio que simplifican, reducen o directamente eliminan rasgos ecológico-geográficos y a los habitantes originarios en función de nuevos derechos y nuevos ocupantes que derivan su legitimidad de metanarrativas como el poder imperial, la necesidad cristiana de evangelizar, la noción de la propiedad privada, o el valor social de modernizar el vacío bárbaro de la selva y la naturaleza.

El trabajo no se ha detenido en la reflexión histórica. En la segunda sección, a partir de entrevistas a actores clave, se ha avanzado en la comprensión de los desafíos que enfrenta la sociedad paraguaya contemporánea para producir “cartografías desde dentro”. Se define en este trabajo a las “cartografías desde dentro” como aquellas que ayudan a que ciudadanos e instituciones que habitan un territorio, tomen decisiones racionales, sustentables y democráticas sobre el mismo.

Los cuatro actores clave entrevistados son técnicos de instituciones que actúan en el área de los datos geoespaciales. Por medio de sus manifestaciones, se han obtenido indicios de que Paraguay aún hoy, posee una capacidad precaria de representarse a sí mismo en datos geoespaciales. Estas limitaciones refieren a la dificultad de producir datos pero, más aún, a la incapacidad de articular esfuerzos entre instituciones. Las entrevistas indican además que pilares básicos de una infraestructura cartográfica contemporánea y precisa están ausentes (la red geodésica activa, la IDE y la norma nacional de metadatos). Por último, los entrevistados han señalado que en el sector público son necesarios más recursos humanos capacitados en el uso de herramientas SIG.

A partir del análisis de las piezas cartográficas y de los resultados de las entrevistas, efectuados en la primera y segunda sección, se vislumbra finalmente, otra ausencia, indirectamente revelada: la de un Estado que trabaje sistemática y organizadamente por conocer su territorio, con miras a incrementar su capacidad de gestión.

En la tercera sección, se discuten experiencias sobre SIG - FOSS en Paraguay y sus implicaciones sociales y políticas. La intención es reflexionar sobre prácticas cartográficas impulsadas desde el CIDI, y evaluar sobre cómo pueden contribuir a salvar las brechas históricas presentadas en las dos primeras secciones. Se postula aquí que desde la academia es posible impulsar nuevos procesos pedagógicos, de investigación y desarrollo metodológico que permitan producir “cartografías desde dentro”. Se propone que estos métodos sean basados en herramientas FOSS, para posibilitar un trabajo colectivo, colaborativo y acumulativo de producción de datos y cartografía, adecuados a contextos de recursos limitados.

Se postula que bajo estos parámetros de libre uso de herramientas tecnológicas y trabajo colaborativo es posible producir cartografía de alta calidad a bajo costo, orientada al uso multifinanciarario civil. Estas capacidades expandidas de representar el territorio constituyen una condición que, si bien no es suficiente, es necesaria para mejorar la gobernabilidad sustentable y democrática de los territorios.

Finalmente el trabajo concluye que las herramientas SIG FOSS resultan en implicaciones sociales y políticas potencialmente positivas que aquí se sintetizan: (i) pasar de una sociedad radicalmente opaca a una sociedad que tiene un ecosistema de información relativamente más rico y en consecuencia, que permite mayor transparencia (ii) la agenda de lo que se mapea, no es definida desde ningún panóptico político - institucional único (iii) el uso de herramientas FOSS, implica una opción estratégica de reducción de la brecha digital y tecnológica entre los países del Norte Global y los del Sur Global (iv) construir una sociedad que progresivamente, tiene más personas con la capacidad de producir y usar datos para sus propios fines.

Agradecimientos

Este artículo no hubiera sido posible sin la contribución de los colegas del CIDI. En especial, expresamos nuestros agradecimientos a los Arq. Diego Bernal, Sol Cáceres, Eliana Gomez, Paloma Rodríguez y Tomás Lopez, que realizaron las entrevistas a Jorge Acuña del PTI y Lucía Fariña de la Universidad del Pacífico, en el contexto de sus Trabajos Finales de Grado. Adicionalmente, expresamos nuestro agradecimiento a la Arq. Julia Oporto quien realizó la entrevista a Andrés Ramírez, del INE. Finalmente destacamos que la entrevista a Lorenzo Alfonso y Fátima Giménez, del SNC fue realizada en el marco del Proyecto “Transformaciones del Frente Fluvial de Asunción y el Área Metropolitana” que contó con financiamiento del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT) de Paraguay.

Referencias

Arévalos, S., Bernal, D., Cáceres, S., Gómez, E., Rodríguez, P., & López, T. (2020). Entrevista a profesionales de la cartografía: Jorge Acuña y Lucía Fariña. En *Modelo de Atlas Urbano replicable a partir del estudio en el municipio de San José de los Arroyos. Elaboración de un modelo de Atlas Urbano aplicable a distintos municipios del Paraguay, a partir del desarrollo de estudios específicos en municipios pertenecientes a la región funcional urbano territorial de la Ruta Nacional PY02* [Trabajo de fin de grado]. Facultad de Arquitectura, Diseño y Arte. Universidad Nacional de Asunción.

Alcaráz, A. (2019). El liderazgo carismático empresarial enfrentado al poder burocrático del Estado: el conflicto por los yerbales entre la empresa Domingo Barthe y el gobernador Juan José Lanusse (1896-1905). *Antíteses*, 12(23), 466-486.

Alfonso, L., & Giménez F. (02 de julio de 2021). *Entrevista a actores gubernamentales*. Servicio Nacional de Catastro. Universidad Nacional de Asunción.

Ashworth, W. (2022). *Scientist of the day: Ernest Mouchez*. Linda Hall Library. <https://www.lindahall.org/about/news/scientist-of-the-day/ernest-mouchez>.

Beddall, B. (1975). Un Naturalista Original: Don Félix de Azara, 1746-1821. *Journal of the History of Biology*, 8(1), 15–66. <http://www.jstor.org/stable/4330623>

Bobrik, G. (2007). Enclaves insulares en ríos internacionales. El caso de los ríos Uruguay, Paraná y Paraguay. *Aequitas*.

Caballero Campos, H. (2017). En los Confines del Paraguay: el último intento para fijar un límite definitivo entre España y Portugal en 1802. *Anais Do V Seminário "Leituras de Fronteiras,"* 01. <https://www.mre.gov.py/index.php/cndl/articulos-de-opinion-en-cuestion-los-limites>.

Capdevila Subirana, J. (2004). Infraestructura de datos espaciales (IDE). Definición y desarrollo actual en España. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, VIII(170)*, 61. <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-61.htm>.

Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) y Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (2014). *Los pueblos indígenas en América Latina. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos*. CELADE. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37222/1/S1420521_es.pdf.

Costa, M. (2009). Viajes en la frontera colonial. Historias de una expedición de límites en la América Meridional (1753-1754). *Anales Del Museo de América*, 16.

Costantini, F. (2007). Itaipú y Yacyretá como entidades, sociedades o corporaciones públicas internacionales. *Revista Jurídica (CEDUC)*, 16. <https://py.lejister.com/pop.php?option=articulo&Hash=8ac127cdbe856b14f7cc9c663a56ab90>.

Craib, R. B. (2017). Chapter 1. Cartography and Decolonization. En J. R. Akerman (Ed.), *Decolonizing the Map*. University of Chicago Press.

Cristaldo, J. (2013). *Continental Hub: A Prospective Reflection Upon Infrastructure, Energy and Territorial Transformations at the Triple Frontier* [Tesis de maestría]. Harvard Graduate School of Design.

Cristaldo, J. C., Brítez, G., Ganchozo, L., Peroni, M. B., Spitale, S., Bernal, N., Lezcano, A., León, G., Larroza, J., & Rodríguez, L. (2021). Entrevistas a la Secretaría Nacional de Catastro (SNC) - Actor Gubernamental. Lorenzo Alfonso y Fátima Giménez. En *Informe consolidado de la investigación PINV 18-1489. Transformaciones territoriales en el frente fluvial de Asunción y su Área Metropolitana* (p. 94).

Cristaldo, J. C. (2022). Hacia una cartografía postcolonial basada en software libre para Paraguay y países del Sur Global. Notas sobre cómo y por qué estamos mapeando un país entero con los proyectos MapPyOSM y Atlas Urbano Py. En C. Llop (Ed.), *Cuestiones impostergables para la agenda. Plan/Proyecto/Gestión de nuestros territorios Contemporáneos* (p. 127). <https://mdut.duot.upc.edu/publicacion-cuestiones-impostergables-para-la-agenda-plan-proyecto-gestion-territorios-contemporaneos/>.

Dalla-Corte, G. (2012). *Empresas y tierras de Carlos Casado en el Chaco Paraguayo. Historia, negocios y guerras (1860-1940)*.

Denzin, N. (2009). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315134543>.

Dirección de Agua Potable y Saneamiento (DAPSAN), TECHO Paraguay y Centro de Investigación, Desarrollo e Innovación de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Arte de la Universidad Nacional de Asunción (CIDi FADA UNA). (2023). *Consultoría para la elaboración del diagnóstico de la situación de la prestación de los servicios de agua, saneamiento e higiene en los asentamientos informales del Área Metropolitana de Asunción*.

Dirección del Servicio Geográfico Militar (DISERGEMIL) (s.f.). *Reseña histórica*. DISERGEMIL. <https://www.disergemil.mil.py/>.

Dirección del Servicio Geográfico Militar (DISERGEMIL) y Departamento de Defensa de los Estados Unidos (USDOD) (1970). *Mapa de Asunción*. DISERGEMIL.

Dym, J. (2017). Chapter 4. Democratizing the Map: The Geo-body and National Cartography in Guatemala, 1821– 2010. En J. R. Akerman (Ed.), *Decolonizing the Map*. University of Chicago Press.

Echeverría, D. (2013). *La frontera argentino-paraguaya en la línea del Pilcomayo: cotidianeidad, coexistencia y conflictos durante la etapa territorial de Formosa (1884-1955)*. [Tesis doctoral]. Universidad del Salvador - Facultad de historia y letras. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. https://racimo.usal.edu.ar/2633/1/P%C3%A1ginas_desde500017077_-_La_frontera_argentino-paraguaya.pdf.

Flecha, J. (2011). Las ventas de las tierras públicas, 1883-1885|Tetã yvyeta jehepyme'ë, 1883-1885. Secretaría Nacional de Cultura. Archivo Nacional. <http://www.cultura.gov.py/2011/05/las-ventas-de-las-tierras-publicas-1883-1885/>.

Glick, T. F., & Quinlan, D. M. (1975). Félix de Azara: the Myth of the Isolated Genius in Spanish Science. *Journal of the History of Biology*, 8(1), 67–83. Recuperado de: <http://www.jstor.org/stable/4330624>.

Guereña, A., & Rojas Villagra, L. (2016). *Yvy Jára. Los dueños de la tierra en Paraguay*. OXFAM. <https://www.oxfam.org/es/informes/paraguay-informe-de-distribucion-de-la-tierra>.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía del Gobierno Mexicano (INEGI) (2017). *Red Geodésica Nacional Activa*. INEGI. http://www3.inegi.org.mx/contenidos/temas/mapas/geodesia/metadatos/red_geodesica_nacional_activa.pdf.

Instituto de Biotecnología Agrícola (INBIO) (2019). *Informe de zafra del 2018 al 2019. Soja, arroz y maíz*. <https://www.inbio.org.py/superficies-de-siembra/>.

Instituto de Biotecnología Agrícola (INBIO) (2023a). *Acerca de*. INBIO. <https://www.inbio.org.py>.

Instituto de Biotecnología Agrícola (INBIO) (2023b). *Informe de zafra del 2022 al 2023. Soja, arroz y maíz*. INBIO. <https://www.inbio.org.py/superficies-de-siembra/>.

Instituto Nacional de Estadística (INE) (2012). *Cartografía censal 2012*.

López Decoud, A. (1911). *Álbum gráfico de la República del Paraguay (1811 - 1911)*. Archive.org. <https://archive.org/details/albumgraficodela00lope/page/n445/mode/2up>.

Maluly, V., Gil, T., & Grava, M. (2023). Do historical GIS and digital humanities walk hand in hand? *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 58(2), 59–63. <https://doi.org/10.3138/cart-2023-0005>.

Melià, B. (2011). *El Decreto del 7 de octubre de 1848 del Presidente Carlos Antonio López*. Secretaría Nacional de Cultura. <http://www.cultura.gov.py/2011/05/el-decreto-del-7-de-octubre-de-1848-del-presidente-carlos-antonio-lopez/>.

Mendibl-Zurita, A. (2010). El rey portugués en Brasil y el surgimiento del país del futuro. *Tiempo y Espacio*, 20(53), 047-059. http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-94962010000100004&lng=es&tlng=es.

Moraes, L., Carvalho, C., Rendeiro, M., & Gil, T. (2021). Eliminando manchas brancas. *História Da Historiografia*, 14(37), 17–61. <https://doi.org/10.15848/hh.v14i37.1686>.

Pensa, L. (2021). El retorno a lo visual en el estudio de documentos cartográficos: análisis de un plano para la gobernación de Paraguay a mediados del siglo XVII. *Fronteras de La Historia*, 26(1), 38–60. <https://doi.org/10.22380/20274688.1237>.

Ramírez, A. (07 de octubre de 2021). *Entrevista a actores gubernamentales*. Instituto Nacional de Estadística. Universidad Nacional de Asunción.

Rivarola, M. (2021). *Imagoteca Paraguaya*. Acervo de Milda Rivarola. <https://imagoteca.com.py/>.

Rivarola, M. y Spatuzza C. (2011). *Memoria cartográfica del Paraguay: desde la Colonia hasta nuestros días*. Organización de las Naciones Unidas y Banco Itaú.

Roa Bastos, A. (1974). *Yo el Supremo*. Servilibro. <https://www.etp.com.py/libro/yo-el-supremo-67574.html>.

Rumsey, D. & Cartography Associates (2002). *David Rumsey map collection*. David Rumsey. <https://www.davidrumsey.com/>.

Oporto, J. (2023). Entrevista a profesionales de la cartografía en Paraguay. Andrés Ramírez. Director de Geoinformación Estadística e Infraestructura de Datos del Instituto Nacional de Estadísticas del Paraguay. En *Atlas Urbano de los municipios de José Domingo Ocampos y Juan E. O'Leary. Contribuciones desde el Centro de Investigación, Desarrollo e Innovación a la cultura cartográfica en Paraguay con software libre* [Trabajo de fin de grado]. Facultad de Arquitectura, Diseño y Arte. Universidad Nacional de Asunción.

Whigham, T. (1991). *La yerba mate del Paraguay (1780-1870)*. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos. https://www.portalguarani.com/833_thomas_l_whigham/9202_la_yerba_mate_del_paraguay_1780_1870_obra_de_thomas_whigham_ano_1991.html.

A PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: O NHANDEREKO NA CAPITAL PAULISTA

THE LANDSCAPE IN THE CONSTRUCTION OF GOOD LIVING: THE NHANDEREKO IN SAO PAULO STATE CAPITAL

LUCAS BUENO, FÁBIO GONÇALVES

Lucas Christophe Gaspar Bueno é Arquiteto e Urbanista e pesquisador na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, junto ao Laboratório Quadros da Paisagem. É co-coordenador do Núcleo de Boas Práticas da Iniciativa Latino-americana da Paisagem e pesquisa nas áreas de Paisagem e Sistema de Espaços Livres. lucasgasparbueno@usp.br. <http://lattes.cnpq.br/4555790354277632>

Fábio Mariz Gonçalves é Arquiteto e Urbanista e Doutor em Arquitetura e Urbanismo. É Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e pesquisador no Laboratório Quadros da Paisagem. Atua nos temas de Paisagem e Sistema de Espaços Livres. fabiomgoncalves@usp.br. <http://lattes.cnpq.br/7510626259603659>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Bueno, L.G., Gonçalves, F. M. (2023). A paisagem na construção do Bem Viver: O Nhandereko na capital paulista. *VIRUS*, 26, 87-101. <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/808>

Resumo

Este artigo se estrutura a partir de pesquisa de mestrado em andamento e procura articular os campos teórico-prático do Bem Viver, que se apresenta como alternativa decolonial, e da Paisagem, compreendida como a totalidade natureza-cultura constituída na reprodução dos mundos. Enfoca na ‘retomada guarani’ na conquista dos Guarani Mbya do seu território ancestral, a Terra Indígena Tenondé Porã (TITP), no extremo sul de São Paulo, analisando as transformações da paisagem em seus aspectos físicos e simbólicos. A metodologia envolveu revisões teóricas dos debates decolonial (Quijano), ontológico (Latour, Escobar e Blaser) e do Bem Viver (Hidalgo-Capitán, Cubillo-Guevara, Gudynas, Mamani), para compreender suas relações a Paisagem (Santos, Nogué e Ingold) e territorializar na TITP, através do planejamento territorial (APA Capivari-Monos), dos estudos indigenistas (Pierri, Krenak) e exercício empírico e interlocução com lideranças locais da *Tekoa Kalipety*. Os resultados preliminares destacam a contribuição da Paisagem na construção do Bem Viver, através do fortalecimento político e identitário dos povos originários a partir de elementos chave identificados (autonomia, comunalidade, relacionalidade e sustentabilidade) no *Nhandereko*, o Bem Viver guarani. Neste cenário, a agricultura reflete os valores ontológicos e epistemológicos do modo de vida Guarani. Neste sentido, a pesquisa reivindica a mobilização da paisagem como ferramenta para uso social.

Palavras-chave: Paisagem, Bem Viver, Ontologia política, Natureza-cultura, Mundos

1 Introdução

O Bem Viver é conceito em destaque na academia e na política, especialmente na América Latina, e se apresenta como alternativa ao desenvolvimento capitalista colonial e extrativista da globalização neoliberal. Por outro lado, o campo da Paisagem passa por revisão de paradigmas e busca se aproximar da política, do planejamento e da gestão dos territórios, envolvendo o Estado e as comunidades. A Paisagem, como campo teórico e prático, pode contribuir para o debate decolonial, se for abordada de maneira contra hegemônica. Ao iluminar os aspectos imateriais e simbólicos do espaço geográfico, integrando natureza e cultura, a Paisagem pode beneficiar as comunidades ao recuperar as qualidades ambientais e culturais na transformação do território.

Este artigo estrutura-se a partir da pesquisa de mestrado em andamento, e apresenta resultados preliminares das relações entre as teorias e as práticas do Bem Viver e da Paisagem a partir do *Nhandereko*, o modo de vida dos Guarani Mbya que habitam o extremo sul da capital paulista. O método aplicado partiu da revisão teórica do debate decolonial, com Aníbal Quijano; das Epistemologias do Sul e o pensamento pós-abissal, de Boaventura de Souza Santos; do debate ontológico através de Bruno Latour, Arturo Escobar e Mario Blaser; da plataforma do Bem Viver através de Eduardo Gudynas, Fernando Huanacuni Mamani, Cubillo-Guevara e Hidalgo Capitán; da conceitualização da Paisagem na pesquisa, referenciada em Milton Santos, Joan Nogué e Tim Ingold; a compreensão da região através do Plano de Manejo da APA Capivari-Monos (APA-CM); Em seguida, buscou-se articular essa base teórica ao estudo de caso, a Terra Indígena Tenondé Porã (TITP); o *Nhandereko* através da oralidade de Jera Poty e da pesquisa etnográfica de Daniel Pierri; e da revisão bibliográfica de autores indígenas como Ailton Krenak; por último, o exercício empírico na *Tekoa* (aldeia) *Kalipety*, através de idas a campo individuais e em grupo.

A TITP, pertencente aos Guarani Mbya, é território ancestral e de resistência ao extremo sul da cidade de São Paulo, que em 2013 iniciaram a ‘retomada guarani’, obtendo sua delimitação de ampliação do território de cinquenta e dois hectares aconteceu em 2015 e elevou a área para quase dezesseis mil hectares. A reocupação ancestral do território ao longo dos últimos dez anos tem provocado transformações significativas na paisagem, tanto em seus aspectos físicos associados à recuperação ambiental em áreas de mananciais, quanto em seus aspectos simbólicos, associados à própria identidade guarani. A pesquisa procura compreender as transformações da paisagem e seus valores apropriados e percebidos pelos guaranis que a habitam, orientando a construção da paisagem como ferramenta que pode contribuir para a construção do Bem Viver das comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e locais. O artigo foi estruturado em cinco seções que percorrem o método da pesquisa, encerrando com a sessão Conclusões, e apresenta a seleção de resultados preliminares da pesquisa de mestrado em andamento.

2 A Constituição da Modernidade: separações da ontologia dualista e do pensamento abissal

Para a abordagem deste artigo e como forma de preparar o leitor sobre a discussão decolonial e contra hegemônica proposta, opta-se por definir o termo ontologia. O antropólogo e professor canadense Mario Blaser, define-a como a maneira de fazer o ‘mundo’, determinando “que tipos de coisas existem ou podem existir, quais são as condições da sua existência, suas relações de dependência”, o que estabelece “inventário de tipos de seres e relações entre eles”. Complementa, que a “ontologia não precede às práticas mundanas, mas moldam suas formas através das práticas que envolvem humanos e não humanos”. Por fim, define que a ontologia “estabelece conexões entre mitos e práticas que evidenciam narrativas sobre que tipos de coisas podem existir e quais são suas possíveis relações” (Blaser, 2019, pp. 10-11).

A ontologia é a primeira ‘camada’ para a realização de mundos. Concebe as relações entre humanos e não humanos e estabelece o campo de reprodução socionatural de determinado coletivo, suas ausências, suas presenças, seus limites e as epistemologias derivadas dela. As epistemologias são compreendidas como todo tipo de conhecimento que é reconhecido como válido, que representa o mundo real e a verdade dentro de determinada ontologia, tornando, portanto, o conhecimento inteligível (Santos, 2014). A ontologia dualista da modernidade colonial, constrói-se a partir da linearidade do tempo e a noção do desenvolvimento, estabelecendo o período da modernidade, e, por contraste, o passado tido como ‘arcaico’ ou ‘atrasado’, sujeitando relações entre vencedores, os primeiros, e vencidos, os segundos (Latour, 2013).

Latour define como a ‘Grande Divisão interior’ a separação total dos humanos e dos não humanos, transformados em Natureza. A Constituição da Modernidade define que o ser humano é o único agente capaz de agenciar o mundo universal, constituindo culturas, desde que estejam dentro do marco ontológico da modernidade. Ainda, determina a existência da Natureza única, comum a todas as culturas, caracterizando-a como realidade e verdade inquestionável para a reprodução do Mundo, tido como único e universal (Latour, 2013; Latour, 2020). Nesse contexto, a paisagem se realiza como o imaginário da natureza pristina, idealizada como natureza domesticada, como jardim-objeto, sujeita aos regimes de estetização e patrimonialização das paisagens congeladas para atender ao fetiche da mercadoria, anulando modos de vida, formas de apropriação e de percepção constituídas nas paisagens (Domingues, 2009).

Esta construção se estabelece a partir da racionalidade judaico-cristã, ou como definido por Escobar, pela “ontologia dualista” que determina a superioridade do homem perante os outros seres, separa as culturas (dos humanos) da Natureza (dos não humanos), e estabelece diferenciações hierárquicas entre homem e mulher, mente e corpo, ciência e crença, razão e emoção, indivíduo e comunidade, identificando sujeitos e objetos (Escobar, 2017). São pares hierárquicos, onde o segundo é sempre subjugado, tido como objeto para a apropriação e a expropriação do primeiro, sujeito dominante. São pares que estabelecem “classificações hierárquicas das diferenças” (Escobar, 2017, p. 182), que determinam a superioridade do ‘homem moderno europeu’ perante as etnias, os gêneros, as religiões e as regiões, o qual conduz a supressão, subordinação, anulação e destruição de formas distintas de conhecimento e do ser, que não se ajustam às formas dominantes da modernidade colonial de origem europeia (Escobar, 2017). Quijano (2000) assinala que a construção da raça como categoria mental é central para a dominação e a expropriação material e imaterial dos povos exercida pela colonialidade.

Santos (2014) aprofunda-se na ideia do pensamento abissal da modernidade, que consiste em sistema de “distinções visíveis e invisíveis sobre a realidade social” distribuídas em dois universos: “o universo deste lado da linha e o universo do outro lado da linha”. Tal divisão representa o desaparecimento do ‘outro lado da linha’ enquanto realidade, convertendo-o em não existente, o que significa ser “radicalmente excluído porque se encontra além do universo e da concepção aceita de inclusão”, eliminando a possibilidade de copresença desses universos. Para além da linha, somente há espaço para a ausência, a invisibilidade e a inexistência (Santos, 2014, pp. 21-22).

A divisão abissal constituída em torno do capital da modernidade colonial significou a concentração de poder mundial à Europa e o “controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (Quijano, 2000, p. 126). Estabeleceu-se a primazia dos campos da ciência, política, filosofia e teologia judaico-cristã como produtores do conhecimento verdadeiro, como sujeitos observadores, enquanto relega os saberes ancestrais e tradicionais dos povos

originários, quilombolas e outros, a meras opiniões ou crenças, tratados como objetos observados (Santos, 2014). Apesar dos intensos processos de desterritorialização que estas comunidades subalternizadas sofreram ao longo da história, tem pulsado no Sul Global a resistência de comunidades originárias e camponesas travando lutas pelos direitos aos territórios e aos seus modos de vida. A emergência política desses agentes e suas visões de mundo em linha com as perspectivas críticas ao capitalismo neoliberal, abriram espaço para alternativas contra hegemônicas e decoloniais (Santos, 2014).

As disputas pelo território representam a luta pelo poder e pelo direito de viver fora do capitalismo global, sob regras construídas coletivamente pelas comunidades. São disputas travadas pelo direito de re-existir¹, incluindo as territorialidades e territorializações das comunidades marginalizadas (Porto-Gonçalves, 2012). Santos propõe o pensamento pós-abissal como forma de promover interações entre as práticas de resistência das comunidades e a academia, por meio de pesquisas críticas à modernidade e à ciência logocêntrica, procurando fortalecer a construção de futuros alternativos, que permitam a coexistência de diferentes mundos e a consolidação do pluriverso (Santos, 2014).

3 Caminhos para o pluriverso: pensamento pós-abissal e lutas territoriais

O pensamento pós-abissal propõe eliminar a linha que separa os dois universos para permitir a contribuição da diversidade de conhecimentos produzidos nos múltiplos mundos existentes. Com isso, não se quer desacreditar o conhecimento científico, mas contrapor a ele outras formas de conhecimento produzidas em outras ontologias, o que permite compreender a existência da possibilidade de múltiplas verdades sobre o mesmo sujeito-objeto, porque as compreensões se constroem a partir de ontologias relacionais próprias (Santos, 2014). As 'ontologias relacionais' dos povos originários e comunidades tradicionais que compreendem o mundo a partir da interdependência entre as partes, se baseia na compreensão de que "nada preexiste às relações que a constituem" (Escobar, 2016, p. 8). Em outras palavras, os seres e as coisas somente existem em relação uns com os outros. São mundos que se constituem de maneira entrelaçada, entre o intramundo (o mundo de baixo), o mundo (dos humanos e não humanos), e o supramundo (o mundo espiritual) (Escobar, 2016). Assim, a ecologia de saberes intenciona a construção contra hegemônica de alternativas ao capitalismo a partir da interação e coexistência entre conhecimentos científicos e não científicos, confrontando a monocultura da ciência moderna, através das práticas e saberes indígenas, tradicionais, quilombolas, entre outras populações historicamente subalternizadas. A Figura 1 apresenta esquema de compreensão comparativo entre o pensamento abissal e a ecologia de saberes.

¹ Termo é utilizado pelo geógrafo brasileiro Porto-Gonçalves para referir-se ao direito de re-existir, no sentido de recuperar a existência que lhes foi expropriada.

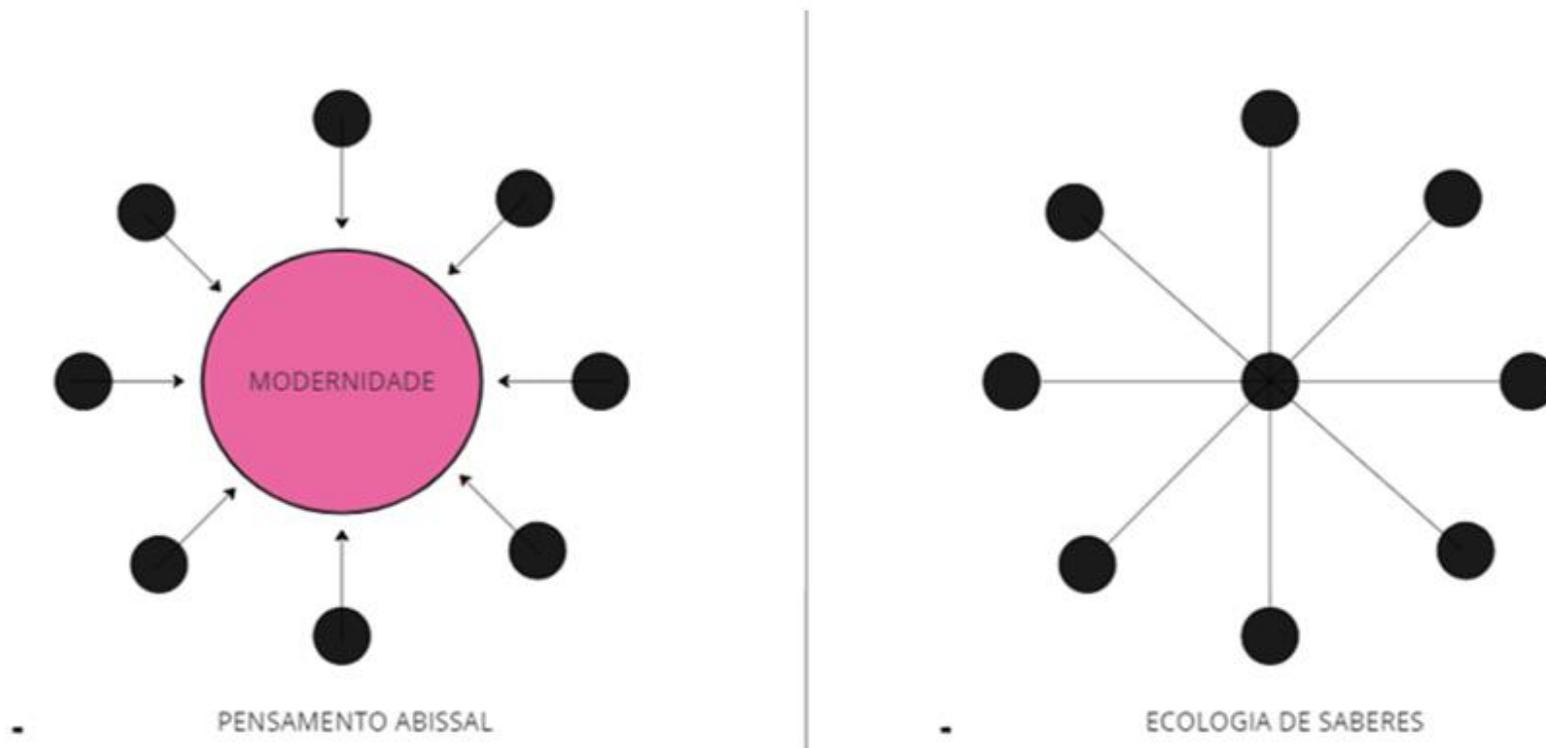


Fig.1: Esquema de conhecimento: da modernidade à ecologia de saberes. O esquema demonstra a hierarquia na correlação de forças da modernidade e o equilíbrio entre diferentes campos do conhecimento proposto na ecologia de saberes. Fonte: Autor, 2023.

Esta perspectiva opõe-se à ideia da Modernidade de Natureza única apropriada por diferentes culturas, com representações subjetivas. Latour aponta que, na verdade, “não existem nem culturas – diferentes ou universais – nem uma natureza universal. Existem apenas naturezas-culturas, as quais constituem a única base possível para comparações” (Latour, 2013, p. 102). Neste sentido, reivindica-se a compreensão da Paisagem através da natureza-cultura constituída na reprodução dos mundos, que são diversos em suas ontologias e epistemologias. A paisagem é, ao mesmo tempo, os aspectos físicos e simbólicos, constituídos nas apropriações, nas percepções e na produção de afetos. Por isso, a percepção da paisagem não é resultado da ação individual, ao contrário, se caracteriza pela percepção que os coletivos fazem dela, porque é sempre construção social (Nogué, 2007).

Paisagem é resultado da relação espaço-tempo entre os coletivos humanos e não humanos na reprodução da vida, é um palimpsesto, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos, a sobreposição de textos no território, ou ainda, a combinação da natureza e da cultura transformada pelo trabalho em diferentes tempos históricos, que representam a própria ontologia e a epistemologia dos coletivos humanos que habitam determinado lugar. (Nogué, 2007; Santos, 2014; Ingold, 2021). Por isso, é fundamental descentralizar a ontologia dualista, reivindicando conceitos como o pensamento pós-abissal e o pluriverso, para recuperar a importância da utopia na construção de futuros alternativos ao capital neoliberal global. O Bem Viver enquanto horizonte epistemológico do Sul, questiona o desenvolvimento, defende os direitos da natureza e busca modos de vida alternativos à modernidade colonial. Neste sentido, compreendemos que a paisagem enquanto ferramenta pode contribuir para a sua construção. A próxima seção apresenta as bases que estruturam o Bem Viver.

4 Da teoria do Bem Viver às práticas da retomada guarani: dinâmicas e transformações do território

O Bem Viver é conceito em construção de base indigenista que alcançou o debate político no âmbito das constituintes do Equador e da Bolívia, nos anos de 2008 e 2009, respectivamente. Em sua acepção em português, compreende-se como o modo de vida das comunidades originárias latino-americanas, reconhecidos na diversidade de povos que compõem a região. O *Sumak Kawsay* (do povo Kichwa), *Suma Qamaña* (do povo Aimará), *Allin kawsay* (do povo Quéchua), *Kyme Mogen* (do povo Mapuche), *Nhandereko* e

Teko Kavi (do povo Guarani), são modos de vida originários da *Abya Yala*, constituídos em ontologias relacionais próprias com horizonte comum: a ruptura com a separação da natureza-cultura na reprodução dos mundos e a organização da vida comunitária e ecologicamente harmônica (Gudynas, 2017).

O Bem Viver também é mobilizado como alternativa ao desenvolvimento capitalista da modernidade, descentralizando a economia na esfera da vida. Pode ser compreendido como a forma de vida em harmonia consigo mesmo (identidade) e com seu entorno social (igualdade), e natural (sustentabilidade) (Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2017). Pode ser compreendido como plataforma que reúne o conjunto de teorias e práticas indígenas e ocidentais que desconstruem a modernidade colonialista e orientam ao pluriverso. Engloba dimensões sustentáveis (ambiental, social e econômica) presentes nos modos de vida de povos originários, comunidades tradicionais e camponesas. Baseia-se na racionalidade ambiental e na ética biocêntrica, valorizando a natureza-cultura e a ecologia como princípios sócionaturais. Quatro elementos centrais do Bem Viver orientam a transição ao pluriverso: autonomia, relacionalidade, comunalidade e sustentabilidade, como representado na Figura 2.

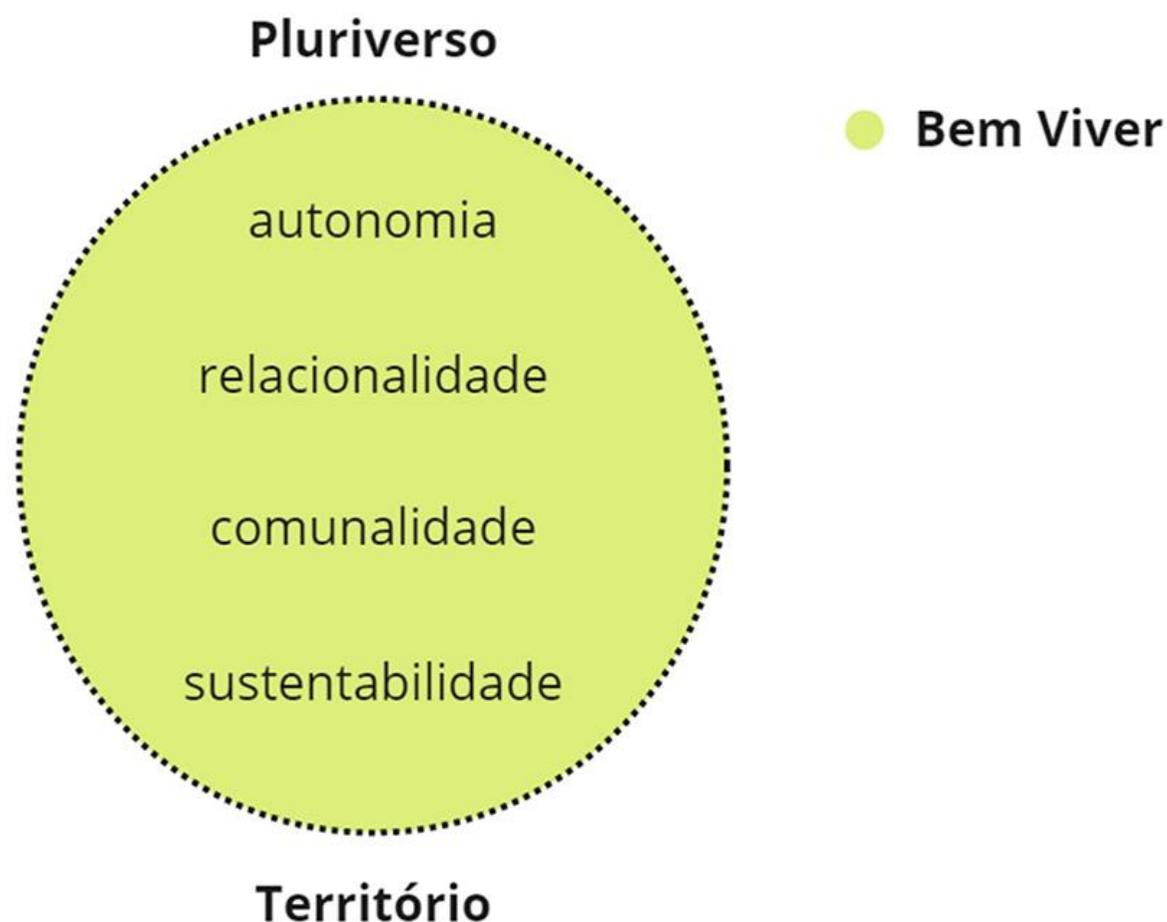


Fig. 2: Esquema dos fundamentos do Bem Viver. O esquema identifica os principais fundamentos agenciados no Bem Viver na luta pelo território com orientação ao pluriverso. Fonte: Autor, 2023.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam algumas relações entre a revisão teórica do Bem Viver e do *Nhandereko* dos Guarani Mbya e o trabalho empírico na *Tekoa Kalipety* (TK), e são apresentados abaixo distribuídos nos quatro elementos centrais identificados:

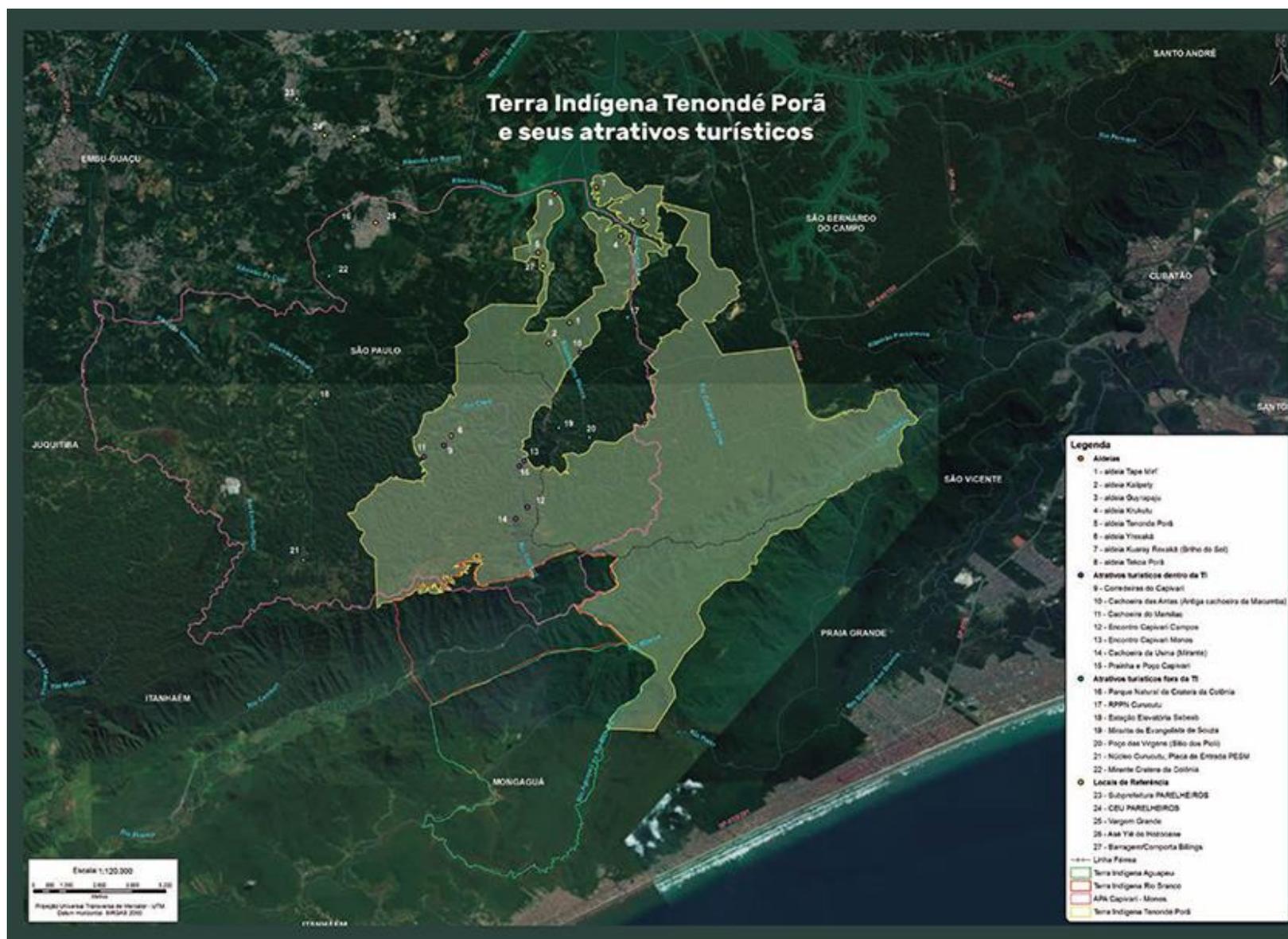


Fig. 3: Mapa de Localização da TITP. O mapa identifica a localização das aldeias e principais atrativos turísticos da TITP e mostra sua sobreposição com a APA Capivari-Monos. Fonte: Plano de Visitação da Terra Indígena Tenondé Porã, 2018.

a. Autonomia: a construção do Bem Viver é, antes de tudo, a luta pelo território-territorialidade-territorialização, o que só é possível com base na autonomia para a reprodução da vida, com autodeterminação sobre seus territórios (Porto-Gonçalves, 2012). Na cosmologia dos povos originários, Terra é o espaço natural da vida, o lugar sagrado da apropriação e da interação, é o centro da vida em comunidade (Mamani, 2010). A autonomia do território é a dimensão do poder na reprodução dos mundos. Em 2012 os guaranis viviam aglomerados em cinquenta e dois hectares, divididos em duas aldeias (Tenondé Porã e Krukutu) e com a retomada guarani iniciada em 2013, data em que marca o nascimento da TK, já são mais de catorze aldeias reconhecidas desde 2016 em dezesseis mil hectares na TITP (Zibechi, 2022). A TK nasceu em 2013, a primeira nova aldeia da 'retomada guarani', forma como reconhecem o resgate do seu território ancestral guarani, ou *Yvy Rupa*. A TITP localiza-se no extremo sul da cidade de São Paulo distribuídas na capital, em São Bernardo do Campo, São Vicente e Mongaguá. A figura 3 apresenta sua localização.

b. Relacionalidade: A relacionalidade refere à condição de ser relacional, onde os seres e as coisas só existem em relação uns com os outros, o que inclui o mundo, o intramundo e o supramundo. São múltiplos sujeitos em interrelação o tempo todo. Na cosmovisão guarani, as relações entre o plano espiritual das divindades e o plano terrestre acontece de distintas maneiras, associadas às práticas comunitárias das festas, das danças, dos rituais, aos saberes ancestrais dos *Xeramoí* (anciãos sábios) que

orientam os mais novos, associado aos *Ija* (guardiões espirituais) dos seres outros que humanos que coabitam o plano terrestre da natureza-cultura guarani.

c. Comunalidade: É a condição de ser comunal, o que implica que o indivíduo existe enquanto parte da comunidade. Gustavo Esteva assinala que a comunalidade, enquanto palavra, nasceu no contexto da luta, no território (Esteva, 2015).

[Em um] sentido muito real, a ideia de comunidade não é outra coisa que o re-conhecimento da forma concreta de existência do ser humano, que tende a tomar a forma de um ideal por conta de ameaças exercidas nos territórios, com violência inclusive, sobre essa possibilidade humana de existência (Esteva, 2015, p. 12).

A partir da retomada guarani da TITP, a maioria das aldeias se reorganizaram substituindo os caciques por lideranças comunitárias, desconstruindo a cultura patriarcal e hierarquizada herdada dos *jurua* (brancos e não indígenas), como contou Jera Poty, liderança da TK (Poty, 2023). Em 2022, eram vinte e duas lideranças, sendo doze mulheres (Zibechi, 2022).

d. Sustentabilidade: o Bem Viver reúne o conjunto de teorias e práticas críticas à modernidade, e incorpora a sustentabilidade como condição básica para a reprodução social, sempre em harmonia com o ambiente. Se constitui a partir da racionalidade ambiental e, portanto, a ecologia está no centro da tomada de decisões sobre o território, para que sejam verdadeiramente sustentáveis, orientadas por princípios não-capitalistas. Para os guaranis, só há *Nhandereko* se houver sustentabilidade, e isso se reflete nas relações comunitárias expandidas que fazem parte da ontologia relacional guarani. As relações de produção e consumo são pensadas para atender às necessidades comunitárias e não ao acúmulo de capital.

Os resultados preliminares são capazes de articular a teoria e o empirismo através do estudo da TITP e, mais precisamente, da TK, como referência de Bem Viver na maior metrópole da América do Sul. Investigar as transformações da paisagem e sua forma de mobilização para a retomada do território permite identificar outros valores intrínsecos à paisagem que foram negados pela modernidade universal colonial, que a constrói como objeto passivo, observado, domesticado. O novo paradigma da paisagem propõe o resgate do pensamento-paisagem, que foi anulado pela modernidade colonial e que compreende natureza-cultura como totalidade, constituída na reprodução dos diversos mundos coexistentes, articulando-se às ideias apresentadas nas seções anteriores.

Assim, o pensamento-paisagem pode fortalecer os modos de vida, as práticas e os saberes que são os recursos destas comunidades que dão suporte para suas existências, física e espiritual (Campos & Krenak, 2021). Para fins deste artigo, são apresentadas algumas reflexões formuladas ao longo da pesquisa que articulam os campos da Paisagem e o Bem Viver através do *Nhandereko*, apoiadas na observação empírica realizada na TK. As duas visitas realizadas aconteceram com intervalo de cinco meses e permitiram o reconhecimento da paisagem local através de caminhadas pela TK e pelo diálogo com interlocutores guaranis, ampliando as escalas de reconhecimento da paisagem. A Figura 4 apresenta quintal agroecológico guarani na TK.



Fig. 4: Quintal agroecológico na Tekoa Kalipety. Combinação de cultivos de milho e banana. Fonte: Autor, 2023.

5 *Nhandereko* e as práticas de resistência na transformação da paisagem

A retomada do *Yvy Rupa* representa conquista fundamental na consolidação do *Nhandereko* que fortalece a natureza-cultura guarani nas bordas da maior metrópole da América do Sul e tensiona as perspectivas sobre o modo de construção das paisagens e as perspectivas sobre as alternativas ao desenvolvimento capitalista colonial da modernidade ocidental. A expropriação do seu território e da natureza empreendida pelos setores econômicos e pelo Estado ao longo da história levaram às transformações das paisagens da região, com a substituição da mata atlântica nativa, por plantas exóticas, predominantemente o pinus e eucalipto, além da ocupação por chácaras e pequenas propriedades que ocuparam a região (Bellenzani, 2011).

Ao longo dos últimos anos os guaranis transformaram seu território e multiplicaram suas *tekoa* para requalificar a paisagem, recuperar o solo, as águas, e fortalecer sua cultura, seus saberes e práticas ancestrais. A retomada do *Yvy Rupa* através da implantação de novas *tekoa* é a forma de territorialização dos guaranis, para que possam consolidar comunidades sustentáveis, provendo as condições para a reprodução de seus modos de vida para todas as famílias. Hoje, vivem cerca de vinte famílias (cem pessoas) por *tekoa*, segundo meu interlocutor. As figuras 5 e 6 mostram a transformação da paisagem da TK desde sua criação.



Fig. 5: Imagem satélite da *Tekoa Kalipety* em agosto de 2012. A imagem satélite demonstra a situação da *Kalipety* meses antes da sua criação. Vale destacar a degradação da área junto à estrada, no acesso à aldeia. Fonte: Google Earth, 2023.



Fig. 6: Imagem satélite da *Tekoa Kalipety* em julho de 2022. A imagem satélite demonstra a ampliação da ocupação da *Kalipety*, após dez anos de sua criação. A área antes degradada está em processo de recuperação ambiental com plantas nativas e fundamentais para o *Nhandereko*. Fonte: Google Earth, 2023.

Os guaranis estabelecem o *Nhandereko* a partir da natureza-cultura e das relações constantes com os *Ija*, que “são os seres que convivem com eles”, os “guardiões da floresta, do rio, da pedra”, como comentou meu interlocutor (Wera, 2023)². Os *ija kuery*, são “os donos dos domínios terrestres (como as espécies animais, vegetais, minerais, os afetos humanos, etc)” (Pierri, 2013, p. 98), que protegem os seres-terra, seres-rio, seres-pedra, seres-montanha, seres-floresta, seres outros que humanos que fazem parte da sua comunidade. O *Nhandereko* evidencia a perspectiva relacional guarani. São relações comunitárias expandidas, relações sociais e políticas inter e intra espécies, que incluem os humanos, os seres outros que humanos, os espíritos donos (*-ja*), e os *Nhanderu Kuery*, as divindades da cosmologia guarani. Os guaranis têm muito respeito pela floresta e pela natureza-cultura constituída em seu mundo.

A gente tem muito respeito pela floresta. Não entramos na floresta por entrar, pra brincar. Tem um preparo para entrar na floresta e ter contato com os guardiões. Quando você chega numa cachoeira você vai sempre falar que aquilo é um espaço sagrado, de muito respeito. É uma conexão interna com o seu guardião (Wera, 2023).

² Entrevista em visita a campo dia 8 de Abril de 2023. (L. Bueno, Entrevistador).



Fig. 7: Diversidade de avaxi ete. A diversidade do milho guarani exposta dentro da Opy demonstra a riqueza e os saberes tradicionais que estão sendo resgatados dentro da TITP. Fonte: Autor, 2023.

Esta ancestralidade presente até hoje em sua cultura reflete seu modo de vida, suas práticas, seus rituais e seus saberes transmitidos por gerações. São os recursos, do qual fala Krenak (Campos & Krenak, 2021). A transformação da paisagem empreendida pelos guaranis na TITP procura recuperar os recursos, os símbolos e identidades ancestrais guarani. A concentração de eucaliptos e pinus na região levou ao ressecamento e empobrecimento dos solos, que não permitem a reprodução de culturas tradicionais guaranis, como é o caso do *avaxí*, o milho guarani. Os projetos agroecológicos iniciados há dez anos procuram fortalecer sua identidade através do alimento e da agricultura, como elemento central da natureza-cultura guarani. O *avaxi ete*, o “milho verdadeiro”, é sagrado para eles, e foi perdido por muito tempo na comunidade. — O eucalipto não deixa nosso milho se desenvolver, ele mata a floresta e o solo (Wera, 2023). Com a retomada do território e o trabalho de recuperação ambiental (Fig. 8) através da substituição do eucalipto pela flora nativa de mata atlântica, os guaranis estão restabelecendo o cultivo de milho, ampliando seu plantio e a diversidade de sementes, trabalho que desenvolvem há mais de uma década. A Figura 7 apresenta a diversidade do *avaxi ete* exposto em na *Opy* (Casa de Reza).



Fig. 8: Agrofloresta guarani. A retomada guarani do território através da agricultura com a substituição de culturas exóticas como o eucalipto por espécies nativas combinadas em agrofloresta. Fonte: Autor, 2023.

Além do *avaxi*, plantam outras culturas guaranis, como o *jety* (batata doce), *mandi* (mandioca) e o *tadjá* (Inhame), além da banana e de árvores frutíferas. Desse modo, a água está voltando, e eles estão conseguindo plantar seu alimento tradicional que faz parte do *Nhandereko*. — Agora que as plantas estão crescendo, o solo já está melhor. É como se colocasse fermento na farinha e agora ela começa a crescer (Wera, 2023).

Estes alimentos são centrais para sua cultura e identidade. Cultivá-los em sua paisagem ancestral é a estratégia de territorialização guarani, que caracteriza as transformações recentes da paisagem da TITP. É projeto de autonomia que mobiliza a agricultura como ferramenta de transformação da paisagem, em seus aspectos físicos e simbólicos. Neste sentido, a agricultura, mais que atividade produtiva para o capital, compartilha afetos, sentimentos e sensações. Giraldo aponta, que “A agricultura, para além da produção para a reprodução da vida familiar e da comunidade, é a origem das representações culturais, as apreensões cognitivas, as identidades e os significados coletivos” (Giraldo, 2018, p. 79).

6 Conclusões

Este artigo articula o debate decolonial com o campo da paisagem através da perspectiva do Bem Viver, construída como alternativa a modernidade colonial capitalista hegemônica. O BV, compreendido como plataforma que reúne saberes indígenas e diversas perspectivas críticas à modernidade, tem se apresentado como espaço para a ecologia de saberes, para o encontro e o compartilhamento de propostas alternativas que orientem ao pluriverso o que torna fundamental aprender com as trajetórias de luta dos diferentes povos originários da América Latina, seus diferentes conhecimentos e formas de pisar o mundo. Neste contexto, as paisagens representam o espaço das disputas e da diversidade de mundos constituídos.

O caso da TITP apresentado no artigo evidencia os múltiplos valores da paisagem guarani e sua mobilização como ferramenta para a construção do *Nhandereko*, presente nas relações entre o mundo terrestre e o espiritual da ontologia guarani, e através das práticas comunitárias, como fica evidente com a agricultura, que se revela como a principal forma de construção da paisagem, como prática que revela a base ontológica e epistemológica do mundo, constituído nas apropriações e percepções das comunidades. O *Nhandereko*, mais do que horizonte a se alcançar, é compartilhado no cotidiano dos guaranis na reprodução da vida comunitária que levam, na fronteira da maior metrópole da América do Sul.

O BV se coloca como caminho futurizante porque resgata sentidos ancestrais e mobiliza a luta pelo território compreendido pela tríade território-territorialidade-territorialização. A dimensão do poder para sua autodeterminação, o direito de r-existir e de construir mundos comunitários e em bases sustentáveis são questões centrais nas ideias do Bem Viver. Autonomia, comunalidade, relacionalidade e sustentabilidade são dimensões que atravessam o tempo e constituem paisagens, que são condicionadas pelas dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas. A paisagem revela a identidade das comunidades, explicita os valores compartilhados reconhecidos, e é aí que se encontra a potência da política na paisagem. Sua compreensão amplia os significados do espaço geográfico e ilumina possibilidades e propostas futurizantes, com base nas pessoas em seu local de vida, em seus modos de reprodução (Escobar, 2017).

A retomada guarani do *Yvy Rupa* evidencia as relações entre a paisagem e o Bem Viver através da sua territorialidade, lutando pelo *Nhandereko* cotidianamente, através da resistência e da transformação da paisagem para fortalecer sua natureza-cultura, na construção do seu mundo. Dialogando com Ingold, ao mesmo tempo em que os guaranis transformam a paisagem, a paisagem os transforma, em um processo de mútua afetação (Ingold, 2021). Cultivar o *avaxi ete* é a forma de apropriação que melhor explicita os valores simbólicos e identitários presentes na paisagem guarani.

Referências

- Bellenzani, M. L. (2011). *Plano de Manejo: APA Capivari-Monos*. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, São Paulo.
- Blaser, M. (2019). Reflexiones sobre la ontología política de los conflictos medioambientales. *América Crítica*, 63-79. https://www.academia.edu/20037347/Reflexiones_sobre_la_Ontologia_Politica_de_los_Conflictos_Medioambientales.
- Campos, Y., & Krenak, A. (2021). *Lugares de Origem*. São Paulo: Jandaíra.
- Cubillo-Guevara, A. P., Hidalgo-Capitán, A. L., & García-Alvarez, S. (2016). El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. *Iberoamerican Journal of Development Studies*, 30-57. https://www.researchgate.net/publication/320468166_El_Buen_Vivir_como_alternativa_al_desarrollo_para_America_Latina.
- Domingues, Á. (2009). Paisagem e identidade: à beira de um ataque de nervos. En P. Campos Costa, N. Louro, & N. L. Pedro Campos Costa (Ed.), *Duas Linhas* (pp. 24-57). Porto: autor.
- Escobar, A. (2016). Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 11-32. https://www.researchgate.net/publication/301308265_Sentipensar_con_la_Tierra_Las_Luchas_Territoriales_y_la_Dimension_Ontologica_de_las_Epistemologias_del_Sur.

- Escobar, A. (2017). *Autonomía y Diseño: la realización de lo comunal*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón.
- Esteva, G. (setembro de 2015). Para sentipensar la comunalidad. *Bajo el Volcán*, 171-186.
- Giraldo, O. F. (2018). *Ecología Política de la Agricultura. Agroecología y Posdesarrollo*. San Cristobal de las Casas, Chiapas, Mexico: El Colegio de la Frontera Sur.
<https://www.researchgate.net/publication/323392946> *Ecologia politica de la agricultura Agroecologia y posdesarrollo*.
- Gudynas, E. (2017). Alternativas al Desarrollo y Buen Vivir. En E. s. Fronteras, *El Buen Vivir como paradigma societal alternativo* (pp. 6-11). Madrid: Economistas sin Fronteras. www.ecosfron.org.br.
- Hidalgo-Capitán, A., & Cubillo-Guevara, A. P. (2017). Desconstrucción y Genealogía del "Buen Vivir" Latinoamericano. El (trino) "buen vivir" y sus diversos manantiales intelectuales. *Althernative Pathways to Sustainable Development*, 1-10.
<https://www.researchgate.net/publication/323659414> *Deconstruccion y genealogia del buen vivir latinoamericano El trino buen vivir y sus diversos manantiales intelectuales*.
- Ingold, T. (2021). A temporalidade da paisagem. En O. A. Bessa, *A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem* (pp. 110-158). Belo Horizonte: Coleção NPGAU.
- Latour, B. (2013). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34.
- Latour, B. (2020). *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo / Rio de Janeiro: Ubu Editora / Ateliê de Humanidades Editorial.
- Mamani, F. H. (2010). *Buen Vivir / Vivir Bien: filosofías, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas.
- Nogué, J. (2007). *La Construcción Social del Paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Pierri, D. C. (2013). *O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mbya*. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Antropologia, São Paulo.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2012). A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERthesis*, 16-50.
- Poty, J. (2023). Roda de Conversa em visita a campo 23 de Setembro. *II Ciclo de Formação Nhande'i Va'e Reko - o modo de vida guarani*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Casa do Povo e Aldeia Kalipety.
- Quijano, A. (2000). *La Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*. En E. LANDER, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas* (pp. 122-147). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Santos, B. (2014). Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes. En B. d. Eds. Santos, & M. P. Menezes, *Epistemologías del Sur (perspectivas)* (pp. 21-67). Madrid: Ediciones Akal.
- Santos, M. (2014). *Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Zibechi, R. (2022). *Tenondé Porã, território Guarani Mbya: resistência e mundo novo*. (W. F. Azevedo, Trad.) São Paulo. Retrieved 29 de 10 de 2023, from <https://ihu.unisinos.br/categorias/624172-tenonde-pora-territorio-guarani-mbya-resistencia-e-mundo-novo-artigo-de-raul-zibechi>.

ABORDAGENS DECOLONIAIS PARA PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO DECOLONIAL APPROACHES TO RESEARCH IN URBAN PLANNING

FABIANA SILVA, CINTIA ALVES, ISABELA SANTOS

Fabiana Felix do Amaral e Silva é Arquiteta e Urbanista e Doutora em Ciências da Comunicação. É professora na Universidade do Vale do Paraíba, pesquisadora do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais e atua nas linhas de pesquisa de movimentos sociais, planejamento urbano e metodologias decoloniais. fabiana.amaral@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-5754-9745>
<http://lattes.cnpq.br/9584609707431515>

Cintia Fabiola Mota Alves tem graduação em Biblioteconomia e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. É bibliotecária na Universidade do Vale do Paraíba e atua nas áreas de Planejamento Urbano, Bibliotecas Comunitárias e Metodologias Participativas. cintia.f.m.alves@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/5469499326798113>

Isabela dos Reis Santos é Arquiteta e Urbanista. É arquiteta da Universidade do Vale do Paraíba e atua nas áreas de Planejamento Urbano e Comunitário, Movimentos Sociais e Metodologias Participativas. isabelareis.arqtr@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4391111952948320>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Silva, F. F. A., Alves, C. F. M., Santos, I. R. (2023). Abordagens decoloniais para pesquisa em Planejamento Urbano. *VIRUS*, 26, 102-117. <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/834>

Resumo

O artigo destaca a relevância das epistemes decoloniais no debate do planejamento urbano e dos movimentos sociais, valorizando o protagonismo dos grupos subjugados na construção de novos conhecimentos capazes de tensionar a ordem vigente. A chave decolonial permite compreender que a formação de padrões de segregação é um evento social-racial-espacial por meio do qual se operam diversos mecanismos de opressão ligados à raça, ao gênero, à classe e às origens regionais. O foco da pesquisa é a dimensão da periferia como território sociopolítico, ou seja, a análise de expressões, ações e iniciativas de movimentos e/ou grupos sociais que ganham legitimidade ao produzirem suas próprias perspectivas políticas, sociais e culturais sobre e para a cidade. A metodologia adotada valoriza o protagonismo epistêmico dos portadores das experiências analisadas, articulando categorias do debate decolonial com o processo e os resultados de duas experiências de campo junto ao coletivo Quilombo Abayomi, com base na perspectiva metodológica da sistematização de experiências de Oscar Jara Holliday. Como resultado, apresenta desafios para o campo do planejamento urbano ao introduzir abordagens teóricas e metodológicas decoloniais que valorizam as territorialidades periféricas e promovem uma mudança paradigmática, composta por outras epistemes.

Palavras-chave: Epistemes decoloniais, Planejamento urbano, Movimentos sociais, Sistematização de experiências, Metodologias participativas

1 Introdução

As epistemes decoloniais ganharam relevância nas discussões das ciências sociais no final dos anos 1990, estando associadas ao Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) (Ballestrin, 2013). Esse grupo foi responsável por elaborar e sistematizar categorias e análises que redefiniram a história e a prática política na América Latina, além de abrir espaço para novas proposições teórico-metodológicas. Segundo a autora, a perspectiva decolonial posicionou a América Latina como continente fundador do colonialismo e, por conseguinte, da modernidade (Quijano, 2007), tornando-se o primeiro laboratório de testes para o racismo a serviço do colonialismo. Diante desse cenário, entende-se que a abordagem decolonial pode proporcionar novos horizontes para a construção de um pensamento voltado à libertação humana, através do diálogo e da articulação com a produção do conhecimento (Ballestrin, 2013).

Neste artigo, o foco são as possibilidades de a perspectiva decolonial desenhar novos horizontes e, principalmente, refletir sobre **com quem** têm sido pensadas essas articulações. Esse talvez seja o giro mais significativo provocado pela perspectiva decolonial, que, ao colocar no centro do processo a compreensão das dinâmicas dos povos, contrapõe a prevalência da academia como promotora do conhecimento.

A proposta do artigo aponta o campo do planejamento urbano e dos movimentos sociais como *locus* das reflexões sobre os modos "outros" de fazer pesquisa com base na perspectiva decolonial. A escolha ganha destaque considerando as mais variadas experiências socioterritoriais de ocupação e produção nas cidades brasileiras e latino-americanas. Tais experiências impulsionam uma reorganização social, por meio da qual os territórios se tornam espaços de sobrevivência e construção de uma dimensão sociopolítica alternativa.

São, portanto, experiências socioterritoriais e periféricas que abordam as lutas contra os mecanismos de opressão ligados à raça, ao gênero, à classe e às origens regionais, bem como às suas interseccionalidades. Nesse sentido, vão além do debate tradicional sobre o acesso aos recursos e espaços, tais como equipamentos públicos, saúde, moradia e cultura, ao questionarem as raízes dos processos de expropriação e exploração que sofrem. Por meio de uma abordagem decolonial, incorporam o direito à produção e ao reconhecimento identitário, desafiando as estruturas impostas pela colonialidade de poder (Quijano, 2007) e, assim, os grupos ganham legitimidade ao produzirem suas próprias perspectivas políticas, sociais e culturais sobre e para a cidade.

Apesar da existência de contribuições em relação às análises das dimensões mencionadas, muitas abordagens ainda permanecem alinhadas a teorias críticas que tratam a produção capitalista do espaço de maneira desarticulada da dimensão de sua colonialidade. Nesse sentido, destacam-se dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, é essencial compreender a relação epistêmica entre a colonialidade e a produção do espaço, em que o eurocentrismo atua como elemento propulsor e estruturador das colonialidades territorial, urbana e arquitetônica (Farrés Delgado, 2016). Em segundo lugar, inspiradas pela perspectiva da autonomia do desenho ou projeto (Escobar, 2014; Freire-Medeiros & Name, 2019; Porto Gonçalves, 2001), emergem novas dimensões sociopolíticas voltadas ao controle popular dos territórios e ao espaço de novos usos, que desafiam a ordem clássica de produção do espaço.

O artigo propõe avançar na observação do "como" e "com quem" pensar a transformação social, debatendo a metodologia no campo decolonial para garantir o protagonismo epistêmico dos portadores das experiências analisadas. A perspectiva metodológica de Holliday (2006) oferece caminhos para leituras analíticas com intenção propositiva, o que permite criar novos horizontes e formas de estar no mundo, ou seja, com os próprios sujeitos envolvidos como protagonistas nos processos de transformação.

O texto é dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda as contribuições do debate decolonial para o planejamento urbano. A segunda seção amplia o foco para discutir os dilemas e avanços no campo do planejamento urbano, enfatizando o papel pedagógico das experiências dos movimentos sociais como espaço de tensionamento e proposição. Na terceira seção, são apresentadas reflexões sobre a dimensão metodológica dos estudos decoloniais, bem como os resultados de duas experiências de campo junto ao coletivo Quilombo Abayomi, desenvolvidas com base na perspectiva metodológica da sistematização de experiências de Oscar Jara Holliday (2006).

2 A dimensão territorial da colonialidade em debate

O conceito de colonialidade de poder, elaborado por Quijano (2007), representa o legado duradouro e sistêmico da colonização na América Latina, que inclui não apenas a exploração econômica, mas também a categorização racial e a hierarquização de grupos sociais como parte integrante desse sistema de poder. A ideia de raça, desenvolvida para legitimar as relações de dominação na conquista da América, ainda estrutura as relações de poder na contemporaneidade.

No cenário em questão, outras categorias como "colonialidade do saber" e "colonialidade do ser" emergem como desdobramentos da colonialidade de poder. Lander (2000) aborda o modo como o colonialismo impactou a construção do conhecimento e as formas de produção de saberes, o que revelou como o saber ocidental se impôs como universal e superior e, desse modo, marginalizou e subalternizou outras formas de conhecimento produzidas em contextos coloniais. A colonialidade do ser, por sua vez, refere-se à construção das identidades e subjetividades sob a lógica colonial e analisa como as noções de raça, gênero e sexualidade, entre outras, foram forjadas e instrumentalizadas para a perpetuação das relações de poder e opressão (Maldonado Torres, 2007).

Embora o debate decolonial tenha avançado em diversas frentes, a dimensão territorial ainda é pouco explorada. A abordagem da colonialidade de poder nos permite realizar uma análise do urbano para além das questões de classe, incorporando outras hierarquias presentes nas experiências latino-americanas, como a relação entre modernidade e colonialidade. Farrés Delgado contribui para o debate ao evidenciar a relação epistêmica entre a colonialidade e a produção do espaço (Farrés Delgado, 2016). O conceito de "colonialidade territorial", formulado por Farrés Delgado e Matarán (2012), descreve um conjunto de padrões de poder que estabelecem hegemonicamente uma concepção do território sobre outras percepções consideradas "inferiorizadas".

Esses padrões se estruturam em uma relação triangular entre a "colonialidade do ser territorial" (hegemonia do "ser urbano" sobre formas de existência humana não urbanas), a "colonialidade do saber territorial" (práticas de concepção e habitação do território) e a "colonialidade do poder territorial" (distribuição desigual do poder de enunciação e tomada de decisões sobre o território), sendo essas dimensões estão interconectadas. A "colonialidade do ser territorial" atua como a base da

estrutura, estabelecendo relações de poder que determinam as outras dimensões. A "colonialidade do saber territorial" é influenciada pela hegemonia do "ser urbano" e, por sua vez, reforça tal hegemonia. Enquanto isso, a "colonialidade do poder territorial" é influenciada pelas outras dimensões, reforçando a hegemonia do "ser urbano" e das práticas de ocupação do território (Farrés Delgado, 2016).

A estrutura triangular da colonialidade territorial se retroalimenta e se reforça mutuamente, revelando a complexidade das relações de poder no âmbito do debate decolonial no Brasil e na América Latina. Dessa forma, podemos compreender melhor como o território é moldado e instrumentalizado pela lógica colonial e como a luta pela descolonização deve considerar a interconexão entre as diversas dimensões da colonialidade (Farrés Delgado, 2016).

3 Dilemas e avanços do debate decolonial no campo do planejamento urbano: das insurgências urbanas às possibilidades de autonomia do *diseño*¹

No século XXI, especialmente no Brasil após as jornadas de 2013, o debate teórico tem se debruçado sobre as questões conflituosas no âmbito urbano. Dentre os diversos autores que têm contribuído para a discussão, destaca-se Harvey (2014), cuja argumentação "Cidades rebeldes" expõe as contradições da urbanização sob a perspectiva dos movimentos críticos à gestão capitalista do território.

Abordagens de planejamento insurgente, enfatizadas por Holston (2016) e Miraftab (2009), ganham relevância para compreender a vida urbana e as resistências à gestão neoliberal dos territórios, incluindo a gentrificação dos centros urbanos e a ampliação das periferias. Miraftab destaca que as práticas insurgentes tensionam a visão dos planejadores profissionais e desafiam a ideia de sua atuação isolada. Essas perspectivas destacam o papel do território no sistema mundial capitalista e na resistência, mas frequentemente negligenciam a dimensão da colonialidade.

Para aprofundar esse debate, apresenta-se a compreensão do território periférico como um espaço sociopolítico de vida (Zibechi, 2015; D'Andrea, 2013; Silva & Oliveira, 2017; Haesbaert, 2020). Tal abordagem destaca as ações dos movimentos e grupos sociais que, por meio de expressões políticas, culturais e sociais, reelaboram suas existências e promovem uma nova organização social. Tais ações resultam na reconfiguração do território, que passa a ser visto como um espaço de sobrevivência e de construção de uma nova dimensão sociopolítica. Nessa conjuntura, o debate decolonial surge como uma chave interpretativa capaz de ampliar a compreensão das referidas transformações e contribui para repensar o campo do planejamento urbano (Silva & Maciel, 2021). Neste trabalho, vamos nos debruçar sobre categorias analíticas de autonomia do *diseño* (Escobar, 2014; Escobar, 2016), e de r-existência (Porto Gonçalves, 2001) para um debate que entrelaça epistemologias decoloniais e planejamento.

Em seu livro *Autonomía y diseño* (Escobar, 2016), Arturo Escobar argumenta que a crise atual é o resultado de formas profundamente arraigadas de ser, fazer e conhecer, e que recuperar o *diseño* para a construção de outros mundos requer uma consciência nova e efetiva da historicidade do *diseño* na formação onto-epistêmica patriarcal, capitalista e moderna. O termo *diseño* possui uma riqueza semântica que vai além da tradução para o português, como explicado por Britto (2020) ao analisar a obra de Arturo Escobar. No livro, *diseño* significa produção de representações ontológicas sobre a realidade, englobando desde simples desenhos até projetos, instituições e concepções do mundo como um todo. No artigo, optamos por manter a palavra *diseño* para preservar a amplitude do debate proposto pelo autor.

Escobar (2016) propõe uma abordagem ontológica do *diseño* focada na interação entre entendimento e criação, destacando que essa abordagem pode gerar novas formas de ser e se relacionar com o mundo, enfatizando a relevância da cultura nesse processo. Além disso, o autor examina criticamente a ontologia dualista de separação, controle e apropriação, que se tornou dominante na modernidade patriarcal capitalista ocidental. Valoriza, assim, a diversidade cultural, as cosmovisões locais e o conhecimento ancestral como elementos essenciais para a construção de um mundo mais justo em termos

¹ O título destaca o debate sobre a autonomia do desenho ou projeto no âmbito do planejamento urbano, enfatizando as perspectivas decoloniais inspiradas nas ideias de Arturo Escobar.

espaciais e sociais. Nesse sentido, a ideia de "*autonomía y diseño*", proposta por Arturo Escobar, refere-se a uma abordagem na qual as comunidades e atores locais assumem um papel central na definição e criação de seus espaços e territórios.

Freire-Medeiros e Name (2019) enriquecem o debate ao refletirem sobre as dinâmicas sociais e espaciais da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, ao indicarem a ocupação das lajes como uma forma de resistência, pois possibilita a criação de novos espaços para sociabilidade e lazer, além de oferecer oportunidades para a expansão da moradia e geração de renda. As lajes, frequentemente vistas como problemas a serem resolvidos, podem ser entendidas como formas de apropriação do território e de resistência social, servindo como pontos de observação e conexão entre escalas, demandando uma abordagem epistêmica que repense as formas tradicionais de análise e intervenção na favela e na cidade.

Porto Gonçalves (2001) propõe o conceito de "r-existir", que representa a capacidade de resistir e se reinventar em contextos assimétricos de poder, transcendendo, assim, o simples ato de lutar contra algo. Nesse sentido, a letra "R" representa tanto a resistência como a reinvenção, valorizando a construção de novas formas de vida e de relações sociais em meio às adversidades. Ao impulsionar discussões no planejamento urbano e promover alternativas às lógicas hegemônicas de desenvolvimento, essas abordagens epistêmicas evidenciam a necessidade de refletir criticamente sobre a influência da episteme eurocentrada nesse campo. As práticas e ações dos movimentos sociais podem ser elementos pedagógicos para tensionar as lógicas dominantes ao valorizar a diversidade de saberes locais, impulsionando o debate metodológico decolonial como forma de desafiar paradigmas estabelecidos.

4 A dimensão metodológica dos estudos decoloniais: relato de sistematização de experiências junto ao Coletivo Quilombo Abayomi

A abordagem pedagógica das experiências, juntamente com o reconhecimento do protagonismo dos sujeitos, torna-se uma temática relevante no âmbito acadêmico e social. Nesse sentido, é importante reavaliar a dimensão metodológica da produção do conhecimento, considerando uma perspectiva processual e valorizando o protagonismo dos sujeitos envolvidos (Dulci & Malheiros, 2021; França, 2020; Sousa & Cavalcante, 2021).

Borsani (2021) aborda a temática das metodologias decoloniais e enfatiza que ainda não são procedimentos de pesquisa preestabelecidos, mas sim uma reconstrução posterior da investigação. A autora ressalta que não se trata de uma falta de consolidação devido à recenticidade do pensamento decolonial, mas sim de reconhecer que a metodologia decolonial não pode ser aplicada de forma padronizada em qualquer pesquisa. Pelo contrário, a construção de uma metodologia decolonial deve ser sensível e contextualizada, a fim de dialogar com as práticas políticas e epistemológicas dos sujeitos envolvidos.

A partir dessas considerações iniciais sobre o âmbito metodológico no campo decolonial, apresentamos a sistematização de experiências, proposta desenvolvida por Oscar Jara Holliday como um caminho para pensar "como" e "com quem" pensar a transformação social. Holliday (2006) destaca a importância da sistematização de experiências como uma perspectiva para a ação social e a reflexão dialógica e crítica das vivências de grupos sociais específicos. A proposta visa a responder questões como: "o que estamos fazendo? Como estamos fazendo? Para que estamos fazendo?". Holliday ressalta que o processo é participativo, isto é, envolve os próprios sujeitos que vivenciaram as experiências como principais protagonistas. Além disso, a sistematização não se limita a relembrar o que foi vivido, mas também busca iluminar caminhos para o futuro.

Em suas pesquisas com movimentos sociais e grupos marginalizados, Holliday observou que a sistematização permite uma análise retrospectiva e prospectiva das experiências vividas, caracterizando-a como um método de avaliação processual do cotidiano. Três dimensões importantes estão incluídas nesse processo, conforme o Quadro 1:

Elementos da sistematização de experiências

Objetivar o vivido: fazer uma parada para tomar distância do que experimentamos vivencialmente e converter, assim, a própria experiência em objeto de estudo e interpretação teórica e, ao mesmo tempo, em objeto de transformação.

Colocar em ordem conhecimentos desordenados e percepções diversas: ao sistematizar, as pessoas recuperam de maneira ordenada o que já sabem sobre sua experiência, descobrem o que ainda não sabem sobre ela, mas também revelam o que “ainda não sabiam que já sabiam”.

Acolher as interpretações dos sujeitos das experiências: sistematizar não só o que se atenta aos acontecimentos, seu comportamento e evolução, como também às interpretações que os sujeitos têm sobre eles. Cria-se, assim, um espaço para que essas interpretações sejam discutidas, compartilhadas e confrontadas.

Quadro 1: Elementos da sistematização de experiências. Fonte: Holliday, 2006.

Holliday propôs uma metodologia para a sistematização de experiências, composta por cinco etapas distintas, enfatizando a natureza orientadora desse método e ressaltando a importância de considerar as particularidades e dinâmicas dos grupos envolvidos no processo de sistematização. De acordo com o Quadro 2, as etapas são as seguintes:

As cinco etapas da sistematização de experiências (Holliday, 2006)

1ª etapa: corresponde a reunir os autores e os registros das experiências;

2ª etapa: é o momento de apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar;

3ª etapa: propõe a reconstrução da história, a ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos;

4ª etapa: tem como objetivo analisar, sistematizar e interpretar criticamente o processo;

5ª etapa: é o momento para comunicar a aprendizagem.

Quadro 2: Esquema das cinco etapas da sistematização de experiências. Fonte: Holliday, 2006.

4.1 Quilombo Abayomi: Casa de Cultura e Resistência do Povo Preto

O Quilombo Abayomi², coletivo representativo das pessoas pretas e periféricas criado em janeiro de 2022 na cidade de São José dos Campos - SP, é uma Casa de Cultura não lucrativa sustentada por arrecadações colaborativas, cujo nome, de origem yorubá, reforça a cultura africana e significa "encontro precioso" (Quilombo Abayomi, 2022a). A expressão "quilombo urbano" designa uma forma de organização política, cultural, econômica e social que combate o racismo, promove a cultura negra e permite a participação de todos como "criadores de cultura". Esses espaços urbanos são locais de luta e resistência contra a opressão e a exclusão, promovendo a troca de saberes entre grupos marginalizados e afirmando identidades

² Para maiores informações sobre o Quilombo Abayomi acessar: <https://www.instagram.com/quilombo.abayomi/>

culturais e étnicas. A participação ativa dos envolvidos é valorizada, o que incentiva a construção coletiva do conhecimento e a promoção da cultura afro-brasileira (Batista, 2019).

O Quilombo Abayomi situa-se na periferia da cidade de São José dos Campos, a maior cidade do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo, conforme registrado pelo Censo Demográfico de 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023), com uma população de 697.428 habitantes. São José dos Campos foi reconhecida como a primeira cidade inteligente do Brasil pela ABNT, seguindo normas internacionais de gestão urbana. No entanto, a implementação das certificações está ligada à consolidação da gestão neoliberal dos territórios, que utiliza estratégias de *marketing* urbano (Forti, 2020; Araújo, 2022). Isso esconde a desigualdade socioespacial existente na cidade, que enfrenta problemas como urbanização dispersa, especulação imobiliária, desigualdades de uso e ocupação do espaço e criminalização dos movimentos sociais urbanos.

O bairro do Campo dos Alemães, onde se situa o quilombo, é uma área caracterizada por uma alta densidade demográfica e abriga uma parcela significativa da população da zona sul da cidade³. O bairro enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e aos serviços públicos, como a ausência de equipamentos urbanos, transporte público deficitário e carência de espaços de lazer e cultura; dados da prefeitura apontam que a renda média na região é a metade da média da cidade, e a taxa de analfabetismo é a mais alta do município. Os moradores relatam dificuldades no acesso a outras regiões da cidade e a falta de serviços de saúde, cultura, educação e lazer (São José dos Campos, 2018; São José dos Campos, 2017). A Figura 1 localiza o bairro em relação à região central da cidade.

³ Segundo o IBGE (2010), a Zona Sul é uma região densamente povoada, com 233.536 pessoas. No bairro específico, há 19.153 residentes, de acordo com o censo.



Fig. 1: Localização do Bairro em relação a região central da cidade. Fonte: Google Maps, 2023. <https://bityli.cc/zfs>. Acesso: 23/01/2023.

Dessa forma, sua posição periférica em relação ao centro urbano e a presença de características socioeconômicas distintas conferem-lhe uma realidade peculiar marcada pela marginalização e criminalização da pobreza (Telles, 2001). O bairro e sua população são estigmatizados pela criminalização da pobreza, fenômeno no qual indivíduos em situação de vulnerabilidade são submetidos a tratamento criminal, sobretudo pela violência institucional e policial. Na realidade brasileira, a criminalização da pobreza está intrinsecamente relacionada ao racismo, sistema que afeta principalmente comunidades de minorias étnicas, como afrodescendentes, perpetuando injustiças e desigualdades sociais, essa interligação complexa sustenta um ciclo de discriminação e violência contínuo.

No entanto, existem ações e experiências de resistência e luta que promovem novas significações periféricas vinculadas a uma territorialidade que permite outras maneiras de comunicar e criar uma nova percepção sobre o ser periférico e a periferia (D'Andrea, 2013). É nesse contexto que o Quilombo Abayomi tem promovido espaços para a reflexão sobre a periferia, com a finalidade de desmistificar a associação do bairro com a violência e a marginalização. Além disso, esses espaços colocam em destaque o combate ao racismo por fortalecer a identidade local e, assim, buscar mudanças sociais significativas (Quilombo Abayomi, 2022b). A sede do coletivo é uma casa alugada mantida por meio de doações. No ano de 2022, o coletivo promoveu diversas atividades e ações com foco na cultura, educação e arte. A seguir, o Quadro 3 exemplifica as principais propostas realizadas naquele período.

Atividades promovidas pelo coletivo Quilombo Abayomi em 2022

Mutirão de expressão de arte: com tema livre, as pessoas pintaram as paredes do quilombo, a fim de expressar o que o lugar representava para elas.

Cursinho pré-vestibular: com o apoio de voluntários, ofereceu aulas para a comunidade e interessados com o objetivo de proporcionar o acesso à universidade

Assistência jurídica para mulheres: com o apoio de voluntários, manteve um espaço de escuta para atender a mulheres vítimas de violências.

Biblioteca comunitária: promoveu espaços de leitura e o acesso à história e à cultura afrodescendente, o debate contra o racismo, entre outros temas. Também forneceu o acesso a livros e apostilas que auxiliam os alunos que frequentam o cursinho pré-vestibular.

Eventos culturais: promoveram, mensalmente, eventos de cultura que valorizaram o debate racial e a cultura periférica. Um dos exemplos foi a Virada Preta realizada em novembro, que contou com três dias de evento que promoveram shows, rodas de conversa e debates.

Projeto musical: projeto proposto por um dos moradores, que, em torno do debate sobre instrumentos musicais de origem indígena, promoveu o ensino prático de como tocar e produzir o Pífe.

Distribuição de cestas básicas: o coletivo tem um projeto de apoio e de solidariedade ativa que apoia, com cesta básica, algumas famílias em vulnerabilidade.

Quadro 3: Atividades do Quilombo Abayomi que trabalharam novas territorialidades nas comunidades. Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.2 Relatos, processos e reflexões de duas sistematizações de experiências com o Quilombo Abayomi

Este artigo apresenta o processo e os resultados de duas experiências de aplicação do método de sistematização de experiências realizadas pelas autoras, representadas na Figura 2. A primeira experiência foi realizada durante um estudo de graduação que mapeou o debate do planejamento comunitário, vinculado ao trabalho *Proposta de Ação Sócio Cultural Territorial Baseada na Análise das Manifestações Culturais Periféricas* (Santos, 2022)⁴. O objetivo foi aprofundar o debate sobre as demandas comunitárias e suas implicações no planejamento territorial. A segunda experiência decorreu de uma pesquisa de mestrado intitulada *As Bibliotecas Comunitárias como Territórios Sócio-Políticos: Estudo de Caso em Dois Bairros Periféricos das Cidades de São José dos Campos e Jacareí – SP*, em 2023⁵, que proporcionou reflexões conjuntas sobre o impacto das bibliotecas comunitárias e dos coletivos culturais na vida das comunidades periféricas (Alves, 2023).

⁴ Trabalho de final de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo realizado por Isabela Reis Santos, com orientação de Fabiana Felix do Amaral e Silva.

⁵ Dissertação de Mestrado realizada por Cintia Fabiola Mota Alves, com orientação de Fabiana Felix do Amaral e Silva. O trabalho de campo teve sua aprovação pelo Comitê de Ética da instituição responsável (CAAE 58133922.7 000005503) em 2022.



Fig.2: Imagens da sistematização de experiências I e II. Fonte: Fotos do acervo da pesquisa.

A apresentação dos passos dos processos das duas sistematizações retratadas no Quadro 4 e no Quadro 5 facilita a compreensão dos procedimentos e suas interconexões, tornando o conteúdo mais acessível e informativo.

Etapas da Sistematização de Experiências

Sistematização I - Proposta de Ação sociocultural e territorial baseada na análise das manifestações culturais periféricas.

| | |
|--|---|
| <p>Primeira Etapa Reunir os autores e os registros das experiências</p> | <p>A pesquisadora contatou as lideranças e apresentou a proposta de investigação. Em seguida, a partir das redes sociais do grupo, organizou os registros da historicidade das ações. Foi realizada uma visita de campo para conhecer o espaço e a dinâmica do bairro.</p> |
| <p>Segunda Etapa Apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar</p> | <p>A pesquisadora compartilhou com o grupo a proposta de análise do TCC, com o objetivo de avaliar as problemáticas do planejamento urbano convencional e as possibilidades de uso e ocupação propostos pela comunidade. Na sequência, em conjunto com o coletivo, definiu-se a sistematização das experiências por meio de cartografias. A cartografia proposta apresentou a relação entre as ações sociais e culturais presentes na comunidade e as interações com o espaço público e os equipamentos culturais/educacionais/ lazer existentes.</p> |
| <p>Terceira Etapa Reconstrução da história, ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos.</p> | <p>Foi apresentado aos participantes o mapa do bairro com a localização dos espaços e equipamentos públicos. A oficina iniciou com o debate sobre as fragilidades e as potencialidades e encerrou com a apresentação de proposições de uso e ocupação do espaço público.</p> <p>A dinâmica da sistematização consistiu em uma roda de conversa que se propôs apontar o levantamento das fragilidades, potencialidades e proposições e que de maneira concomitante era especializada no mapa do bairro</p> <p>A atividade aconteceu no dia 19 de maio de 2022 e contou com a presença de quinze pessoas da comunidade.</p> |
| <p>Quarta Etapa Analisar, sistematizar e interpretar criticamente o processo</p> | <p>As fragilidades, potencialidades e proposições foram sistematizadas e interpretadas criticamente e resultou em encaminhamentos em diferentes escalas de alcances, ou seja, da política pública ao processo de ocupação e uso dos espaços públicos do bairro.</p> |
| <p>Quinta Etapa Comunicar a aprendizagem</p> | <p>Estas informações foram organizadas pela pesquisadora a partir das concepções do planejamento comunitário e, ao correlacionar os saberes da comunidade com os saberes técnicos, resultou em uma proposta de ação sociocultural e territorial comunitária. Em outubro de 2023 as pesquisadoras voltaram ao bairro e apresentaram os resultados do TCC para uma segunda avaliação da comunidade.</p> |

| Etapas da Sistematização de Experiências | Sistematização II - As bibliotecas comunitárias como territórios sócio-políticos: estudo de caso de dois bairros periféricos das cidades de São José dos Campos e Jacareí – S.P. |
|--|---|
| Primeira Etapa Reunir os autores e os registros das experiências | A pesquisadora contatou as lideranças e apresentou a proposta de investigação. Em seguida, a partir das redes sociais do grupo, organizou os registros da historicidade das ações. |
| Segunda Etapa Apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar | A pesquisadora compartilhou com o grupo a pergunta-chave da sua pesquisa. “Como as ações das bibliotecas comunitárias, ao levantar as dimensões sociocultural-espaciais, podem contrapor aspectos das ações das políticas públicas apresentadas descoladas das dinâmicas e demandas sociais das cidades em estudo?” Na sequência definiu-se em conjunto com o coletivo sistematiza as ações e projetos que realizaram em seu território no ano de 2022 para avaliar o alcance e como impactam na vida da comunidade. |
| Terceira Etapa Reconstrução da história, ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos. | A dinâmica em grupo aconteceu no dia 12 de dezembro e contou com a presença de 12 pessoas da comunidade. A sistematização proposta contou com a realização de dois mapeamentos. O primeiro foi o Mapeamento das ações do coletivo no tempo . Foi confeccionada uma tabela com seis momentos importantes sobre as experiências vivenciadas O segundo foi o Mapeamento das ações e relações com o território . Foram apresentados dois mapas. O primeiro foi mapa da cidade de São José dos Campos e o segundo o mapa do bairro do Campo dos Alemães. Os participantes identificaram suas ações e práticas no território regional e local, bem como, as ações da ação direta d capital com o objetivo de avaliar a relação de resistência e seus alcances. |
| Quarta Etapa Analisar, sistematizar e interpretar criticamente o processo | Após organizar o mapeamento os participantes apresentaram suas análises e foi possível refletir criticamente sobre o processo ao reavivar os seis momentos mais relevantes que vivenciaram, seus impactos e aprendizados. |
| Quinta Etapa Comunicar a aprendizagem | Estas informações foram sistematizadas e organizadas pela pesquisadora e contribuíram com o debate sobre a importância das bibliotecas comunitárias como espaços sócio-políticos. Em 2023 foi entregue a comunidade o documento da Dissertação em uma visita de campo posterior. |

Quadro 5: Sistematização II - As bibliotecas comunitárias como territórios sócio-políticos: estudo de caso de dois bairros periféricos das cidades de São José dos Campos e Jacareí – S.P. Fonte: Elaborado pelas autoras.

As sistematizações de experiências realizadas constataram a lógica de exclusão territorial ligada à prática da criminalização da pobreza e do controle dos territórios periféricos. Essa lógica é paramentada pela ausência programada de investimentos em equipamentos e estruturas básicas, tais como educação, lazer, saúde e cultura. As sistematizações mapearam as fragilidades territoriais, principalmente aquelas relacionadas à má gestão de equipamentos públicos, como o ginásio

poliesportivo, que não é acessível ao público, e as praças com mobiliários urbanos quebrados e ausência de bancos. Além disso, foi observada a falta de iluminação adequada nos campos abertos da região, o que gera insegurança, especialmente para mulheres, favorece episódios de violência policial e, assim, reforça a vulnerabilidade e o medo entre os moradores. Também foi identificada a ausência de pontos de ônibus com iluminação adequada durante a noite para os usuários de transporte público.

O comentário de uma das participantes da sistematização retrata a situação de abandono de uma praça, a violência policial e a ocupação e uso da rua pela comunidade:

É uma praça enorme que temos um balancinho quebrado, ausência de bancos, iluminação deficiente. O campinho de futebol que existe foi colocado pela população.

Aqui é como se estivéssemos numa zona de guerra. A violência é cotidiana tem operações de manhã no bairro e todos ficam com medo e todos que estão na rua são suspeitos e são abordados de forma bruta de dia e imagina aqui que tem espaços escuros nestas praças que a polícia pode passar do limite.

A gente tem uma cultura de ficar mais na rua...são casas pequenas. Muitas famílias então o nosso lazer acaba indo para rua, é uma churrasqueira que vai para calçada é uma mesa que vem para a praça e a prefeitura não vê isso. (“Participante”, 28 anos, estudante universitária)⁶.

No entanto, as sistematizações evidenciaram que as ações do coletivo tensionam o planejamento urbano convencional ao demonstrarem novas formas de ocupação e uso do espaço. Por meio de mutirões de arte, cursinhos pré-vestibulares, assistência jurídica para mulheres e outras ações, o coletivo promove transformações sociais significativas na comunidade, proporcionando acesso à educação, cultura e assistência social. Além disso, a distribuição de cestas básicas ajuda a apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade, o que evidencia a participação ativa e o protagonismo no território. Essas potencialidades mostram como o coletivo se destaca ao proporcionar a participação ativa e a transformação social no território, além de demonstrar alternativas significativas para a ocupação e o uso do espaço urbano.

As sistematizações das experiências levantaram três categorias sínteses do papel sociopolítico do coletivo: vínculo comunitário; estratégias de r-existência frente à ausência do Estado; e espaço de formação sociopolítica. Vale ressaltar que o Quilombo Abayomi desempenha um papel essencial na reconstrução dos vínculos comunitários ao fortalecer laços que desafiam estigmas históricos. Isso é alcançado por meio de eventos culturais que valorizam a cultura afro-brasileira e questionam narrativas de dominação e exploração na região.

Nas periferias, as estratégias de "r-existência" (Porto Gonçalves, 2001) envolvem a luta contra a hostilização da região por meio da promoção de ações sociais, culturais e educacionais que valorizam as identidades e expressões periféricas. Portanto, as ações da biblioteca comunitária, o curso pré-vestibular, as aulas de música, os eventos e as rodas de conversa desempenham um papel central na formação sociopolítica da comunidade ao potencializar a cultura afrodescendente e enfatizar a necessidade de combater o racismo sistêmico.

5 Considerações finais

Os objetivos deste artigo foram destacar a relevância das epistemes decoloniais no planejamento urbano e nos movimentos sociais, a fim de valorizar o protagonismo dos grupos subjugados e tensionar a ordem estabelecida. As experiências do Quilombo Abayomi demonstram um controle popular do território que desafia a abordagem tradicional e eurocêntrica do planejamento urbano, visto que exploram novos usos e ocupações baseados na cultura local e nas necessidades das comunidades. Esses espaços culturais e educacionais nas periferias ganharam uma dimensão sociopolítica significativa, tornando-se lugares ativos de resistência e transformação social, os quais valorizam a autodeterminação e a participação

⁶ Informação retirada do banco de dados da pesquisa.

dos indivíduos nas decisões que afetam suas vidas. A aplicação do método de sistematização de experiências em estudos de arquitetura e urbanismo e de planejamento urbano evidencia as experiências e saberes locais, levando a uma compreensão mais comprometida e contextualizada dos desafios enfrentados pelas comunidades marginalizadas.

A atuação do Quilombo Abayomi desempenha um papel de destaque na contestação da hegemonia do saber e do poder territorial, à luz do conceito de "colonialidade territorial" (Farrés Delgado & Matarán, 2012). As ações do coletivo concentram-se em se contrapor à predominância do "ser urbano" sobre outras formas de existência ao fomentar a valorização das identidades e manifestações culturais periféricas. No âmbito da "colonialidade do saber territorial", as iniciativas do coletivo fortalecem suas crenças e compreensão racial, facultando uma resistência às estruturas do saber ocidental que historicamente marginalizaram outras expressões de conhecimento originadas em contextos de colonialidade. Adicionalmente, a "colonialidade do poder territorial" é abordada por meio de ações que abrangem os domínios social, cultural e educacional que denunciam as estruturas de supremacia no âmbito do saber e do poder territorial, que, ao longo da história, colocaram à margem e oprimiram as comunidades nas regiões periféricas.

Neste sentido, os métodos decoloniais incentivam uma postura reflexiva e crítica dos pesquisadores, os quais podem reconhecer as assimetrias de poder presentes nas relações de pesquisa e buscar formas de superá-las. Desse modo, o diálogo em questão traz à tona desafios para esfera do conhecimento em planejamento urbano e introduz perspectivas teóricas e metodológicas que enfatizam a autoria dos atores envolvidos e que fortalecem uma teoria decolonial alinhada à transformação social.

Referências

Alves, C. F. M. (2023). *As Bibliotecas Comunitárias como Territórios Sócio-Políticos: Estudo de Caso em Dois Bairros Periféricos das Cidades de São José dos Campos e Jacareí – SP*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. <http://biblioteca.univap.br/dados/00006b/00006b20.pdf>

Araújo, J. P. F. (2022). *Cidades inteligentes, tecnologia e a gestão do território em São José dos Campos* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. <https://biblioteca.univap.br/dados/000064/000064c3.pdf>

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

Batista, P. C. (2019). O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição. *Revista Extraprensa*, 12, 377-396. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>

Borsani, M. E. (2021). Reconstruções metodológicas e ou metodologias a posteriori. *Epistemologias do Sul*, 5(1), 94-109. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3133/2863>

Britto, M. V. B. (2020). 'Autonomía y Diseño', de Arturo Escobar (resenha). *Redobra*, 15, 339-345. http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/18-REDOBRA_15-Resenha_Marcos_Britto.pdf

D'Andrea, T. P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/pt-br.php>

Dulci, T. M. S., & Malheiros, M. R. (2021). Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. *Revista Spirales*, 5(1), 174–193. <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>

Escobar, A. (2014). *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Unaula.

Escobar, A. (2016). *Autonomía y diseño*. Popayán: Sello.

Farrés Delgado, Y. (2016). Arquitectura y decolonialidad: algunas ideas sobre la Escuela de Artes Plásticas de Ricardo Porro. *Aisthesis*, (60), 167-190. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-71812016000200009>

Farrés Delgado, Y., & Matarán, A. (2012). “Descolonizar los estudios territoriales. Consideraciones epistémicas desde el caso de La Habana”. In: Vianello, A. & Mañé, B. (Coord). *Políticas del Conocimiento y Dinámicas Interculturales: Acciones, Innovaciones, Transformaciones*. (pp. 43-56). Barcelona: Universidad de Naciones Unidas y Fundación CIDOB.

Forti, M. C. (2020). *O Marketing Urbano como Forma de Dominação na Produção Capitalista do Espaço em São José dos Campos, SP*. (Dissertação de Mestrado), Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. <https://biblioteca.univap.br/dados/00005c/00005c79.pdf>

França, F. T. (2020). Metodologias decoloniais: um museu de grandes novidades? *Cadernos de Estudos Culturais - Despoéticas, despolíticas, desobediências*, 2(24), 77-88. <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/11699>

Freire-Medeiros, B., & Name, L. (2019). Epistemologia da laje. *Tempo Social*, 31(1), 153- 172. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>

Haesbaert, R. (2020). Território(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of Latin American Geography*, 19(1), 141-151. <https://www.univale.br/wp-content/uploads/2020/11/Territorios-numa-perspectiva-latino-americana.pdf>

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo.

Holliday, O. J. (2006). *Para sistematizar experiências*. (2. ed.). Brasília: MMA.

Holston, J. (2016). Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(2), 191-204. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p191>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *São José dos Campos: panorama*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>

Lander, E. (2000). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 7-24). Buenos Aires: CLACSO. https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf

Localização do Quilombo Abayomi. (23 Jan. 2023). *Google Maps*. Google. <https://bityli.cc/zfs>

Maldonado Torres, N. (2007) “Sobre la colonialidad del ser. Aportes al desarrollo de un concepto” In Santiago Castro-Gómez & Ramón Grosfoguel (eds.) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. (pp. 127-167). Bogotá: Lesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores.

Miraftab, F. (2009). Insurgent planning: Situating radical planning in the global South. *Planning Theory*, 8(1), 32-50. <https://doi.org/10.1177/1473095208099297>

Porto Gonçalves, C. W. (2001). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. São Paulo: Contexto.

Quijano, A. (2007). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander (ed), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 117-142). Buenos Aires: CLACSO.

- Quilombo Abayomi. [@quilomboabayomi5545]. (2022a). Sobre. <https://www.youtube.com/@quilomboabayomi5545/about>
- Quilombo Abayomi. (2022b). *Aberta todos os dias com espaço de leitura*. @quilomboabayomi. [Instagram]. Disponível em <https://www.instagram.com/quilombo.abayomi/>
- Santos, I. R. (2022). *Proposta de Ação Sócio Cultural Territorial Baseada na Análise das Manifestações Culturais Periféricas* (Trabalho final de curso). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos.
- São José dos Campos. (2017). *Oficinas de leitura comunitária: 02/10 a 31/10/2017*. São José dos Campos: IPPLAN. http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/Link/Arquivo/Apresentacao_Relatorio_Final_Oficial_V2.pdf
- São José dos Campos. (2018). *Plano Diretor de São José dos Campos: Regiões Urbanas*. São José dos Campos: Prefeitura. http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/EstudoTecnico/Anexo/PD_VOLUME_1_C7_REGIOES_URBANAS.pdf
- Silva, F. F. A., & Maciel, L. M. (2021). "Decolonizando" o planejamento urbano a experiência dos conflitos urbanos nas cidades latino-americanas. In Limonad, E. & Monteiro, J. C. (Orgs.) *Planejamento Territorial v. 1: reflexões críticas e perspectivas*. (pp. 185-219). São Paulo: Editora Max Limonad.
- Silva, F. F. A., & Oliveira, D. (2017). A potência política dos territórios periféricos na metrópole de São Paulo. *Polisemia*, 13(24), 41-56. <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002916840.pdf>
- Sousa, R. L., & Cavalcante, L. V. (2021). Práxis epistêmica da pedagogia do território: contribuições decoloniais à geografia. *Geografia*, 46(1), 1-20. <https://doi.org/10.5016/geografia.v46i1.15767>
- Telles, V. S. (2001). *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34.
- Zibechi, R. (2015). *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro, Consequência Editora.

**EXPERIÊNCIA NO ALTIPLANO:
FLÁVIO DE CARVALHO E A CIVILIZAÇÃO NUA DA AMÉRICA DO SUL**
**EXPERIENCE ON THE ALTIPLANO:
FLÁVIO DE CARVALHO AND THE SOUTH AMERICAN NAKED CIVILIZATION**
LEONARDO NOVO, LEONARDO SOUZA

Leonardo Faggion Novo tem graduação e Doutorado em História. É pesquisador do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade da Universidade Estadual de Campinas e atua nas áreas de História Urbana, História da Arquitetura e do Urbanismo, História Política, História da América, do Brasil Republicano e americanismos. leo.novo7@gmail.com.
<http://lattes.cnpq.br/0738715276806398>

Leonardo Vieira de Souza é arquiteto e urbanista e mestrando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano e pesquisador da Cronologia do Pensamento Urbanístico, com experiência nos estudos sobre o urbanismo, as cidades modernas americanas e as transformações urbanas e geopolíticas das Américas. l.ilustracoes@gmail.com.
<http://lattes.cnpq.br/1625967763535838>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Novo, L. F., Souza, L. V. (2023). Experiência no Altiplano: Flávio de Carvalho e a civilização nua da América do Sul. *VIRUS*, 26, 118-126. <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/796>

Resumo

Este artigo revisita algumas experiências investigativas de Flávio de Carvalho sobre o homem e a cidade na América para recuperar sua perspectiva crítica acerca dos cânones do urbanismo moderno. Ao articular pressupostos antropófagos ao campo do urbanismo, Flávio de Carvalho questionava o caráter universalista da técnica em prol de subverter as noções de progresso e civilização colocadas a serviço de projetos coloniais e colonialistas. A análise de um percurso de reflexões, no qual destacam-se os textos “A cidade do homem nu” (1930), “A casa do homem americano” (1947) e “Meditações na Cordilheira” (1947), permite sublinhar a operação de deslocar narrativas e histórias consideradas marginais para o centro do debate moderno sobre as cidades. A leitura sobre essas propostas urbanísticas e projetos políticos é amparada por estudos recentes que articulam o debate decolonial ao campo disciplinar do urbanismo em uma perspectiva latino-americana. Argumenta-se sobre como o projeto antropofágico para uma cidade-laboratório baseada na liberdade urbana incondicional elaborado por Flávio de Carvalho tem como base estudos sobre a história, organização social e urbana de sociedades pré-colombianas do Altiplano andino. Com isso, pretende-se evidenciar outras elaborações e heranças dos urbanismos modernos e seus potenciais de descentralizar narrativas da história urbana..

Palavras-chave: Flávio de Carvalho, Urbanismos, Américas, Congressos Profissionais

1 Introdução: as Américas entre o velho e o novo mundo

As disputas sobre as identidades na e da América conformam um tema quase tão antigo quanto a história das invasões e da colonização do continente. Desde as viagens de Colombo e o paradigmático ano de 1492, passando pelos numerosos relatos elaborados pelos cronistas europeus ao longo do período colonial, até os debates decoloniais que avançam século XXI adentro, pensar e contestar os marcos de origem, as características culturais que definiriam as sociedades americanas e os projetos de futuro elaborados a partir desses tópicos é um exercício político estruturante da história do continente americano. Em meio a essas tramas, as cidades e o urbano assumem uma importante dimensão. Seja em seus desdobramentos geopolíticos, seja a partir de suas características culturais, as cidades fundadas na América são articuladoras de diferentes temporalidades e nós de tensão das disputas travadas entre as elites acerca de suas transformações, reformas e projetos arquitetônicos e urbanísticos. Como postulou Richard Morse (1990), as cidades podem ser encaradas como síntese de um processo dialético entre a ideia de cidade na Europa e as condições de vida nesse Novo Mundo e estavam intimamente relacionadas a diferentes interpretações sobre o moderno e a civilização ao longo do processo de colonização.

Desde o final do século XV, os territórios americanos já eram narrados pelos europeus como tábula rasa, noção que atravessa diversas temporalidades e se configura como proposição modernista fundamental no século XX: uma condição básica para implementar mudanças no porvir e atualizar os signos coloniais da conquista por meio das transformações urbanas. Esse diagnóstico embasou o poder de decisão sobre o que destruir, derrubar, e o que manter, preservar, bem como ao que introduzir de “novo” sobre um dado território. Implica, portanto, numa desafiante condição de potência criativa frente à história, reiterando a atitude demiúrgica do arquiteto urbanista moderno. A Carta de Atenas proposta por arquitetos europeus no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Atenas, 1933) reforça a noção de tábula rasa como a possibilidade e convicção de construir um novo mundo moderno supostamente universal e neutro.

Quais são as implicações dessa reiterada imagem de uma América tábula rasa? Quais são as temporalidades evocadas por essa noção e a quem serve esse projeto de dominação perpetuado desde os primeiros empreendimentos coloniais nesses territórios? Seria possível identificar *outras* heranças dessa modernidade no continente americano traduzidas em suas dimensões urbanas? Essas questões orientaram a presente investigação sobre a trajetória e determinados projetos de Flávio de Carvalho. Por meio de diferentes linguagens, o engenheiro-arquiteto-urbanista-artista-arqueólogo formulou propostas modernas que problematizavam esse

caráter da ausência imposto ao continente¹. Flávio de Carvalho traçou novas possibilidades imaginativas para a construção de uma outra ordem social e política para as cidades e sociedades americanas a partir de sua história. Menos do que conferir algum suposto caráter pioneiro a seus projetos, o presente exercício tem como objetivo identificar como as problematizações e questionamentos elaborados a partir do campo da arquitetura e do urbanismo no início do século XX relacionavam o moderno ao colonialismo e indicavam os efeitos dessa articulação nas projeções de futuro para as cidades e sociedades do continente, bem como sublinhavam os modelos modernos norte-atlânticos como instrumentos de dominação.

As interpretações críticas que problematizam os lugares da América na geopolítica internacional conformam uma questão política e intelectual atual, ainda que dotada de historicidade. Desde, ao menos, a década de 1990, com a fundação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), as perspectivas decoloniais associadas aos estudos subalternos evidenciaram os efeitos epistêmicos, teóricos e políticos da colonialidade do poder, do saber e do ser que continuam a violentar as antigas colônias do continente. O referido grupo é composto por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, sobretudo dos Estados Unidos, e é responsável por realizar um movimento epistemológico de renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina. Suas propostas radicalizam o argumento pós-colonial para denunciar, compreender e atuar em um mundo marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. Dentre outros, destacam-se como membros Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Walter D. Mignolo, Zulma Palermo, Catherine Walsh, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez, María Lugones e Nelson Maldonado-Torres. Não podemos deixar de notar, a partir dos objetivos e da análise histórica do presente texto, a ausência de historiadores e arquitetos-urbanistas filiados ao grupo M/C. O chamado “giro decolonial na América Latina” (Ballestrin, 2013) deu fôlego a uma série de iniciativas dentro e fora da academia que recuperam os efeitos do processo de colonização e a naturalização de lugares hierárquicos entre os países americanos e seus “outros”, como os Estados Unidos e a Europa.

A naturalização dessas hierarquias, por sua vez, conformou um cânone eurocêntrico tomado como base para a estruturação de uma série de disciplinas e formas de interpretar o mundo. Mais do que uma seleção de obras e autores consagrados, o cânone representa um sistema de relações de poder e valoração que determinam quais autores e obras merecem ser reconhecidos e quais não, como o definem Fernando Lara, Fernando Martínez Nespral e Indrig Quintana-Guerrero (2023). No editorial do número especial da revista *Dearq* sobre o debate decolonial, os autores denunciam como, no campo da arquitetura e do urbanismo, o cânone eurocêntrico ditou como se tem narrado a história nesse jogo de relações de força e exclusões e a necessidade de ampliar pesquisas que articulem as categorias narrativas próprias da história da arquitetura e do urbanismo modernos à processos mais amplos como o sistema colonial e o império britânico. Desse modo, os projetos e obras passam a ser entendidos como produtos de uma complexa rede transregional e global de conexões, causas e consequências que excede e indica os limites do quadro europeu.

Não são suficientes, entretanto, como afirma Martínez Nespral (2019), as tentativas de superar o cânone pela adição de nomes pontuais que agem como exceções e continuam a afirmar o sistema e suas hierarquias. Ao invés de reafirmar a lógica dos “outros” por meio das exceções que confirmam a regra, é necessário buscar alternativas e outras heranças nas quais podemos nos apoiar no exercício de indicar os limites e violências epistemológicas praticados por meio das narrativas históricas. Esse é o lugar que situamos Flávio de Carvalho em suas provocações antropofágicas nas primeiras décadas do século XX ao tomar parte do debate sobre a “consciência da singularidade do continente americano e a formação do imaginário de *americanidade*” (Topalov, Bresciani, Coudroy de Lille & Rivière D’Arc, 2014, p. 14-15). O exame de algumas propostas urbanas de Flávio de Carvalho possibilita ampliar o panorama de significados atribuídos às cidades do continente por meio de sua história. O conjunto de reflexões e projetos conformado por “A Cidade do Homem Nu”, de 1930, “A Casa do Homem Americano”, de 1938 e “Meditações na Cordilheira”, de 1947 indica como Flávio de Carvalho descentralizou as matrizes eurocênicas do projeto moderno colonizador e pautou um outro destino para o continente americano a partir das tradições pré-colombianas. Sua experiência no Altiplano é recuperada a partir do potencial crítico e de denúncia dos cânones modernos da arquitetura e do urbanismo de modo a subverter suas pretensões universalistas. Esse

¹ A apresentação hifenizada das diferentes profissões e campos disciplinares associados a Flávio de Carvalho é uma opção inteiramente dos autores. Ele mesmo se definia como engenheiro civil para “cálculos e projetos de estruturas metálicas e estruturas de concreto armado – arquitetura moderna – topografia para estrada de ferro – decoração interna de jardins modernos – projetos de mobília – painéis decorativos – projeto e execução de cenários de teatro e cinema – anúncios”, como escrito em seu cartão de visitas depositado no Fundo Flávio de Carvalho do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE-UNICAMP).

percurso de reflexões, experimentações e provocações partia do diálogo estabelecido entre a antropofagia e o campo da arquitetura e do urbanismo.

Como enfatiza Paola Jacques, a partir desse repertório modernista Flávio estabelecia os marcos para um projeto político anticolonialista no qual “os ameríndios seriam o futuro e não o passado, o avanço e não o atraso, o nomadismo e não o nacionalismo” (Jacques, 2021, p. 371). A autora recupera as interpretações consolidadas pela historiografia e pela crítica ao longo da segunda metade do século XX (Dahler, 1982; Sangirardi Junior, 1985; Toledo, 1994) para sublinhar o diálogo entre Flávio de Carvalho e os modernistas de São Paulo com especial interesse e atenção a sua relação com Oswald de Andrade e seu Manifesto Antropófago. Além de Jacques, Rui Moreira Leite (2008) indica a importância da inserção de Flávio de Carvalho nesse meio modernista para a compreensão de suas proposições desde o emblemático projeto para o Palácio do Governo – denominado Eficácia – no final da década de 1920, interpretado como uma das primeiras manifestações materiais do modernismo. A boa recepção do projeto pelos intelectuais e artistas dessa vertente, como Mário de Andrade, ajudou a consolidar Flávio de Carvalho como um “artista total” (Leite, 2008, p. 14), passando a ser convidado a participar de uma série de salões, exposições, eventos e congressos nas décadas seguintes. Ou seja, a posição de destaque assumida em relação às vanguardas do período o permitiu formular uma contundente crítica não só às perspectivas e cânones eurocêntricos, mas à própria ideia de centro e seus derivados – periferia, fronteira, territorialidades fixas, etc.

2 Eros e Ananke no Novo Mundo

O transatlântico SS *George Washington*, terceiro maior navio a vapor do mundo quando foi construído, fez sua primeira viagem em janeiro de 1909 ao navegar de Bremen (Alemanha) para Nova York via Southampton (Reino Unido) e Cherbourg-en-Cotentin (França). Destinado inicialmente ao serviço de passageiros, levou a bordo um chimpanzé chamado *Cônsul* que era anunciado como “sua Alteza Darwiniana” e “Quase Homem-Macaco” ao partir para a América do Norte como atração para o circuito *William Morris Vaudeville* (*The New York Times*, 21 de junho de 1909, p. 7). Meses depois, em agosto, o médico neurologista e fundador da psicanálise Sigmund Freud embarcou no transatlântico em direção ao Novo Mundo na companhia de seus, então, colaboradores Sándor Ferenczi e de Carl Gustav Jung. Alguns relatos, confirmados décadas mais tarde por Jacques Lacan, atestam que, ao avistar a Estátua da Liberdade em Nova York, Freud teria dito: “Eles não sabem que estamos lhes trazendo a peste!”. A frase se tornaria famosa ao ser associada ao espírito subversivo da psicanálise, mas foi recuperada por Lacan para sublinhar um mal entendido: “ele havia acreditado que a psicanálise seria uma revolução para a América [do Norte], e, na realidade, a[s] América[s] é que tinha[m] devorado sua doutrina” (Chinalli, 2010, p. 3).

A noção de progresso estava atrelada ao desenvolvimento tecnológico permitido pelo avanço da emergente indústria, pela evolução das técnicas e pelas mudanças dos métodos construtivos. Com isso, tornava-se não só possível, mas desejável que os profissionais urbanos – sanitaristas, engenheiros, urbanistas – interferissem no desenvolvimento e transformação das cidades em rápido crescimento. Assim, o novo homem emergiu como uma preocupação para muitos dos pensadores e intelectuais daquele momento. Uma inquietação comum sobre a subjetividade do homem moderno e do inconsciente humano – uma questão igualmente moderna – que se lançava na experiência da civilização na modernidade. Perguntas como “deve o homem submeter-se às forças da natureza ou deve pesquisar novos problemas, criar novos ambientes?” e “deve a cidade ser alimentada coletivamente ou não?” (Carvalho, 1929, p. 2) se tornaram pujantes naquele momento. A máquina, o tempo, as organizações sociais, a alma humana do homem moderno e como se transformam as cidades modernas foram temas que ganharam destaque nas reflexões do período.

Totem e tabu: algumas concordâncias na vida anímica dos selvagens e dos neuróticos é um texto escrito por Freud entre 1912 e 1913 a partir da comparação entre o pensamento neurótico e o pensamento dos então chamados primitivos para narrar o mito moderno em diálogo com a etnografia de seu tempo. Na obra, o mito é reencenado por um banquete totêmico: um grupo se reúne, come, ingere (e, portanto, se identifica) e se incorpora a um elemento que faz parte do simbólico e os determina como submetidos a uma mesma lei (ou, ao pai *Urvater*). Este gesto estabelece a regra da interdição do incesto e da exogamia. Ou seja, a representação da castração, da limitação das nossas possibilidades de parentesco que institui a noção de família, os laços identitários e, sobretudo, da identificação com regras sociais primárias inseridas em um sistema de circulação e de interdições relacionadas ao tabu.

Revisando o próprio trabalho em *O mal-estar na civilização* (1930), Freud, a partir do crime primordial – o parricídio e o banquete totêmico –, caracteriza o processo cultural que se desenrola na humanidade a partir das modificações que os povos, tribos, clãs ou grupos experimentam sob influência de “uma tarefa colocada por Eros e instigada por Ananke (...) [que] consiste na união de indivíduos separados em uma comunidade ligada libidinalmente” (Freud, [1930] 2010, p. 114). Ambas as figuras advindas da mitologia grega, Ananke, mãe das Moiras, era a personificação do inevitável, da necessidade, do destino, enquanto Eros, da paixão, do amor e do erotismo. Esse processo se relacionava ao próprio ato de civilizar-se, entendido como uma operação de recalque, de repressão de hábitos e comportamentos de controle do corpo e da mediação com objetos, normas, regras, contenções, interdições, ou seja, repressões causadoras de mal-estar.

3 Cidade-laboratório: A cidade do homem nu

O continente americano, pela sua privilegiada situação histórica, está mais apto que qualquer outro a contemplar o problema do homem nu. O continente americano não herdou do passado o recalque trágico da filosofia escolástica; ele possui elementos próprios para criar uma civilização nua, um novo mecanismo despido dos tabus da velha Europa, uma renovação científica e estética que o colocará na vanguarda da organização humana. Convido os representantes da América a retirarem as suas máscaras de civilizados e pôr à mostra as suas tendências antropófagas que foram reprimidas pela conquista colonial, mas que hoje seriam o nosso orgulho de homens sinceros, de caminhar sem deus para uma solução lógica do problema da vida da cidade, do problema da eficiência da vida (Carvalho, 1930, p. 6).

Ao longo de sua trajetória, Flávio de Carvalho desenvolveu diversos esquemas psíquicos baseados na relação entre totem e tabu, totemismo e fetichismo. Em uma espécie de teoria fetichista da vida, propõe uma leitura antropofágica das ideias de Freud para desenvolver sua psicoetnografia erótica, na qual o campo do inconsciente passa a fazer parte do problema estético formulado através de seus estudos sobre a cidade. O homem é, nesse sentido, entendido a partir do percurso no qual, assim como deus, perde suas dimensões animais e deixa o mato virgem (Carvalho, [1933] 1939) para civilizar-se entre os neuróticos (Freud, [1930] 2010) e se constituir enquanto sujeito na relação com o outro através da linguagem, do desejo e da erótica. A inversão proposta pela antropofagia, a transformação do tabu em totem, passava a ser, para ele, o mote da proposta de incorporação de uma multiplicidade de diferenças, dos vários “outros”, de uma devoração, e, portanto, da informação/identificação impura das mais diferentes culturas sem buscar uma unificação ou integração.

As implicações desses pressupostos levavam necessariamente a uma série de desarticulações e desnaturalizações, dentre as quais destacamos aquela operada entre o urbano e as matrizes nacionalistas que conformavam o debate sobre as cidades no período. *A cidade do homem nu* foi o projeto-tese-manifesto apresentado por Flávio de Carvalho no IV Congresso Pan-americano de Arquitetos (CPA) sediado no Rio de Janeiro em 1930. Trata-se de um projeto antropofágico de cidade-manifesto pela liberdade urbana incondicional elaborado a partir do tema “regionalismo e internacionalismo na arquitetura contemporânea – a orientação espiritual da arquitetura na América” e que misturava conceitos modernos corbusianos às ideias do movimento antropofágico para criação de um plano geral para uma cidade moderna, tropical e americana. Flávio de Carvalho, de modo a confrontar a elite técnica presente no congresso, propunha o desnudamento do próprio urbanismo como disciplina prática funcionalista, repressora ou disciplinadora dos desejos humanos.

As nossas cidades de hoje são verdadeiros pandemônios e vivem em constante desequilíbrio. O homem de hoje gasta as suas energias inutilmente devido ao organismo doentio da cidade. A cidade cansa o homem, destruindo a sua energia vital. O homem da cidade de hoje não aproveita a sua capacidade de produção, não pode aproveitar, porque o organismo burguês desorganizado tudo faz para aniquilar no homem o gosto pela vida, o entusiasmo de produzir coisas, o desejo de mudar. A cidade do homem nu será a metrópole da oportunidade, um centro de sublimação natural dos desejos do homem, um centro de reanimação de desejos exaustos; um grande centro de produção de vida orgânica, de seleção e distribuição dessa vida em formas de energia útil ao homem (Carvalho, 1930, p. 6).

A opinião “visceralmente antropofágica” (*Relatório dos sucessos...*, 1930, p. 36), como adjetivado por outros delegados presentes no IV CPA, causou incômodo e revolta aos que ouviram o engenheiro discorrer sobre a cidade do homem nu. Uma das narrativas foi

elaborada pelo engenheiro Jayme Cunha da Gama e Abreu, representante do estado da Bahia no IV CPA e autor de um relatório onde comentava detidamente aspectos julgados mais relevantes do evento. Gama e Abreu comenta que José Marianno Filho e Flávio de Carvalho foram os protagonistas das polêmicas e das disputas pela definição do que seria a arquitetura e o urbanismo na América durante o congresso. O projeto de Flávio de Carvalho retomava criticamente algumas ideias do arquiteto franco-suíço Le Corbusier para criação de um manifesto por uma liberdade urbana nas Américas e pela alteridade na cidade tropical do futuro. “A cidade americana não é mais a cidade-fortim da conquista. Ela será a cidade geográfica e climatérica, a cidade do homem nu, do homem com raciocínio livre e eminentemente antropófago” (Carvalho, 1930, p. 6). Enquanto tal, ela exigia um mecanismo urbano totalmente redimensionado: um gigantesco motor em movimento capaz de transformar “a energia das ideias em necessidades para o indivíduo, realizando o desejo coletivo, produzindo felicidade, isto é, a compreensão da vida e do movimento” (Carvalho, 1930, p. 6).

O homem nu selecionará ele mesmo as suas formas de erótica; nenhuma restrição exigirá dele este ou aquele sacrifício; a sua energia cerebral será suficiente para controlar e selecionar seus desejos. A zona erótica é realmente um imenso laboratório onde se agitam os mais diversos desejos, onde o homem nu pode encontrar a sua alma antiga, pode projetar a sua ânsia livre, a sua energia solta em qualquer sentido, sem repressão; (...) impõe a si mesmo uma seleção rigorosa e eficiente, forma o seu novo “ego”, orienta a sua libido e destrói o ilógico, aproximando-se assim do deus símbolo, sublima angústia do desconhecido, da mutação do não métrico (Carvalho, 1930, p. 6).

Uma cidade zoneada e dividida em laboratórios localizados em círculos concêntricos agrupados por investigações sobre os mais variados desejos de conhecimento e do erotismo do homem que seria, então, um homem nu, livre de deus, despido de preconceitos. A cidade do homem nu era o projeto de uma cidade “onde [o homem] encontraria sua alma antiga, onde projetaria sua energia solta em qualquer direção, sem repressão; onde realizaria seus desejos, descobriria novos desejos” (Carvalho, 1930, p. 6) para pesquisar e progredir de modo que utilizasse seu maior rendimento para aumentar a eficiência da vida e da coletividade. O “delegado antropófago”, como caracterizado por Antonio Crispim no artigo publicado em *Diário de Minas* (Crispim, 1930, p. 11), defendia a erótica enquanto forma de agir e pensar antropofagicamente na cidade americana, uma produção urbana libertária, desnudada das amarras impostas pelo racionalismo ocidental do regime colonial europeu. O homem livre, “despido dos tabus vencidos, produzirá coisas maravilhosas, (...) o homem primitivo, livre dos tabus ocidentais (...), o homem como ele aparece na natureza, com todos os seus desejos, toda sua curiosidade intacta e não reprimida” (Carvalho, 1930, p. 6). Em suma, o homem nu, a partir deste investimento libidinal, projetará sua cidade-laboratório: livre, desejante, erótica e americana.

4 “Mergulhando num mar de nuvens...”: Experiência no Altiplano

Em uma outra edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, dessa vez sediado no Peru em 1947, Flávio de Carvalho parece ter avançado em suas empreitadas etnográficas e na análise do homem americano e seu modo de habitar e viver na cidade, com especial interesse nas tradições pré-colombianas. A própria organização desse congresso sublinhava a importância dessa tradição ao escolher não apenas uma, mas duas cidades peruanas para sediar o evento: a capital, Lima, e Cuzco, onde os delegados realizaram uma visita às ruínas de Machu-Picchu e Sacsayhuaman. Essa foi a motivação para a viagem de Flávio de Carvalho ao Altiplano andino, no centro-oeste da América do Sul. Na ocasião, ele apresentou o trabalho *A casa do homem americano* como parte do tema “a arquitetura americana em suas diversas e sucessivas expressões plásticas e suas projeções na orientação da arquitetura atual do continente” (Actas, 1953, p. 52).²

O trabalho, em algum sentido, dava continuidade às provocações feitas em 1930 a partir da cidade do homem nu e retomava uma outra conferência proferida por ele na Rádio Cultura de São Paulo em 1938 sobre a casa do homem do século XX.³ Esse conjunto

² As atas dessa edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos só foram publicadas seis anos depois da realização do evento, em 1953.

³ Não nos aprofundaremos sobre o conteúdo dessa palestra de 1938 pelos limites formais do artigo. Ainda assim, importa pontuar que Flávio de Carvalho argumentou sobre a cisão entre a casa do século XIX, construída como uma fortaleza para proteger o homem e apartá-lo da cidade, e a casa moderna, acessório para auxiliar a vida do homem e integrá-lo à vida pública e comunitária. Segundo ele, a relação entre casa e cidade havia se transformado radicalmente no século XX, de modo que “a cidade é toda ela a casa do homem” (Carvalho, [1938] 2003, p. 54).

formado pelas três reflexões, atravessadas por diferentes tempos e motivações, indica um percurso do engenheiro a partir da indagação acerca da natureza humana: quem seria esse homem? Como vive? O que come? Para onde vai? Percurso no sentido de um roteiro ou caminho de pesquisa, mas, também, um deslocamento. A viagem ao Altiplano teve um papel importante no aprofundamento dessas questões e na articulação entre as dimensões antropofágica e urbana de seu pensamento.

Seu interesse em *A casa do homem americano* era o de entender os efeitos da paisagem sobre o homem e sua estrutura social. Para isso, analisou a expressão telúrica da moradia de diferentes povos e suas temporalidades e fixou os Incas e o Lago Titicaca como origens e, ao mesmo tempo, fins a serem perseguidos pela evolução. A contraposição do “nós”, povos americanos nascidos fora das tradições da filosofia escolástica, ao “outro”, civilização europeia e lugar da repetição dos antigos movimentos ensinados pelo ciclo cristão, buscava convencer seus pares das potencialidades a serem exploradas na conformação de um novo tipo de homem e de cidade. Histórias não canônicas e até marginalizadas, nesse sentido, tornavam-se a trama para esse projeto intelectual de formular outras cronologias e buscar outras heranças para compor a ideia de uma modernidade formulada a partir da América. O homem americano, nu e livre, em contraponto ao homem europeu, civilizado e não mais entendido como destino final, mas como antítese.

Além de apresentar essa tese no VI CPA, a viagem ao Peru e à Bolívia ainda rendeu um conjunto de artigos intitulado *Meditações na Cordilheira* e publicados meses depois em *O Estado de São Paulo*, vestígios importantes do impacto dessas paisagens no pensamento de Flávio de Carvalho.⁴ A paisagem andina o apresentava a um “mundo de conto de fadas” ocupado por feiticeiras e bonecas de carne e osso que viviam em “cidades de sonho, castelos impossíveis” (Carvalho, 1947a, para. 1). Os “palácios feéricos”, suntuosos e suspensos nas nuvens da Cordilheira, “fiados no tom da paisagem”, o fizeram indagar: “Que teria induzido esses homens eminentemente práticos a se instalarem em cima da solidão do Continente?” (Carvalho, 1947a, para. 9). Ele buscava na história explicações para compreender a organização social dessas sociedades e para operar seu deslocamento das margens para o centro de um projeto moderno, utópico e revolucionário. Somente por meio de sua organização “bolchevique” o império Inca teria sido capaz de resistir à agressividade da paisagem e às forças da natureza do Altiplano, fazendo com que o ameríndio se tornasse uma parte da terra e da paisagem. Esse seria o objetivo da cidade do homem nu e de seus projetos urbanos elaborados desde então: se colocar na contramão do sentido evolutivo assumido tradicionalmente pelo progresso e pela civilização eurocentrada e redefinir o dualismo entre natureza e cultura.

Esse estudo sobre a organização social dos Incas e a conformação do homem americano situado no Altiplano foi o teor dessa série de artigos em que Flávio de Carvalho mobilizou seus referenciais teóricos, sobretudo Freud e a psicanálise. O caráter de resistência dessas populações do Altiplano, a ser perseguido por todas as civilizações americanas, vinha justamente do erotismo de seus hábitos, expressão de uma vontade política de resistir às opressões dos colonizadores. Em um dos artigos, o engenheiro explora os hábitos alimentares do homem do Altiplano, encarados como consequência de seu estado de alma:

O estômago torna-se o ponto final da resistência passiva. Homem, mulher, criança, velho... não comem. Não comendo, não terão que entregar ao branco o pouco que ganham com o labor de bestas de carga exercido do raiar do dia ao pôr do sol. 'Nada comprar ao branco' é a palavra de ordem do ódio ancestral da raça vencida. Mascando a coca, anestesiam a sensação de fome em toda a superfície do órgão da fome. Despapar o erotismo da fome nas fumaças do ódio, qualquer coisa volumosa, ingerida afastadamente, serve para enganar os órgãos digestivos (...). Anestesiando o erotismo da fome, ele torna possível o prosseguimento da resistência passiva (...) (Carvalho, 1947b, para. 4).

Esse processo investigativo sobre o homem do Altiplano aprofunda algumas reflexões já colocadas em questão em “A cidade do homem nu” sobre o continente americano. A América era entendida como livre das heranças do passado escolástico europeu e possuía elementos próprios para criar uma civilização nua, “um novo mecanismo despido dos tabus da velha Europa, uma renovação científica e estética que o colocará na vanguarda da organização humana” (Carvalho, 1930, p. 6). Se em 1930 ele convidava os arquitetos sul-americanos a retirar as máscaras da civilização e expor suas tendências antropofágicas, em 1947 o deslocamento até

⁴ O presente artigo se valeu dos originais datilografados desse conjunto de textos que estão salvaguardados pelo CEDAE-UNICAMP e, por isso, não há indicação dos números das páginas.

a Cordilheira lhe dava elementos concretos para resistir à contínua conquista colonial perpetuada pelas práticas urbanísticas tecnicistas.

5 Considerações finais

Revisitar as provocações de Flávio de Carvalho e explorar seu percurso investigativo sobre o homem, a paisagem e as cidades do Altiplano nos permite sublinhar seu engajamento em um projeto político contra-colonial. Uma série de autores já argumentaram sobre como a ocupação e a conquista do continente americano desempenharam um papel central no desenvolvimento geral da cultura ocidental (Dussel, Krauel & Tuma, 2000). Nesse processo, as cidades, seu crescimento, suas transformações e, sobretudo, os projetos, planos e previsões para seu futuro eram colocados no centro do debate e tornavam-se fenômenos articuladores desses enunciados coloniais. Fernando Lara propõe uma inversão nos termos dessa lógica ao argumentar que o encontro e a conquista foram a causa – e não a consequência – da modernização europeia (Lara, 2020). Ou seja, foi nas Américas que os gatilhos para essa modernidade puderam ser testados e explorados em suas possibilidades tanto de violência, quanto de resistência e reinvenção. Ainda que Flávio de Carvalho se distancie temporalmente das bases epistemológicas formuladas nas últimas décadas sobre o decolonial, essas experiências e reflexões certamente buscam outras heranças para formular um projeto moderno de cidade a partir da experiência das sociedades pré-colombianas, deslocadas da margem ao centro do debate. Acreditamos que, dessa forma, será possível continuar a perseguir outras formas de existir e habitar o mundo moderno em um continente, como já percebia Flávio de Carvalho, cuja história não começou com a conquista e a colonização.

Referências

- Actas del VI Congreso Panamericano de Arquitectos (publicación oficial)*. (1953). Imprenta Santa María.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89–117. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.
- Carvalho, F. (1929). Arte e Ciência de habitar. Sob o influxo da civilização mecanizada de nosso tempo: Le Corbusier, o grande reformador da arquitetura, fala-nos sobre o palpitante assunto. *Diário Da Noite*, 2.
- Carvalho, F. (1930, 01 de julho). Uma these curiosa. *Diário Da Noite*, 6.
- Carvalho, F. ([1933] 1939). O bailado do deus morto. *Revista Anual Do Salão de Maio*, 1.
- Carvalho, F. ([1938] 2003). A casa do homem do século XX. In *Depoimento de uma geração*. Editora Cosac Naify.
- Carvalho, F. (1947a). *Meditação na Cordilheira*. V Congresso Pan-Americano de Arquitetos, Lima. Originais datilografados - Fundo Flávio de Carvalho (CEDAE-UNICAMP).
- Carvalho, F. (1947b). *A resistência passiva no altiplano*. Originais datilografados – Fundo Flávio de Carvalho (CEDAE-UNICAMP).
- Chinalli, M. (2010). A chegada da peste: cem anos da viagem de Freud aos EUA (1909-2009). *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos Da UFMG*, 4(7), 53. <https://doi.org/10.17851/1982-3053.4.7.53-62>.
- CONSUL A LIVELY SHIP PASSENGER; Educated Monkey Here for Vaudeville Takes a Cigarette with the Reporters. (1909, June 21). *The New York Times*, 7.
- Crispim, A. (1930, 10 de julho). A antropofagia no século XX. *Diário de Minas*, 11.
- Dahler, L. C. (1982). *Flávio de Carvalho: Arquitetura e Expressionismo*. Projeto.
- Dussel, E.D., Krauel, J., & Tuma, V.C. (2000). Europe, Modernity, and Eurocentrism. *Nepantla: Views from South* 1(3), 465-478.
- Freud, S. (1930). *Civilization and Its Discontents*. (J. Riviere). The Hogarth Press. <http://bradleymurray.ca>.

Freud, S. (2012). *Obras Completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (1912-1914). Companhia das Letras.

Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos* (1930-1936). Companhia das Letras.

Jacques, P. B. (2021). *Pensamentos selvagens*. EDUFBA.

Lara, F., Martínez Nespral, F., Quintana-Guerrero, I. (2023). Barajar el canon: hacia un entendimiento descolonizado de la arquitectura. *Dearq*, 36, 4-8. <https://doi.org/10.18389/dearq36.2023.01>.

Lara, F. (2020). American Mirror: the occupation of the New World and the rise of architecture as we know it. *The Plan Journal*, 5 (1), 71-88. <https://www.doi.org/10.15274/tpj.2020.05.01.5>.

Leite, R. M. (2008). *Flávio de Carvalho. O artista total*. Editora Senac São Paulo.

Martínez Nespral, F. (2019). ¿Misteriosas? ¿Para quién? Hacia una decolonización de la enseñanza-aprendizaje de la historia de la arquitectura. *Arquitecturas del Sur*, 47(56), 70-83. <https://doi.org/10.22320/07196466.2019.37.056.05>.

Morse, R. (1990). El desarrollo urbano em la Hispanoamérica Colonial. In L. Bethell (Ed.), *Historia de América Latina. Tomo 1. América Latina Colonial: La América Precolombina y La Conquista*. Editorial Crítica.

Relatório dos sucessos mais importantes verificados no IV Congresso Pan-Americano de Architetos apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado da Bahia pelo delegado baiano Eng. Civil Jayme Cunha da Gama e Abreu. (1930). Imprensa Oficial do Estado.

Sangirardi Junior. (1985). *Flávio de Carvalho: o Revolucionário Romântico*. Philobliblion Livros de Arte Ltda.

Toledo, J. (1994). *Flávio de Carvalho, o comedor de emoções*. Editora da UNICAMP.

Topalov, C., Bresciani, M. S. M., Coudroy De Lille, L., & Rivière D'Arc, H. (2014). *A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Romano Guerra.

ÁGORA
ÁGORA

1984: COLONIALISMO E DISTOPIA
1984: COLONIALISM AND DYSTOPIA
PAULA ALBUQUERQUE

Paula Beatriz Alves Albuquerque possui graduação e Mestrado em Letras. Desenvolve pesquisas sobre poesia e espaço urbano, modernidade e surrealismo, além de manifestações de diferentes linguagens poéticas diaspóricas e originárias. albuquerqueb@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7786312610151006>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Albuquerque, P. (2023). 1984: colonialismo e distopia. *VIRUS*, 26, 127-135.
<http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/764>

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a narrativa distópica do romance *1984* de George Orwell enquanto manancial simbólico de compreensão da violência colonialista. O autor nasceu em uma colônia inglesa, foi agente repressor do Império Britânico em uma colônia e testemunhou o mecanismo de funcionamento desse tipo de repressão. Uma das práticas é o controle da autopercepção por ação de uma mídia de massa. bell hooks (2019) argumenta que a mídia contribui para a alienação através da violência e mantém arraigada a noção distorcida que o senso comum tem das comunidades negras. O colonialismo deturpou a noção do “outro” para dominá-lo e mantê-lo subjugado, uma prática tão contundente a ponto de arruinar a capacidade de pensar e de nomear sentimentos. Através do mecanismo da Novafala, observamos a analogia da opressão colonial, em que conceitos, memórias familiares e formas de comunicação foram perdidos e é destarte que a metodologia qualitativa possibilitou-nos conjugar a noção ficcional de distopia com os estudos decoloniais e seus meandros sociopolíticos e históricos inscritos nas nuances do texto. O resultado da aplicação do método permitiu-nos desenvolver uma leitura que abrangesse as vivências das personagens do livro com o ocorrido aos povos originários das Américas, com os povos africanos escravizados ou com a contemporânea ocupação da Palestina.

Palavras-chave: Distopia, 1984, George Orwell, Estudos Decoloniais

1 Introdução

O universo ficcional distópico de *1984*, de George Orwell, publicado em 1949, angustia-nos diante da total falta de liberdade. O controle exercido sobre os cidadãos promove um contínuo apagamento das identidades. O intuito é a fabricação de uma sociedade homogênea em que não haja dissensões. Apagam-se as liberdades individuais, apagam-se os pequenos desejos realizados, apagam-se as doses cotidianas de amor, afeto, felicidade e esperança. A paz dos habitantes repousa na estabilidade do sistema: o bem-estar é proporcionado pelo Partido, porque é ele quem gere o equilíbrio do regime. Controle, disciplina e aderência máxima à ideologia são inquestionáveis. Se for para a felicidade de todos, não é crime apagar a História. Conforme podemos verificar nos sujeitos da Oceânia, bloco geográfico em que a narrativa é delineada, suas vidas são engrenagens no funcionamento da estrutura; o trabalho extenuante e até a pausa para os dois minutos de ódio constituíam uma forma de serem controlados e controladores.

Na obra *1984: A distopia do indivíduo sob controle*, Evanir Pavloski fornece-nos algumas passagens biográficas do autor que possivelmente o teriam influenciado ao compor o romance. Eric Arthur Blair, nome de batismo de George Orwell, cresceu em ambientes coercitivos e disciplinares. Nasceu em 1903, na cidade de Motihari, província de Bengal, Índia Britânica. Depois, foi enviado para uma escola preparatória na Inglaterra, onde viveu até os 14 anos. Conseguiu uma bolsa no Colégio de Eton e, posteriormente, tornou-se policial do Império Britânico na Birmânia, o que o fez vivenciar a violência da colonização na qualidade de agente da coerção. De acordo com o professor, o então Eric Arthur Blair “sente de forma assustadoramente consistente o ódio mudo dos colonizados que, desgastados pela miséria e pelo medo, sufocam a sua revolta e se recolhem em seus próprios pensamentos” (Pavloski, 2014, p. 20). Após essa experiência como agente policial, o escritor passa a residir em Paris, onde trabalha como jornalista. Foi voluntário na Guerra Civil Espanhola e, posteriormente, na Segunda Guerra Mundial.

Em 2020, no Brasil, em plena pandemia causada pelo coronavírus, o grupo de pesquisa Literatura & Utopia completou vinte anos de um prolífico trabalho acadêmico em torno do tema utopia/distopia. Com o intuito de traçar o percurso criativo do grupo nas duas décadas de pesquisa, a professora Ildney Cavalcanti e o professor Alfredo Cordiviola publicaram na Revista *Alêre* o artigo “Literatura & Utopia, vinte anos: criação, resistência e reinvenção” Os autores comentam que em 2018 o grupo elaborou uma coletânea de estudos que representasse “um mapeamento possível das movências desse signo recorrente, utopia/distopia, e de suas múltiplas manifestações nos textos, nas representações visuais e no cinema” (Cavalcanti & Cordiviola, 2021). A perspectiva da movência dos signos permitiu-nos desenvolver o conceito de distopia-colonialismo a partir de *1984*. Continuamos em sintonia com a atuação do grupo, que busca “pontos de ligação” da Literatura com as condições históricas e sociais da América Latina e com as perspectivas da crítica em relação às produções *Queer*, Feministas e Decoloniais. Sendo assim, neste ensaio interpretamos o colonialismo como

um regime totalitário. Em Discurso sobre o colonialismo, o poeta martinicano Aimé Césaire elabora uma narrativa abrangente e contundente sobre a questão colonial, ao entrelaçar momentos históricos diferentes:

E então, um belo dia, a burguesia é despertada por um tremendo choque, como de um bumerangue: as gestapos estão atarefadas, as prisões estão cheias, os torturadores inventam, refinam, discutem em meio aos seus instrumentos de trabalho.

Surpresa e indignação. e as pessoas dizem: Que estranho! Mas, ah! É o nazismo, vai passar! E esperam e esperam; e se mantêm caladas diante da verdade: que é uma barbárie suprema, aquilo que coroa, aquilo que resume o caráter cotidiano das barbáries; que é nazismo, sim, mas antes de serem suas vítimas, foram cúmplices; que esse nazismo, tolerar antes de sofrê-lo; absolveram-no, fecharam seus olhos e o legitimaram, porque, até então, havia sido aplicado apenas a povos não europeus (Césaire, 2020, pp. 17-18).

A distopia é uma categoria ficcional utilizada para elaborar quadros de uma sociedade absolutamente arbitrária, com ações que beiram o inefável. Por isso, a analogia com a colonização é adequada, já que é possível estabelecer pontos de convergência. No livro, um helicóptero se faz de drone e se aproxima de uma das janelas dos apartamentos das Mansões *Victory*. A distopia se insere em um universo que congrega ideologia, tecnologia, corrida armamentista e guerra psicológica. O universo distópico é rodeado de máquinas. No artigo publicado no VIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), o professor Lucas Souza analisa a linguagem fílmica através da gênese da distopia. Os filmes analisados pelo professor apresentam características semelhantes às da Literatura: pesadelo social, paraíso *high-tech* alimentado pelas classes mais pobres, a resistência do protagonista, falta de interação afetiva.

Ao pesquisar o filme “Metropolis” do diretor Fritz Lang, o professor aponta para a causa dos trabalhadores e o estímulo do protagonista em criar uma rebelião contra as máquinas. Há similitude da ditadura das máquinas no filme distópico e no romance distópico. E ainda, de acordo com o autor, muitos diretores do cinema de distopia combinam “ficção com a percepção intelectual de Karl Marx a respeito da cadeia de alienações às quais o ser humano está sujeito na sociedade capitalista” (Souza, 2012, p. 4). A dissertação de mestrado de Débora Reis Tavares sobre *1984* inicia com uma citação de Karl Marx: “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência” (Contribuição à Crítica da Economia Política). Pensamos ser pertinente a analogia entre a experiência colonial brasileira e a narrativa ficcional, levando em conta que “o irrealismo absoluto está ainda vinculado a uma tradição platônica de interpretação artística” (Pavloski, 2014, p. 46).

Achille Mbembe (2018) compara um tipo de colonialismo contemporâneo, como o da Palestina, por exemplo, com aquele que tem origem na *plantation*. A noção disciplinar, de desvalorização da soberania dos corpos e a necropolítica são noções que permeiam esses colonialismos. Mbembe observa nesse sistema econômico um detalhe que retoma quando menciona ocupações contemporâneas, que é um “estado de injúria” e continua o seu argumento apontando que tal forma de empreendimento é possível “em um mundo espectral de horrores, crueldade e profandade intensos” (Mbembe, 2018, p. 28). O autor correlaciona a ocupação da Palestina com a escravidão, em que “morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas” (Mbembe, 2018, p. 68), e a questão de viver na dor e na injúria, que é uma constante. Continua: “crianças cegas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão” (Mbembe, 2018, p. 69). Na ficção, a população também é submetida a viver na dor, e já na abertura do romance, sabemos que a população vive em meio a um estado de injúria, possuem a energia elétrica racionada, assim como a alimentação, sem contar os problemas de saúde. Os trabalhadores não recebem o retorno das suas atividades estafantes.

O Partido é uma máquina de guerra e torna cada indivíduo rodeado de morte. A atmosfera dos locais tem um aspecto de devastação, tanto quanto os indivíduos, utilizados exaustivamente para a extração de recursos. No colonialismo e em *1984*, o corpo e sua força eram valores. No livro, os Proles e os membros do Partido Externo trabalhavam ao máximo para o bem da segurança comum. Simbolicamente, o garimpo nas terras dos indígenas Yanomami seria uma sucursal distópica do legado colonialista, em uma dinâmica que combina trabalho extenuante, exclusão social e material, alienação e violência. Tal situação pode ser compreendida pela noção de epistemicídio, que a filósofa, ativista e criadora do Geledés, Sueli Carneiro (2005), revisita em sua tese de doutorado, defendida pela Universidade de São Paulo:

O conceito de epistemicídio permite-nos adentrar essas esferas, em que a identidade negativa atribuída ao Outro, o é, particularmente no que respeita à sua incapacidade de elevar-se à condição de sujeito de conhecimento nos termos validados pelo Ocidente, ou de ser portador de conhecimentos relevantes do ponto de vista dessa mesma tradição. Tal identidade negativa impacta-o de tal modo pela internalização da imagem negativa, socialmente atribuída, que o impele à profecia autorrealizadora que referenda os termos da estigmatização, ou o conduz à autonegação ou adesão e submissão aos valores da cultura dominante (Carneiro, 2005, p. 277).

O'Brien demonstra a Winston que quem tem o poder controla o conhecimento: dois mais dois podem ser iguais a cinco. Diante da força do epistemicídio praticado na Oceânia, o conhecimento de mundo, que também forma a subjetividade, já não faz mais sentido. Orwell edifica a distopia com elementos irônicos. O trecho a seguir demonstra o contentamento da população após a Oceânia bater todos os recordes de produção e o nível de vida ter subido mais vinte por cento em comparação ao ano passado. A população estava nas ruas, a fim de demonstrar gratidão ao Grande Irmão. Contudo, os itens de consumo seguiam em escassez.

A expressão “vida nova e feliz” foi repetida diversas vezes. Ultimamente essa expressão estava na moda no Ministério da Pujança. Parsons, atento desde o toque da trombeta, ouvia, sentado em silêncio em uma espécie de gravidade boquiaberta, numa espécie de tédio edificado. Era incapaz de acompanhar os números, mas percebia que de alguma forma eles justificavam um estado de satisfação. Segurava um cachimbo grande e sujo, cheio até a metade de tabaco carbonizado. Com o tabaco racionado a cem gramas por semana, poucas vezes era possível encher um cachimbo por completo. Winston fumava um cigarro Victory que mantinha cuidadosamente na horizontal. A nova ração só seria distribuída no dia seguinte e restavam-lhe apenas quatro cigarros. Naquele momento tinha os ouvidos fechados para os ruídos mais afastados e estava escutando o que a teletela transmitia. Foi informado de que houvera inclusive manifestações de agradecimento ao Grande Irmão pelo fato de ter elevado a ração de chocolate para vinte gramas por semana. Sendo que ainda ontem, refletiu, fora anunciada a redução da ração para vinte gramas por semana (Orwell, 2009, pp. 75-76).

Esse ponto da narrativa evidencia o pensamento-crime praticado por Winston, que passa a esconder o seu eu nas profundezas de suas observações e devaneios. Por sua insistência em conservar na memória resquícios de vivências e notícias que confrontassem as verdades propagadas pelo Partido, Winston não era ortodoxo quanto ao duplispensamento, uma violência psicológica que faz o sujeito ter a capacidade de abrigar na consciência duas situações contraditórias e acreditar em ambas, mesmo que seus olhos sejam testemunhas de inúmeras alterações dos discursos proferidos pelo sistema dominante.

2 O grande irmão vigia você

Winston fica pasmo com o colega que não percebe a alteração da realidade em um curto espaço de vinte e quatro horas. A propaganda é um mecanismo indispensável para a manutenção de um sistema de dominação. *Em Olhares negros: raça e representação*, bell hooks argumenta que um dos pilares do poder colonial é a manipulação da imagem, o que influencia negativamente na autopercepção de homens e mulheres: “Da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial” (hooks, 2019, p. 33). Aniquilado para qualquer contestação, o colega de Winston simplesmente comemorou o “aumento” da ração de chocolate. Na distopia, a propaganda e o controle da imagem são importantes para a alienação da população. De modo análogo, bell hooks mostra-se preocupada diante de uma plateia de maioria negra que se divertia com cenas de violência entre jovens negros. Trata-se do filme “Os donos da rua” (1991), do diretor John Singleton. De acordo com hooks,

Essa reação é um testemunho poderoso, que revela as formas de representação na sociedade supremacista branca que ensina as pessoas negras a internalizarem o racismo tão profundamente em nossa consciência coletiva que podemos sentir prazer com imagens de nossa morte e destruição (hooks, 2019, p. 40).

O duplispensamento poderia ser interpretado como um resquício dos efeitos da colonialidade. Em uma sessão de cinema, a escritora observou a internalização da violência que atravessa os corpos negros. Por um lado essa violência faz parte de um cotidiano atroz e, no entanto, é igualmente motivo de humor. A maioria da plateia, relata hooks, era de negros. Existe uma narrativa colonial reforçada

pela mídia em atribuir “crimes” aos indígenas e uma forma é rotulá-los de improdutivos. Não fazer nada é um crime contra o capitalismo. Ou no caso da distopia orwelliana, um crime contra o Partido. O professor Evanir Pavloski esclarece essa dinâmica: “Em 1984, todos os ambientes nos quais Winston se inclui são rigidamente organizados e controlados a fim de extrair do indivíduos obediência, tempo e trabalho” (Pavloski, 2014, p. 80).

Temos assim um argumento muito propício à elaboração do artista plástico Jaider Esbell, da etnia Makuxi, reencantado¹ em 2021, sobre o crime indígena da preguiça e da improdutividade, sob ponto de vista neoliberal e de tendência fascista: “A preguiça e a improdutividade atribuída ao índio — leia-se e fala-se indígena — tem o seu peso negativo reforçado com o desconhecimento mínimo do status quo como nascer, viver e trabalhar na floresta” (Esbell, 2018, p. 29). Em uma analogia entre ficção e realidade, as terras indígenas constituem uma utopia dentro da distopia colonial brasileira, da mesma forma que Winston e Julia buscaram uma utopia imersa em um bosque.

Pavloski aponta que o controle também pode ser exercido através da produção e da privação consciente dos recursos, a fim de que a escassez material garanta uma população faminta, cuja finalidade na vida seja trabalhar: “os avanços técnicos desenvolvidos são deliberadamente direcionados para a produção armamentista que acaba por se autoconsumir e refrear qualquer outro avanço que trouxesse a melhoria de condições de vida da população” (Pavloski, 2014, p. 70). A sociedade da Oceânia era submetida a uma corrida armamentista e a ideologia direcionava o uso tecnológico. A mesma analogia é possível em relação aos abusos cotidianos vivenciados pelas populações das favelas, quando a observação e a monitorização com drones, helicópteros e caveirões deixam patente o direcionamento dessa política de morte voltada aos pobres.

Similarmente, na distopia orwelliana havia helicópteros que vigiavam as janelas: “ao longe, um helicóptero, voando baixo sobre os telhados, pairou um instante como uma libélula e voltou a afastar-se com grande velocidade” (Orwell, 2009, p. 12). O estudo atual procura, por meio da narrativa ficcional, encontrar caminhos para entender o nosso tempo, e a metodologia qualitativa foi essencial para contextualizar o horror distópico enquanto modalidade que “abole a distinção entre ficção e realidade no momento em que ele mostra o estado real em que se encontram as coisas: sujeito, mundo e mundo particular” (Souza, 2012, pp. 17-18). Assim, a partir das experiências humanas, desenvolvemos imbricações entre ficção e realidade, já que as experiências das distopias e dos sistemas coloniais utilizam mecanismos de poder parecidos.

2.1 Onisciência seletiva ou policial do pensamento

Uma claustrofóbica condição de vida. Cidadãos compelidos ao ritmo intenso da produção e vigilância sem nenhum momento de descanso, e muito menos de solidão. Os mecanismos do Partido para controle dos corpos e das mentes são ainda mais eficazes quando conjugam esses adestramentos com uma nova política linguística, a Novafala, que promete acabar com a heterodoxia, de modo que nenhuma observação diferente poderá comprometer a solidez do sistema, simplesmente porque não poderá ser pensada. Winston resguarda um pedaço dos seus pensamentos mais perturbadores. No seu quarto existe um beco, uma bifurcação capaz de deixá-lo livre da ininterrupta sentinela do Grande Irmão.

Por alguma razão, a teletela da sala de estar ocupava uma posição atípica. Em vez de estar instalada, como de hábito, na parede do fundo, de onde se podia controlar a sala inteira, ficava na parede mais longa, oposta à janela. Em um de seus lados havia uma reentrância pouco profunda na qual Winston estava agora instalado e que na época da construção dos apartamentos provavelmente se destinava a abrigar uma estante de livros. Sentando-se na reentrância e permanecendo bem ao fundo, Winston conseguia ficar fora do alcance da teletela, pelo menos no que dizia respeito à visão. Podia ser ouvido, claro, mas enquanto se mantivesse naquela posição não podia ser visto. Em parte fora a topografia pouco usual do aposento que lhe dera a ideia de fazer a coisa que estava prestes a fazer (Orwell, 2009, p. 9).

¹ O artista plástico Jaider Esbell faleceu no dia 2 de novembro de 2021, aos 41 anos de idade. Da etnia Makuxi e nascido em Roraima, graduou-se pela Universidade Federal de Roraima e foi um dos expositores da 34ª Bienal de São Paulo. A noção de reencantamento tem ligações profundas com a cosmologia dos povos indígenas, que integra a dinâmica da vida à natureza. Embora haja consideráveis diferenças de cosmogonia entre as etnias, a morte é uma etapa da jornada espiritual, agora em convívio pleno com o mundo natural dos ancestrais.

O que estava prestes a fazer era a composição do seu diário. Já que a teletela podia ainda captar sons e, aparentemente, Winston não estava ao alcance da visão do aparelho, nada melhor do que guardar em um diário o silêncio de suas impressões. Winston estava correto em buscar suas memórias. No entanto, naquela sociedade não havia história; a narrativa era controlada pelo estado totalitário, o que justificava e mantinha esse poder. Não existia equilíbrio entre coerção e consenso. Em Londres, cidade principal da Faixa Aérea I, o consenso é aceitar a coerção absoluta em nome do Partido.

Winston trabalhava no Ministério da Verdade, órgão responsável por fabricar mentiras, uma central de *fakenews* a qualquer momento, a postos para fabricar o presente. Winston tem consciência desse fato e sabe que convive com uma rede de mentiras e compreende que seu trabalho, basicamente, é uma manutenção desse sistema. O que configura um crime no comportamento do protagonista de 1984 é não pensar “com bons olhos” que toda essa mentira é para a sua segurança; ele não concebe e se recusa à manipulação. Enquanto lia o *Livro de Goldstein*, que recebera das mãos de O’Brien, acreditava que lia uma denúncia feita pelo traidor do Partido sobre como o poder era exercido na Oceânia. Deparamo-nos com esses movimentos paralelos, sendo o duplipensamento e o *Livro de Goldstein* casos exemplares. Winston ganhou a obra devido às suas atitudes subversivas, no entanto, desconhece o fato e acredita estar às vésperas de uma revolução. A combinação de um livro dentro do outro evidencia como a metalinguagem pode ser suscitada para que os leitores compreendam o mundo da Literatura. Dessa forma, leitores e leitoras transformam-se em testemunhas e compreendem o efeito do controle mental sobre cada habitante.

De acordo com Débora Tavares, em sua dissertação de mestrado, o narrador possui onisciência seletiva (Tavares, 2013, p. 34) e tem acesso aos devaneios e pensamentos de Winston, narrando com detalhes sua angústia, seus anseios e dores; o seu esforço em resgatar momentos de sua infância e poder delinear uma tela em que pairassem sua família e o agora. O acesso a essas particularidades é algo que um narrador com alguma onisciência poderia nos informar. Ele não é um personagem, ele é uma bifurcação dessa consciência, o que pode ser analisado como um recurso estilístico que confere ênfase ao sistema totalitário. Além disso, também observamos a forma como “ele”, o narrador, descreve questões materiais como se estivesse informando, à espreita ou denunciando, tal qual um policial do pensamento. Descobrimos através desse narrador que Winston tem uma espécie de esconderijo em sua casa, um diário, uma caneta; “ele” sabe a quantidade de pão que o protagonista tem em casa. Dessa forma, também possui um aspecto estrutural que identifica o que vamos descobrir, quando tudo virar ruína: que o funcionário do Ministério da Verdade era monitorado pelo partido há anos: “‘Estou perdendo algum tempo com você, Winston,’ disse, ‘porque é um caso que vale a pena. Você sabe muito bem qual é o seu problema. Faz anos que está a par dele, embora venha tentando negá-lo’” (Orwell, 2009, pp. 288-289). A outra parte da narrativa pode ser a configuração metonímica do próprio Grande Irmão: todos são inspecionados a cada momento de suas vidas.

Por um lado, Tavares e Pavloski apontam que o narrador detém onisciência seletiva, pois o foco narrativo está em Winston, o que ocasiona uma espécie de silêncio em relação aos outros personagens. Por outro, na ambiguidade estrutural da composição, existem pistas a serem analisadas. Uma delas é que o sistema de vigilância ininterrupta promovido pelo Partido deixa a população em um infinito estado de sobreaviso, o silêncio de personagens como o sr. Parsons, não significa que não estivesse também sob vigilância. Todos são treinados para serem vigilantes. O Sr. Parsons, vigiado dentro de casa, foi entregue à Polícia do Pensamento. Assim, no Ministério do Amor, todos os silenciados se encontram. Como não existiam leis apenas costumes, nada parecia ser de fato crime, embora todos fossem controlados e a eficácia dessa ordenação se verificava no quanto os cidadãos espionavam uns aos outros.

Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico. Tentar adivinhar o sistema utilizado pela Polícia das Ideias para conectar-se a cada aparelho individual ou a frequência com que o fazia não passava de especulação. Era possível inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver - e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto - acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente (Orwell, 2009, p. 13).

Winston, o Sr. Charrington, o Sr. Parsons e O’Brien são partes do mesmo sistema. Suas condutas servem de exemplo. Winston e o Sr. Parsons cometeram uma delinquência e se configuram como cidadãos que não se enquadram. Praticaram o pensamento-crime, que é a contravenção dos pensamentos e sentimentos contraditórios e questionadores que permanecem calados no recanto mais

particular dos seres e que podem ser revelados a qualquer momento, consoante ao que aconteceu com o vizinho do protagonista. Seguia com o seu esforço de resguardar a infância e as lembranças de seus pais, como se nesse esforço do pensamento pudesse encontrar saída para uma vida utópica. Dessa forma, o funcionário do Ministério da Verdade, Winston Smith, comete o crime reiteradas vezes.

Não fazia a menor diferença levar o diário adiante ou não. De toda maneira, a Polícia das Ideias haveria de apanhá-lo. Cometera - e teria cometido, mesmo que jamais houvesse aproximado a pena do papel - o crime essencial que englobava todos os outros. Pensamento-crime, eles o chamavam. O pensamento-crime não era uma coisa que se pudesse disfarçar para sempre. Você até conseguia se esquivar durante algum tempo, às vezes durante anos, só que mais cedo ou mais tarde, com toda a certeza, eles o agarrariam (Orwell, 2009, pp. 29-30).

2.2 Criminosos do pensamento

Um dia, a sra. Parsons solicitou a Winston que a auxiliasse com o vazamento na torneira, e enquanto consertava o problema, o homem ficou assombrado com a conduta feroz das crianças. Foi xingado de traidor e criminoso do pensamento, sem contar que o garoto o agrediu fisicamente e disparou um colérico: “*Goldstein!*”. Ao retornar ao seu apartamento após auxiliar a vizinha, concluiu: “Com crianças daquele tipo”, pensou Winston, “aquela infeliz mulher deve levar uma vida de terror. Mais um ou dois anos, e eles começariam a vigiá-la noite e dia em busca do menor sintoma de inortodoxia” (Orwell, 2009, p. 36).

Evanir Pavloski argumenta sobre o idílio idealizado e o idílio posteriormente consumado com Júlia como unidades utópicas dentro da distopia: “A insatisfação com o mundo real e/ou com os regimes que o regulam incita esses pensadores a refletirem constantemente sobre um passado no qual os males do presente não são verificáveis ou sobre um futuro em que as injustiças sociais estariam suprimidas” (Pavloski, 2014, p. 34). Interessante notarmos que o título do ensaio do artista plástico Makuxi, Jaider Esbell, tem o nome de “Makunaima, o meu avô em mim!”. A noção das épocas em transformação não é apenas um matiz artístico, ético, étnico e político do artista e de grande parte dos povos indígenas. Ela é intrínseca ao ser do Cosmos.

Surgimos juntos com a arte todos os desafios do grande existir e suas mais claras urgências individuais e coletivas. Surgimos no aparente caos, como é mesmo descrito entre os grandes Xamãs do mundo e um quase consenso na ciência em termos de rumos para a humanidade enquanto tal. O prenúncio matemático de fim do mundo é também cenário da nossa aparição. Como produto, também desse tempo, tenho a ideia de que a colonização foi um processo, embora saiba que se trata de um ato contínuo.

Assim olhei para todos os lados e vi o meu avô no horizonte. No horizonte está claro também que não haverá cultura tampouco vida - e vida de qualidade, muito menor - para quem quer que seja em nada sendo feito. Não é possível, caso não rompamos alguma membrana extra do agora, pensar uma ideia de futuro em questões de nossa ligação espiritual com a terra e com o nosso lixo (Esbell, 2018, p. 11).

As lembranças são o esforço de depositar nos lugares do passado um sopro de vida. A memória, o diário, o lugarejo bucólico e até mesmo o quarto no bairro dos Proles funcionaram como espaços de luta. O fato de o casal consumir o seu idílio amoroso em um lugar semelhante a um antiquário pode ser interpretado como o esforço de buscar nas memórias as origens. Assim, muitas etnias indígenas ritualizam a memória dos ancestrais no espaço sagrado de suas terras, que também é um espaço de luta. O argumento de que as terras indígenas são improdutivas é um mecanismo para confundir a opinião pública por meio da mídia de massa. Se o sistema está em um constante estado laborativo, o que destoa desse padrão é um crime para o senso comum, que está repleto dessa ideologia.

A impressão lúgubre que Winston tinha da terra em que vivia, em parte, pode ser atribuída à maneira garimpeira de extrair recursos materiais e humanos, deixando apenas ruínas expostas. Essa impressão do protagonista não difere da impressão do Xamã Yanomami, Davi Kopenawa, acerca do garimpo em suas terras, tema constantemente em voga: “Se deixarmos os garimpeiros cavarem por toda parte, como porcos-do-mato, os rios da floresta logo vão se transformar em poças lamacentas, cheias de óleo de motor e lixo” (Kopenawa, 2015, como citado em Kopenawa & Albert, 2015, p. 336). O idílio é crime porque é uma resistência. O que

é possível perceber é que, na estrutura de toda a narrativa, somos informados de que existe uma escrita dentro de outra escrita: além do *Livro de Goldstein*, existe o diário de Winston. O Partido na Oceânia não é senão uma parte de um poder, o mesmo que se configura na Lestásia e na Eurásia. Não importa se haverá invasão e anexação dos territórios de outros continentes; seguimos imersos nesse recurso metalinguístico.

3 Conclusão

A analogia entre a narrativa distópica de *1984* e os estudos decoloniais possibilitou-nos colocar em perspectiva crítica circunstâncias que se correspondem. Nas duas situações observadas, encontramos táticas de reescrita da História, de coerção, de exclusão social e material, de imposição a trabalhos extenuantes e de alienação. Enfim, o aparato de violência com o qual nos deparamos em uma narrativa ficcional é semelhante ao utilizado pelo poder colonial. O Partido colonizava a mente dos seus habitantes e lhes impunha um Estado belicista, policialesco e propagandístico. A máquina desse imenso aparato de controle é responsável por construir as narrativas oficiais e perseguir as dissidentes. As características da Oceânia revelam as dificuldades intrínsecas que mulheres, crianças e homens enfrentaram na construção de suas subjetividades em sociedades marcadas pelo colonialismo. As pesquisas decoloniais evidenciam o histórico da opressão, constituindo-se como fonte teórica e crítica na busca por autonomia política, econômica, estética, intelectual e existencial.

Portanto, neste trabalho, interligamos a noção de distopia e colonialismo, fortalecendo a argumentação previamente mencionada pelo professor Lucas de Souza sobre a sutil linha de distinção entre distopia e realidade. Mesmo que o artigo do professor, publicado no 8º. ENECULT, se relacione ao cinema distópico, pautamo-nos na indagação do professor e também nas descobertas realizadas pelos professores Ildney Cavalcanti e Alfredo Cordivola, publicadas em artigo na Revista *Alêre*, em celebração aos vinte anos de existência do Grupo Literatura & Utopia. As descobertas desses professores demonstram a complexa relação cultural causada por algo que seria a coesão dessas noções utopia/distopia. Além disso, permitem uma reavaliação das discussões, levando em conta as particularidades da América Latina, por exemplo.

Nas sociedades colonizadas, a política de disciplinarização dos corpos encontra um paralelo no Ministério do Amor retratado na obra de ficção. São sistemas de doutrinação dos corpos e das mentes, seja dentro da sociedade fictícia ou em um país colonizado no mundo real. Temos indícios de como a sujeição comportamental é recompensada ou punida de acordo com os interesses dominantes. Isso abrange a vigilância generalizada, mas também resulta em uma autovigilância, na qual o indivíduo não pode ou não deveria abrigar qualquer vestígio de resistência ao sistema, uma vez que, de alguma maneira, isso estaria sujeito à investigação do Partido.

“Você é culpado?”, perguntou Winston.

“Claro que eu sou culpado!”, exclamou Parsons com um olhar servil para a teletela. “Você acha que o Partido iria prender um inocente?”. A cara de sapo ficou mais calma e até adquiriu uma expressão de santimônia. “Pensamento-crime é uma coisa horrível, velho”, disse sentencioso. “é um inferno, pode dominar você sem você se dar conta. Sabe como ele me dominou? Enquanto eu dormia! Verdade. Eu estava lá trabalhando, tentando fazer a minha parte - nunca imaginei que tivesse alguma coisa negativa na minha mente. E aí comecei a falar dormindo. Você sabe o que eles me ouviram dizer?”

Ele baixou o tom de voz como alguém obrigado por ordens médicas a pronunciar uma obscenidade.

“Abaixo o Grande Irmão!”

(...)

“Quem denunciou você?”, indagou Winston.

“Foi minha filhinha”, disse Parsons com uma espécie de orgulho pesaroso (...) (Orwell, 2009, pp. 275-276).

Nesses tempos de constantes “agoras”, é imprescindível dominar as consciências. O garimpo em terras indígenas para a extração de seus recursos naturais é de extrema importância para o sistema; no entanto, é igualmente importante controlar a opinião pública acerca dessa necessidade. Além disso, é crucial controlar os indígenas, inicialmente por meio de doenças e posteriormente através de catequeses e diversas formas de conversão. Na prisão do Ministério do Amor, Winston é informado por O’Brien que o principal projeto do Partido é o controle das mentes da população.

Controlamos a matéria porque controlamos a mente. A realidade está dentro do crânio. Aos poucos você vai aprender, Winston. Não há nada que não possamos fazer. Levitar, ficar invisíveis - qualquer coisa. Se eu quiser, posso flutuar como uma bolha de sabão. Mas não quero, porque o Partido não quer. Você precisa se livrar dessas ideias do século XIX a respeito das leis da natureza. Nós é que fazemos as leis da natureza” (Orwell, 2009, p. 309).

Dessa forma, chegamos à conclusão de que o controle mental potencializa a adesão ao sistema, e a coerção torna-se um aspecto cotidiano, pois as pessoas aderem aos costumes do governo. “É de pequeno que se faz o grande”, diz o ditado. Assim, o partido investe na conversão das crianças, gerações inteiras que crescem sem possuir um quadro comparativo do passado em relação ao presente. Até mesmo o terraplanismo, uma perspectiva religiosa amplamente difundida, igualmente reafirmada por filósofos e cientistas e propagada recentemente, encontra seu espaço na distopia de 1984: “O que são as estrelas?, disse O’Brien com indiferença. Pontos de fogo a alguns quilômetros de nós. Poderíamos tocá-las, se quiséssemos, ou apagá-las. A Terra é o centro do universo. O Sol e as estrelas giram em torno dela” (Orwell, 2009, p. 310).

Referências

- Carneiro, A. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.
- Cavalcanti, I.F.S., & Cordiviola, A. (2021). *Literatura & Utopia, 20 ANOS: criação, resistência e reinvenção*. Revista Alêre, v. 24(2), pp.15-35.
- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. Veneta.
- Eshell, J. (2018 Jan/Jul). *Makunaima, o meu avô em mim!* Revista *Iluminuras*, 19(46), pp. 11-39.
- hooks, b. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Editora Elefante.
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. n-1 edições.
- Orwell, G. (2009). *1984*. Companhia das Letras.
- Pavloski, E. (2014). *1984: a distopia do sujeito sob controle*. Editora UEPG.
- Souza, L. (2012). *Cinema de distopia: gênese, resistência e engajamento*. Trabalho apresentado no 8. Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura. 8 ed. Salvador: Ufba, 2012, v. 8, pp. 23-39. <https://cult.ufba.br/wordpress/biblioteca/trabalhos-apresentados-no-enecult/1566-2/>
- Tavares, D. (2013). *A revolta contra o totalitarismo em 1984 de George Orwell, a formação do herói degradado*. Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PROSPECTANDO QUALIDADES RELACIONAIS ANTICOLONIAIS NA EDUCAÇÃO EM DESIGN PROSPECTING ANTI-COLONIAL QUALITIES IN DESIGN EDUCATION

MARCO MAZZAROTTO, FREDERICK VAN AMSTEL, BIBIANA SERPA, SÂMIA SILVA

Marco André Mazzarotto Filho tem graduação em Desenho Industrial e Doutorado em Design. É Professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pesquisa práxis contra-hegemônicas e participativas em Design, em aliança com comunidades oprimidas. marcomazzarotto@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/1345982231063887>

Frederick Marinus Constant van Amstel tem graduação em Comunicação Social e Doutorado em Design. É Professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com pesquisas que buscam meios de participação democrática e criativa para reconhecer e incluir grupos sociais historicamente oprimidos na atividade de design. usabilidoido@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/9051304038571264>

Bibiana Oliveira Serpa tem graduação em Desenho Industrial e Doutorado em Design. É Professora Assistente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde pesquisa processos de politização em Design e desenvolve projetos participativos junto a movimentos sociais na América Latina. bibianaoserpa@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/9736353473968379>

Sâmia Batista e Silva tem graduação em Comunicação Social e Doutorado em Design. É professora na Universidade Federal do Pará e pesquisa o desenvolvimento da autonomia de grupos periféricos por meio do design participativo. samia79@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/4729136609338902>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Mazzarotto. M., Van Amstel. F. M. C., Serpa, B. O., Silva, S. B. (2023). Prospectando qualidades relacionais anticoloniais na Educação em Design. *V!RUS*, 26, 136-145. <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/833>

Resumo

A Educação em Design no Brasil pode ser caracterizada pelo cultivo de qualidades estéticas formais e funcionais típicas de mercadorias produzidas em mercados dependentes. Além de reforçar os estereótipos culturais atribuídos pelos colonizadores aos povos que aqui habitam, tais qualidades contribuem para manter a desigualdade que caracteriza a relação histórica colonial. A Educação Crítica em Design busca transformar esta realidade através da práxis anticolonial. Porém, ainda se sabe pouco sobre as qualidades cultivadas por esse tipo de educação. Com o objetivo de caracterizá-la, realizamos um estudo prospectivo sobre as qualidades relacionais que emergiram da práxis anticolonial da rede Design & Opressão, uma rede formada por projetos de extensão e laboratórios associados em diversas instituições brasileiras. Seguindo a tradição dos movimentos sociais latino-americanos, a escolha pelo termo anticolonial expressa que há uma ação política explícita e aliada às lutas populares nesta práxis, de onde emergem seis qualidades: liberdade, criticidade, solidariedade, autonomia, dialogicidade e monstruosidade. O cultivo destas qualidades oferece novos caminhos para uma formação anticolonial em Design no Brasil.

Palavras-chave: Educação em Design, Pedagogia crítica, Design anticolonial, Paulo Freire, Qualidades relacionais

1 Introdução

O Design se desenvolveu no Brasil como um avatar do discurso colonial anglo-europeu, atuando primariamente como uma ferramenta de manutenção da produção e do consumo dependente das antigas metrópoles. Devido a essa sua origem histórica, esta área está diretamente ligada à manutenção das estruturas que corroem as possibilidades de um futuro sustentável e justo para todos (Escobar, 2018). A realidade ecologicamente insustentável, altamente tecnocrática, economicamente injusta, racista, sexista e violenta em que vivemos no Brasil é também resultado das escolhas projetuais que construíram tecnologias que reforçam a opressão ao mesmo tempo que excluem possibilidades de humanização (Cruz, 2021).

Essas escolhas também impactam a Educação em Design. Como aponta Lesley-Ann Noel (2020), independentemente do país, a Educação em Design é caracterizada pelo viés colonial que prioriza projetos que atendam às grandes economias industriais capitalistas, o que coloca em xeque a validade de conhecimentos e práticas fora desse contexto. Como provocação a esse paradigma colonial imposto, a autora reimagina e sugere currículos pensados a partir de outras perspectivas: currículos para economias vulneráveis, pan-africanos, decoloniais, pluriversais, dentre outros. Mais do que projetos de ensino prontos para serem replicados, Noel faz um convite para repensar a Educação em Design a partir de outras estruturas de existência, buscando se distanciar do jogo colonial.

O presente artigo é uma resposta a esse convite. Partimos da premissa freireana (2019) que educação é um processo de produção de subjetividades através do diálogo intersubjetivo, que se dá em relações de curto a longo prazo. Além da abordagem quantitativa de mensuração de resultados, também é possível medir a qualidade da educação através de construtos empírico-teóricos, tais como autonomia e solidariedade. Essas qualidades servem não só para medir, mas também orientar o processo educativo caso sejam tratadas como princípios pedagógicos. Na Educação em Design, a pesquisa sobre tais qualidades é incipiente e não há orientações específicas sobre pedagogias anticoloniais.

O objetivo desta pesquisa é prospectar qualidades anticoloniais para uma Educação Crítica em Design a partir da práxis dos participantes da rede Design & Opressão, uma rede formada por projetos de extensão e laboratórios associados em diversas instituições brasileiras (Serpa et al., 2021). Ao adotar o conceito de práxis (Freire, 2019), buscamos calcar o cultivo destas qualidades relacionais, tanto pela reflexão teórica sobre a condição colonial quanto pelas ações sociais concretas e continuadas (Boal, 2009) de projetos extensionistas de design. As qualidades relacionais que buscamos não surgem das propriedades formais e funcionais dos objetos criados pelo design, tais como eficácia, usabilidade ou apelo estético, pois estas funcionam prioritariamente como diferenciais de mercado. Qualidades relacionais são aquelas que deslocam nossa atenção para as relações entre objetos, mundos e pessoas (Cipolla & Manzini, 2009). São essas qualidades que conformam o objeto de pesquisa do Design Prospectivo (Van Amstel, Botter &

Guimarães, 2022), que é uma das abordagens que ajuda a guiar esse trabalho no seu objetivo de prospectar presentes alternativos a partir de trajetos passados e projetos futuros.

Seguindo esta abordagem, reconhecemos o trajeto percorrido pela pedagogia crítica no Brasil que, dentre outras, denunciou a cumplicidade entre educação formal e cultura colonial (Freire, 2019; Vieira Pinto, 2021a). Reconhecemos também o potencial de desenvolver projetos com o viés anticolonial que caracterizou esse tipo de pedagogia. Diferentemente de outras pesquisas que utilizam o termo decolonial para se alinhar ao grupo de pesquisadores latinoamericanos Modernidade/Colonialidade (Escobar, 2018), preferimos utilizar o termo anticolonial para caracterizar os trajetos e projetos considerados. Tal termo expressa um caráter de luta e ação política mais explícita do que o termo decolonial, sendo a opção feita por movimentos sociais populares (Makaran & Gaussens, 2020). Esses movimentos preferem se alinhar a uma tradição de pesquisa militante (Serpa, 2023), que remonta à práxis anticolonial de Frantz Fanon (2022) e se expande na pedagogia crítica de Paulo Freire (2019) e Álvaro Vieira Pinto (2021a, 2021b).

2 Pedagogia crítica freireana e a práxis de design

Paulo Freire foi um educador e filósofo brasileiro reconhecido por suas contribuições para a formação da pedagogia crítica, defendendo uma educação engajada na luta pela libertação dos grupos oprimidos, que não pode ser feita sobre ou para esses grupos, mas apenas com eles, de forma dialógica, solidária e relacional. Freire quer evitar, com tal defesa, a invasão cultural (Freire, 2019) que ocorre quando modos de ser e conhecer tidos como inferiores, como de grupos sociais periféricos brasileiros e da própria América Latina como um todo, são suplantados por conhecimentos externos tidos como superiores. Inspirada nos movimentos de libertação da África descritos por Frantz Fanon (2022), a pedagogia freireana pode também ser considerada uma pedagogia anticolonial que visa a autonomia e independência dos povos oprimidos pela colonização. Mais do que aprender a ler e escrever palavras, a pedagogia crítica incentiva os oprimidos a ler o mundo criticamente e, em comunhão, escrever sua própria história.

A pedagogia crítica defende a participação de todos na reflexão sobre o mundo e na construção das ações para sua transformação (Freire, 2019). Nesta visão epistemológica, o protagonismo não é do educador que transmite conhecimentos, mas sim do educando que produz novas interpretações com base na sua realidade. Não é do opressor, que em gesto benevolente devolve a liberdade roubada, mas sim do oprimido que luta pela sua própria libertação. De forma correlata, em projetos de design, o protagonismo não é de designers formados pelo colonialismo, mesmo que reneguem esta origem; mas sim o protagonismo é de todos os grupos sociais que tiveram sua agência nos projetos de mundo negada.

A proposta participativa e dialógica de Educação em Freire teve desdobramentos em diversos campos, incluindo no Design. Suas ideias influenciaram as vertentes mais politizadas do Design Participativo, que fazem menção direta ao seu trabalho (Ehn, 1988). Porém, tais referências foram sistematicamente apagadas e cooptadas pela lógica colonial, principalmente no retorno do Design Participativo para o Brasil como método desvinculado de suas origens críticas e periféricas (Amaral, Maynard & Mazzarotto, 2022). Como resposta anticolonial, as relações do pensamento Freireano com o campo do Design vêm sendo resgatadas em inúmeros trabalhos (Gonzatto, 2018; Noel, 2020; Van Amstel & Gonzatto, 2020; Cruz, 2021; Mazzarotto & Serpa, 2022; Silva, 2022, 2023; Serpa, 2022, 2023).

3 Design Prospectivo e qualidades relacionais

Inspirado na pedagogia crítica freireana, o Design Prospectivo (Van Amstel, Botter & Guimarães, 2022) é uma abordagem que busca contribuir tanto na prospecção coletiva de presentes alternativos, quanto na transformação das estruturas vigentes para que futuros melhores sejam possíveis. Ao contrário de outras abordagens prospectivas focadas apenas na visão de longo prazo, a origem latino-americana do Design Prospectivo impõe reconhecer a urgência das transformações radicais em nossa realidade oprimida e colonizada que precisam acontecer já no presente. Em vez de um tempo determinado pelo passado, o presente é visto como um espaço de possibilidades, ou seja, um espaço em que coexistem diversos presentes, ainda que alguns estejam encobertos pela opressão. Para perceber, identificar e expressar esses presentes alternativos, o Design Prospectivo recorre a uma estética relacional (Bourriaud, 2021).

Tal estética apura a distinção entre as qualidades intrínsecas dos artefatos que fazem parte das estruturas, e as qualidades relacionais que emergem entre os artefatos e os demais atores envolvidos. Perceber essas qualidades relacionais é visto como fundamental para promover transformações estruturais, uma vez que alterar as qualidades intrínsecas de artefatos isolados não é considerado suficiente. Sem esta reflexão crítica, o cultivo de qualidades intrínsecas aos artefatos contribui para a manutenção do colonialismo, pois não vincula artefatos às suas estruturas geopolíticas e culturais de produção e consumo. Além disso, a estética relacional implica em incluir além dos vários artefatos ligados em rede, os diversos atores que se relacionam com e por meio desses artefatos.

4 Contexto do estudo

As qualidades relacionais defendidas neste trabalho emergiram indutivamente das vivências, ações e discussões compartilhadas entre os participantes da rede Design & Opressão¹. Nesse processo indutivo, elas foram identificadas, categorizadas e contextualizadas por abordagens teóricas da pedagogia crítica e do Design Prospectivo. Esta rede funciona como uma plataforma colaborativa e multidisciplinar que busca discutir, analisar e propor ações para questões relacionadas à opressão no campo do Design (Serpa et al., 2021). Ela é composta por designers, acadêmicos, ativistas e outros profissionais interessados no impacto social do Design e em como podemos ressignificar sua origem colonial e orientá-lo a favor dos oprimidos nas lutas de libertação. As atividades da rede Design & Opressão abrangem uma gama de ações que incluem, mas não se limitam a: fóruns de discussão, pesquisa e publicação científica, atividades educativas e de formação crítica, organização de eventos, compartilhamento de recursos educacionais e ações projetuais em aliança com grupos historicamente oprimidos.

5 Qualidades relacionais cultivadas na rede Design & Opressão

5.1 Liberdade

Para Freire (2019), liberdade é a condição indispensável para definir nossa humanidade. Se liberdade é condição inegociável para a humanização, sua ausência leva à desumanização. No lugar de seres livres para si, surge a contradição oprimidos-opressores na qual ambos se desumanizam: os primeiros por terem sua liberdade cerceada, e os últimos por precisarem roubar a de outros para constituir a sua. A ideia de liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta pela libertação: “a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca” (Freire, 2019, p. 46). Sendo uma qualidade relacional, a liberdade não pode ser entendida como uma característica isolada de um indivíduo, mas sim como uma prática coletiva mediante a qual os indivíduos desenvolvem suas potencialidades (Dalaqua, 2020). Logo, ninguém é livre por si só. A liberdade só ganha sentido na coletividade de sermos livres.

Se a liberdade é nossa vocação ontológica, infelizmente não é realidade histórica, já que relações opressoras, muitas de natureza colonial, limitam a liberdade em inúmeras dimensões sociais: sexual, econômica, étnica-racial, religiosa, territorial, epistêmica etc. Opressões que, de forma intencional ou não, são reforçadas pelo Design, tanto pelos seus resultados quanto pelos seus processos (Mazzarotto & Serpa, 2022). A liberdade precisa ser, portanto, projetada coletivamente como uma qualidade relacional e não como uma característica intrínseca a um objeto, tal como se faz no desenvolvimento de *Software Livre*, por exemplo. Para cultivar liberdade como uma qualidade relacional, a rede Design & Opressão se vale da ideologia do Design Livre (Faber-Ludens, 2012; Van Amstel & Gonzatto, 2016), uma mistura antropofágica de pedagogia crítica freireana com práticas de *Software Livre* e de *Open Design*. Esta perspectiva reflete a resistência cultural em relação à apropriação estrangeira, um tema levantado pelo modernismo brasileiro e sua antropofagia.

Um exemplo de Design Livre são as produtoras culturais colaborativas que surgiram como desdobramento do movimento de Cultura Digital Brasileiro. Essas produtoras utilizaram uma plataforma baseada em *Software Livre*, a Plataforma Corais, para projetar uma metodologia aberta e participativa de produção cultural. Enquanto se projetavam, as produtoras participaram do metaprojeto da

¹ No site da rede estão disponíveis materiais em áudio, texto e vídeo, além de informações sobre participação e ações: <https://www.designeopressao.org/>.

plataforma e desenvolveram um módulo de moeda social em conjunto com outros usuários. O resultado foi a expansão não só da sua liberdade, mas também da liberdade de todos os usuários da plataforma (Gonzatto, Van Amstel & Jatobá, 2021).

Prospectar a liberdade como qualidade relacional central no ensino anticolonial em Design muda drasticamente os ‘porquês’ e ‘comos’ da práxis projetual. No lugar de uma visão neutra, passa-se a uma percepção política de como esta se alinha ou à manutenção das opressões ou à luta pela libertação.

5.2 Criticidade

Para Freire (2019), a partir da observação e discussão crítica sobre o mundo, precisamos desvelar a realidade, tomar consciência e denunciar relações opressoras. Pelo cultivo da criticidade, busca-se identificar as origens da opressão, distinguindo os grupos sociais oprimidos e opressores aos quais pertencemos. Assim, reconhecemos a sombra do opressor em todos nós, latino-americanos, à medida em que compreendemos a marca indelével do colonialismo. Vieira Pinto (2021a, 2021b) e Freire (2018) entendem que há duas formas antagônicas de percepção da realidade: a consciência ingênua e a crítica. A consciência coletiva de um povo transita entre esses dois pólos, cabendo à educação libertadora promover meios de se aproximar cada vez mais da consciência crítica, por ser mais próxima da realidade e possibilitar a percepção das relações opressoras. A consciência crítica reconhece que é condicionada pela realidade e, portanto, precisa investigar como ocorrem tais condicionamentos e como eles podem ser transformados. De forma contrária, a consciência ingênua se considera independente da realidade e não condicionada por esta, de forma que não há porque investigar a realidade contextual. A criticidade, portanto, reconhece que o futuro pode ser diferente, enquanto a ingenuidade tende ao fatalismo de aceitar que tudo sempre foi e sempre será igual, ou ao reacionarismo, ao não entender ou aceitar mudanças.

Nas práticas educativas da rede Design & Opressão, principalmente com estudantes ou designers em atuação no mercado, o fatalismo da consciência ingênua se apresenta em alguns discursos. Muitos expressam a sensação de desconforto com o papel do Design na reprodução do capitalismo e do colonialismo. Entretanto, há um desalento em relação a qualquer possibilidade de mudança, que parece impossível, o que Freire (2019) denomina situações limite. Nosso papel nestes momentos tem sido de valorizar cada vez mais a criticidade, de modo a não só buscar desvelar como operam as opressões, mas também a perceber que outros mundos são possíveis, entendendo a história como possibilidade e não como determinação (Freire, 2015).

Cultivar a criticidade, segundo Serpa (2022), envolve primeiro olhar criticamente para a nossa própria formação e atuação, reconhecendo potencialidades e limitações das nossas abordagens e ferramentas para transformar a realidade. Neste fazer crítico, é imperativo que se reconheça, por um lado, a capacidade dos oprimidos de refletir e elaborar criticamente sobre suas vivências e, por outro, a importância que tem a exposição dos oprimidos a novos temas e práticas de fora do seu cotidiano, que lhes foi negada pelas opressões. Entende-se que, a partir deste encontro solidário e dialógico, novos entendimentos e formas de atuar sobre esta realidade sejam produzidos, desta vez não mais reflexos da imposição colonial, mas uma criação autêntica que considera a realidade subalternizada e suas lutas por emancipação.

Ampliar nossa criticidade não é um processo imediato, pelo contrário, é um processo longo, complexo e que exige comprometimento. Um exemplo está nos resultados do curso *Designs of the Oppressed* oferecido pela rede nos anos de 2021 e 2022. A partir da leitura e discussão de textos sobre pedagogia crítica e formas contra-hegemônicas de Design, e baseada na análise crítica das próprias experiências projetuais, muitos participantes conseguiram expandir seus entendimentos sobre quando suas ações reforçavam e quando combatiam opressões. Em um dos casos, por exemplo, um educador atuante no Oriente Médio conseguiu identificar melhor a reprodução do colonialismo em suas práticas, ao valorizar menos os conhecimentos locais frente às práticas hegemônicas de Design em ações educativas com artesãos (Mazzarotto & Serpa, 2022).

5.3 Autonomia

Freire (2015) denuncia a incorporação de princípios da luta emancipatória como a autonomia, que na prática neoliberal passa a estimular o individualismo e a competitividade. Para Souza (2021), os sentidos de autonomia corrompidos pelo neoliberalismo são encontrados no contexto de ensino em Design. Tem-se, como exemplos, a supervalorização de se ter uma visão singular e marca

autoral única como designer, e ser um estudante proativo na construção do seu aprendizado. Estes significados não representam autonomia, mas um individualismo meritocrático, onde relações sociais são trampolins para benefício próprio. A autonomia, quando entendida como qualidade relacional, é uma elaboração coletiva de por que o mundo funciona do modo como funciona, passando pelo reconhecimento das estruturas como construções que podem ser transformadas. A autonomia é a busca e exercício constante da liberdade e "só é possível se imbricada à coletividade porque é da dança fluida entre liberdades e responsabilidades que emerge o testemunho do aqui e agora com os outros" (Souza, 2021). No lugar da autonomia como reflexo do individualismo imposto pela condição colonial, defende-se a autonomia permeada pela coletividade.

Como exemplo, Souza e Filho (2023) relatam a experiência de estudantes de Design que planejam e executam de forma autônoma e coletiva o evento Préocupe, no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). O evento desafia a lógica tradicional da relação professor-aluno ao propor um ambiente onde as pessoas compartilham experiências e aprendem juntas. Através dos conceitos de trabalho e consciência crítica, a pesquisa revela a proximidade da realidade dos estudantes com a das classes trabalhadoras, ambos trabalhando para terceiros em suas atividades habituais. Neste contexto, a autonomia emerge quando os estudantes envolvidos na organização desenvolvem tanto habilidades de design quanto consciência crítica. Assim, eles desafiam a proliferação da educação neoliberal e contribuem para cultivar práticas próprias e autônomas de pedagogia crítica no ensino de Design.

5.4 Solidariedade

Solidariedade, em Freire (2019), é o princípio de estar com o povo, e nunca propor soluções para ele ou sobre ele, mas com ele. Com base nisso, Serpa e Silva (2021) criticam a prática de empatia no Design como restritiva e despolitizada, limitando usuários à posição de objetos na criação de mercadorias. As autoras defendem a solidariedade como um princípio ético orientador, e afirmam que ela faz parte de uma prática dialógica de Design, na qual é possível uma aliança entre os sujeitos no desvelamento da realidade e no confronto com situações de opressão, através de projetos coletivos. Diferentemente da empatia, a solidariedade implica uma agência compartilhada entre designers e usuários e possibilita uma aliança na luta contra a opressão.

Na relação solidária, as assimetrias de poder não são ignoradas, mas colocadas a disposição e em benefício dos grupos oprimidos. Como defende Fanon (2022), o papel da burguesia colonizada deve ser, justamente, o de trair sua vocação como opressora e colocar a disposição do povo oprimido todos os conhecimentos e recursos que obteve da sua vivência no sistema colonial oriundo da metrópole.

Como exemplos, Silva (2022) descreve como o envolvimento de designers em lutas populares permite a emergência da solidariedade como elemento central, influenciando transformações significativas em projetos participativos, nos quais mais do que o resultado do projeto, o que importa é o crescimento e emancipação dos envolvidos. Eleutério e Amstel (2023) relatam a experiência da designer em solidariedade com uma rede de mulheres produtoras de café, destacando a importância do cuidado como um elemento agregador. Cuidado que abrange não apenas o suporte técnico, mas uma consideração respeitosa das necessidades, desafios e capacidades umas das outras. Serpa (2022) apresenta uma experiência pedagógica em contexto intercultural, no âmbito do desenvolvimento internacional, onde a construção de solidariedade é fator-chave para a apropriação do processo de design por diferentes sujeitos. A solidariedade, neste caso, é impulsionada pela extrapolação das relações para além do espaço de projeto, e pelo reconhecimento de que as comunidades têm formas próprias de organização, participação e métodos particulares para efetivá-la.

5.5 Dialogicidade

Para Freire (2019), nossas ações como designers ou educadores podem ser dialógicas ou antidialógicas. A práxis dialógica ocorre quando a reflexão sobre o mundo e ação para transformá-lo são participativas, horizontais, considerando as vozes e saberes de todos, confiando nas suas capacidades e reconhecendo o direito de criarem o mundo em que querem viver. Do lado oposto, na ação anti-dialógica, hierarquias e relações assimétricas de poder são reforçadas. Um grupo passa a ter autoridade para decidir quais conhecimentos são válidos e qual é o modelo de mundo que devemos construir, cabendo aos demais aceitar esses desígnios.

Ao valorizar a qualidade relacional da dialogicidade, reconhecemos que, entre educadores e educandos, designers e demais sujeitos interessados em um projeto, ou aliados externos e grupos sociais oprimidos, todos têm algo a ensinar e a aprender. O diálogo entre diferentes vozes e experiências pode produzir novos conhecimentos e ações fundamentais na luta pela superação do colonialismo e demais opressões. Isto inclui assumir que podemos inclusive nos valer de conhecimentos que venham das metrópoles coloniais, desde que discutidos criticamente, reformulados e adaptados a partir do nosso contexto e interesse como oprimidos e designers latinoamericanos. Processo antropofágico que Freire (2019) denomina síntese cultural, uma reconfiguração dialógica guiada pelos nossos interesses e contexto, e uma resposta anticolonial à invasão cultural que busca impor conhecimentos e práticas sem diálogo e reflexão crítica.

Como forma de auxiliar na promoção de práticas de design dialógicas, assim como evitar o antidiálogo opressor, Mazzarotto e Serpa (2022) desenvolveram um material educativo composto de 16 cartas reflexivas baseadas na pedagogia crítica freireana. Divididas em conceitos dialógicos e seus opostos, o material tem como objetivo auxiliar na reflexão crítica sobre a práxis de design, assim como planejar ações projetuais que se aproximem cada vez mais da dialogicidade. Essas cartas ajudaram na análise de ações da ONG latinoamericana TETO em conjunto com movimentos populares por moradia. Em uma ação intencionada para melhorias na comunidade, porém aplicada de forma antidialógica, a ONG buscou resolver o problema da falta d'água em uma favela a partir da instalação de sistemas de captação da chuva nas moradias. Do ponto de vista dos designers, era uma solução de baixo custo e alinhada com princípios da sustentabilidade. Porém, poucos meses depois, verificou-se que os sistemas haviam sido desmontados porque os moradores preferiram usar as caixas d'água fornecidas para outros fins, seja para vendê-las ou para armazenar a própria água desviada do sistema público. Aproveitar a água da chuva era uma ideia alheia à cultura da maioria e sem ressonância com o contexto local. A solução falhou porque foi desenvolvida a partir da visão de designers externos impondo modelos que funcionam em seus contextos originais sem dialogicidade com a cultura local.

Em outro projeto, entretanto, a população e a ONG trabalharam em conjunto para pavimentar as ruas da comunidade, que eram de barro e ficavam intransitáveis em épocas de chuva. Em vez de trazer soluções externas, o diálogo focou em aproveitar os conhecimentos e habilidades da própria comunidade. O resultado foi a pavimentação por meio de pedras piladas no pavimento pelos próprios moradores. Uma solução barata, de baixo uso tecnológico, idealizada por eles e passível de manutenção pela própria comunidade. Nesse diálogo, a ONG ajudou com conhecimentos sobre como redigir projetos e buscar financiamento, e que foi um pedido da própria comunidade.

5.6 Monstruosidade

Desde a colonização, os povos originários e nós latinoamericanos no geral fomos conceituados como monstros ao sermos considerados diferentes e selvagens pelos colonizadores. A qualidade da monstruosidade consiste justamente em aceitar e ressignificar essa diferença. Significa assumir que somos monstros e que temos uma cultura de hibridismos e miscigenação que nos torna diferentes dos demais.

Baseados nisso, Angelon e Van Amstel (2021) identificaram que, em meio aos territórios colonizados onde o cânone do Design moderno tem preponderância sobre outras formas de expressão, emerge uma qualidade anticolonial de alteridade radical que pode afirmar positivamente a monstruosidade. Ao comparar os trabalhos de design produzidos em uma série de experimentos de design democrático em uma universidade brasileira com obras de arte do movimento Neoconcreto, os autores descobriram uma forma de expressão que batizaram de estética monstruosa. Essa estética representa uma afirmação positiva de alteridade e coletividade que desafia os padrões coloniais de beleza impostos aos colonizados. Todas as regras de Design Gráfico conhecidas pelos estudantes foram quebradas no projeto em questão para produzir a qualidade da monstruosidade. Essa mesma monstruosidade foi também exibida em uma peça de teatro fórum remota, quando a personagem da peça trocou de figurino virtual diversas vezes durante uma mesma cena, tal como um monstro metamorfo (Saito et al., 2022).

6 Considerações finais

Como nos lembra Lorde (2007), as ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre. Elas podem no máximo permitir temporariamente ganhar dele em seu jogo, mas nunca vão nos possibilitar a mudança genuína. É a partir desta perspectiva que defendemos que a Educação em Design deve superar a ênfase em qualidades puramente estéticas e funcionais dos objetos, herança da educação colonial. Considerada de forma isolada e acrítica, essa ênfase nos direciona exclusivamente para a criação de artefatos para o consumismo capitalista. Em busca de uma Educação Crítica em Design, apresentamos reflexões e exemplos de ações que vêm sendo realizadas para a valorização de qualidades relacionais. Tais qualidades emergem da interação entre os diversos sujeitos e grupos sociais envolvidos em um projeto, considerando dialeticamente as diferentes vozes, culturas, interesses e desejos envolvidos.

Assim, esta pesquisa buscou identificar as qualidades relacionais marcadamente anticoloniais que podem ser cultivadas por uma Educação Crítica em Design, um presente alternativo que já existe na práxis da rede Design & Opressão, mas que ainda não havia sido desvelado e documentado. As qualidades relacionais que prospectamos para a Educação em Design vinculam-se à prática coletiva de projeto: liberdade, criticidade, solidariedade, autonomia, dialogicidade e monstruosidade. A partir delas reconhecemos que todos têm agência para projetar a si próprios e o mundo (liberdade) e que tal prática está alicerçada na criticidade para superar as opressões que impedem e constroem a capacidade projetiva. Este tipo de projeto visa a libertação em suas próprias abordagens e métodos, e por isso devem valorizar as qualidades da autonomia, da solidariedade e da dialogicidade entre todos os participantes. Por fim, entendemos que os resultados estéticos podem superar a visão canônica do Design, aceitando as nossas diferenças e monstruosidade como afirmação radical de nossa alteridade.

As qualidades relacionais descritas pelo presente estudo não têm a pretensão de excluir outras, mas emergiram prospectivamente a partir de nossos estudos na literatura anticolonial (Freire, 2015, 2018, 2019; Fanon, 2022, Vieira Pinto, 2021a, 2021b) e da nossa práxis coletiva como designers e educadores na Rede Design & Opressão. Elas buscam prospectar um presente alternativo anticolonial para Educação em Design que fomente outras possibilidades para além da orientação capitalista dependente. Essas qualidades relacionais impulsionam a formação de designers críticos, solidários aos interesses genuínos de grupos sociais oprimidos e comprometidos com as lutas pela superação das opressões, que surgem do colonialismo, mas não apenas desse sistema.

Referências

- Amaral, M., Maynard, L., & Mazzarotto, M. (2022) Paulo Freire e design participativo: contribuições, ausências e apagamentos. In *Anais do 14º P&D Design*. Rio de Janeiro, Brasil. <https://doi.org/10.5151/ped2022-2554593>
- Angelon, R., & Van Amstel, F. M. C. (2021) Monster aesthetics as an expression of decolonizing the design body. *Art, Design & Communication in Higher Education*, 20(1), 83-102. https://doi.org/10.1386/adch_00031_1
- Boal, A. (2009). *A estética do oprimido*. Garamond.
- Bourriaud, N. (2021). *Estética relacional*. Adriana Hidalgo Editora.
- Cruz, C. (2021) Brazilian grassroots engineering: a decolonial approach to engineering education. *European Journal of Engineering Education*, 46(55). <https://doi.org/10.1080/03043797.2021.1878346>
- Cipolla, C., & Manzini, E. Relational Services. (2009) *Knowledge, Technology & Policy*, 22(1), 45-50. <https://link.springer.com/article/10.1007/s12130-009-9066-z>
- Dalaqua, G. H. (2020) O que é opressão. In: *Aprenda a dizer a sua palavra*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2020, 81-88.
- Ehn, P. (1988) *Work-oriented design of computer artifacts*. Tese (Doutorado). Umeå University, Faculty of Social Sciences, Umeå, Suécia.

Eleutério, R., & Van Amstel, F. M. C. (2023) Questões de cuidado na formação de uma coalizão de design feminista. *Arcos Design*, 16(1), 375-401. <https://doi.org/10.12957/arcosdesign.2023.71093>

Escobar, A. (2018). *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*. Durham and London: Duke University Press.

Fanon, F. (2022) *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar.

Freire, P. (2015). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2018). *Conscientização*. São Paulo: Cortez.

Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

Gonzatto, R. F. (2018). *Usuários e produção da existência: contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire à interação humano-computador*. Tese (Doutorado), UTFPR. <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3794>

Gonzatto, R. F., Van Amstel, F., & Jatobá, P. H. (2021). Redesigning money as a tool for self-management in cultural production, in *Pivot 2021: Dismantling/Reassembling*, 22-23 July, Toronto, Canada. <https://doi.org/10.21606/pluriversal.2021.0003>

Instituto Faber-Ludens (2012). *Design Livre*. São Paulo: Clube dos Autores. <https://designlivre.org/downloadlivro/>

Lorde, A. (2007) The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House. In: *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Ed. Berkeley, CA: Crossing Press.

Makaran, G., & Gaussens, P. (2020) Autopsia de una impostura intelectual. In: *Piel blanca, máscaras negras - Crítica de la razón decolonial*. México: Bajo Tierra A.C. y Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe-Universidad Nacional Autónoma de México.

Mazzarotto, M., & Serpa, B. (2022). Cartas (anti) dialógicas: politizando a práxis em Design através da pedagogia crítica de Paulo Freire. *Arcos Design*, 15(1). <https://doi.org/10.12957/arcosdesign.2022.64305>

Noel, L. (2020) Envisioning a pluriversal design education. In *Pivot 2020: Designing a World of Many Centers - DRS Pluriversal Design SIG Conference*. <https://doi.org/10.21606/pluriversal.2020.021>

Saito, C., Serpa, B. O., Angelon, R., & Van Amstel, F. (2022). Coming to terms with design wickedness: Reflections from a forum theatre on design thinking. In *DRS2022: Bilbao*, Spain. <https://doi.org/10.21606/drs.2022.668>

Serpa, B. O. (2022). *Por uma politização do design: caminhos entre o feminismo e a educação popular*. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, UERJ, Rio de Janeiro. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/19197>

Serpa, B. (2023). Militant Design Research: A Proposal to Politicize Design Knowledge-making. *Diseña*, v. 22, Article.4. <https://doi.org/10.7764/disena.22.Article.4>

Serpa, B. O.; Silva, S. (2021) Solidarity as a principle for antisystemic design processes: two cases of alliance with social struggles in Brazil. In *Pivot 2021: Dismantling/Reassembling*, Toronto, Canada. <https://doi.org/10.21606/pluriversal.2021.0004>

Serpa, B. O., Van Amstel, F. M. C., Mazzarotto, M., Carvalho, R. A., Gonzatto, R. F., & Batista, S. (2021) Design como prática de liberdade: a Rede Design & Opressão como um espaço de reflexão crítica. In Alvear, C; Cruz, C; Kleba, J. (Eds.). *Formação para práticas técnicas engajadas*, Volume II. Campina Grande: Eduepb.

Silva, S. B. (2022) *Design nas bordas: juventude periférica, re-existências e decolonialidade em Belém do Pará*. Tese (Doutorado em Design) – ESDI/UERJ, Rio de Janeiro. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/18690>

Silva, S. B. (2023). Design In and From the Periphery: Building a Praxis of Resistance through Collective Investigations. *Diseña*, 22. <https://doi.org/10.7764/disena.22.Article.3>

Souza, E., & Cunha Filho, P. C. (2022). La huelga de estudiantes como práctica pedagógica crítica en la enseñanza del diseño gráfico. *Diseña*, 21. <https://doi.org/10.7764/disena.21.Article.5>

Souza, E. (2021). *Isso não é uma autonomia*. Revista Recorte: Ano 1. São Paulo: Passeio Edições e Comércio. <https://revistarecorte.com.br/artigos/isso-nao-e-uma-autonomia/>

Van Amstel, F. M. C., Botter, F., & Guimarães, C. (2022). Design Prospectivo: uma agenda de pesquisa para intervenção projetual em sistemas sociotécnicos. *Estudos em Design*, 30, 90-108. <https://doi.org/10.35522/eed.v30i2.1458>

Van Amstel, F. M. C., & Gonzatto, R. F. (2016). Design Livre: designing locally, cannibalizing globally. In *XRDS*, 22(4), 46-50. <http://dx.doi.org/10.1145/2930871>

Van Amstel, F. M. C., & Gonzatto, R. F. (2020). The anthropophagic studio: towards a critical pedagogy for interaction design. *Digital Creativity*, 31(4), 259-283. <https://doi.org/10.1080/14626268.2020.1802295>

Vieira Pinto, A. V. (2021a). *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua - volume I*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Vieira Pinto, A. V. (2021b). *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua - volume II*. Rio de Janeiro: Contraponto.

RUMO A UM DESENHO URBANO GENUINAMENTE LATINO
O PAPEL DO CAAD NAS PRÁTICAS DECOLONIAIS DE PROJETO NO BRASIL
TOWARDS A LATIN-BASED URBAN DESIGN
THE ROLE OF CAAD IN DECOLONIAL DESIGN PRACTICES IN BRAZIL
CARLOS COSTA, CARLOS NOME

Carlos Frederico Ribeiro Costa é Arquiteto e Urbanista e Mestre em Ambiente Construído. É pesquisador do Laboratório do Ambiente Urbano e Edificado da Universidade Federal da Paraíba e desenvolve seu trabalho com foco no Projeto Urbano, em Desenho Urbano Algorítmico-paramétrico, Evidence-based Design, Performance-based Planning, Abordagens Urbanas Computacionais e Urbanismo Sustentável. fredcosta.arquitetura@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6911473728722452>

Carlos Alejandro Nome é Arquiteto e Urbanista e Doutor em Arquitetura. É Professor Adjunto na Universidade Federal da Paraíba e desenvolve pesquisas nas áreas de Projeto Arquitetônico, Programação Arquitetônica, e Modelagem e Prototipagem voltadas à Arquitetura. Investiga ferramentas, técnicas, processos e métodos contemporâneos de projeto. carlos.nome@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7476728230432399>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Costa, C. F. R., Nome, C. A. (2023). Rumo a um Desenho Urbano Genuinamente Latino. *VIRUS*, 26, 146-163.
<http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/828>

Resumo

Este artigo discute as oportunidades do desenho urbano paramétrico associado a métricas urbanas para desenvolver um modelo de projeto urbano genuinamente latino. O trabalho argumenta que as ferramentas paramétricas podem abrir caminho para soluções projetuais orientadas a uma perspectiva decolonial. Apresentamos dois estudos de caso em João Pessoa (Brasil). O primeiro estudo de caso, no bairro do Varadouro, considera as limitações da conservação do patrimônio no centro histórico da cidade, explorando oportunidades para novas densidades e usos no sentido de melhorar a vitalidade urbana. O segundo estudo de caso, no bairro Bancários, apresenta cenários comparativos que levantam questões sobre o impacto do índice de aproveitamento na densidade construída e de pressão sob a infraestrutura urbana. Um modelo paramétrico desenvolvido em Grasshopper e Rhinoceros3D simula os cenários e avalia as métricas urbanas em cada amostra. O processo fornece informações importantes para os planejadores urbanos, como estimativas baseadas em evidências do impacto nas infraestruturas existentes, além de uma base para identificar e explorar soluções projetuais que podem transformar o modelo de governança tradicional em novos modelos mais contemporâneos e responsivos à população. Nas discussões, o artigo explora como a implementação de tais simulações no processo de desenho urbano esclareceria a todos os atores envolvidos os resultados potenciais de aceitar inquestionavelmente as demandas de construtores e de lobistas na construção de cidades.

Palavras-chave: Desenho urbano paramétrico, Métricas urbanas, Desenho urbano decolonial, Modelo urbano Latino-americano

1 Introdução

A urbanização influenciou intensamente a dinâmica socioeconômica da América Latina ao longo dos séculos. A rápida expansão urbana, caracterizada pelo crescimento descontrolado das cidades, pela migração populacional das áreas rurais para as urbanas e pela consequente reconfiguração espacial dos assentamentos humanos, tem sido objeto de extensas pesquisas que destacam a natureza multifacetada da urbanização e suas inúmeras implicações na sociedade, com disparidades socioeconômicas e impactos na infraestrutura e no meio ambiente (Davis, 2006; Greenfield, 1994; Hardoy, Mitlin, & Satterthwaite, 2001; Gilbert, 1998; Martine & McGranahan, 2010; Portes & Roberts, 2005).

Dado o contexto da América Latina, marcado por uma história de domínio colonial e pelos efeitos duradouros desse colonialismo em suas cidades, uma perspectiva decolonial torna-se uma abordagem essencial para muitos assuntos e campos de investigação (Escobar, 2007; Mignolo & Walsh, 2018; Quijano, 2000). No contexto atual, a decolonização envolve muito mais do que a independência de nações do domínio colonial: consiste na reavaliação e desconstrução de visões e ideologias coloniais que persistem em múltiplos campos do conhecimento, incluindo o desenho urbano. O ato de decolonizar o desenho urbano, por exemplo, representa uma mudança substancial de paradigma: requer uma compreensão do domínio norte-americano e europeu imposto, reconhecendo valor na diversidade e em outras formas de conhecimento para promover a inclusão e a equidade no processo de tomada de decisão. Isso nos propõe a reconsiderar a urbanização como um processo de configuração espacial e expressivo, uma ferramenta para dismantelar os paradigmas coloniais prevaletentes (Mignolo, 2007, 2011; Mignolo & Walsh, 2018)

Uma perspectiva decolonial reconhece que o processo de urbanização na América Latina ultrapassa um fenômeno econômico ou demográfico; está profundamente entrelaçado com as estruturas históricas do colonialismo. Essa perspectiva questiona os modelos e práticas que foram impostos e busca reconhecer e integrar as diversas realidades locais (Escobar, 2007, 2011). O modelo de cidade norte-americano, predominantemente centrado no automóvel, promove a expansão urbana e áreas suburbanas insustentáveis, com baixa densidade e elevado consumo de energia e de terra (Newman & Kenworthy, 2015). Esse modelo cria segregação social e econômica, uma vez que as áreas frequentemente são divididas em zonas residenciais, comerciais e industriais, limitando as oportunidades de interação social (Putnam, 2000). O modelo europeu, caracterizado por núcleos urbanos de alta densidade e regulamentações rigorosas sobre o uso do solo, pode levar a problemas de acessibilidade e ao deslocamento de

comunidades locais (Marcuse, 1985). Muitas vezes, esses modelos precisam de mais flexibilidade para acomodar as economias informais e as diversas necessidades de habitação prevalentes em muitas sociedades anteriormente colonizadas (Roy, 2005). Além disso, a estética arquitetônica e espacial desses modelos pode não corresponder aos valores culturais locais, resultando em lugares que parecem estranhos aos seus próprios habitantes (Lefebvre, 1991).

Este artigo questiona as forças impulsionadas pelo mercado imobiliário que moldam as cidades em prol do capital e não dos cidadãos, além de estabelecer uma crítica às más aplicações das leis urbanas. De modo mais amplo, a pesquisa defende uma reformulação nos instrumentos normativos para torná-los mais adaptáveis e alinhados com as especificidades e necessidades culturais da população local. Tal mudança resistiria à mercantilização das cidades latino-americanas, garantindo que o planejamento urbano sirva como um agente de empoderamento comunitário e de representação autêntica, em vez de ser apenas um facilitador dos interesses de mercado ou um perpetuador de restrições legais ultrapassadas (Grosfoguel, 2011; Ndlovu-Gatsheni, 2013).

As abordagens decoloniais ganham especial importância no Brasil contemporâneo, à medida que o país enfrenta graves desafios urbanos, incluindo a rápida urbanização, os déficits habitacionais e a segregação socioespacial (Rolnik, 2015). Assim, a integração dessa perspectiva é fundamental para oferecer abordagens alternativas ao processo de urbanização, reconhecendo, ao mesmo tempo, as estruturas profundamente enraizadas do colonialismo que persistem nos ambientes urbanos atuais. As questões que norteiam esta investigação são: (1) Como é possível evitar discussões sobre qualidade espacial urbana predominantemente estruturadas em torno de modelos de cidades norte-americanas e europeias? (2) Como o *Computer-Aided Architectural Design* (CAAD) pode auxiliar na adaptação dessas discussões às especificidades do contexto latino-americano?

Este artigo expõe que as ferramentas paramétricas fornecem uma base crucial para soluções projetuais enraizadas em uma perspectiva decolonial. Essas ferramentas, quando aplicadas ao desenho urbano, apresentam uma oportunidade para reimaginar as cidades, analisar conjuntos de dados complexos, visualizar espaços urbanos e gerar novos projetos (Batty, 2013; Schumacher, 2009). O CAAD e seus avanços contemporâneos podem ser aprimorados ainda mais com base nos insights do estudo da urbanização na América Latina. Ao aproveitar as perspectivas críticas fornecidas pela literatura, o CAAD pode ser contextualizado dentro de dinâmicas sociais, políticas e econômicas associadas à urbanização na região, desenvolvendo um modelo de desenho urbano genuinamente latino.

Este estudo simula cenários em dois bairros de João Pessoa. Procuramos estabelecer uma estrutura decolonial que ressoe com as realidades locais da paisagem urbana, aplicando métricas consolidadas de desempenho urbano ao contexto específico da pesquisa e adaptando parâmetros para corresponder à realidade brasileira. A pesquisa explora o potencial do desenho urbano paramétrico para avaliar modelos urbanos existentes e para adaptar e reinterpretar métricas, apoiando a incorporação de novas perspectivas e facilitando o desenho de ambientes urbanos que reflitam e respondam às pessoas que servem. A análise, baseada nos desafios locais e no contexto histórico, oferece insights relevantes para outras cidades latino-americanas com passado colonial. O artigo busca promover o desenho urbano culturalmente contextualizado, envolvido ativamente com o discurso decolonial por meio do pensamento crítico e do diálogo sobre o papel e o potencial do CAAD em soluções urbanas.

2 Materiais e Métodos

O estudo combina abordagens quantitativas e qualitativas seguindo a estratégia de métodos mistos de Creswell (2013). As discussões e procedimentos adotados na amostra do Varadouro informaram e moldaram o estudo subsequente realizado na amostra do Bancários. A pesquisa fornece uma representação numérica de parâmetros específicos (diversidade urbana, densidade urbana construída, densidade populacional) utilizando indicadores e índices chave de desempenho. Em seguida, são combinados dados quantitativos e qualitativos, produzindo um modelo 3D que serve como base para discutir experiências e percepções no ambiente urbano. Ao integrar esses tipos de dados, a investigação maximiza os pontos fortes de ambas as abordagens, resultando em uma exploração mais abrangente do espaço urbano, que oferece insights e fortalece a validade dos resultados.

Os dados são coletados usando mapas GIS fornecidos pelo próprio município, aprimorados com refinamento geométrico adicional usando o *GoogleMaps* e a ferramenta *StreetView*. Pesquisas de campo também são conduzidas para determinar o número total de

pavimentos das edificações e categorizar sua utilização. Posteriormente, esses dados são estruturados dentro do software *Rhinoceros3D* com suporte do plugin *Grasshopper*. Esta etapa é seguida pela avaliação paramétrica para processar os dados e construir um modelo computacional 3D que auxilie na visualização dos resultados de cada amostra. Lima, Costa e Rosa (2020) descreveram os procedimentos metodológicos adotados, tendo sido aprimorados em Costa, Nome e Queiroz (2023).

O desenho urbano paramétrico (*Parametric urban design*) foi adotado como técnica principal, aplicando pensamento algorítmico e computação para avaliar e projetar espaços urbanos. Esta técnica permite alta adaptabilidade e complexidade na criação e compreensão de ambientes urbanos, o que se mostra valioso na exploração de configurações urbanas (Batty, 2013; Burry, 2011; Kolarevic, 2003; Menges & Ahlquist, 2011; Oxman & Oxman, 2014; Picon, 2010; Schumacher, 2009). Ao enfatizar a modificação e adaptação contínuas, esta técnica se alinha com os objetivos do desenho urbano decolonial, promovendo flexibilidade e sensibilidade ao contexto.

O estudo aplicou três índices principais: (a) o índice IUMTe desenvolvido por Silva (2021) e refinado por Costa et al. (2023); (b) o Índice de uso misto (MXI) desenvolvido por Hoek (2008); e (c) os indicadores *SpaceMatrix* desenvolvidos por Berghauser Pont & Haupt (2010), que incluem o Ground Space Index (GSI), Floor Space Index (FSI) e Open Space Ratio (OSR) (Berghauser Pont & Haupt, 2010).

O índice IUMTe estabelece uma relação matemática entre áreas construídas residenciais e não residenciais em uma amostra. O objetivo é avaliar a diversidade de usos e o impacto de cada rua para compreender a habitabilidade geral e a facilidade de caminhar do bairro. Considerando apenas o nível da rua, o índice IUMTe fornece informações sobre a combinação de usos ao longo das ruas, um aspecto crucial do desenho urbano, uma vez que o piso térreo é muitas vezes a parte mais acessível e visível de um edifício, contribuindo significativamente para o caráter e funcionalidade de uma rua e seus arredores.

O índice MXI estabelece a relação entre o total de áreas construídas residenciais e não residenciais dentro de uma amostra considerando todos os andares acima do nível do solo. Tem como objetivo verificar o equilíbrio dos diferentes usos do solo na área, considerando o número total de andares. Hoek (2008) afirma que quando a relação entre todas as áreas residenciais e não residenciais se aproxima do equilíbrio, a diversidade urbana está próxima do ideal, o que significa que uma maior diversidade de usos na área é desejável, pois indica uma área bem integrada e um ambiente urbano mais dinâmico.

Os indicadores de densidade *SpaceMatrix* apoiam a compreensão da forma física e configuração do espaço urbano e apresentam um quadro completo da densidade urbana, forma e uso do solo, permitindo uma análise aprofundada da habitabilidade urbana, da sustentabilidade e do potencial de densificação. Os indicadores são o *Ground Space Index* (GSI), o *Floor Space Index* (FSI) e o *Open Space Ratio* (OSR) (Berghauser Pont & Haupt, 2010). O GSI mede a densidade urbana ao nível do solo, calculando a relação entre a área ocupada e a área total. O FSI mede a área bruta total (verticalizada) relativa à área total do terreno ocupado, fornecendo uma visão geral da área útil utilizada numa área urbana e informações sobre a capacidade potencial para um maior adensamento. Por último, o OSR quantifica a proporção de espaços abertos em relação à área total, destacando a disponibilidade e distribuição de espaços abertos.

A Figura 1 resume os procedimentos metodológicos, e a Figura 2 mostra o processo de avaliação de uma das amostras.

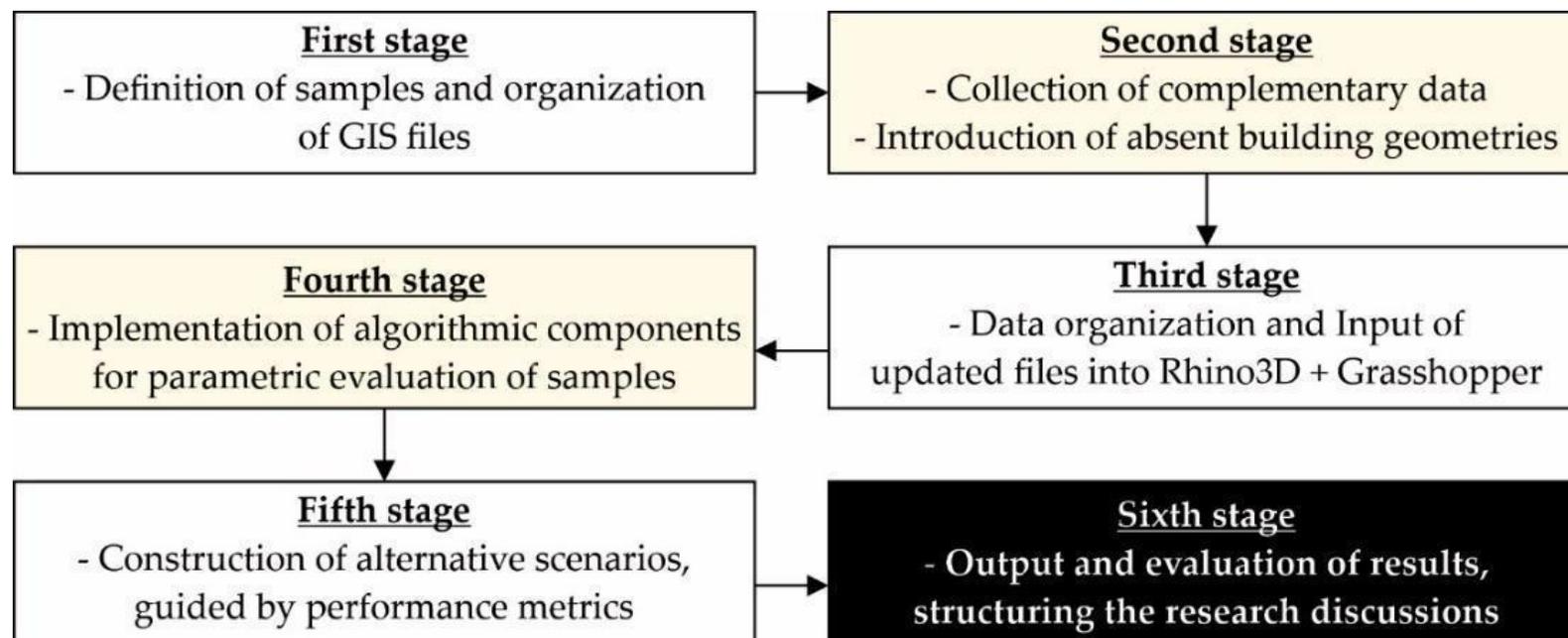


Fig.1: Procedimentos metodológicos organizados em etapas. Fonte: Os autores, 2023.

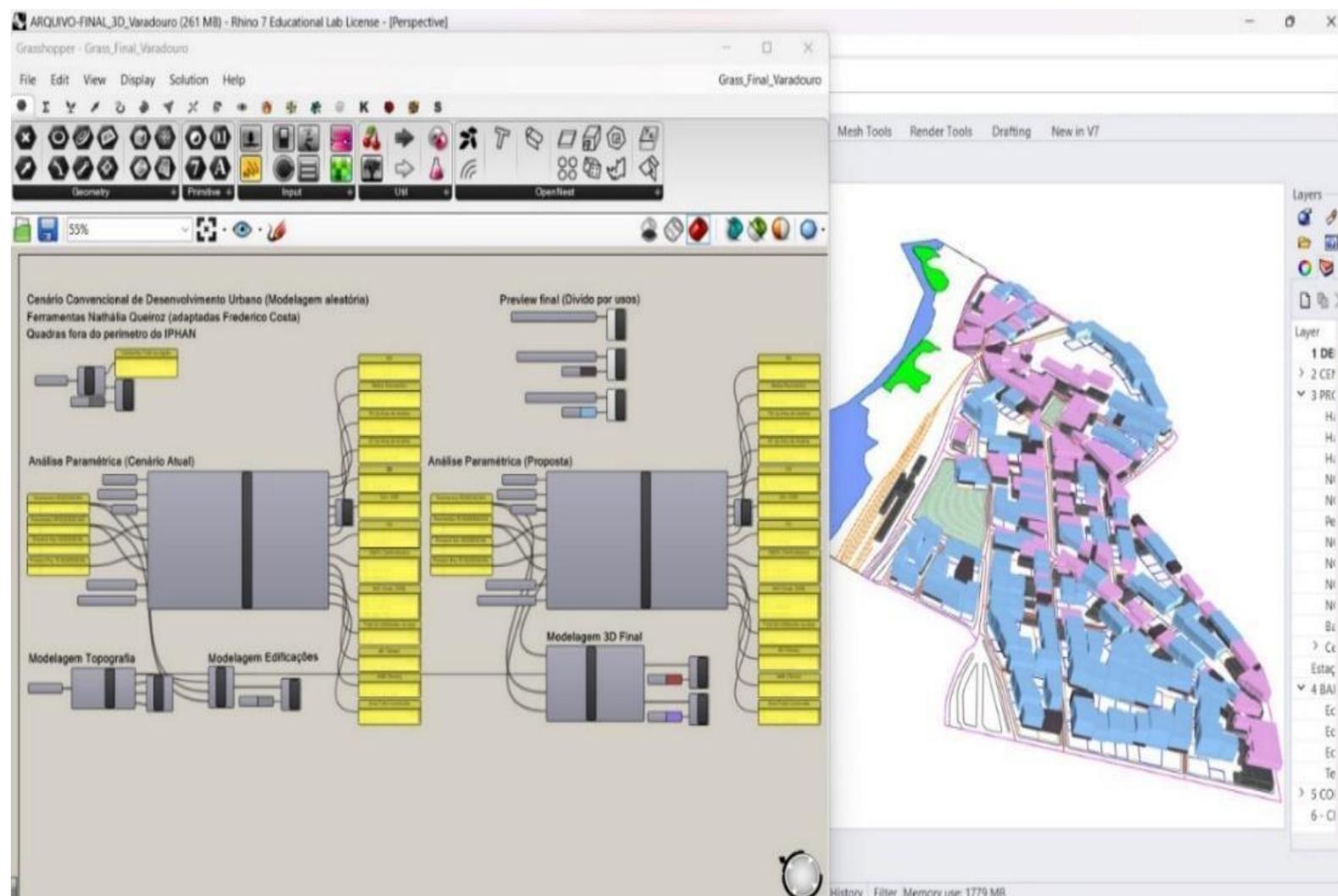


Fig.2: Avaliação paramétrica (Rhino + Grass) em andamento em uma das amostras. Fonte: Os autores, 2023.

3 Desenho urbano decolonial e o papel das abordagens computacionais: uma breve revisão

A urbanização na América Latina exerceu uma influência intensa sobre a dinâmica socioeconômica da região. Davis (2006) examinou criticamente o crescimento de assentamentos informais e favelas, destacando os desafios socioeconômicos das populações urbanas e investigando as causas profundas e as consequências da proliferação de favelas. O autor enfatizou a interligação entre urbanização, pobreza e desigualdade, lançando luz sobre as dinâmicas complexas que moldam esses ambientes marginalizados. Hardoy, Mitlin e Satterthwaite (2001) exploraram os desafios ambientais da rápida urbanização na América Latina, enfatizando a necessidade urgente de integrar questões ambientais nos processos de desenho urbano. Seu estudo abordou os impactos nocivos do crescimento urbano nos recursos naturais, nos ecossistemas e nas alterações climáticas, destacando a importância de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável.

Gilbert (1998) concentrou-se nos fatores históricos, sociais, políticos e econômicos que moldaram o desenvolvimento urbano em toda a América Latina, examinando tendências e padrões críticos na urbanização da região. O autor esclareceu a complexa dinâmica do crescimento das cidades, marcada pela migração das áreas rurais para as urbanas, pelo surgimento de assentamentos informais e pelos desafios de governança e planejamento urbano. Martine e McGranahan (2010) também se concentraram nas perspectivas históricas da urbanização nas cidades latino-americanas, fornecendo insights sobre as trajetórias únicas e a dinâmica urbana dessas cidades, examinando os padrões de migração, o desenvolvimento econômico e a governança urbana. Ambas as obras destacaram as conexões entre urbanização e pobreza, desigualdade, sustentabilidade ambiental e justiça social.

Portes e Roberts (2006) investigaram o papel das políticas econômicas neoliberais na formação dos padrões de urbanização das cidades latino-americanas. Ao examinarem a dinâmica política e econômica da era neoliberal, os autores expuseram as relações entre as reformas orientadas para o mercado, a governança urbana e as transformações espaciais e sociais que ocorreram nas cidades de toda a região. Rolnik (2015) investigou as políticas e práticas urbanas específicas que surgiram no contexto urbano do Brasil, explorando a dinâmica entre as finanças globais e as políticas habitacionais para ilustrar como a colonização da terra e da habitação influenciaram profundamente a paisagem urbana. A autora investigou a transformação do acesso à habitação, enfatizando como os interesses financeiros e especulativos prevaleceram sobre as necessidades habitacionais fundamentais das comunidades mais pobres.

Mudar o foco urbano para os habitantes requer a compreensão das dimensões sociais do desenho urbano. Panerai, Castex e Depaule (2004) destacaram a importância de abordagens de design mais flexíveis e centradas no usuário. Gehl (2010) enfatizou o desenho urbano à escala humana, apoiando ambientes urbanos, priorizando os pedestres e a interação com a comunidade, e criando espaços funcionais, envolventes e agradáveis para aqueles que os habitam e utilizam. Envolver e desafiar os modelos de urbanização dominantes abre a porta para ambientes urbanos mais sustentáveis e socialmente equitativos. O pensamento decolonial, ancorado na compreensão de que modernidade e colonialismo formam um par teórico indivisível, examina e expõe criticamente as estruturas duradouras de dominação dos países norte-americanos e europeus. Mesmo após a conclusão do período colonial, essas estruturas de dominação continuam a impactar as antigas colônias hoje (Escobar, 2007; Mignolo, 2007; Quijano, 2000).

Escobar (2007) questionou a hegemonia da noção de modernidade desses países em suas diversas formulações, situando a discussão decolonial a partir de diferentes campos disciplinares em escalas local, regional, nacional e global. O autor avaliou criticamente a difusão e imposição planetária da concepção norte-americana e europeia de conhecimento e seus diversos derivados e aplicações. A imposição cultural cria uma ideia tendenciosa do conhecimento e dos seus modos de produção, difusão, circulação e legitimação. Este processo desacredita outras formas de conhecimento e vozes críticas, perpetuando assim as ideias imperiais e coloniais que governam o sistema mundial moderno e colonial, tal como caracterizado por Quijano (2000) e Wallerstein (2004). Essas críticas representam mudanças essenciais na compreensão e abordagem da persistência dos quadros coloniais e das suas implicações nas nossas realidades.

Rogers (1997) há muito tempo enfatizou o papel das cidades compactas na promoção da sustentabilidade, apontando para a eficiência e o potencial dos espaços urbanos densos para promover paisagens mais integradas e eficientes em termos de recursos.

Uma maior densidade urbana pode levar a uma utilização mais eficiente dos recursos, à redução das emissões de gases poluentes oriundos dos meios de transporte e a uma interação social mais significativa (Newman & Kenworthy, 2015). Esta configuração espacial pode impulsionar o crescimento econômico, melhorar o transporte público e criar espaços mais habitáveis (Glaeser & Kahn, 2018). Berghauser Pont e Haupt (2010) exploraram as correlações entre densidade urbana, uso do solo e forma espacial, apoiando que estratégias de densidade bem pensadas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento urbano sustentável. Nas cidades compactas, os usos sobrepostos oferecem infraestruturas urbanas adequadas, o que é essencial para alcançar áreas urbanas sustentáveis (Calthorpe, 2010; Jacobs, 1961). Jacobs (1961) foi pioneira na ideia de bairros de uso misto e design em escala humana para promover um bairro vibrante e sustentável, fornecendo uma gama de comodidades e serviços para os residentes, ao mesmo tempo que acomoda espaços comerciais, de varejo e públicos para atender às necessidades da população (Calthorpe, 2010; Chakrabarti, 2013; Hoek, 2008).

Schumacher (2009) articulou o parametricismo como um estilo global, permitindo aos designers criar soluções mais expressivas e diferenciadas. Essa abordagem se alinha com o que Kolarevic (2003) destaca sobre a integração do design e da produção, revolucionando os processos de construção tradicionais. Burry (2011) enfatizou o papel crítico do script e da programação no projeto arquitetônico, alinhando-se com a exploração de Menges e Ahlquist (2011) do pensamento de design computacional como uma porta de entrada para métodos e técnicas inovadoras. Oxman e Oxman (2014) forneceram uma base teórica ao examinar o profundo impacto da tecnologia digital no pensamento e na prática arquitetônica, enquanto Picon (2010) sublinhou a transformação cultural incorporada nesta mudança digital.

4 Estudos de caso

O bairro Varadouro (Figura 3) foi selecionado como amostra por conter parte do centro histórico de João Pessoa. Esta região desempenhou um papel fundamental na consolidação da cidade no século passado, concentrando comércios e residências. No entanto, ao longo do tempo, perdeu prestígio devido ao avanço da urbanização em direção à orla marítima da cidade. O esvaziamento e a perda de prestígio do centro histórico, com vários edifícios abandonados ou subutilizados, podem ser justificados pela falta de propostas urbanísticas com readequação espacial coerente, considerando a sua malha urbana característica do período da colonização portuguesa.



Fig.3: Parte do Bairro Varadouro. Reproduzido de 'Iphaep suspende embargo a obras no Porto do Capim após recomendação de João Azevêdo' por Jornal da Paraíba (2023). Fonte: Rizemberg Felipe, 2019.

Já o bairro Bancários (Figura 04) foi selecionado devido à sua importância para a estrutura urbana de João Pessoa, desempenhando um papel central na zona sul da cidade. Atualmente, o bairro está passando por um rápido crescimento e enfrentando uma crescente pressão por mais densidade populacional, o que está impactando a infraestrutura existente. Como resultado, torna-se evidente que o bairro não foi originalmente planejado para atender à sua atual demanda e que o processo de expansão carece de um planejamento urbano coerente.



Fig.4: Parte do Bairro dos Bancários. Reproduzido de 'Prefeitura de João Pessoa lança projeto do Parque das Três Ruas nos Bancários' por Portal Correio (2023). Fonte: Sérgio Lucena/Secom-JP/Divulgação, 2022.

4.1 Estudo de Caso 1: resultados no bairro Varadouro

No Varadouro, foi identificado um bairro onde o atual quadro legal proíbe grandes intervenções devido a diversas leis patrimoniais. Foram explorados os desafios no Varadouro e como as restrições legais definem as formas urbanas e os padrões de densidade na amostra. A pergunta norteadora do estudo nesta amostra foi: O que é necessário para alcançar uma melhor densidade construída e diversidade de usos no bairro?

A configuração do bairro foi avaliada e, em seguida, foi criado um cenário preditivo de como a urbanização avançaria, considerando uma região imobilizada pelas leis patrimoniais e outra parte do bairro se adaptando a uma mistura de modelos de cidade norteamericanos e europeus. O Cenário 01 (Figura 5, Cenário 01) apresentou resultados favoráveis se considerarmos apenas as métricas, desconsiderando a qualidade espacial: a média das métricas de desempenho utilizadas foi atrativa, mas isso não se refletiu na qualidade espacial, uma vez que uma urbanização mais agressiva influenciou os números em parte do bairro. Por fim, foi

desenvolvida uma proposta para equilibrar os indicadores e alcançar uma melhor qualidade espacial (Figura 5, Cenário 02). A Tabela 1 apresenta os resultados objetivos encontrados em cada cenário.

| Varadouro Neighborhood | | | | | Varadouro - Scenario 01 | | | | | Varadouro - Scenario 02 | | | | |
|------------------------|-------|-------------------------|------|------|-------------------------|------|-------------------------|------|-----|-------------------------|--------|-------------------------|------|------|
| Urban Diversity | | Built Density | | | Urban Diversity | | Built Density | | | Urban Diversity | | Built Density | | |
| IUMTe | MXI | GSI | FSI | OSR | IUMTe | MXI | GSI | FSI | OSR | IUMTe | MXI | GSI | FSI | OSR |
| 0.12 | 0.09 | 0.45 | 0.70 | 0.63 | 0.50 | 0.70 | 0.56 | 2.89 | 0.2 | 0.72 | 0.45 | 0.38 | 1.35 | 0.28 |
| Populational Density | | | | | Populational Density | | | | | Populational Density | | | | |
| Gross | Net | Inhabitants in the area | | | Gross | Net | Inhabitants in the area | | | Gross | Net | Inhabitants in the area | | |
| 21.21 | 24.24 | 752 | | | 437.55 | 500 | 15,510 | | | 407.68 | 585.92 | 14,451 | | |

Tabela 1: Resultados no bairro Varadouro. Fonte: Os autores, 2023.

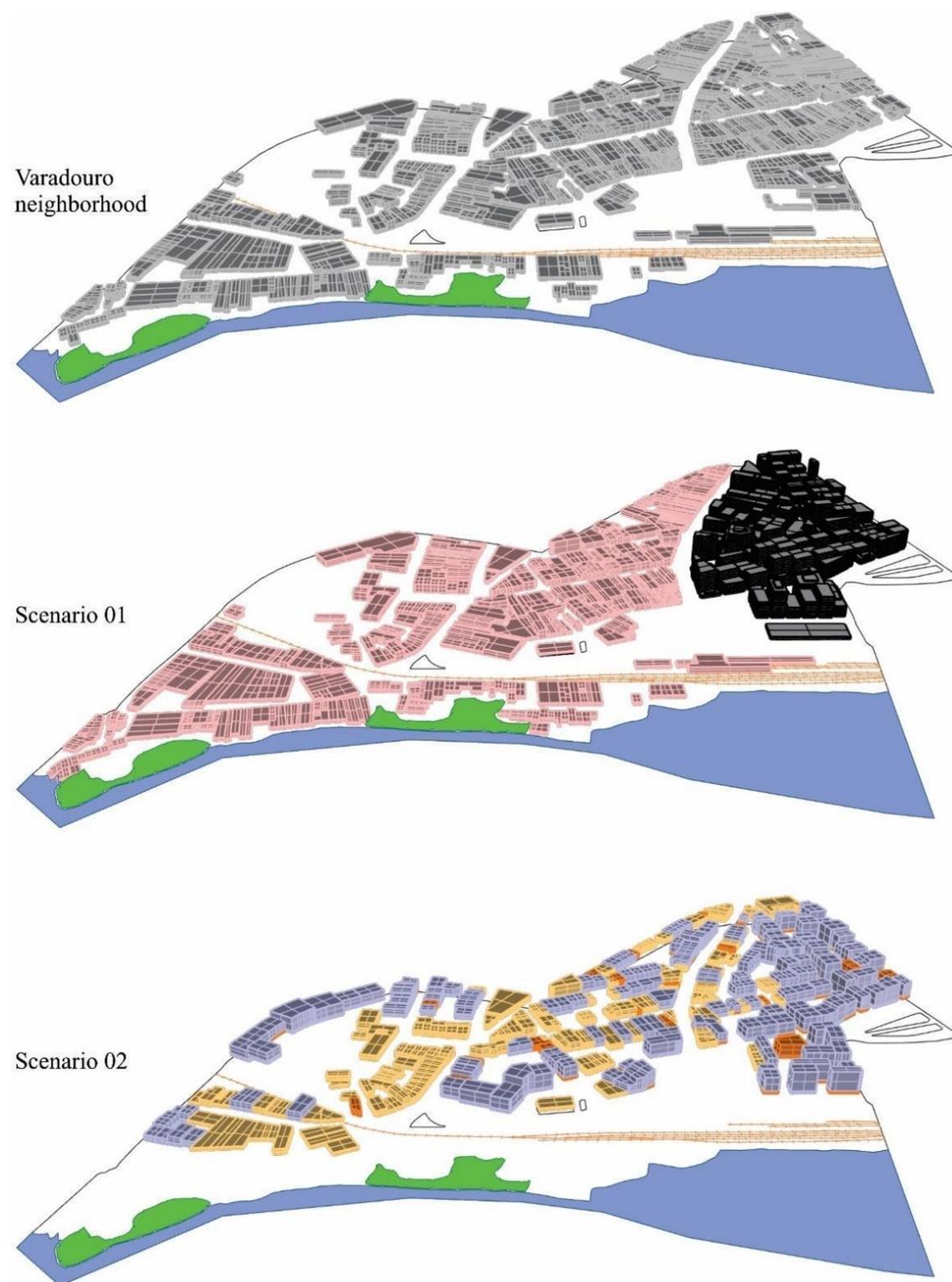


Fig.5: Modelos 3D do bairro do Varadouro. O primeiro modelo apresenta o bairro em seu estado atual. O Cenário 01 simula o avanço do modelo tradicional de crescimento urbano, destacando a diferença entre a zona histórica (edifícios em rosa) e o modelo neoliberal de cidade (edifícios em cinza). O Cenário 02 é uma solução de design alternativa proposta pelos autores, enfatizando métricas e desempenho na amostra. O Cenário 02 alcança resultados melhores ao misturar edifícios históricos e novos (em amarelo e roxo). Fonte: Os autores, 2023.

Na avaliação dos resultados, observa-se que o bairro possui uma ocupação de 45% dos terrenos (GSI 0,45), com baixa verticalização (FSI 0,70) e muitos espaços abertos (OSR 0,63). Em relação à diversidade de usos, apenas 9% da área total do bairro do Varadouro é destinada à habitação (MXI 0,09), representando 12% de todos os pisos térreos da amostra (IUMTe 0,12). Consequentemente, o bairro possui apenas 752 habitantes.

O Cenário 01 mostra que o espaço ocupado no solo foi melhorado (GSI 0,56), pois representa um cenário convencional de crescimento urbano baseado em um modelo de alta verticalização (FSI 0,2.89). Em relação à diversidade, os números indicam uma mudança significativa nos usos, com 70% do total da área construída agora destinada à residência (MXI 0,70), representando metade de todos os andares térreos da amostra (IUMTe 0,50). No entanto, devido à excessiva verticalização em parte do bairro, houve um impacto nos espaços abertos (OSR 0,2). A população total atingiu 15.510 habitantes na região. Embora esse resultado possa parecer otimista, é importante considerar que o número restrito de quadras verticalizadas exerce pressão excessiva sobre a infraestrutura urbana, o que pode ser problemático se a região não estiver preparada para isso.

No intuito de manter os avanços nas métricas e melhorar a qualidade espacial de forma mais uniforme, o Cenário 2 buscou aumentar moderadamente o uso do solo em relação ao estado atual, elevando-o para 38% (GSI 0,38). O índice de espaços abertos indica uma redução no número de vazios, representando uma uniformidade na densidade, mesmo com uma queda no FSI (1,35). Os valores dos índices de diversidade foram novamente ajustados (IUMTe 0,72 / MXI 0,45), representando uma área com 45% do total da área residencial construída, o que corresponde a 72% dos usos ao nível da rua. Isso resultou em uma população de 14.451 habitantes distribuídos pelo bairro, proporcionando potencial para interação social na amostra e garantindo um número significativo de pessoas para impulsionar o comércio local.

4.2 Estudo de Caso 2: resultados no bairro Bancários

No bairro Bancários, encontramos um contexto diferente: um movimento latente de expansão urbana, com intensa pressão do mercado imobiliário por um conjunto de leis mais permissivas visando o adensamento forçado. Ao avaliar esta amostra, a pesquisa constatou a necessidade de recalibrar os índices de uso misto adotados, devido às tipologias prediais recorrentemente encontradas na região, em que o térreo é frequentemente utilizado como garagem, resultando em áreas desabitadas em edifícios residenciais, como áreas de lazer ou garagens, por exemplo. Para sustentar a discussão sobre métricas de desempenho decoloniais, foram desenvolvidos o IUMTec e o MXIc, versões adaptadas dos índices urbanos de uso misto que não consideram na avaliação os andares desabitados em edifícios residenciais.

A questão norteadora deste estudo é: o que aconteceria se materializássemos o máximo potencial construtivo permitido atualmente? Inicialmente, avaliamos o bairro e, em seguida, criamos um cenário preditivo para seu crescimento espontâneo (Figura 6, Cenário 01). Em seguida, modelamos o bairro em seu potencial máximo atual (Figura 6, Cenário 02) e, por fim, modelamos a proposta de modificação que vem sendo imposta pelo mercado imobiliário (Figura 6, Cenário 03).

Bancários Neighborhood

| Urban Diversity | | | | Built Density | | | Populational Density | | |
|-----------------|--------|------|------|---------------|------|------|----------------------|--------|-------------|
| IUMTe | IUMTec | MXI | MXIc | GSI | FSI | OSR | Gross | Net | Inhabitants |
| 0.83 | 0.69 | 0.90 | 0.81 | 0.24 | 0.47 | 1.30 | 124.12 | 224.86 | 27,180 |

Bancários Neighborhood - Scenario 01: predicted growth

| Urban Diversity | | | | Built Density | | | Populational Density | | |
|-----------------|--------|------|------|---------------|------|------|----------------------|--------|-------------|
| IUMTe | IUMTec | MXI | MXIc | GSI | FSI | OSR | Gross | Net | Inhabitants |
| 0.82 | 0.53 | 0.89 | 0.75 | 0.31 | 0.74 | 0.74 | 181.47 | 328.75 | 39,738 |

Bancários Neighborhood - Scenario 02: current max. densification potential

| Urban Diversity | | | | Built Density | | | Populational Density | | |
|-----------------|--------|------|------|---------------|------|------|----------------------|--------|-------------|
| IUMTe | IUMTec | MXI | MXIc | GSI | FSI | OSR | Gross | Net | Inhabitants |
| 0.85 | 0.16 | 0.92 | 0.72 | 0.36 | 1.28 | 0.38 | 327.43 | 593.16 | 71,700 |

Bancários Neighborhood - Scenario 03: market proposal for a new max. densification potential

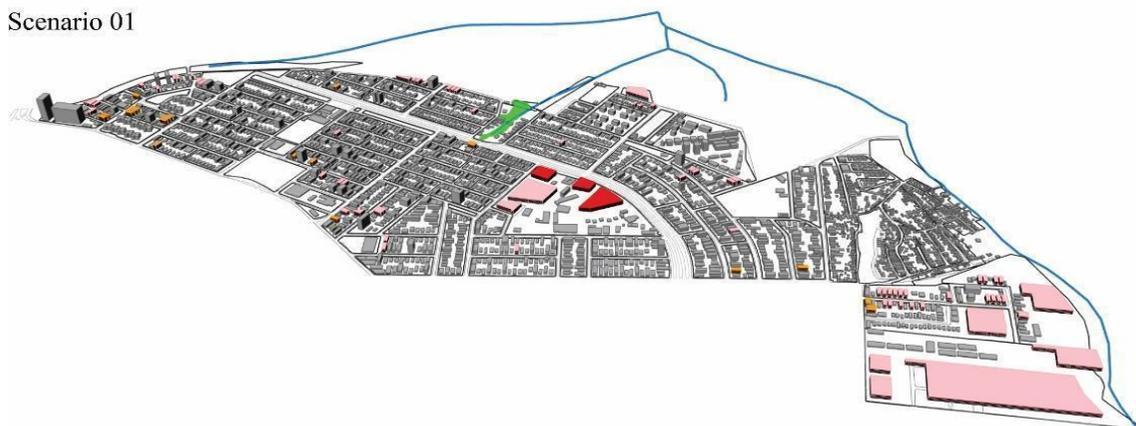
| Urban Diversity | | | | Built Density | | | Populational Density | | |
|-----------------|--------|------|------|---------------|------|------|----------------------|----------|-------------|
| IUMTe | IUMTec | MXI | MXIc | GSI | FSI | OSR | Gross | Net | Inhabitants |
| 0.85 | 0.16 | 0.94 | 0.86 | 0.36 | 3.12 | 0.16 | 1,042.77 | 1,889.04 | 228,342 |

Tabela 2: Resultados no bairro Bancários. Fonte: Os autores, 2023.

Bancários
neighborhood



Scenario 01



Scenario 02



Scenario 03



Fig.6: Modelos 3D do bairro dos Bancários. Cenário 01: Crescimento urbano previsto; Cenário 02: Máxima verticalização atualmente permitida por lei; Cenário 03: Simulando os impactos da máxima verticalização proposta pelo setor imobiliário e pelas empresas de construção. Fonte: Os autores, 2023.

No Cenário 01, 31% dos terrenos estão ocupados (GSI 0,31), com o surgimento de alguns edifícios com mais de quatro pavimentos (FSI 0,74), gerando queda no índice de espaços livres (OSR 0,74). Neste cenário, o bairro permaneceria predominantemente residencial, com 89% da área total utilizada como habitação (MXI 0,89), representando 82% de todos os andares térreos da amostra (IUMTe 0,82). Com os índices adaptados, apenas 75% da área total do bairro parece ser utilizada como habitação (MXIc 0,75), ocupando 53% de todos os andares térreos da amostra (IUMTec 0,53). Neste cenário, o bairro teria 39.738 habitantes.

No Cenário 2, o uso da terra cresceu para 36% (GSI 0,36). O índice de espaços livres foi significativamente impactado (OSR 0,38) devido ao preenchimento de todos os lotes disponíveis com edifícios de quatro andares (FSI 1,28). Quanto à diversidade, o bairro permaneceria predominantemente residencial (MXI 0,92), aumentando significativamente o número de residências no nível da rua (IUMTe 0,85). Os índices adaptados mostraram uma queda substancial nos números, revelando que 72% do bairro seriam áreas residenciais, com apenas 16% dessas áreas ao nível da rua. Neste cenário, o bairro teria 71,7 mil habitantes.

Por fim, no Cenário 3, foi avaliada a proposta que o mercado imobiliário e alguns agentes financeiros pretendem aprovar para o bairro. Este cenário estipula a mesma taxa de ocupação do solo que o Cenário 2 (GSI 0,36). Graças a uma verticalização exagerada, verificou-se um grande impacto no índice de espaços abertos (OSR 0,16) decorrente de um aumento substancial no FSI (3,12). A diversidade também foi fortemente impactada neste cenário, com a utilização total de áreas residenciais igual a 94% (MXI 0,94), representando 85% das áreas construídas ao nível da rua (IUMTe 0,85). Com os índices adaptados, foi possível perceber que apenas 86% das áreas são habitadas (MXIc 0,86), representando 16% das áreas ocupadas ao nível da rua (IUMTec 0,16). Neste cenário, o bairro acomodará um total de 228.342 habitantes. Isto representa um aumento de quase seis vezes no número total de pessoas que vivem atualmente na área, colocando uma grande pressão sobre a mesma infraestrutura. O Cenário 3 apresenta resultados preocupantes quanto à qualidade espacial urbana, e a adaptação dos indicadores adotados por esta pesquisa permitiu visualizar essa discrepância de dados de forma objetiva.

5 Conclusões

O artigo avaliou duas amostras no Brasil, promovendo discussões sobre o modelo de urbanização adotado em João Pessoa como exemplos de cenários recorrentes nas cidades brasileiras. A técnica desenho urbano paramétrico provou ser uma ferramenta poderosa nas abordagens de desenho urbano, permitindo uma compreensão mais contextual das condições locais, desafiando assim os paradigmas de planejamento convencionais em um enquadramento decolonial. Nesse sentido, é possível avaliar o impacto dessas mudanças testando os resultados de legislações urbanas tradicionais, onde as construtoras e as incorporadoras fizeram seu lobby, usando métricas de desempenho urbano já consolidadas.

Métricas como IUMTe e IUMTec respondem por distorções nas métricas tradicionais de uso misto, considerando tipologias prediais onde o térreo é utilizado como garagem, solução padrão no Brasil. O impacto de tais tipologias na redução da vitalidade das ruas é um fator essencial no desenho urbano que precisa de ser considerado em outros modelos de cidade. Como calibrar as ferramentas computacionais é uma tarefa dos projetistas, adaptar ou criar métricas sensíveis às questões latinas tornou-se algo bem mais acessível, permitindo que o processo de planejamento seja mais inclusivo e democrático para capacitar as comunidades locais na formação de seu entorno. Esta mudança viabiliza o desenvolvimento de um desenho urbano mais centrado no ser humano e sensível ao contexto, alinhado com o pensamento decolonial e promovendo a justiça espacial, o reconhecimento cultural e a equidade social.

Demonstramos a importância de abordagens estruturadas na representação de cenários urbanos simulados por meio da modelagem paramétrica. O exemplo do Varadouro questiona a manutenção das limitações patrimoniais que resultam em um centro histórico abandonado. O abandono destas áreas resulta do desinteresse geracional, dada a falta de oportunidades. As memórias afetivas nas cidades são construídas em locais que oferecem oportunidades de crescimento cívico e social. Assim, o aumento da densidade e do mix de usos nessa amostra poderia mudar a atual abordagem de preservação de um modelo *top-down*, orientado pela lei, para um modelo *bottom-up*, liderado pelos cidadãos.

Embora os resultados tenham gerado dados e informações significativas relacionadas à espacialização urbana em ambas as amostras, a pesquisa identificou uma limitação na forma como essas informações são consumidas no mundo real. A ausência de

ferramentas que convertam os dados extraídos por meio de avaliação paramétrica em informações úteis apresentadas de forma simples, bem estruturada e de fácil compreensão representa um obstáculo para o aprimoramento das discussões, e é algo que este artigo destaca como uma lacuna. Este recurso deve ser fornecido para apoiar políticos e outros agentes envolvidos na tomada de decisões informadas e coerentes.

Como estudo adicional, sugere-se a estruturação de um modelo que apoie o distanciamento das tradicionais metodologias de planejamento *top-down*, que muitas vezes priorizam objetivos econômicos e de mercado em detrimento do bem-estar humano e da identidade cultural, reinterpretando as métricas de desempenho urbano e indicando como elas podem ser adaptadas para desenvolver soluções genuinamente latinas. Compreender os potenciais construtivos existentes e os não materializados cria um campo de igualdade entre planejadores urbanos e lobistas tradicionais por demandas especulativas indiscriminadas. O desenvolvimento de um modelo de desenho urbano que partilhe os seus resultados multifacetados com todos os envolvidos no processo projetual pode equilibrar o poder de decisão e compensar o investimento público e privado em infraestruturas urbanas. Este modelo deverá simplificar a visualização do diferencial de potencial construtivo, permitindo uma compreensão mais clara de qualquer ausência ou excesso, dando suporte a decisões de planejamento urbano mais eficazes e informadas. Portanto, a contribuição deste trabalho está em sugerir um método mais eficiente de apresentação de informações objetivas, visando facilitar seu consumo e aplicação prática. Esta conclusão abre caminho para futuras investigações sobre métodos e ferramentas que possam melhorar a representação e a compreensão de dados em contextos semelhantes.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001. Esta pesquisa faz parte da “Future of the City Centre Network” (<https://www.futurecitycentre.com/>).

Referências

- Batty, M. (2013). *The New Science of Cities*. MIT Press.
- Burry, M. (2011). *Scripting Cultures: Architectural Design and Programming*. John Wiley & Sons.
- Berghauer Pont, M., & Haupt, P. (2010). *Spacematrix: Space, Density and Urban Form*. NAI Publishers.
- Calthorpe, P. (2010). *Urbanism in the Age of Climate Change*. Island Press.
- Chakrabarti, V. (2013). *A Country of Cities: A Manifesto for an Urban America*. Metropolis Books.
- Costa, F., Nome, C., & Queiroz, N. (2023). Qualidade E Avaliação De Sistemas Urbanos e Edificados: um estudo de caso no bairro Intermares, Cabedelo / Pb. In A. G. Negrão, C. R. Canova, D. C. Castor, & J. A. R. da Silveira (Eds.), *Lugares e suas interfaces intraurbanas: qualidade de sistemas urbanos e edificados* (pp. 185-202). Estúdio Borandá. DOI: [10.5281/zenodo.8100228](https://doi.org/10.5281/zenodo.8100228).
- Creswell, J. W. (2013). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage publications.
- Davis, M. (2006). *Planet of Slums*. Verso Books.
- Escobar, A. (2007). Worlds and knowledges otherwise: The Latin American modernity/coloniality research program. *Cultural Studies*, 21(2-3), 179-210. DOI: [10.1080/09502380601162506](https://doi.org/10.1080/09502380601162506).
- Escobar, A. (2011). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press
- Gehl, J. (2010). *Cities for People*. Island Press.
- Gilbert, A. (1998). *The Latin American City*. Latin America Bureau.
- Glaeser, E. L., & Kahn, M. E. (2018). The greenness of cities: Carbon dioxide emissions and urban development. *Journal of Urban Economics*, 67(3), 404-418. DOI: [10.1016/j.jue.2009.11.006](https://doi.org/10.1016/j.jue.2009.11.006).

- Greenfield, G. M. (1994). *Latin American urbanization: Historical profiles of major cities*. Bloomsbury Publishing.
- Grosfoguel, R. (2011). Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: Transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(1). DOI: <https://doi.org/10.5070/t411000004>.
- Hardoy, J., Mitlin, D., & Satterthwaite, D. (2001). *Environmental problems in an urbanizing world: Finding solutions for cities in Africa, Asia and Latin America*. Routledge.
- Hoek, J. W. (2008). Towards a Mixed-use Index (MXI) as a tool for urban planning and analysis. Joost van den Hoek. http://joostvandenhoek.com/mediapool/80/805179/data/PhD_proceedings_2009_layout_v10_spreads_hoek.pdf.
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Vintage Books.
- Kolarevic, B. (Ed.). (2003). *Architecture in the Digital Age: Design and Manufacturing*. Spon Press. DOI: [10.4324/9780203634561](https://doi.org/10.4324/9780203634561).
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Blackwell.
- Marcuse, P. M. (1985). Gentrification, Abandonment, and Displacement: Connections, Causes, and Policy Responses in New York City. *Urban Law Annual; Journal of Urban and Contemporary Law*, 28, 195-240.
- Martine, G., & McGranahan, G. (2010). A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In R. Baeninger (Ed.), *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais* (pp. 11-24). Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; UNFPA.
- Menges, A., & Ahlquist, S. (Eds.). (2011). *Computational Design Thinking*. John Wiley & Sons.
- Mignolo, W. D. (2007). Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, 21(2-3), 449-514. DOI: [10.1080/09502380601162647](https://doi.org/10.1080/09502380601162647).
- Mignolo, W. D. (2011). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. Duke University Press.
- Mignolo, W. D., & Walsh, C. E. (2018). *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Duke University Press.
- Ndlovu-Gatsheni, S. J. (2013). The entrapment of Africa within the global colonial matrices of power: Eurocentrism, coloniality, and deimperialization in the twenty-first century. *Journal of Developing Societies*, 29(4), 331-353. DOI: [10.1177/0169796X13503195](https://doi.org/10.1177/0169796X13503195).
- Newman, P., & Kenworthy, J. (2015). *The End of Automobile Dependence: How Cities Are Moving Beyond Car-Based Planning*. Island Press.
- Oxman, R., & Oxman, R. (Eds.). (2014). *Theories of the Digital in Architecture*. Routledge.
- Panerai, P., Castex, J., & Depaule, J. C. (2004). *Urban Forms: the death and life of the urban block*. Routledge.
- Picon, A. (2010). *Digital Culture in Architecture*. Birkhäuser Architecture.
- Portes, A., & Roberts, B. R. (2005). The Free-Market City: Latin American Urbanization in the Years of the Neoliberal Experiment. *Studies in Comparative International Development*, 40, 43-82. DOI: [10.1007/BF02686288](https://doi.org/10.1007/BF02686288).
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Touchstone Books/Simon & Schuster. DOI: [10.1145/358916.361990](https://doi.org/10.1145/358916.361990).
- Quijano, A. (2000). Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, 15(2), 215-232. DOI: [10.1177/0268580900015002005](https://doi.org/10.1177/0268580900015002005).
- Rogers, R. (1997). *Cities for a Small Planet*. Faber & Faber.

Rolnik, R. (2015). *Urban warfare: housing under the empire of finance*. Verso Books.

Roy, A. (2005). Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. *Journal of the American Planning Association*, 71(2), 147-158. DOI: [10.1080/01944360508976689](https://doi.org/10.1080/01944360508976689).

Schumacher, P. (2009). Parametricism: A New Global Style for Architecture and Urban Design. *AD Architectural Design*, 79(4), 14-23. DOI: [10.1002/ad.912](https://doi.org/10.1002/ad.912).

Silva, G. J. A. da. (2021). Formas, usos e cenários urbanos: métricas para projetar bairros | Urban forms, uses and scenarios: metrics to design neighborhoods. *Oculum Ensaios*, 18, 1-25. DOI: [10.24220/2318-0919v18e2021a4697](https://doi.org/10.24220/2318-0919v18e2021a4697).

Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Duke University Press. DOI: [10.2307/j.ctv11smzx1](https://doi.org/10.2307/j.ctv11smzx1).